

ANAIS DO I COLÓQUIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA



CADERNO DE RESUMOS

REALIZAÇÃO:



APOIO:



APOIO CULTURAL:



Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU)

Laboratório Espaço e Política (LEP)

I Colóquio Internacional Sociedade Espaço e Política – I SOPAPO

Os textos divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores.

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Cristina Pereira de Araujo
Izabella Galera
Otávio Santos
Lutemberg Santana
Vanuza Pontes Sena
Barbara Nascimento Rodrigues
Itallo Marques Santana
Izabelly Oliveira Lins da Silva
Maria Amanda Martínez Elvir
Raissa Gomes Sales
João Ricardo Chagas dos Santos

Catálogo na fonte:

Bibliotecária: Viviane Bento Catão Rodrigues – CRB7 5515

C719 Colóquio Internacional Sociedade Espaço e Política (1.: 2021 : Recife, PE)
Anais do I Colóquio Internacional Sociedade, Espaço e Política : caderno de resumos, 16 a 19 de agosto de 2021 / Organizado por Cristina Pereira de Araujo [et al...]. – Recife, PE : FB da Silva Livros, 2021.

318p. : il. ; 29,7x21cm.

ISBN: 978-65-87598-45-1

1. Geopolítica – Brasil – América Latina – Colóquio. 2. Desigualdades – Brasil.
3. Políticas Públicas – Brasil. 4. Movimentos Sociais – Brasil – América Latina. .
I. Araujo, Cristina Pereira de [et al...]. II. Universidade Federal de Pernambuco.
Laboratório Espaço e Política. III. Título.

CDD320.12

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU)
Laboratório Espaço e Política – LEP
Avenida da Arquitetura, s/n, Cidade Universitária, CEP 50740-550, Recife-PE
www.lep-ufpe.com.br

APRESENTAÇÃO

O Laboratório de Estudos sobre Espaço e Política (LEP) vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) promoveu o I Colóquio Internacional sobre Sociedade Espaço e Política, com o tema Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina entre os dias 16 e 19 de agosto de 2021, de forma virtual, a partir de Recife/Pernambuco.

O interesse pela organização do Colóquio surgiu da necessidade premente de se discutir o capitalismo em sua fase atual e os arranjos geopolíticos que conduzem a uma nova divisão internacional do trabalho com atenção ao impacto desta na organização social e territorial da América Latina.

O Colóquio foi organizado a partir de quatro eixos temáticos: geopolítica e desenvolvimento desigual na América Latina; esfera pública e a construção do consentimento; políticas de combate à desigualdade; manifestações coletivas e movimentos sociais.

A relevância social do Colóquio foi oportunizar a discussão e apresentação de ideias, pesquisas, análises críticas e manifestações coletivas que trouxeram como elemento central da discussão a dinâmica geopolítica e de acumulação do capital que tem suscitado mudanças importantes nas lógicas das divisões territoriais e sociais do trabalho.

Foram quatro dias intensos de troca de conhecimentos, contando com a participação dos/as conferencistas Roberta Traspadini (Unila), Esther Solano (Unifesp/Universidad de Alcalá), Fernanda Costa (IBDU), Norma Lacerda (UFPE), além de três mesas redondas. A primeira contemplou as representantes de movimentos sociais Elisa Urbano (povo Pankararu/Brasil) e Jimena Tejerina (Nação Qhara Qhara/Bolívia). A segunda, em parceria com as edições Sesc São Paulo, registrou a presença de Ladilau Dowbor (PUC/SP), Luiz Alberto Oliveira (MCT) e Márcio Pochmann (Unicamp). E a terceira, contou com a presença do Comitê contra o Fascismo da UFPE, representado por José Policarpo Júnior, Claudete Fernandes Pereira e Maria Aparecida Guilherme da Rocha. No total, foram 41 trabalhos apresentados pelos/as conferencistas, distribuídos nas sessões temáticas que resultaram em discussões profícuas durante o evento. Esse volume que ora apresentamos, traz os resumos expandidos submetidos ao Colóquio.

Boa leitura!

Comissão Organizadora
Recife/PE, 01 de outubro de 2021.



SUMÁRIO

TEMÁTICA A

GEOPOLÍTICA E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

E NA AMÉRICA LATINA

A Agenda de Gênero e Desenvolvimento e a Precarização do Trabalho Feminino na América Latina _____ 09

A Geopolítica Militar Brasileira e os Megaeventos Esportivos: a Política Nacional de Infraestruturas Críticas e as consequências no reordenamento territorial nacional _____ 15

A incorporação da lógica empresarial no cerne das políticas públicas: os reflexos sobre as margens da bacia do Pina, Recife-PE _____ 23

A Institucionalização da Reforma Urbana e do Direito à Cidade: notas críticas sobre a política urbana brasileira no período democrático-popular _____ 31

Direito à cidade e comércio ambulante: uma análise comparativa contemporânea da regulação urbana na região central de Guadalajara, México e Belo Horizonte, Brasil _____ 39

El Pueblo Rama y El Canal: um estudo sobre a relação com o espaço da comunidade Bangkukuk Taik, na Nicarágua, e os possíveis impactos de um Canal Interoceânico _____ 47

Geopolítica e luta de classes no Brasil: ordem local e ordem distante _____ 54

Região do Grande ABC, da industrialização à desindustrialização: retratos de um modelo de subordinação e (sub)desenvolvimento _____ 63

SUMÁRIO

TEMÁTICA B

ESFERA PÚBLICA E A CONSTRUÇÃO DO CONSENTIMENTO

A construção do consentimento como mecanismo de controle social: um estudo sobre a elaboração do Plano Diretor do Recife 2018 _____ 71

Dos condenados à terra aos condenados da periferia brasileira: posicionamentos acerca da intervenção policial no Jacarezinho _____ 79

Fragmentação do espaço e construção de consensos na cidade pós-política ____ 86

Por uma resistência comunicativa: reflexões iniciais sobre o papel da mídia alternativa no contradiscurso político nacional _____ 93





SUMÁRIO

TEMÁTICA C

POLÍTICAS DE COMBATE À DESIGUALDADE

Abastecimento alimentar metropolitano: questões para o planejamento entre o rural e o urbano _____	101
A efetividade da participação popular na revisão do Plano Diretor de Curitiba _____	108
A regulação desregulamentadora das ZEIS: a dimensão simbólica dos conflitos e disputas na produção da política urbana _____	115
Desigualdade no acesso à propriedade imobiliária no Brasil do século XIX e XX: um passado presente? _____	123
Desigualdades sócio-raciais nas regiões do Brasil _____	129
Novos canais de participação democrática: a experimentação dos Laboratórios Populares de Lei por meio de um mandato coletivo em Belo Horizonte/MG/Brasil _____	137
O curso das desigualdades urbanas brasileiras: breve digressão sobre as políticas habitacionais _____	144
O direito da mulher a cidade e as barreiras invisíveis _____	151
O enfrentamento da epidemia do desemprego na pós-pandemia _____	157
Pobreza, desigualdade e políticas públicas: uma análise da realidade brasileira no período de 2003 a 2015 _____	164
Um olhar sobre o Programa Minha Casa Minha Vida no estado de Pernambuco _____	170

SUMÁRIO

TEMÁTICA D

MANIFESTAÇÕES COLETIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

A articulação entre organizações de mulheres camponesas via órgãos supranacionais: um estudo de caso Conamuri e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) _____ 179

A espacialização da pandemia da COVID-19 em Natal-RN: o agravamento das condições existenciais na capital potiguar _____ 186

A necessidade de protestar e a adesão popular no Ato 29M em Recife-PE _____ 194

A ressignificação do “ativismo de sofá” por movimentos sociais no contexto pandêmico no Brasil _____ 205

Assessoria Técnica Popular nas Trincheiras da Luta pela Moradia em Aracaju: Estudo de Viabilidade Habitacional da Ocupação João Mulungu _____ 210

Cultura e Lutas Urbanas em rede: ensino, pesquisa e extensão junto às novas tecnologias digitais _____ 218

De suspeito a vagabundo: vidas negras importam? _____ 225

Do empoderamento social ao direito à cidade: a teimosia política e o teatro na Brasília recifense _____ 233

Entre a Autogestão Territorial e a Assessoria Técnica: como as lutas populares contribuem para a produção de um espaço urbano diferencial _____ 244

Intervenções temporárias e movimentos sociais na cidade de Natal-RN _____ 253

“(In) tranquilidade pública”: ignaras, vadios, inúteis no limite e o início das Revoltas Sociais no RN _____ 261





SUMÁRIO

TEMÁTICA D

MANIFESTAÇÕES COLETIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Las diferentes miradas sobre el Estallido social de 2019 y el proceso constituyente en Chile: análisis desde la perspectiva de los medios de comunicación 270

Marcas Urbanas das Mulheres da Resistência: uma aproximação ao cotidiano das “sujeitas” da luta popular! 278

Militância e Ativismo no Brasil: um resgate das trajetórias dos movimentos entre 1970 e 2019 288

Origem e Percurso: arte de intervenção e apropriação da cidade de São Paulo pelos grupos de arte independente a contrapelo da ditadura 296

Uberização, precarização do trabalho e luta de classes: um debate sobre as formas de luta e resistência da classe trabalhadora *uberizada* 302

FOTOGRAFIAS

FINALISTAS DO I CONCURSO DE FOTOGRAFIA SOPAPO 309

COMISSÕES 315

FOTOGRAFIA: CARINE AYANNE MENDES DE FARIA



GEOPOLÍTICA E DESENVOLVIMENTO
NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

A



A Agenda de Gênero e Desenvolvimento e a Precarização do Trabalho Feminino na América Latina

La Agenda de Género y Desarrollo y la Precariedad del Trabajo Femenino en América Latina

Lígia Maria Freitas Silveira, UNILA¹

Resumo expandido

A introdução das mulheres nas agendas de desenvolvimento ocorreu através da luta dos movimentos feministas, ainda nos anos 1970, como uma forma de conceder visibilidade a quem havia sido excluída dos processos de desenvolvimento ao longo da história. Símbolo da época foi a concepção do termo Mulheres e Desenvolvimento (MED) (do inglês Women and Development) que se baseava nas ideias do feminismo liberal de maior acesso das mulheres à educação, ao mercado de trabalho, a crédito e títulos de propriedade, bem como sua maior participação como agentes nos processos de desenvolvimento. Baseada em conceitos, instituições e valores ocidentais, logo as feministas do Terceiro Mundo alertaram para a necessidade de formular um novo conceito que pudesse ser capaz de pensar o desenvolvimento de forma a contemplar também as mulheres do Sul Global, surgindo assim, em 1995, o termo Gênero e Desenvolvimento (GED) (do inglês Gender and Development) (SARDENBERG, 2018). Com a agenda do GED foi possível não somente incorporar as perspectivas feministas do Sul Global, mas também enfatizar as relações de poder e desigualdades estruturais das relações de gênero. É a partir dessa perspectiva que a expressão empoderamento ganha forma na Conferência de Beijing+ (1995), que rapidamente é assumida pelas agências de desenvolvimento como um de seus objetivos, por meio de uma noção neoliberal de individualização que "procura simplesmente acomodar as mulheres dentro do mercado sem interromper as desigualdades sociais e de poder existentes" (CORNWALL, 2018, p.04). Para Verônica Schild (2015, p.59) isso ocorre porque há uma convergência entre feminismo e neoliberalismo que, no contexto latino-americano, torna

¹Mestranda em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).



os avanços de agendas feministas ambíguos tendo em vista a "devastação forjada pelos programas de ajuste estrutural". Segundo David Harvey (2005, p.12) o neoliberalismo

propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; (...) [de forma a] garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados

No contexto latino-americano a ordem neoliberal ocorreu pós-Consenso de Washington (1989), reunião realizada entre os principais economistas e instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, com o objetivo de visar o desenvolvimento da América Latina através da ampliação do neoliberalismo na região. Para isso, os países deveriam seguir uma série de medidas como o corte de gastos públicos, privatização de empresas estatais, reformas tributárias e a desregulamentação das leis trabalhistas (HARVEY, 2005). Nesse sentido, o Consenso de Washington representou a promoção das políticas neoliberais na América Latina pelos Estados Unidos, de modo a expandir e consolidar a hegemonia estadunidense. Além disso, representava um acordo das elites sobre a economia política (MARGHERITIN; PEREIRA, 2007).

A proliferação das ideias e práticas neoliberais foi responsável por transformações profundas das relações sociais, identidades étnicas e de gênero. Nesse sentido, houve a precarização do trabalho que atingiu principalmente as mulheres e reforçou a divisão sexual do trabalho. Essa divisão, que se tornou um paradigma no sistema capitalista, foi responsável por reconfigurar as relações entre homens e mulheres, de modo a estabelecer que as mulheres seriam inerentemente inferiores aos homens. Assim, Silvia Federici aponta que

foi possível impor uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora (...) foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p.232).



Uma vez que os projetos de gênero e desenvolvimento não conseguem escapar dessa realidade, adequam-se a ela. Ou seja, se por um lado há a expansão das mulheres no mercado de trabalho a partir dessa década, por outro seus direitos trabalhistas são reduzidos. O trabalho fora de casa, por exemplo, não anulou a obrigação dessas mulheres em exercerem o trabalho doméstico que continuou desvalorizado e não-pago, caracterizando a dupla jornada de trabalho feminina (CORNWALL, 2018).

Nesse sentido, o tema dessa pesquisa é a relação entre gênero, desenvolvimento e neoliberalismo na América Latina. O objetivo geral é analisar a agenda de gênero e desenvolvimento no continente latino-americano a partir de um olhar do mundo do trabalho, entendendo trabalho como produtivo e reprodutivo, sendo este último mais relacionado às mulheres. Mostrando como a agenda de gênero e desenvolvimento cria um discurso de autonomia feminina, principalmente através da noção de empoderamento, ao mesmo tempo em que os direitos das mulheres são negados e/ou retirados. Ou seja, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho foi acompanhado por sua precarização e vulnerabilidade, bem como a continuação do trabalho adicional em casa.

A fim de operacionalizar a pesquisa é necessário ser feita uma revisão bibliográfica profunda dos elementos chave, de forma a buscar entender a questão de gênero e do trabalho em um contexto latino-americano na era neoliberal. É a partir de uma revisão bibliográfica que é possível conhecer e entender as diferentes visões sobre as mais diversas temáticas. Segundo Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica envolve qualquer tipo de bibliografia tornada pública e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi produzido. Assim, a "pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras" (LAKATOS, 2010, p. 183). Além da revisão bibliográfica, uma análise documental irá auxiliar na construção da pesquisa. Dessa forma serão utilizados documentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Comunidade Econômica para a América Latina (CEPAL) que atuam nas questões de gênero e trabalho.

A noção de desenvolvimento preconiza a ideia de que dentro da dicotomia entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento há a possibilidade de mudança, de movimento, de que os países periféricos conseguirão alcançar os países centrais, como



observa Eduardo Galeano (2016), se forem capazes de se comportarem e seguirem as políticas que lhes forem impostas. Essa realidade, no entanto, jamais poderá ser atingida, pois como aponta Vânia Bambirra (2013, p.44) “o “atraso” dos países dependentes foi uma consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a condição desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais.”

Diante dessa perspectiva, parto da noção de uma América Latina calcada no capitalismo dependente que, como assevera Bambirra (2013, p. 79) “esteve, desde a Conquista, vinculada à expansão e ao transcurso da consolidação do capitalismo mundial - sob suas formas comercial e industrial - como área periférica, subordinada e dependente.”

Na questão de gênero, considero que essa subordinação pode ser percebida de duas formas. A primeira está na relação desigual entre homens e mulheres que hierarquizou o gênero masculino enquanto inferiorizou o gênero feminino. Essa relação é explorada por Maria Mies, Veronika Bennholdt-Thomsen e Claudia Von Werlhof (1988) ao considerar as mulheres como espécies de territórios de onde se extrai riqueza através da violência, enfatizando a questão patriarcal. Na segunda forma, por sua vez, recupero os estudos de Rhacel Parreñas (2015) que demonstram a diferença entre mulheres dos países centrais e dos países periféricos, e como a inserção das mulheres no mercado de trabalho dos países centrais ocorreu às custas do trabalho doméstico realizados em suas casas pelas mulheres imigrantes de países periféricos. Ou seja, de ambas as formas o capitalismo está explorando por meio do trabalho doméstico. No entanto, a condição das mulheres periféricas, nesse caso das mulheres latino-americanas, está inserida em um contexto de dependência, em que outros fatores como raça e classe são primordiais para a compreensão da nossa realidade.

Como aponta Mies (2014), homens e mulheres estão inseridos no mesmo sistema de opressão e são responsáveis por explorar outros homens e outras mulheres de acordo com sua raça e/ou classe. As mulheres lutaram para serem inseridas na esfera pública e com o tempo as políticas de desenvolvimento passaram a incluir as mulheres em suas estratégias. Porém, isso ocorreu de uma maneira a se adequar ao sistema capitalista e patriarcal ao invés de transformá-los. Para Federici (2019), isso significou que as agendas sociais foram adaptadas aos objetivos do capital, liderados pela atuação da Organização das Nações Unidas (ONU). Com a Conferência de Pequim e o discurso de



empoderamento, as mulheres foram incentivadas a adquirir posses e financiamento de microcrédito, um caminho que fortaleceu a propriedade privada e proporcionou a ocupação de terras comunitárias. Com a ascensão do neoliberalismo a saúde e a educação foram privatizadas em diversas partes do globo, sendo justamente políticas que afetam diretamente as mulheres e suas famílias. Assim como as políticas de ajuste estrutural que contribuíram para deteriorar a condição de homens e mulheres dos países periféricos. Ou seja, igualdade para quem? Para Federici (2019, p.245) o que há é uma promessa de “igualdade entre homens e mulheres em um momento em que até mesmo o homem assalariado encontra-se privado das garantias e dos benefícios de que antes usufruía”.

Palavras-chave: desenvolvimento, gênero, trabalho, neoliberalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 02. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

CORNWALL, Andrea. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 52, e185202. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100202&lng=pt&nrm=iso. acesso em 11 jan. 2021. Epub 30-Nov-2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p.

_____. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

GALEANO, Eduardo. **Ser como ellos**. 2016. Disponível em: <https://lahistoriadeldiablo.wordpress.com/2016/02/03/eduardo-galeano-ser-como-ellos-descargar-texto/>. Acesso em: 31 maio 2021.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008;

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

MARGHERITIS, A; PEREIRA, A. W. The Neoliberal Turn in Latin America: The Cycle of Ideas and the Search for an Alternative. **Latin American Perspectives**, 34(3), 25–48. 2007.

MIES, Maria; BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika; VON WERLHOF, Claudia. **Women: The Last Colony**. Londres: Zed Books, 1988.

MIES, Maria. **Patriarchy and Accumulation on a World Scale**: women in the international division of labour (critique influence change). Londres: Zed Books, 2014.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. **Servants of Globalization**: migration and domestic work, second edition. 2. ed. Palo Alto: Stanford University Press, 2015

SARDENBERG, Cecilia. Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Empowerment from a Latin American Feminist Perspective. **IDS Bulletin** 39 (6), 2008, pp.18-27.

SCHILD, Verónica. Feminism and Neoliberalism in Latin America. **New Left Review** (96), 2015, pp.59-75.



A Geopolítica Militar Brasileira e os Megaeventos Esportivos: a Política Nacional de Infraestruturas Críticas e as consequências no reordenamento territorial nacional

La Geopolítica Militar Brasileña y los Megaeventos Deportivos: la Política Nacional de Infraestructuras Críticas y las consecuencias en el reordenamiento territorial nacional

Tiago Viesba Pini Inácio, UNICENTRO²

Márcia da Silva, UNICENTRO³

Resumo Expandido

Este trabalho tem como objetivo analisar o pensamento geopolítico militar brasileiro e suas influências na projeção internacional do Brasil, através da implementação da Segurança de Infraestruturas Críticas (SIEC), decreto nº6.371 de 2008, vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e sua relação com os Megaeventos esportivos. Nesse sentido, buscamos apresentar uma leitura geográfica desse contexto, ou seja, como o pensamento geopolítico militar orientou as políticas públicas internas e de projeção externa do Brasil. A inserção brasileira como potência emergente no cenário internacional, bem como a recepção dos grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, deixam clara a atuação do governo no sentido de empregar as forças armadas, para garantir a Segurança e o Desenvolvimento do país.

O problema proposto é relevante para os estudos das Relações Internacionais e da Geografia Política, pois, a projeção internacional do país exigia amplos investimentos públicos nos locais e espaços estratégicos para o “bom” funcionamento do Estado. Dessa forma, evidenciamos que os acordos entre as elites globais e locais, bem como a ação interna das Forças Armadas, relações de diferentes escalas, mas que, de uma forma ou de outra, enxergam o território como base para o exercício do poder. Assim, essa busca da manutenção e segurança das estruturas essenciais do Estado, como

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste -Unicentro. Membro do Grupo de Pesquisa GEPES - Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Coordenadora Grupo de Pesquisa GEPES - Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais.



energia, comunicação e transporte, serviu também como forma de garantir a “boa” recepção dos eventos esportivos, além da circulação de turistas e dos capitais estrangeiros no território.

Em vista disto, delimitamos este trabalho em três partes, que recebem a função investigar e esclarecer a análise do objeto proposto. Na primeira, realizamos uma análise teórica-metodológica onde discutimos conceitos da área da Segurança Internacional, da Geografia Política e da Ciência Política. Assim, relacionamos os conceitos de território – essa base material formada por pessoas e bens – e as relações de poder – seja político ou econômico. Nosso objetivo é demonstrar como o pensamento estratégico do poder atua nos lugares como forma de garantir seus interesses e sua reprodução. Segundo Gottmann (2012), o território como segurança dos recursos ou como oportunidade para circular, são duas facetas do mesmo processo, ou seja, o exercício do poder e a tentativa de se apropriar dos seus recursos e bens. Nesse sentido, conceituamos o Estado Moderno Territorial e suas formas de apropriação do espaço, através do exercício da soberania. Além disso, também realizamos uma aproximação sobre a segurança, ameaças e a razão de estado, toda essa forma moderna de pensar a política e buscar a continuidade da existência do próprio estado.

Durante a segunda parte, analisamos o chamado pensamento geopolítico militar brasileiro, desenvolvimento dentro da Escola Superior de Guerra (ESG) nos anos 1950, bem como seus principais representantes, como os generais Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos. Nosso objetivo é compreender a forma como os militares brasileiros enxergavam o território nacional, segundo Costa (2016), como esse amplo espaço vazio e mal integrado pela falta de comunicação e transporte. Assim, para garantir a execução das “aspirações nacionais”, os militares, percebiam a necessidade de um Estado centralizador, forte e que concretizasse os “Objetivos Permanentes” da nação. Dessa forma, o sonho de Brasil Grande-Potência seria atingido pela articulação da política e da geografia, através da militarização do Estado e a gestão do território e seus recursos – pessoas e bens – na busca da unidade e integração do território. Em si, esse pensamento conservador, pode ser resumido pelo binômio da ESG, “Segurança & Desenvolvimento”, ainda presente nas doutrinas militares atuais.



Por fim, na terceira parte, relembramos o processo de redemocratização e o papel assumido, pelos militares durante a Nova República, de garantidores da defesa e da soberania nacional. Contudo, a partir desse momento, tendo seu campo de atuação restrito ao Ministério da Defesa e a subordinação da condução das linhas mestras da política de defesa, os orçamentos militares e os principais projetos das Forças Armadas aos civis (NETO; ACÁCIO, 2020). Durante o Governo Lula (2002-2010), a tentativa de projeção internacional do Brasil, bem como o apoio recebido das classes hegemônicas para se apropriarem dos recursos territoriais, culminam na tentativa brasileira de sediar grandes eventos esportivos. Assim, não por acaso, a partir de 2008, o governo federal vai reestruturar as funções das forças armadas, via decretos presidenciais, colocando como função de gestão do GSI, ou seja, centralizando essas decisões aos militares, de definir critérios, analisar e gerir as chamadas Infraestrutura Críticas (IEC). Nesse sentido, “consideram-se IEC, as instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, provocará sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade, necessitando de medidas especiais de proteção” (SANTOS; CARVALHO; CAVALCANTE, 2011, p.2).

Dessa forma, através decreto nº6.371/2008, a segurança das infraestruturas críticas foi atribuída a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN), subordinada ao GSI. Além disso, o GSI também instituiu os Grupos Técnicos de Segurança de Infraestruturas Críticas (GTSIEC) para propor a implementação de medidas e ações relacionadas com a segurança das IEC nas áreas prioritárias de energia, transportes, comunicações, finanças e água. Toda essa preparação com a função de proteger esses investimentos essenciais para o funcionamento do Estado, bem como garantir a boa recepção dos Eventos Esportivos, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. A tentativa de inserção e recepção dos capitais e investimentos estrangeiros nas cidades brasileira, demonstra não somente uma aliança dos interesses das elites locais e globais, mas também, a busca do exercício do poder no território nacional. Nesse sentido, as Infraestruturas essenciais, diagnosticadas pelos militares, passam a receber grande aporte de investimentos públicos, num projeto de escalas sem precedentes. Centralizando as decisões, o GSI e a CREDEN, através dos diversos Ministérios e



GTSIEC convergem no objeto de integrar o território nacional e projetar o Brasil internacionalmente.

A metodologia utilizada baseou-se na revisão bibliográfica para a composição do arcabouço teórico-metodológico e conceitual abordado, bem como apresentamos análises de documentos para justificar o tema apresentado. Destacamos o uso dos dados e conclusões apresentados nos relatórios de Gestão do GSI entre os anos de 2008 e 2018, dentre outros órgãos e agências de transparência de dados.

Em vista disso, como debatido na primeira parte, destacamos a forma como o Estado Moderno Territorial, através da razão de estado, vai buscar uma forma de melhor governar e garantir sua existência. O exercício do poder político, nesse sentido, apresenta-se como ação intencional, para a manutenção das condições de existência pacíficas da sociedade, num sentido amplo. O território, então, é a base material para o exercício do poder, uma vez que o Estado Moderno é a instituição que centraliza suas condições de exercício, bem como sua aplicação no território, através de sua prerrogativa soberana. Por isto, os chamados problemas territoriais, que dizem respeito a discursos geográficos sobre o poder, são, em geral, assumidos como responsabilidade do Estado. Ou seja, o território é tanto um meio quanto um fim para o exercício do poder e, neste sentido, geralmente é o Estado Moderno o responsável pela condução dessas questões (Castro, 2009; Costa, 2016). Além disso, sua capacidade de centralizar o poder político e sua aplicação, por meio das leis ou das sanções, demonstra como o uso das políticas de segurança em geral ou os interesses econômicos, são formas/orientação para a apropriação dos recursos – pessoas e bens – espalhados pelo território.

Assim, como debatido na segunda seção, percebemos que esse pensamento geomilitar, construído enquanto um determinado discurso geográfico sobre o território, está baseado nessas formas de apropriação. Por esta razão, as ideias geopolíticas brasileiras, de inspiração militar, foram obcecadas com o problema da unidade nacional; apresentado como resposta, a defesa da centralização do poder político e da gestão territorial. A busca do desenvolvimento econômico requeria condições de controle e



condução desses processos na sociedade a partir da tutela do Estado militar, nesse sentido, o binômio Segurança e Desenvolvimento, sintetiza essa orientação político-ideológica. Contudo, segundo Tavares (2012, p.455), “Ordem e Progresso [Segurança e Desenvolvimento] sempre significaram domínio sobre terra e as classes subordinadas e acumulação ‘familiar’ de capital e riqueza, qualquer que fosse a inspiração ideológica, positivista ou liberal, das elites no poder”. O discurso triunfalista do Brasil Grande-Potência, nesse sentido, se traduz nessas percepções de unidade interna e projeção externa do país, bem como a garantia da participação permanente das forças armadas na construção e execução das políticas de defesa nacional.

Por fim, na terceira parte, os eventos internacionais e a possibilidade de um momento de certa coesão interna, garantem a oportunidade do Brasil construir uma estratégia de segurança e desenvolvimento no longo prazo. Assim, de forma geral, a projeção externa brasileira durante o governo Lula, foi fundamental para a consecução de uma estratégia da Proteção de IC no território brasileiro, pois possibilitou a inclusão do tema de Segurança de Infraestrutura Crítica (SIEC) em área de competência da Presidência da República, além de instituir o Grupo Técnico de Segurança de Infraestrutura Crítica (GTSIEC) responsável pela implementação de medidas e ações a serem desencadeadas nos setores de Energia, Transporte, Água e Telecomunicações.

Além disso, o Brasil, por conta dos Grandes Eventos, foi o último país dos BRICS e o primeiro da América do Sul a desenvolver esse trabalho, conceitualmente alinhado com as proposições internacionais, buscando prevenir incidentes/acidentes e assegurar o fornecimento contínuo dos serviços prestados pelas IEC. Dessa maneira, relacionando interesses locais e globais de circulação do capital e o uso privado dos espaços, os grandes investimentos, nas estruturas essenciais do Estado, demonstram a influência do pensamento geopolítico militar brasileiro na busca de se apropriar do território. Assim, a segurança ou oportunidade, como elementos norteadores do exercício da soberania, em si, representam essas formas de garantia dos interesses privados e públicos. Processo este que, de certa forma, culmina com a formulação da Política Nacional de Segurança das Infraestruturas Críticas, Decreto nº 9.573, de 22 de novembro de 2018, do GSI, durante o Governo Temer. Nesse sentido, observamos a



construção de uma política interna, controlada pelos militares, que tenta ser institucionalizada.

Palavras-chave: Geopolítica, Infraestrutura Crítica, Brasil, Território, Militares.

Referências

BRASIL. Decreto nº 9.573, de 22 de novembro de 2018 - Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de novembro de 2018.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9573.htm>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.371, de 12 de fevereiro de 2008 – nova redação sobre a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 13 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6371&ano=2008&ato=24cETWq10dVpWT8fe>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BAZZICALUPO, Laura. Produção de segurança e incerteza dos critérios. In: AVELINO, N.; VACCARO, S. (orgs.). **Governamentalidade / Segurança**. São Paulo: Intermeios, 2014.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino. **Dicionário de Política**: Volume 1. 11º ed. Brasília: Editora UnB, 2007.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Trad. Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CASTRO, Iná Elis de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. 2º ed. São Paulo: Edusp, 2016.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População. In: **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução, Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, 2012.

Disponível em:

<<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86>>. Acesso em: 31 mai. 2021.



GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville, Va.: University Press of Virginia, 1973.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Os estudos geopolíticos no Brasil**: uma contribuição para sua avaliação. *Perspectivas – Unesp*, São Paulo, v.4, p.75-92, 1981. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1713/1394>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

NETO, Octavio Amorim; ACÁCIO, Igor. De Volta ao Centro da Arena: Causas e Consequências do Papel Político dos Militares sob Bolsonaro. *Plataforma Democrática - Fundação Fernando Henrique Cardoso, Journal of Democracy em Português*, Volume 9, Número 2, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/345035431_De_Volta_ao_Centro_da_Arena_a_Causas_e_Consequencias_do_Papel_Politico_dos_Militares_sob_Bolsonaro>. Acesso em: 31 mai. 2021.

RODRIGUES, Adersonylton Salles. C.; et al. A Proteção das Estruturas Estratégicas no Contexto da Segurança Integrada. **PADECEME**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 21, p.92-107, 2018.

Disponível em: <<http://www.eceme.eb.mil.br/images/docs/Padeceme/PADECEME-2018-2.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. "Defesa" ou "segurança"? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. In: MEI, Eduardo; SAINT-PIERRE, Héctor Luis (orgs.) **Paz e Guerra: defesa e segurança entre as nações**. São Paulo: Unesp, 2013.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (orgs.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

SANTOS, D. B. M.; CARVALHO, B. E. F. C.; CAVALCANTE, S. P. P. Segurança de Infraestruturas Críticas No Brasil. **Anais XIX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**, Maceió, 2011.

Disponível em: <https://www.abrhidro.org.br/SGCv3/publicacao.php?PUB=3&ID=81&SUMARIO=2462&ST=seguranca_de_infraestruturas_criticas_no_brasil>. Acesso em: 31 mai. 2021.

TAVARES, Maria da Conceição. Império, Território e Dinheiro. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Urbano Estratégico. In: Arantes, Otília et al. (orgs.). **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. 5° ed. Petrópolis: Vozes, 2009.



A incorporação da lógica empresarial no cerne das políticas públicas: os reflexos sobre as margens da bacia do Pina, Recife-PE

La incorporación de la lógica empresarial en el seno de las políticas públicas: los reflexos sobre las márgenes de la cuenca del Pina, Recife-PE

MELO, Clara G.⁴

LEAL, Suely M. R.⁵

SARABIA, Mônica L.⁶

Introdução

A incorporação da lógica empresarial no cerne das políticas públicas fez com que as cidades se adequassem à ordem econômica mundial, mediante a afirmação de suas competitividades e vantagens locais. O Planejamento Urbano Estratégico vai se constituir na prática concreta das concepções neoliberais, sendo amplamente incorporado pelas cidades. O presente trabalho busca analisar os reflexos das recentes práticas de planejamento na cidade do Recife-PE, a partir da análise de um dos territórios enunciado como estratégicos: as margens da Bacia do Pina. Fundamentado no método do materialismo histórico e dialético, o estudo foi desenvolvido mediante pesquisas bibliográficas, análise de dados, projetos e Planos Urbanísticos. Como forma de sistematizar, decompor e simplificar a análise aqui enunciada, estruturamos o trabalho em dois eixos principais: teórico - onde apresentamos uma reflexão sobre a geopolítica mundial no atual estágio de desenvolvimento capitalista ; e empírico - onde se propõe uma articulação entre o escopo teórico tendo como foco as práticas de Planejamento e Gestão Urbana na cidade do Recife.

O trabalho tem como objetivo discutir sobre o planejamento urbano estratégico, de forma que possa contribuir como outras discussões relacionadas ao tema, bem como apontar novas referências para pensar a produção do espaço urbano.

⁴ Clara Guimarães Melo

⁵ Suey Maria Ribeiro Leal

⁶ Mônica Luize Sarabia



O neoliberalismo e suas implicações

A crise do regime Fordista-keynesiano resultou em inúmeras discussões a respeito da falência do modelo centrado no Estado. Em paralelo, a inovação tecnológica e o fim das barreiras espaciais, dadas pelo fenômeno da globalização, fizeram com que os mercados nacionais/globais e as operações globalmente integradas buscassem por localidades capazes de garantir a realização dos novos processos produtivos (SASSEN, 1998). É diante desse cenário, que as ideias neoliberais⁷ ganham força e passam a apresentar-se como um substituto da estrutura fordista-keynesiana.

Tais transformações vão incidir fortemente sobre a dinâmica espacial das cidades, que serão acompanhadas por um processo de reestruturação do sistema social, dos setores econômicos e das formas de regulação do poder político e financeiro internacional - onde os Estados tornam-se mais flexíveis, mais reativos, fundamentados no mercado concorrencial e orientado para o mercado consumidor. Essa estrutura faz com que os países de capitalismo tardio sejam coagidos a estruturar seus territórios a partir de condições específicas. Estabelecendo assim uma determinada divisão internacional do trabalho que condiciona um padrão geográfico de trocas desiguais em favor dos Estados centrais (HARVEY, 2005).

No Brasil, a incorporação das práticas neoliberais ocorre na gestão do ex presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) com a “reforma gerencial” do Estado brasileiro. Nesse período foi proposta uma substituição progressiva dos pressupostos públicos da administração e da gestão pública, por procedimentos gerenciais advindos da administração empresarial. No que se refere ao Planejamento Urbano, diversas cidades passaram a dar andamento a ambiciosos Planos Estratégicos visando atrair maior dinamismo econômico.

⁷ Segundo os teóricos neoliberais, as crises do sistema capitalista seriam resultantes do papel excessivo dos Estado Nacionais, que ao intervirem no sistema econômico acabavam criando instabilidade. Portanto, a solução preconizada pelo neoliberalismo era a retirada do Estado da economia, já que este era considerado o agente fundamental e imprescindível para conduzir o crescimento econômico. Onde caberia ao Estado somente assegurar os direitos à propriedade privada, livres mercados e livres comércios.



Na representação predominante, o Planejamento Estratégico proclama o poder e a autonomia das cidades frente as forças externas, impondo a dominância do local sobre o global através de mediações criativas (BORJA; CASTELS, 1996).

Contudo, o que tem se materializado na prática é algo muito distante da sofisticação analítica empreendida pelos neoplanejadores, sobretudo nos países de capitalismo tardio, como é o caso da América Latina. Por esse motivo surgem diversas críticas, que em geral, voltam-se para as seguintes questões: o novo modelo se constitui sobre idealização de uma competição global perfeita que resulta numa conexão desigual no espaço global; os planos estratégicos não promovem a efetiva participação dos atores, tendo em vista que muitas decisões são tomadas unilateralmente pelos setores econômicos; as intervenções Urbanas normalmente são direcionadas para as áreas de maior visibilidade econômica; na prática, os planos não alteram as condições sociais das classes com menor poder aquisitivo (SÁNCHEZ, 2003; VAINER, 1999). Partindo desse contexto, propomos uma análise de um dos territórios enunciados como estratégicos pelo novo modelo de Planejamento Urbano para compreender os reflexos do novo paradigma sobre o contexto local das cidades.

A incorporação da lógica neoliberal no Planejamento Urbano da cidade do Recife

Na cidade do Recife, as práticas neoliberais são incorporadas no Planejamento Urbano durante a gestão do ex prefeito Jarbas Vasconcelos (1993-1996). Diferente dos modelos anteriores, que tinham como foco os núcleos territoriais, o Plano metrópole 2010 promovia o aproveitamento das áreas consideradas estratégicas a partir das especificidades territoriais e vocações econômicas.

Em 1998, sob a gestão do ex prefeito Roberto Magalhães (1997-2000), ocorre uma atualização do Plano Metrópole 2010 que surge com a nova denominação de Projeto Capital. Tal proposta apresentava uma espécie de pacto em que, a princípio, todos os atores seriam envolvidos para promover um ambiente favorável à atração de capitais (LEAL, 2004). No entanto, as dificuldades de se implementar um pacto social entre técnicos do governo, lideranças comunitárias e empresários locais, bem como a



impossibilidade de se promover uma continuidade administrativa, fizeram com que o Projeto fosse arquivado.

No ano de 2002, foi realizada mais uma atualização e expansão do Plano Metrópole 2010 (1998) através do Plano Metrópole Estratégica. No ano seguinte foi desenvolvido o Plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda (CTCRO) que propunha uma intervenção urbanística, de gestão e de apropriação do território que parte da Colina Histórica da cidade de Olinda até a ex Estação de Rádio Pina no Recife. Em 2005, mediante uma conjugação de esforços entre as instâncias federal, estadual e municipais, foi promovido um acordo de Cooperação Técnica que resultou no Projeto Recife-Olinda. O projeto seria realizado por meio de uma Operação Urbana Consorciada que tinha como zona de abrangência uma área de 470 ha⁸. Ele chegou a ser apresentado ao Ministério Público Federal em 2006, para apreciação, e foi feita a solicitação do licenciamento prévio ambiental à Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH (NÚCLEO, 2005). No entanto, após um período de transição da gestão pública não é dada continuidade ao Projeto Urbanístico Recife-Olinda e os terrenos de grande porte são levados a leilão, prejudicando as garantias de viabilidade financeira do projeto que posteriormente foi arquivado (ROLNIK, 2012). A partir de então, começam a surgir uma série de grandes empreendimentos privados sobre esses territórios estratégicos. A seguir trataremos uma análise sobre uma dessas áreas: as Margens da Bacia do Pina cujo entorno é marcado pela forte presença de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)⁹.

⁸ Dentro dela se propunha duas zonas: a Zona de Enquadramento que compreendia as áreas imediatamente contíguas às de Intervenção e que poderiam ser objeto de futuras operações urbanas ou que serão consideradas e/ou requalificadas na nova proposta urbanística; e as Zonas de intervenção que correspondiam as áreas predominantemente ociosas ou com usos passíveis de desativação ou ocupadas por assentamentos precários, distribuídas em doze setores que seriam objeto, ora de nova proposta urbanística (quando vazios), ora de urbanização e reabilitação urbana.

⁹ ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária. Esse tipo de Zona específica permite a aplicação de normas especiais de uso e ocupação do solo diferente daquelas adotadas para o restante da cidade.

Imagem 1 - Margens da Bacia do Pina



Fonte: Elaboração da autora sobre imagem de satélite extraída do Google Earth, 2020.

A apropriação do capital privado sobre as margens da bacia do Pina

O primeiro empreendimento privado a promover alterações significativas sobre as margens da Bacia foram os Edifícios Píer Maurício de Nassau e Píer Duarte Coelho, construídos entre 2003 e 2008. O terreno do Cais de Santa Rita, onde foi construído o



empreendimento, foi resultado de um leilão ocorrido em 2003¹⁰. Após sucessivas disputas judiciais que envolveram desde a Prefeitura do Recife até os Ministérios Público Estadual/ Federal e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 2011 o processo foi finalizado com um parecer favorável à construtora. No local foram construídas duas torres habitacionais com 41 pavimentos e apartamentos de 247m². Atualmente, os empreendimentos encontram-se consolidados, destoando completamente do entorno que é predominantemente ocupado por edificações de baixo gabarito, em sua maioria tombadas¹¹.

Em 2008, é anunciado outro empreendimento privado sobre as margens da Bacia, na área do antigo Cais José Estelita. O terreno de 10,1 hectares foi levado a leilão, contando com a participação de um único grupo denominado Consórcio Novo Recife¹². No mês seguinte, foi dada entrada na aprovação do projeto denominado “Projeto Novo Recife”. Após diversas polêmicas, disputas judiciais, e uma série de mobilizações promovidas pela sociedade civil organizada, a prefeitura do Recife resolveu dar abertura a um canal de negociações. Esse processo resultou no redesenho do projeto que consiste em 13 torres de uso misto, com gabarito escalonado variando de 42metros a 137metros. Como forma de mitigar os impactos, foram exigidas algumas ações como a construção de 200 unidades de moradias de interesse social nas proximidades do empreendimento.

¹⁰ O leilão contou com a participação apenas da Construtora Moura Dubeux Engenharia que arrematou o terreno com um lance único de R\$ 800.000,00. Vale salientar que o terreno foi levado a leilão pelo valor inicial foi de R\$ 600.000,00 enquanto seu valor venal correspondia a R\$ 3.427.000,00.

¹¹ Os empreendimentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) são o Forte Tiago das Cinco Pontas que abriga o Museu da Cidade do Recife, o Museu do Trem, a Casa da Cultura, o Pátio de São Pedro que abriga a Igreja de São Pedro dos Clérigos e o Mercado de São José, todos localizados nas proximidades do empreendimento.

¹² O Consórcio Novo Recife que arrematou o terreno com uma proposta única de 55,4 milhões de reais - um pouco acima do valor inicial de R\$ 55,2 milhões - é constituído pelas empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão.



Atualmente a Construtora Moura Dubeux engenharia, uma das componentes do Consórcio, está dando andamento a construção das três primeiras torres: o Mirante do Cais Norte, Mirante do Cais Sul e o Parque do Cais¹³.

Em paralelo ao projeto Novo Recife, no ano de 2010 foi aprovado a construção de um complexo de edificações na margem Sul da Bacia do Pina. O complexo é composto pelo Shopping Riomar, com 256.276,80 m² de área construída, e três torres empresariais com 31 pavimentos cada. Toda ação se deu a partir de uma parceria entre a Prefeitura do Recife, o Grupo JCPM (João Carlos Paes Mendonça) e a construtora Moura Dubeux Engenharia.

Ao contrário dos empreendimentos anteriores, o processo de aprovação desse complexo comercial ocorreu de forma rápida, com grande agilidade e com pouca ou nenhuma mobilização contrária aos equipamentos (NUNES, 2015).

Entre 2006 e 2011 é dado início a construção da Via Mangue, uma via expressa de 4,5km de extensão composta por um túnel e uma alça de ponte estaiada sobre a Bacia. O projeto de ligação entre os eixos norte e Sul da cidade foi viabilizado mediante uma parceria entre a Prefeitura do Recife com a União. Apesar de não se configurar como um empreendimento privado, percebe-se que a Via Mangue atua fortemente em benefício desses setores ao promover novas frentes de valorização.

Essa pequena reflexão demonstra alguns efeitos da incorporação da lógica Estratégica sobre as estruturas locais dos territórios. Onde pudemos observar que os benefícios se voltam muito mais para os proprietários fundiários e promotores imobiliários. Na cidade do Recife esse contexto tende a ser ainda pior diante da ausência de viabilidade dos Projetos Estratégicos que fazem com que estes sejam revertidos em meros mecanismo de antecipações valorativas do mercado imobiliário.

¹³ A expectativa é que os empreendimentos, que já estão à venda pelos valores iniciais de 1.550.000,00 (Mirante do Cais) e 256.000 (Parque do Cais), sejam entregues até o ano de 2022.



Palavras-chave: Planejamento Estratégico, Planejamento Urbano, Grandes Projetos Urbanos, Bacia do Pina.

Referências:

BORJA, J.; CASTELLS, M. A cidade como atores políticos. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 45, p. 152-166, julho de 1996.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, v. 01, 2005.

LEAL, Suely M. Ribeiro. “Fetichismo” da Participação Popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife/Brasil. Recife: Cepe, 2004.

NÚCLEO de Gestão Porto Digital. Relatório de atividades do período de setembro de 2004 a outubro de 2005 do Contrato de Gestão S/N 09/2004. Recife, 2005. 34p. il.

NUNES, Sandra Marília Maia. Planejamento urbano no Recife: futuro do pretérito. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2015.

ROLNIK, Raquel. Grupos se mobilizam em Recife contra o projeto Imobiliário do Cais José Estelita. Publicado em 19/03/2012. Disponível em <https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/03/19/grupos-se-mobilizam-no-recife-contra-projeto-imobiliario-no-cais-jose-estelita/>. Acesso em 14 de julho de 2020.

SÁNCHEZ, Fernanda Ester. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Editora Argos, 2003.

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, v. VII, 1999.



**A Institucionalização da Reforma Urbana e do Direito à Cidade: notas críticas
sobre a política urbana brasileira no período democrático-popular**

*La institucionalización de la Reforma Urbana y el Derecho a la Ciudad: notas críticas
acerca de la política urbana brasileña en el período democrático popular*

Rafael Alves, MDU-UFPE¹⁴

Cristina Pereira de Araujo¹⁵

Introdução

A história recente do Brasil é marcada por uma crise político-institucional que se iniciou logo após a vitória na disputa presidencial de 2014 pela candidata do campo progressista vinculada ao Partido dos Trabalhadores, que culminou num golpe jurídico-parlamentar que a depôs e cujos reflexos são sentidos até os dias atuais. Essa instabilidade tem como agravante uma crise estrutural e cíclica em nível global, a de acumulação e de valorização do valor, marcada na contemporaneidade pela hegemonia do capital fictício. A vitória no pleito presidencial de 2018 pelo candidato de extrema-direita, além de radicalizar uma inflexão neoliberal nos rumos da política econômica brasileira, jogou pá de cal nos anseios de levar a diante a Estratégia Democrático-Popular (EDP).

No âmbito da EDP, a problemática urbana fora tratada de maneira bastante controversa nos 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores e torna-se, na atualidade, uma não-questão no que diz respeito a propostas de políticas públicas federais para a área, reduzidas a programas vagos e que vem apresentando pouca ou nenhuma eficácia no enfrentamento de déficits.

Na atual conjuntura, essa problemática pode ser compreendida como o aprofundamento da desigualdade socioeconômica e da segregação socioespacial que intensificam a exploração do trabalho e as espoliações financeira e imobiliária, fazendo emergir uma série de insurgências contra a ofensiva capitalista que ameaça direitos e conquistas da

¹⁴ Doutorando do PPG em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco(UFPE).

¹⁵ Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



classe trabalhadora. Dessa forma, a problemática urbana – que é mundial – incide sobre a realidade brasileira e suas particularidades socio-históricas.

O empenho está em fazer uma análise crítica dos fundamentos gerais da política urbana no ciclo democrático-popular e dos elementos que dão forma à consciência social e política daqueles que almejavam a transformação das cidades brasileiras a partir da institucionalização do direito à cidade. O que está em jogo é, portanto, compreender “os elementos que estavam disponíveis para a análise das forças políticas em luta, o solo material e histórico sobre o qual atuavam, a dinâmica da luta de classes e sua correlação de forças, assim como o contexto internacional em que se inseriam” (Iasi, 2019, p. 432).

O atual cenário brasileiro tem imposto novos desafios e horizontes radicais de análise e de ação dada a necessidade de uma nova vida cotidiana que aponte para a construção de uma estratégia urbana que supere as necessidades e direitos individuais através da consideração das complexas necessidades sociais. O que se percebe é que a experiência Democrático-Popular não conseguiu dar respostas a essas contradições, uma vez que sempre atribuiu à emergência de superação das mesmas à ação do Estado e à política do “possível”, mantendo intocada a subordinação da reprodução da vida à lógica do capital. Assim, o direito à cidade não pode ser reduzido a reformas que, no limite, institucionalizam demandas concretas com um conjunto de leis e planos constrangidos para caberem num realismo e pragmatismo político, que operam como meras ideologias. Compreende-se, portanto, que o debate proposto pode iluminar os limites e contradições da experiência democrático-popular na efetivação de políticas urbanas nos últimos anos.

Nesse contexto, as ações políticas empreendidas pelo Estado operam na reprodução dessa lógica uma vez que nela está imerso, mobilizando a política e instrumentos urbanos para o empresariamento das cidades e rebaixando a noção de *direito à cidade* a uma capa verbal pretensamente progressista que, no limite, concede um precário acesso à propriedade privada da terra via financiamentos e contratos imobiliários, evocando como centralidade a função social da propriedade.

O que chama atenção, no entanto, é que esses processos foram tocados ao longo dos últimos anos por forças progressistas de esquerda que reivindicaram para si a gestão



dessas políticas públicas para reprodução do capital, ainda que por nobres motivos. Desde a década de 1980 o Movimento Nacional de Reforma Urbana se organizava com o objetivo de lutar por políticas públicas distributivas e universalização de serviços públicos urbanos, pelo cumprimento da Função Social da Propriedade e por instâncias efetivas de participação e controle social nos processos decisórios.

Dessa forma, o que se colocava como horizonte democrático-popular era a implementação de um novo modelo desenvolvimentista apoiado em valores como justiça social e universalização de direitos como saída para o fortalecimento da economia nacional. A contenção desse horizonte opera então como ideologia, uma vez que se constata elementos importantes da “aparência objetiva” da realidade concreta brasileira e mobiliza uma saída que se conforma nos marcos do sistema capitalista que se almeja superar (Prado, 2019).

Em suma, os efeitos de uma ideologia podem ser “medidos” pela capacidade que uma ideia tem de se apresentar como uma verdade consagrada cristalizada na consciência social. Desta forma, “para combater uma ideologia é preciso desnaturalizá-la, colocá-la em sua história, apresentando-a em seus conteúdos particulares e históricos” (*Ibid.*, p. 105). Daí o interesse por investigar a origem, o enraizamento e os desdobramentos da ideologia do desenvolvimento nas políticas urbanas no Brasil pós Estatuto da Cidade.

Para compreender esse processo é preciso reportar-se ao poder das ideologias que obscurece a consciência e a prática social (Lefebvre, [1970] 1999) e também mascara o caráter particular dos problemas do real e os substitui por “falsos problemas” (Bolaffi, 1979). É dessa forma que, por mais que a intenção nos discursos e práticas sejam oferecer soluções para os problemas reais, a essência e a natureza desses problemas residem nas múltiplas determinações da forma como a riqueza se reproduz a partir da produção do espaço engendrando contradições que lhes são próprias. O que se percebe é que todo arcabouço jurídico criado para efetivação de políticas urbanas se mostrou incapaz de equacionar os problemas urbanos reais. Ante o contrário, contribuíram para o acirramento da natureza própria dos problemas. Nesse sentido, a ideologia “apresenta orientação muito precisa buscando escancarar os limites da



política urbana para o capital e aprofundar os processos espoliativos financeiros e imobiliários” (Pereira, 2016, p. 53).

Função Social da Propriedade, Regularização Fundiária, Operação Urbana Consorciada, Planos Diretores. Instrumentos que, dentre outros, conformam o quadro institucional do Estatuto da Cidade promulgado em 2001, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988 sob a lei 10.257. Compreende-se que quase 20 anos após este fato, pode-se tirar algumas conclusões importantes, uma vez que tais instrumentos foram (e continuam sendo) bastante disseminados e utilizados Brasil a fora em prefeituras municipais de diversos portes como diretrizes basilares de ordenamento territorial.

Apesar de algumas ressalvas realizadas apontando contradições e conflitos de caráter mais técnico que o texto legal traz, o Estatuto da Cidade foi recebido como um alento para parte significativa dos intelectuais e pesquisadores progressistas do campo dos estudos urbanos no Brasil. Uma série de publicações foram produzidas após a promulgação do novo marco regulatório ressaltando os desafios e as promessas de mitigação de desigualdades sociais, segregação espacial e desequilíbrios ambientais que seriam alcançados com a efetivação de seus instrumentos.

No entanto, com o passar dos anos, os limites e contradições na aplicação desses instrumentos que dão corpo ao Estatuto da Cidade ficaram escancarados. Apesar do aumento considerável da implementação de Planos Diretores apoiados no Estatuto da Cidade nos municípios brasileiros, pouco se avançou concretamente nos objetivos finais de diminuição das desigualdades e segregação e da universalização do acesso à habitação formal e ao saneamento básico. De acordo com estudo realizado por Santos Jr. e Montandon (2011) para o Ministério das Cidades, vários foram os entraves do ponto de vista técnico e de gestão para plena efetivação dos instrumentos nos municípios que os adotaram em seus respectivos planos locais. Maricato (2011) e Rolnik (2012) também produziram balanços históricos onde relatam uma série de entraves que dificultaram a plena aplicação dos instrumentos nos municípios brasileiros para alcançar o tão ambicionado acesso à terra.



O que se percebe, no entanto, é que as críticas realizadas aos entraves e subversão de princípios norteadores para uma aplicação democrática dos instrumentos do Estatuto da Cidade, que busque a redução da desigualdade e segregação, recaem numa interpretação de *tipo ideal*, onde a realidade concreta opera como um desvio do ideal concebido. Em outras palavras, idealiza-se uma forma de funcionamento das instituições e de justa aplicação das leis a partir de uma concepção reificada de Estado como mediador de conflitos sociais e apartado das relações de classe, atemporal e a-histórico, quando, na verdade, ele é parte fundamental e constitutiva das condições gerais de reprodução do capital, como aponta Mascaro (2013).

A realidade mostra que após a promulgação do Estatuto da Cidade e todos os esforços realizados para a sua implantação em planos e políticas públicas nos municípios brasileiros, o cenário é preocupante: dados do Fipe-Zap mostram que entre 2004 e 2015 os preços imobiliários aumentaram em média 300% no Brasil (com destaque para as principais Regiões Metropolitanas), impulsionado pela retomada da produção imobiliária de mercado e reforçado pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Além disso, houve um expressivo aumento do déficit habitacional absoluto (500.368 domicílios) no país entre 2007 e 2015, segundo dados da Fundação João Pinheiro. Segundo o mesmo estudo, no ano de 2015, 88% do déficit habitacional estava concentrado em áreas urbanas e foi justamente nestas áreas que o déficit apresentou um aumento absoluto mais expressivo, com ampliação de 741.415 domicílios entre os períodos. Outro dado importante que vale destacar é que o déficit decorrente do ônus excessivo com aluguel passa a ser o principal problema de acesso à moradia, representando 50% de todo o déficit.

Nesse sentido, a eficácia dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, bem como as razões pela qual sua aplicação se mostrou insuficiente para combater a desigualdade e segregação, merecem ser discutidos criticamente, uma vez que estes têm se mostrado um caminho que não trouxe consigo um horizonte capaz de apontar uma superação da reprodução dos problemas. O que se observa é que “o projeto da Reforma Urbana no Brasil fetichizou a luta por terra e moradia urbanas na medida em que prendeu os movimentos sociais às amarras da ideologia jurídica e aos avanços institucionais e regulatórios” (Costa, 2012, p. 28), achatando seu ideário concebido no



processo das lutas urbanas para caber num suposto realismo político juspositivista. Como argumenta Arantes (2014), a Reforma Urbana no âmbito do Programa Democrático-Popular não apenas não realizou o que prometeu, mas, ao revés, intensificou o processo de privatização e mercantilização das cidades, calcados em soluções de mercado e parcerias público-privadas.

Longe de deslegitimar tais mecanismos que tentam tornar menos árdua a reprodução da vida dos trabalhadores nas cidades, urge iluminar suas incoerências, cujo desfecho se reduz à racionalidade da vida enquanto consumidores, sujeitos a toda sorte de exploração e espoliações, coações e violências, sem que se apresente um horizonte de ruptura com esta ordem.

Objetivos

- Compreender os fundamentos gerais do ciclo democrático-popular sobre os quais foram construídas as políticas urbanas brasileiras (em especial, o Estatuto da Cidade), bem como dos elementos que deram forma à consciência social e política dos que almejavam a transformação das cidades brasileiras a partir da institucionalização do direito à cidade;
- Compreender como a *ideologia do desenvolvimento* determina a consciência social obscurecendo os processos reais da produção do espaço e opera de maneira objetiva na formulação de teorias e práticas que dão suporte às políticas urbanas no bojo da Estratégia Democrático-Popular;
- Examinar a implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade a partir de ações políticas e sua articulação com as frações do capital enquanto principais agentes das políticas urbanas e os desdobramentos concretos na produção do espaço e na reprodução da vida cotidiana da classe trabalhadora.

Metodologia

A pesquisa está em fase inicial de desenvolvimento em nível de doutoramento. Nesse sentido, a reflexão aqui exposta encontra-se em fase preliminar de investigação teórica e de dados, com o aprofundamento em bibliografias que dão aporte teórico e contextualização histórica necessários para a compreensão do objeto de pesquisa. São textos que fornecem os conceitos-base da pesquisa e chaves de análise crítica dentro



dos temas abordados e também os instrumentos de análise teórica com o intuito de friccionar diferentes análises teóricas e abordagens com o objetivo de produzir sínteses. Por outro lado, a pesquisa se debruça no levantamento, também preliminar, de dados empíricos sobre a realidade urbana no país no período estudado.

Palavras-chave: estratégia democrático-popular; estatuto da cidade; produção do espaço; ideologia.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Pedro. **Da (Anti)Reforma Urbana Brasileira a um Novo Ciclo de Lutas nas Cidades**. In SAMPAIO Jr., Plínio (Org.). *Jornadas de Junho: a revolta popular em debate*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema**. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1979.

COSTA, Maria de Fátima. **Ideologia e Utopia no Ocaso da Reforma Urbana no Brasil**. Tese de Doutorado. IP UERJ. Rio de Janeiro, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil (2007 a 2015)**. Em: <http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>.

IASI, Mauro *et al* (Orgs.). **A Estratégia Democrático-Popular**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

LEFEBVRE Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1970] 1999.

MARICATO, Ermínia. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MASCARO, Alysson. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.



PEREIRA, Paulo César Xavier. **Processos e problemas na urbanização da América Latina: teoria e história.** Territorios, nº 34. Bogotá, 2016.

PRADO, Fernando. **Ideologia do Desenvolvimento, Teoria Marxista da Dependência e Crítica da Estratégia Democrático-Popular** In: IASI, Mauro *et al* (Orgs.). *A Estratégia Democrático-Popular.* Marília: Lutas Anticapital, 2019.

ROLNIK, Raquel. **Dez anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo.** In: RIBEIRO, Ana *et al.* (Orgs.). *Leituras da Cidade.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

SANTOS Jr., Orlando e MONTANDON, Daniel (Orgs.) **Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.



Direito à cidade e comércio ambulante: uma análise comparativa contemporânea da regulação urbana na região central de Guadalajara, México e Belo Horizonte, Brasil.

El derecho a la ciudad y el comercio ambulante: Un análisis comparativo contemporáneo de la regulación urbana en la región central de Guadalajara, México y Belo Horizonte, Brasil.

FREITAS, Trankilino Túlio Q., UDG/Conacyt¹⁶

Planteamiento del problema y objetivos

El aumento del porcentaje de trabajadores informales en las economías latinoamericanas es objeto de estudios, gubernamentales y académicos (ALBA ET AL., 2012; OECD, 2020; ZEPEDA, 2016; OIT, 2016;). Ese aumento viene acompañado de un crecimiento de los trabajadores de la calle, que se encuentran en relaciones de conflicto o de colaboración es Estado.

Aunque construyan formas propias de organizar el trabajo, estos trabajadores ocupan un lugar subalterno en las cadenas de producción de valor. Esas relaciones de dominación entre los circuitos económicos formales e informales fue analizada por Oliveira, (2003), al discutir el carácter dependiente de las economías de los países periféricos, el sociólogo buscó demostrar que el atraso y la modernidad no solamente coexisten, sino que uno se estructura sobre el otro, funcionándolo.

Esa funcionalización del trabajo informal por cadenas de valor nacionales e internacionales, en cada lugar de la periferia global, se afirma de manera particular, conservando características generales (GAGO, 2015). El trabajo realizado en la calle es de especial interés dada la capacidad de creación de dinámicas urbanas complejas de organización en el espacio, de circulación de mercancías, de subsistencia y de disputas con otras institucionalidades. Las posibilidades de circulación de actividades comerciales en el espacio urbano son alternadas en su dinámica de trabajo,

¹⁶ Maestrante en Desarrollo Local y Territorio en el Departamento de Geografía y Ordenación Territorial por la Universidad de Guadalajara, México, becado por el Consejo Nacional De Ciencia Y Tecnología – CONACYT con dirección y tutoría de la Doctora Raquel Edith Partida Rocha.



dependiendo de las relaciones de disputa y cooperación que esos trabajadores mantienen con las institucionalidades establecidas.

Uno de los conflictos que se potencializan en el ámbito de las grandes ciudades en relación con el trabajo en la calle es el hecho de que las políticas neoliberales y el consecuente proceso de especulación inmobiliaria está acompañado de procesos basados en un ideal de embellecimiento del espacio urbano llevado a cabo por medio de la reglamentación urbana, que entran en disputa con esas actividades económicas en los espacios públicos (CROSSA NIELL, 2018; DELGADILLO, 2012). La búsqueda por el reconocimiento de su trabajo se encuentra inscrita en ese contexto urbano, en lo que los trabajadores ambulantes enfrentan intentos de remoción, procesos de confinamiento e intervenciones del poder público que buscan restringir su acceso a ciertas regiones (DELGADO, 2017).

De este modo, la investigación enfoca el objetivo en los procesos de regulación urbana del comercio ambulante sobre la mirada del derecho a la ciudad. Con eso, se busca identificar si los procesos de regulación urbana del comercio ambulante en Guadalajara (México) y Belo Horizonte (Brasil) garantizan el derecho a la ciudad de esos trabajadores o son catalizadores de la segregación y exclusión social que benefician la especulación inmobiliaria. Lo que es posible afirmar, es que en algunos casos, la dinámica del comercio ambulante llega a crear institucionalidades propias, colaborando, directa o indirectamente, en la construcción de políticas urbanas que buscan soluciones que deberían asegurar el derecho a la ciudad y al trabajo (ALBA et al., 2012).

De esta manera, la peculiaridad del caso mexicano es interesante por la dinámica urbana callejera de grandes proporciones y por su capacidad de instituir culturas territoriales propias. Ante la necesidad de recibir ingresos, un porcentaje de 55.6% de la población de México se encuentra en la economía informal de acuerdo con datos del INEGI (2021). El comercio ambulante está a su vez insertado en ese porcentaje que, por ende, está hundido sus raíces con en el tianguis prehispánico como una actividad que posee vínculo directo con los procesos de urbanización desiguales presentes el paisaje urbano de forma recurrente como afirmó Delgadillo:



El problema, como se sabe, se deriva de la histórica incapacidad de la economía formal para crear empleos regulares y relativamente bien remunerados. Asimismo, el comercio en la vía pública hunde sus históricas raíces en el tianguis prehispánico, pero desde luego que su dimensión urbana está directamente vinculada a los procesos de urbanización sin suficiente industrialización y a las endémicas crisis económicas (DELGADILLO; JAJAMOVICH, 2020, p. 14).

Es importante acortar que la definición de la informalidad ejercida en la calle no parte de un juicio de valor en función de su relación con lo legal ni se relaciona con aquello que no tiene forma definida, pero sí con las dinámicas que pueden promover nuevas formas productivas y comerciales que contribuyen en la reconstrucción de las relaciones sociales como afirmó Gago (2015).

El comercio ambulante y la Geopolítica y desarrollo en Brasil y América Latina

La comercialización por parte del comercio ambulante de productos industrializados e importados que están integrados en cadenas globalizadas de circulación de mercancías es la principal conexión del fenómeno con ese eje temático. Por lo tanto, considerase lo que Santos (2004) describe sobre los dos circuitos de economía urbana en países periféricos. Estos circuitos son complementarios y funcionales entre sí, él los nombra circuito superior y circuito inferior. El primero se refiere a las actividades de economía capital-intensiva, integradas a los circuitos globalizados, con gran apuesta por la tecnología que movilizan mayores cantidades de dinero y son reguladas y formales. El circuito inferior, por otro lado, funciona como la economía de los pobres urbanos. Es la economía que se establece por los márgenes, vinculada principalmente a actividades de subsistencia, en modelos de trabajo-intensivo, con bajo uso de tecnología y moviliza pequeñas cantidades de dinero. En general, son actividades que se desarrollan fuera del aparato regulador del Estado y, por lo tanto, se refiere a actividades informales donde se inserta el comercio ambulante. Los dos circuitos están conectados en diferentes escalas y en la totalidad de la acumulación, ya que el primero funciona al segundo y el segundo depende del primero.



Metodología

Para la construcción de los datos empíricos, se analiza el comercio ambulante en el polígono que comprende los distritos de Analco y Agua Azul en México y en el *hipercentro* de Belo Horizonte, Brasil.

La selección de esos espacios se justifica dado que, en las dos ciudades, el paisaje urbano es enmarcado por a) intenso comercio callejero y ambulante; b) están conectadas con centrales de autobuses; c) predomina la comercialización de mercancías direccionadas a clases populares y d) su inserción a cerca de centros urbanos históricos y/o económicos.

El análisis y los datos parten de las referidas ubicaciones aunado a el trabajo de campo profundizado en las experiencias sistematizadas (HOLLIDAY, 2006) de individuos organizados o no en colectivos y/o movimientos sociales, es decir, analizar la actividad de los y las trabajadores ambulantes en su contexto laboral.

El enfoque comparativo enmarcarse en el papel de la economía informal en los países como México y Brasil, las propuestas de regulación del territorio urbano que surgen en Belo Horizonte y en Guadalajara para el comercio ambulante y el derecho a la ciudad como marco teórico necesario para pensar la planeación urbana y este tipo de trabajo en América Latina.

Las discusiones y avances

Las ciudades, más allá de posibilitar el encuentro de diversidades culturales que en sus relaciones reproducen singularidades, efectúan, en su proceso de expansión, las relaciones comerciales globales, locales y regionales, la fiesta, el poder y el excedente acumulado. Ellas ejemplifican la heterogeneidad social y cultural, agregan las diversidades y en consecuencia, también los conflictos (LEFEBVRE et al., 2008).

Desde la perspectiva más general que Lefebvre nos aportó, es importante destacar el papel de la calle en las ciudades. Por lo tanto, en dialogo con Delgado (2017, p. 24) el espacio de la calle es el lugar donde un grupo se manifiesta, se muestra, apoderase y



realizase en el tiempo-espacio. La calle donde se ubica el comercio ambulante es, por lo tanto:

[...]una institución social, en el sentido de un sistema de convenciones organizadas de forma duradera de cuyo buen funcionamiento dependen parcelas estratégicas de la organización socio urbana en su conjunto. (DELGADO, 2017, p. 23).

El proceso de expansión de las ciudades anteriormente mencionado incrementa las relaciones comerciales en los diferentes niveles. Con ese incremento lo que es característico del proceso de desarrollo capitalista y, por ende, neoliberal, es el hecho de que el Estado es un actor que promueve la sustracción de derechos laborales por un lado que facilita el proceso de acumulación del capital privado y, por otro lado, un creciente incremento del ejército de reserva, que es enmarcado en los altos índices de desempleo, desocupación e informalidad (OLIVEIRA, 2003, p. 38).

Eso ejército de reserva que acude a la ciudad necesita garantizar condiciones materiales de sobrevivencia. Es donde se inserta el comercio callejero y por ende el comercio ambulante, como estrategia de sobrevivencia (Zepeda, 2016). Lo que sucede es que algunas actividades no son permitidas en las racionalidades normativas elaboradas por el Estado y generan conflictos en y por el espacio público. Sin embargo, es importante subrayar que el concepto de espacio público acá adoptado considera las afirmaciones de Crossa Niell (2018, p. 17). La autora propone la necesidad de mirar el espacio público como un orden social dinámico que germina de la cotidianidad en interacción con el Estado que a su vez esta imbuido por valores que se materializan en leyes y reglas que tienen como objetivo la regulación de la acción y la practica vivida del cotidiano urbano. La práctica vivida del comercio en espacio público aunada a diversidad presente en lo urbano propicia a las clases populares un mayor acceso a productos y servicios ofrecidos por diversas cadenas de valor que confluyen en ellas, en condiciones desiguales de la reproducción de la vida (Delgadillo & Jajamovich, 2020, p. 14).

No obstante, más allá de puntuado arriba, se vuelve necesario reflexionar en la génesis de los procesos de la informalidad en la estructura de producción económica en la que están insertados. Como afirma Oliveira (2003), la informalidad es funcionada por la



forma dependiente de inserción de los países de la periferia mundial en el capitalismo mundializado.

Entre su dimensión subalterna económica y su carácter transgresor de las normas vigentes de lo urbano, es necesario comprender la dinámica de ocupación de los espacios públicos, como comparte Jacobs (2011), sobre las calles y las aceras. Para ella, esos espacios son esenciales para la consolidación de ciudades y tienen como atribución garantizar lugares vivos que cargan experiencias, rutinas, discrepancias y conflictos. La autora resalta que:

“Las calles y aceras, principales lugares públicos de una ciudad, son sus órganos más vitales. Al pensar en una ciudad, ¿qué le viene a la cabeza? Sus calles. Si las calles de una ciudad parecen interesantes, la ciudad parecerá interesante; si ellas parecen monótonas, la ciudad parecerá monótona (JACOBS, 2011, p. 29).”¹⁷

En cuanto actividad ejercida en el espacio público, el comercio callejero posee valor histórico y cultural, rompe con la monotonía de las prescripciones de los planificadores urbanos y, de este modo, su existencia instauro conflictos con intereses de los agentes del comercio formal, con el Estado e incluso con otros actores como los peatones en las ciudades (ALBA et al., 2012). Por otro lado, al materializar las atribuciones pertinentes a la calle, como fue apuntado por Jacobs (2011), el fenómeno del comercio ambulante posee la capacidad de transformar el territorio urbano, pues intensifica el tránsito de peatones, proporcionando un aumento en el flujo en las calles y aceras. Siendo así, el comercio ambulante se inserta en la trama del reconocimiento cultural y constituyen aspectos de la solidaridad del trabajo en la calle, con los propios actores del comercio callejero, comercio formal y con los peatones. Dinámica que se afirma en la creación transgresora y condición económica subalterna: es en esa dualidad que se asienta buena parte de la reproducción del comercio ambulante en las calles de América Latina.

Por último, es conveniente acotar sobre los avances que las observaciones de campo ya realizadas, así como el análisis de los reglamentos de Guadalajara y Belo Horizonte,

¹⁷ Traducción propia.



que hay una convergencia de modelos de regulación urbana comunes en esas ciudades que tienen como finalidad la revitalización y el “embellecimiento” de los centros urbanos para atender intereses de capitales especulativos. Para estos fines, se desarrollan una regulación urbana que impacta y restringe el uso del espacio público por iniciativas populares como el comercio ambulante, como forma de disciplinarlo, resultando en propuestas de confinamiento y/o expulsión de ese tipo de comercio, intensificando procesos de segregación y exclusión social.

Palavras-chave: comercio ambulante, regulación urbana, derecho a la ciudad, geografía urbana.

Referencias

ALBA, F. DE; LESEMAN, F.; BUSTAMANTE LEMUS, C. (Eds.). **Informalidad urbana e incertidumbre: ¿cómo estudiar la informalización en las metrópolis?** (1. ed). Universidad Nacional Autónoma de México, Coordinación de Humanidades, Programa Universitario de Estudios sobre la Ciudad, 2012.

CROSSA NIELL, V. **Luchando por un espacio en la Ciudad de México:** Comerciantes ambulantes y el espacio público urbano (Primera edición). El Colegio de México, Centro de Estudios Demográficos, Urbanos y Ambientales, 2018.

DELGADILLO, V. El derecho a la ciudad en la Ciudad de México. ¿Una retórica progresista para una gestión urbana neoliberal? Andamios, **Revista de Investigación Social**, 9(18), 117, 2012. <https://doi.org/10.29092/uacm.v9i18.411>.

DELGADILLO, V.; JAJAMOVICH, G. La circulación de conocimientos, saberes y políticas urbanas en América Latina. **Iberoamericana**. 2020. https://www.academia.edu/43721476/_La_circulaci%C3%B3n_de_conocimientos_saberes_y_pol%C3%ADticas_urbanas_en_Am%C3%A9rica_Latina

DELGADO, M. “El derecho a la ciudad como derecho a la calle”. **Revista Folios**. Publicación de discusión y análisis. Número 32. Especial: “El Derecho a la Ciudad”. Otoño del 2017. Pp 22- pp 33. “El Derecho a La Ciudad”, 1(32), 22–33. 2017.



GAGO, V. **La razón neoliberal: Economías barrocas y pragmática popular** (Primera edición). Traficantes de Sueños. 2017.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiencias** (Vol. 2). MMA. 2006.

INEGI. Resultados de la encuesta nacional de ocupación y empleo. **Nueva edición (ENOEN)** (p. 32). 2021.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. WMF Martins Fontes. 2011.

LEFEBVRE, H.; MARTINS, S.; ANDRADE, M. M. DE. A revolução urbana. **Editora UFMG**. 2008.

OECD. **OECD Economic Outlook**, Volume 2020 Issue 1. 2020.
<https://doi.org/10.1787/0d1d1e2e-en>

OIT, O. R. PARA A. L. Y EL C. (Ed.). Panorama Laboral 2016. **OIT**. 2016.

OLIVEIRA, F. DE. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco** (1a. ed). Boitempo Editorial. 2003.

SANTOS, M. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos** (2. ed). Editora da Univ. de São Paulo. 2004.

SOTO, H. **Economia subterrânea: Uma análise da realidade peruana**. Globo. 1987.

ZEPEDA, H. E. “Neo-higienismo y gentrificación en el discurso de la movilidad urbana. Desalojo de ‘tiangueros’ en Guadalajara, México”. En Barrios corsarios: Memoria histórica, luchas urbanas y cambio social en los márgenes de la ciudad neoliberal (Primera edición). IPEC, **Inventari del Patrimoni Etnològic de Catalunya**: OACU, Observatori Antropologia del Conflictè Urbà: Pol·len Edicions. 2016.



El Pueblo Rama y El Canal: Um estudo sobre a relação com o espaço da comunidade Bangkukuk Taik, na Nicarágua, e os possíveis impactos de um Canal Interoceânico

El Pueblo Rama y el Canal: Un estudio sobre la relación con el espacio de la comunidad Bangkukuk Taik en Nicaragua y los posibles impactos de un Canal Interoceánico

Amanda Martínez Elvir, UFPE¹⁸

Cristina Pereira de Araujo, UFPE¹⁹

Nicaragua es un país que ha pagado un precio muy alto debido a su localización geográfica en el mapa político y económico del mundo, y alas características físicas de su territorio. Situado en el centro de la frontera mundial que divide las regiones ocupadas por los países desarrollados y el llamado tercer mundo, el país tiene una ubicación estratégica con características naturales en su territorio que lo convierten en un escenario perfecto para los flujos de capital.

Lo singular de la situación geográfica de Nicaragua es el hecho de que el río San Juan, que nace en el mar Caribe y atraviesa gran parte del país, conectando con el gran lago Cocibolca, hace económicamente viable la construcción de un canal que conecte los océanos Atlántico y Pacífico (Figura 1). Sin embargo, como bien dice el historiador nicaragüense Aldo Díaz Lacayo, la geografía le ha jugado una mala pasada a la historia del país (LACAYO, 2014). Y es que lo que podría ser una ventaja única resultó ser el elemento inductor de disputas que dejaron la historia social manchada de sangre, guerras y revoluciones.

¹⁸ Doutoranda do PPG em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

¹⁹ Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Figura 1. Mapa de Nicaragua. Cuerpos de agua principales: el lago Xolotlán (lago de Managua), el lago Cocibolca (lago de Nicaragua) y el río San Juan.



Fuente: IHNCA

Nicaragua es un territorio complejo que responde a dos procesos de colonización distintos (España y Gran Bretaña) y a dos matrices culturales que hacen del país un territorio multicultural, multirracial y multilingüe. Por un lado, la costa del Pacífico de Nicaragua estaba formada por pueblos pertenecientes a la matriz cultural mesoamericana, donde el poder estaba centralizado en la figura de un líder, el cacique, y su familia. El Atlántico, a su vez, se caracterizó por la matriz cultural chibcha que se relaciona con el poder desde la toma de decisiones en grupo, sin que necesariamente exista una figura de líder que decida por las comunidades (KINLOCH, 2016; FOWLER, 1989). La corona española no pudo relacionarse con las zonas chibchas nicaragüenses, ejerciendo su poder colonial sólo en el Pacífico y partes del centro del país.

Los Proyectos Canaleros, concebidos durante siglos para el país, siempre han surgido de las interpretaciones del concepto de desarrollo y producción del espacio de las zonas



del Pacífico de Nicaragua, aunque los principales afectados y afectadas siempre han sido las poblaciones del Atlántico. Esta separación geográfico/cultural en la historia nacional ha hecho que la historia oficial de lo que interpretamos como Nicaragua represente a algunas poblaciones del Pacífico, en detrimento del poco registro de las regiones del Atlántico.

Si por un lado se argumenta que la existencia de un Canal Interoceánico sería de gran beneficio para la economía nacional, por otro lado también es pertinente preguntarse ¿cómo se posicionan los pueblos tradicionales afectados, especialmente los ubicados en la región atlántica de Nicaragua? En esta investigación analizamos la propuesta de "desarrollo" urbano planteada por el megaproyecto como una producción espacial realizada por determinadas sociedades humanas, propia del modelo de Estado-nación y adherida al modelo económico capitalista, aunque esta producción no es la única ni la más importante en la región latinoamericana y en Nicaragua.

Asumimos que los pueblos que habitan en los bosques, en nuestro caso el pueblo Rama de Bangkukuk, también producen espacio y se relacionan con él de una manera distinta de aquella de los urbana/colonial/occidental.

Observando el choque entre diferentes mundos, culturas y producciones espaciales, el objetivo de esta investigación es analizar cómo el pueblo Rama de Bangkukuk Taik, en Nicaragua, se relaciona con el espacio para describir cómo el proyecto del Gran Canal Interoceánico afectaría a esta relación espacial y a la cultura de este pueblo. Uno de los aportes más importantes de esta investigación es crear una narrativa sobre la historia de Nicaragua y la perspectiva del proyecto del Gran Canal Interoceánico desde voces subalternas producto de un triple silenciamiento por opresiones en función de la raza/etnia, clase social y género. Se pretende aportar una reflexión sobre las producciones y relaciones espaciales amerindias para la arquitectura y el urbanismo latinoamericanos como disciplinas que tienen el espacio como locus y objeto de estudio.

La dimensión histórica que plantea el tema es el primer argumento para justificar la necesidad de esta investigación. Teniendo en cuenta que desde la llegada de los



españoles a Nicaragua, pasando por la intervención directa y violenta de los Estados Unidos y los Proyectos Canaleros diseñados en los años 90 por varios gobiernos, hasta el actual proyecto propuesto por el gobierno sandinista de Daniel Ortega (2006 - actual), estas comunidades, durante varios siglos, han convivido en medio de un territorio en disputa por varios intereses internacionales y bajo amenaza de desalojo. Este hecho, por sí solo, justificaría la necesidad de un proyecto en los términos aquí propuestos.

El pensamiento europeo se ha colocado, en el mundo colonizado, como un conocimiento superior, devaluando o categorizando otros saberes como locales o regionales. Los pueblos tradicionales, presentes en varias regiones del Sur Global, han sido invisibilizados en varios estudios en la arquitectura y el urbanismo, provocando una lectura poco o nada profunda de las demandas territoriales y de la relación espacial de estos pueblos. Observamos que en el caso de la geografía se estudian los conflictos agrarios, pero no necesariamente la relación con el espacio de estas comunidades. Elegimos trabajar con el pueblo Rama de Nicaragua porque es el pueblo indígena afectado, cuyo territorio ancestral incluye la región del Caribe Sur de Nicaragua, que comparten con tres comunidades negras Kriol, formando lo que actualmente se conoce como el Gobierno Territorial Rama y Kriol (GTRK). Son varios los pueblos afectados por el canal interoceánico, y el pueblo Rama es el único indígena y caribeño afectado en esta región que ya ha sido silenciada. Hemos optado por realizar esta investigación con el único pueblo indígena caribeño afectado, descentralizando la atención de los pueblos del Pacífico. De los nueve pueblos rama y kriol, elegimos la comunidad de Bangkukukg Taik porque está situada donde se abriría la ruta del canal propuesto.

El actual proyecto de canal interoceánico de Nicaragua surge por primera vez con un gobierno que se autodenomina socialista y de izquierda, dirigido por el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN). Este partido surgió en el Pacífico de Nicaragua, a partir de grupos que reclamaban la soberanía y autonomía del país para poner fin a las violentas intervenciones de Estados Unidos en la política nacional, y en su proyecto de expansión del poder en el istmo centroamericano. Por primera vez la tendencia política nacional de la que surge el megaproyecto es distinta, y ya no es Estados Unidos la potencia que propone la ruta interoceánica. China es la nueva potencia interesada en el



proyecto. El gobierno del actual presidente, Daniel Ortega Saavedra, promete que habrá un cambio hacia un proyecto inclusivo y social, donde los pueblos afectados serán incluidos en los procesos de toma de decisiones. Esta intención se hace oficial en el documento publicado en septiembre de 2017 titulado: El Libro Blanco del Canal Interoceánico.

En diferentes gobiernos latinoamericanos, independientemente de cualquier tendencia ideológica, se ha observado cómo prevalece la forma colonizada de relacionarse con el poder a partir de la preservación del modelo de Estado-nación, como una colonialidad del poder cuya forma de gobernar no responde a la diversidad social y cultural de la región, especialmente a las formas y organizaciones de la vida de los pueblos tradicionales. El modelo progresista latinoamericano, incluso proveniente de tendencias de izquierda, ha demostrado estar al servicio del "desarrollo" urbano, capitalista, moderno y colonial que coloca al Estado en el centro de la acción, reforzando una cultura política colonial, patriarcal y paternalista instalada en América Latina desde el período colonial. Debido al mantenimiento de los modelos coloniales y a la falta de discusión de esta perspectiva en la historia oficial de Nicaragua, incluyendo el período de la Revolución Popular Sandinista, esta investigación hipotetiza que a pesar del proyecto del Gran Canal Interoceánico proveniente del gobierno sandinista y de izquierda de Daniel Ortega, quien promete un cambio en el enfoque de esta nueva propuesta del Canal desde una perspectiva social, la obra seguiría siendo una amenaza para la cultura y las relaciones particulares con el espacio de las poblaciones tradicionales del Caribe Sur de Nicaragua.

Para describir cómo se relacionan con el espacio los y las habitantes de la comunidad Rama de Bangkukuk Taik, pretendemos observar su mundo social y estar atentas al fenómeno investigado y adaptar metodologías que nos ayuden a comprender su uso particular. De esta manera, elegimos la etnografía para realizar este trabajo, porque uno de sus principales propósitos es la descripción de las culturas, renuncia a la búsqueda de leyes universales y pone en escena descripciones detalladas de las experiencias concretas de la vida dentro de una cultura particular, tanto como sus reglas y patrones sociales (HAMMERSLEY y ATKINSON, 1994). Creemos que es importante localizar los



saberes, porque como han denunciado muchos autores, existe una imposición de definiciones de realidades por parte de grupos poderosos (MARX; ENGELS s.f.; HERNANDEZ y MURGUIAL DAY, 1992; BENJAMIN, 1987; HAMMERSLEY y ATKINSON, 1994; ELVIR, 2020). De este modo, la etnografía se ocupa de retratar las actividades y perspectivas de los actores y actoras de la investigación para cuestionar las ideas equivocadas sobre determinados grupos subalternos.

Palabras clave: Nicaragua; centroamérica; pueblos tradicionales; decolonialidad; producción del espacio; desarrollo urbano; canal interoceánico.

Referencias

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política** – Obras escolhidas – Vol. 1, São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1987.

ELVIR, Amanda Martínez. **Mulher:** História, exclusão e mobilidade urbana. Olhares para as assimetrias e desigualdades de classe, etnia e gênero na produção do espaço urbano. Porto Alegre: Nova Práxis 2020.

FOWLER, William. **The Cultural Evolution of Ancient Nahua Civilizations:** The Pipil-Nicarao of Central America. Norman, University of Oklahoma, 1989.

HAMMERSLEY, Martyn e ATHKINSON, Paul. **Ethnography. Principles in Practice.** Routledge, Londres and New York, 1994.

HERNANDEZ, Teresita; MURGUIALDAY, Clara. **Mujeres indígenas, ayer y hoy:** aportes para la discusión desde una perspectiva de género. Tala-sa Ediciones S.L. Madrid, 1992.

KINLOCH, Tijerino Frances. **Historia de Nicaragua.** – 5a. ed- Managua: IHNCA – UCA, 2016.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

LACAYO, Díaz Aldo. **Nicaragua**: visão histórica estrutural desde la otra historia. En: Revista de la Academia de Geografía e Historia de Nicaragua. Tomo LXXV (75). Managua, Nicaragua, Junio, 2014.

MARX, Karl e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. São Paulo, Presença e Martins Fontes. 2 v. s. d.



Geopolítica e luta de classes no Brasil: ordem local e ordem distante

Geopolítica y lucha de clases em Brasil: orden local y orden distante

Cristina Araujo, UFPE²⁰

Esta comunicação traz, na forma de resumo expandido, os objetivos, pressupostos teóricos e metodologia empreendida para consecução do projeto de pesquisa “Geopolítica e desenvolvimento desigual na América Latina: o caso do Brasil”. A pesquisa parte da hipótese de que a atuação de governos democraticamente eleitos e com perfil progressista resultam numa sensível alteração da divisão territorial e social do trabalho (DTT/DST) repercutindo positivamente na (re)produção do espaço urbano nos seus mais diversos indicadores, tais como: infraestrutura, moradia, educação, renda, emprego e saúde. A evolução positiva de tais indicadores, por sua vez, incorre na alteração da estrutura de classes que deixa de ter um formato piramidal – onde o topo da pirâmide representa a classe com mais alto capital econômico e a base, as camadas mais pauperizadas – para o formato de um losango, aumentando a base de uma classe média, o que sinaliza uma distribuição mais justa das riquezas de um país. E por isso mesmo, por alterar a ordem da DTT/DST, torna-se imperativo a restauração do poder de classe e do domínio geopolítico, numa clara aliança entre elites locais e a política de Estado norte americana a quem tem cabido, desde a segunda grande Guerra, a influência geopolítica em toda a América Latina.

Para atender a hipótese anunciada, o objetivo geral da pesquisa é avaliar o grau de dependência geopolítica do Brasil, na lógica da divisão internacional do trabalho (DIT). Estuda como as distintas divisões territoriais e sociais do trabalho (DTT/DST), reflexos da DIT, repercutem na reprodução do espaço urbano e na geração de desenvolvimentos desiguais numa perspectiva multiescalar.

²⁰ Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



Pressupostos teóricos

As relações entre espaço e política permeiam a produção do espaço e os distintos níveis de desenvolvimento no âmbito da lógica de acumulação capitalista e dos diferentes níveis de divisão territorial e social do trabalho resultantes. Autores como Milton Santos (2006), Henry Lefebvre (2008), Neil Smith (1988), David Harvey (2008, 2011) e Piketty (2014) tratam das relações entre capital, Estado e trabalho ao longo do tempo enfatizando as questões entre geopolítica e luta de classes, as relações entre ordem local e ordem distante/mundial.

O capitalismo surge como sistema econômico mundial no final do século XV, se consolida enquanto regime de acumulação no período entre guerras, ganhando sua maturidade com o *fordismo* no pós segunda-guerra, momento em que se estabelece uma nova DIT e se consolida o que à priori se mantém até os dias atuais: o *Grupo dos Sete* (G7), tendo os Estados Unidos se destacado como uma superpotência do mundo ocidental e por isso mesmo, na posição de “dar as cartas”. Grosso modo, a assim denominada tríade da ordem política mundial (ordem distante) exerce seu domínio geopolítico da seguinte forma: Estados Unidos sobre a América Latina; Europa sobre a África e Japão sobre o sudoeste da Ásia (Rebelo Júnior, 2002). Esse domínio não é apenas de ordem política, mas também busca viabilizar a inserção dos grandes trustes internacionais nos países sob os respectivos domínios.

Em relação ao Brasil (ordem local), a entrada de empresas estrangeiras e inversão de capitais já era assinalada por Caio Prado Júnior (2006) desde a transição da ordem imperial para a republicana. A inserção do país no capitalismo industrial mantinha a continuidade do padrão produtivo da vida econômica tal como ocorria na colônia: expatriação de riquezas e excedentes, fixando-se na nova ordem internacional como grande produtor de matérias-primas e gêneros tropicais intermediados pelas finanças internacionais que disponibilizavam crédito/empréstimo para os negócios locais.

Foi com a Revolução de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder que o Brasil entraria definitivamente no que Bresser Pereira (2014) denominaria revolução capitalista brasileira. O Estado Novo de Vargas, representava a ascensão da burguesia industrial e pública ao poder e traria com ele, um novo tipo de sociedade, urbana e industrial,



configurando um novo projeto de país (Souza, 2018). Ao fim e ao cabo, significava a substituição no poder político, da elite agrária pela industrial.

O projeto de país observado no período Vargas (1930 – 1945 e 1950 – 1954) contemplou investimentos no setor I da economia, ou seja, investimentos de bens de produção, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, do BNDES, da Petrobrás e da Eletrobrás. Contudo, esse processo se deu com forte afluxo de capitais e entrada de empreendimentos estrangeiros no país, num processo de substituição de importações e forte dependência de capital externo, sobretudo no período que seguiu com Juscelino Kubitschek (Furtado, 2003; Prado Jr, 2006).

A coalizão nacional desenvolvimentista de Vargas que contemplava empresários industriais, trabalhadores urbanos e setores não exportadores da velha oligarquia (Bresser Pereira, 2014) se esgotaria, dando espaço para o golpe de 1964. Com o golpe, o modelo de desenvolvimento econômico beneficiou a elite e a classe média, no que se pode denominar uma modernização conservadora, em contraponto a um solapamento da classe trabalhadora.

Foram as reformas de base propostas por João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas e sucessor de Juscelino Kubitschek, que azedaria de vez a coalizão até então estabelecida. É que as reformas de base propostas compreendiam a reforma agrária, a reforma tributária, a limitação da remessa de lucros das empresas multinacionais e reforma bancária. Daí o golpe, contando obviamente, com o apoio do governo americano afim de que se instaurasse o poder de classe de um lado, e o papel do Brasil, enquanto fornecedor de produtos primários e crescimento interno atrelado às multinacionais, de outro.

O desenvolvimentismo implantado no governo militar sob o programa denominado Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), tinha por objetivo a reversão da crise econômica instaurada, resultado dos altos investimentos do governo Juscelino Kubitschek. Para Chico de Oliveira (2011), o primeiro resultado do PAEG foi uma forte



recessão seguida de uma política seletiva de combate à inflação que acabou por transferir às classes populares o ônus desse combate.

O surgimento de novas ocupações criadas em decorrência da atividade industrial beneficiou uma classe média que passaria a ocupar os cargos de direção no mercado, no Estado e na esfera pública (a alta classe média), bem como as funções intermediárias de supervisão, controle, administração e direção, em todos os ramos, na esfera pública ou privada, vindo a compor o que Souza (2018:131) denominaria de a “massa da classe média”. Serão esses dois estratos, elite e classe média, que passarão a comandar o funcionamento da sociedade brasileira a partir de 1930, buscando manter seus privilégios de classe e muito comumente associado aos interesses americanos.

No âmbito da geopolítica mundial – ordem distante, esse período corresponde à transição entre o sistema de acumulação fordista e o flexível, expresso pelo *neoliberalismo*. A ruptura unilateral do acordo de Bretton Woods e a política de endividar o endividado, foram as estratégias utilizadas pelo governo americano para garantir sua hegemonia frente à tríade (G7) e os países do “terceiro mundo”(G77). Foi com o dinheiro oriundo dos petrodólares que não só o Brasil, mas vários países da América Latina, se industrializaram e investiram em infraestrutura. O aumento da taxa de juros nos anos 1980, foi a pedra de toque do modelo neoliberal gerado a partir da crise fiscal de Nova York e implementado por Ronald Reagan (EUA), Margareth Thatcher (Reino Unido) e Helmut Kohl (Alemanha). A adesão ao Consenso de Washington, no caso do Brasil em 1989, foi a pá de cal para o processo de recolonização de toda a América Latina por meio do processo de pagamento de serviço da dívida externa. (Araujo, 2011; Harvey, 2008). Ordem geopolítica mantida. Estados Unidos como superpotência comandando a tríade e o G77 mantido sob controle, já que suas economias estavam impedidas de crescer. Política de endividar o endividado comandada pelo governo americano exitosa. Importa ressaltar que esse modelo de desenvolvimento econômico no Brasil, iniciado em 1930 com Vargas, iria perdurar até os anos 1980, quando o Brasil aderiu ao Consenso de Washington e a política neoliberal foi executada em sua plenitude, nas gestões de Collor de Melo a Fernando Henrique Cardoso. Foram 50 anos de



crescimento contínuo que posicionaram o Brasil de uma das economias mais atrasadas do mundo em 1930, na oitava maior, no final dos anos 1970 (Souza, 2018a).

O modelo neoliberal trouxe dívida, desemprego e privatização. Contou com a participação dos governos e das elites dos países ricos – que lucraram com as altas taxas de juros, bem como das empresas multinacionais, que se beneficiaram do câmbio apreciado (Bresser Pereira, 2014). Foi no governo de FHC que a taxa Selic chegou ao patamar de 45%.

Para Souza (2018), o Estado, a partir do golpe de 1964 e de forma acelerada nos governos Collor e FHC, voltaria a funcionar como instrumento da elite de proprietários e da alta classe média que passa a consumir produtos importados baratos, aproveitando o câmbio anti-industrial decorrente do processo de desindustrialização em curso. O Plano Real, idealizado como instrumento do mercado financeiro, pois preserva a taxa de juros reais, teve como efeito colateral a estabilidade da moeda e contenção da inflação o que, para Souza (2018:123) “foi o único momento na história brasileira em que um representante da elite logrou efetivo apoio popular”.

Mas foi com a gestão de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003 e 2007 e Dilma Rouseff 2011 e 2014 (interrompido em 2016 pelo golpe de Estado) que o Brasil teria mais um lapso temporal de crescimento interno, apontando para um rearranjo geopolítico. Os indicadores positivos do período Lula-Dilma não deixam dúvida dessa afirmativa e apenas para citar um deles, o salário-mínimo cresceu 77% em termos reais, no período de abril de 2003 a janeiro de 2015 (Campello, 2018; Mercadante, Zero, 2018). Somam-se a eles, a descoberta da camada de pré-sal, onde parte dos dividendos seriam destinados à viabilização dos avanços na área de educação e saúde.

É paralelamente nesse contexto (ordem distante), que estaríamos vivenciando a grande crise do capitalismo no século atual, deflagrada em 2008 por meio da crise que ficou conhecida como a “crise das hipotecas subprime” e que provocou o desmantelamento de todos os grandes bancos de investimento de Wall Street se espalhando rapidamente pelo mundo (Harvey, 2011). A partir da leitura de autores como Dardot e Laval



(2016,2017) e Harvey (2016) tem se convencido chamar esse período pós-crise de 2008 de ultraliberal ou *ultraneoliberal*.

No Brasil, a crise teria provocado uma “marolinha”, nas palavras do presidente Lula. Isso porque o país estaria com reservas cambiais consideráveis e condições de estabelecer políticas anticíclicas, ou seja, de medidas de estímulo à economia (Carvalho, 2018). Contudo, o alinhamento com os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e, sobretudo em 2014, na gestão da Presidenta Dilma, a criação do Banco de Desenvolvimento (Banco dos BRICs) como alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, apontava claramente para um novo rearranjo na ordem da DIT e que certamente ameaçaria o acordo do G7 traçado pós segunda Guerra. É aqui que entram as guerras híbridas e a operação Lava Jato, como parte desta, para restauração da ordem geopolítica e do poder de classe (Korybko, 2018; Souza, 2020). Não restam dúvidas de que as jornadas de junho de 2013, iniciada pelo Movimento Passe Livre, foi capitaneada pela elite conservadora que transformou a bandeira original dos vinte centavos em combate à corrupção abrindo caminho para a espetacularização da operação Lava Jato (Souza, 2018, 2019, 2020). Com a vitória da Presidenta Dilma para seu segundo mandato, os ataques recrudesceram e a esfera pública (rádio, TV, jornais, redes sociais) fez o papel de porta-voz da elite do capital econômico. Para Singer (2018), foram muitas onças cutucadas com vara curta pela Presidenta. Em situação de pleno emprego e índice de popularidade alto, Dilma se arvorou a “intervir no motor da atividade capitalista, a saber, o lucro” (Singer, 2018: 49).

Estava aberto o caminho para restauração do poder de classe e o combate à corrupção, era mais uma vez, a arma infalível para a construção do consentimento que resultou no golpe de 2016 e que nos conduz à proposta desse projeto de pesquisa que, como percurso metodológico, em linhas gerais, propõe realizar uma revisão bibliográfica ampla do período estudado, um levantamento de indicadores em série histórica referente aos resultados dos sistemas de proteção social e políticas de desenvolvimento empreendidas para, em seguida, espacializar tais informações para a histórica recente compreendendo os períodos: neoliberal (1988 a 2002), neoliberal com viés progressista (2003 – 2014) e ultraneoliberal (2015 – momento presente).



Palavras-chave: luta de classes, geopolítica, divisão do trabalho; ultraneoliberalismo.

Referências

ARAUJO, Cristina P. **Terra à vista!** O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil:** sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2014.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira.** Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CAMPELLO, Teresa. **As faces da desigualdade no Brasil:** um olhar sobre os que ficam para trás. Relatório lançado no Colóquio Internacional "O desafio da igualdade no Brasil e na América Latina" nos dias 27 e 28 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro. Documento eletrônico disponível em www.flacso.org.br. Acesso 13 de maio de 2018.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **Comum:** ensaio sobre a revolução do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: edições Loyola, 2008.



HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas:** das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEFEBVRE, Henry. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: editora UFMG, 2008.

MERCADANTE, Aloizio. ZERO, Marcelo (org). **Um legado para o futuro:** governos do PT. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco.** 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2011.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 1945. 47ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REBELO JUNIOR, Manoel. **“O Desenvolvimento Sustentável:** a crise do capital e o processo de recolonização”. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006, 4ª edição.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

SINGER, André. **O lulismo em crise:** um quebra-cabeça do período Dilma (2011 – 2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Da escravidão a Bolsonaro. São Paulo: Leya, 2019.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018a.

SOUZA, Jessé. **A guerra contra o Brasil**. São Paulo: Estação Brasil, 2020.



Região do Grande ABC, da industrialização à desindustrialização: retratos de um modelo de subordinação e (sub)desenvolvimento

Región del Gran ABC Paulista, de la industrialización a la desindustrialización: retratos de un modelo de subordinación y (sub)desarrollo

Gisele Yamauchi, USJT²¹

Andréa de Oliveira Tourinho, USJT²²

O objetivo desse artigo é apresentar os dois momentos de atuação do Estado brasileiro a partir de uma análise histórica e crítica em relação à importação de um modelo de industrialização (substituição das importações), resultado de uma pesquisa sobre a desindustrialização brasileira, incluindo levantamento de campo sobre as áreas industriais ociosas nos territórios da Região do Grande ABC Paulista. São analisados os seguintes períodos: a) o desenvolvimento, a conformação industrial e do operariado da Região entre 1930 e 1980, sob a tutela da política industrial do Estado e os efeitos na Região do Grande ABC Paulista; b) entre 1980 e 2020, sob o domínio do Estado neoliberal, em tempos de desindustrialização e desemprego, e os seus efeitos nos territórios da Região do Grande ABC Paulista, resultando no surgimento de áreas industriais ociosas. A Região do Grande ABC está localizada a sudeste da Região Metropolitana de São Paulo e, após ter estado quase 300 anos adormecida, a partir de 1950, passou por acentuado processo de desenvolvimento industrial. Entre 1930 e 1945, no Governo Vargas, o Brasil iniciou o processo de investimento do Estado nas indústrias de base e a construção da estrutura de normas trabalhistas, com a aprovação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Na década de 1950, o Brasil iniciou a segunda fase de sua industrialização, buscando atrair empresas multinacionais fordistas ao país. O Estado de São Paulo, que já concentrava a maior parte do mercado consumidor, liderou o processo de expansão industrial. O plano “50 anos em 5” possuía ambiciosos trinta objetivos de desenvolvimento e foi colocado em prática pelo Governo de Juscelino Kubistchek (1965-1961) e combinou investimentos em infraestrutura e

²¹ Economista e Doutoranda no Programa Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas.

²² Arquiteta, Urbanista e Profa. Dra. no Programa Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas.



políticas públicas de proteção às indústrias nascentes e de atração de empresas multinacionais. Essa combinação, que somou à necessidade de expansão do capital estrangeiro (principalmente capital estadunidense nesta primeira fase, seguido, a partir de 1960, por capitais europeu e japonês), contribuiu mais ainda com a expansão industrial com a vinda das empresas multinacionais fordistas de produção de massa à Região do Grande ABC. Assim, formou-se o tripé industrial. De um lado, os empresários, as indústrias estatais de capital público, as indústrias multinacionais de capital estrangeiro e as indústrias nacionais fornecedoras das empresas multinacionais de capital nacional. E de outro lado, os trabalhadores brasileiros, que não tinham os mesmos privilégios do *Welfare State* dos países centrais (acesso à saúde e educação universais, seguridade social, habitação, saneamento básico, entre outros). Já na ditadura militar, a terceira fase não concluída, concentrou-se em fazer investimentos pelo endividamento externo para as empresas estatais no território brasileiro com o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, promovendo um crescimento em marcha forçada, pois a economia mundial apontava mudanças. Esses investimentos também chegaram na Região do Grande ABC com a inauguração da Rodovia dos Imigrantes em 1974, o término da construção do polo petroquímico de Capuava e a atração de novas empresas multinacionais produtoras de bens de capital, de máquinas e equipamentos. Como resultado desse processo rápido de industrialização, houve uma explosão populacional no Estado de São Paulo e na Região do Grande ABC, que se tornou o maior cluster industrial do país. Nesse período, entre 1930 e 1980, houve a forte atuação do Estado como indutor, investidor e protetor no processo de desenvolvimento do Brasil. Entretanto, as mudanças que sucederam a partir da década de 1970, como: a crise do petróleo, as novas tecnologias, a reestruturação produtiva, o acirramento da concorrência internacional, o aumento da polarização entre os Estados Unidos e a União Soviética e a inflação, levaram à crise econômica mundial e dos Estados. Como consequência, surgiram novas ideias nas décadas de 1980 e 1990, como o neoliberalismo (que pregava o Estado mínimo), o Consenso de Washington (que impôs novas regras e a manutenção da subordinação), novos países que permitiam maiores lucros (os tigres asiáticos, a China, entre outros) entraram em cena, a globalização, a financeirização da economia, novos modelos de administração. No Brasil, esses acontecimentos, que somados aos problemas econômicos do alto



endividamento interno e externo e de altos índices de inflação, piorou a condição de subdesenvolvimento e produziu um Estado de emergência, que abriu mão do projeto de construção nacional. Isto é, partiu de um Estado ativo para um Estado subordinado aos interesses de outros países e das elites, solucionador de problemas de curto prazo e seguidor fiel do Consenso de Washington, que promoveu a precarização do trabalhador, a abertura financeira e comercial sem salvaguardar as indústrias nacionais. Além disso, houve mudanças nos planos de desenvolvimento nacional, que levou à desconcentração industrial e à guerra fiscal entre estados e municípios. Nesse contexto, a partir de 1990, a Região do Grande ABC passou a sofrer os processos de desindustrialização, da terceirização do trabalho, de fechamento/saída de fábricas, de transferência de linhas de fabricação (fragmentando a produção) para lugares que permitiam a flexibilização trabalhista e ambiental – surgindo as grandes áreas industriais ociosas na Região. Por meio da organização social e do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, entre 1997 e 1998, os atores sociais discutiram soluções para esses galpões industriais ociosos, procurando executar projetos de intervenção urbana. Assim, surgindo o projeto do Eixo Tamanduateí na cidade de Santo André, que propunha mudar o uso desses espaços industriais para centros comerciais, igrejas, shopping, conjuntos habitacionais, universidades, mas sem fazer um levantamento quantitativo e dimensional dessas na Região. Houve, também, a criação da Agência do Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, em 1998, que procurou atrair novas empresas e buscar alternativas econômicas para a Região, considerando as novas mudanças tecnológicas da quarta revolução industrial. Entre o período de 2003 e 2010, sob o grande “boom” dos preços das commodities pelo grande apetite chinês, o país e a Região do Grande ABC voltaram a atrair novos investimentos, cunhando políticas industriais de curto e médio prazos, combinando políticas de valorização do salário mínimo e do emprego com políticas fiscais e monetárias de acesso fácil ao crédito e distribuição de renda. Como resultado, houve aumento do consumo, da produção industrial e de geração dos empregos no setor industrial do país e da Região do Grande ABC. No entanto, a partir de 2014, ainda sob a égide neoliberal, houve o aprofundamento da crise política, deflagrando uma crise econômica, que, somadas à crise internacional, produziu um resultado catastrófico para o país e para a Região. Houve a intensificação da precarização do trabalho com a Reforma Trabalhista em



2017, novos fechamentos de fábricas, o enfraquecimento da atuação dos atores regionais e das esferas regionais do Grande ABC, a Agência do Desenvolvimento Econômico e o Consórcio Intermunicipal. Com o cenário de crise, houve queda no consumo e nos postos de trabalho, a continuação da reestruturação produtiva, que resultou no surgimento de novas áreas industriais ociosas com outras dimensões. Pesquisa recente (2020) de uma das autoras desse Resumo, que utilizou informações das imobiliárias *online* e visita em campo das áreas identificadas, encontrou um total de 308 áreas industriais ociosas no Grande ABC: pequenas, médias, antigas e novas grandes áreas. A referida pesquisa realizou, ainda, entrevistas com os atores sociais da região sobre a sua percepção do problema. Essas entrevistas revelaram que, além da perda da ação do Estado neoliberal, há ausência de políticas públicas, pois o poder público concentra-se nas tarefas diárias, sem olhar o futuro da Região. Também existe um desconhecimento da atual situação do problema das áreas industriais ociosas, que estão à espera de solução. Com a pandemia da Covid-19, há perspectivas de piora desse cenário. Enquanto novas atitudes, protagonismos e política públicas multiterritoriais e multiescalares, principalmente a retormada do Estado indutor, investidor e protetor, não ocorrem, o país anda sem rumo e a Região “colecciona” galpões industriais ociosos. Paradoxalmente, o símbolo da industrialização nacional, que é a Região do Grande ABC, encontra-se, neste momento, com o seu futuro em xeque.

Palavras-chave: Região do Grande ABC, industrialização brasileira, desindustrialização brasileira, áreas industriais ociosas, (sub)desenvolvimento econômico e social.

Referências

ANAU, Roberto Vital. As transformações econômicas no grande ABC de 1980 a 1999. Pós. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, v. 11, p. 46-59, 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/posfau/article/view/47509>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

ARCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.



ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. **Quando o apito da fábrica silencia: atores sociais diante da reestruturação do parque industrial da Região do ABC**. Tese (Doutoramento em Sociologia). Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006, 338 p.

COSTA, Márcia. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v20n59/a08v2059.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

COX, Robert W. The social relations of production, p. 11-15; The dimensions of production relations, p. 17-34. In: COX, Robert W. **Production, power and world order: social forces in the making history**. New York: Columbia University Press, 1987.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 [1964].

HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos – o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HOFFMANN, Rodolfo. Considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 07-17, dez., 1973. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7590197300040001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 mar. 2021.

KLINK. Jeroen J. **A cidade-região: Regionalismo e reestruturação no grande ABC Paulista**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.



LEITE, Márcia de Paula. **Desenvolvimento econômico local e descentralização na América Latina**: a experiência da câmara regional do Grande ABC no Brasil. Santiago: CEPAL, 2000. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/31406/S003217_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 10 mai. 2021.

LOPEZ, Emiliano. **As veias do sul continuam abertas**: debates sobre o imperialismo do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARQUES, Maria Rosa; REGO, José Márcio (Org.). **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SAMPAIO, Daniel P. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil**. Tese de Doutorado (Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, 2015, 263 p.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018 [1993].

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

TOURINHO, Andréa de Oliveira; YAMAUCHI, Gisele. Áreas industriais degradadas e processos de requalificação: a experiência do Grande ABC na busca de uma nova centralidade regional. *In: Anais XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/xvshcu/83014-areas-industriais-degradadas-e-processos-de-requalificacao--a-experiencia-do-grande-abc-na-busca-de-uma-nova-centr>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

_____; _____. Áreas industriais degradadas na Região do Grande ABC Paulista – Velhos problemas, novas ideias. *In: Anais XVIII ENANPUR 2019*. Natal, UFRN, 2019.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=833>>.

Acesso em: 30 abr. 2021.

YAMAUCHI, Gisele. **A Indústria foi embora, e agora?** As áreas industriais ociosas na Região do Grande ABC Paulista: Identificação e dimensionamento da problemática entre 1989 e 2019. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2020, 546 p.



B

ESFERA PÚBLICA E A
CONSTRUÇÃO
DO CONSENTIMENTO



A construção do consentimento como mecanismo de controle social: um estudo sobre a elaboração do Plano Diretor do Recife 2018

La construcción del consentimiento como mecanismo de control social: un estudio sobre la elaboración del Plan Director de Recife 2018

Letícia Rocha de Santana, UFPE²³
Virgínia Pitta Pontual, UFPE²⁴

O presente trabalho visa discutir o papel da construção do consentimento na elaboração do Plano Diretor do Recife 2018 e propor uma reflexão acerca da força desses mecanismos nos processos de tomada de decisão no campo do planejamento urbano, contribuindo com o debate acadêmico sobre a temática. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a teoria abordada e levantamento de dados primários sobre campanhas publicitárias através do Portal da Transparência da cidade do Recife.

A teoria da construção do consentimento foi estudada pelo sociólogo e ativista político norte-americano Noam Chomsky (1997), que a entendia como forma de manipulação e dominação de determinados grupos sociais sobre outros. Em seu texto “Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia”, o debate sobre o tema foi iniciado a partir de uma inquietação acerca da facilidade com que uma maioria populacional era governada por uma minoria, e a submissão implícita com que os indivíduos cediam os seus destinos aos seus governantes. Por meio de seus estudos, constatou que o governo está baseado no controle de opinião, princípio que se estende aos diferentes tipos de governo, seja ele mais democrático ou autoritário.

A partir desse mecanismo, seria possível “legitimar” os desejos dos governantes de forma a parecer que é a vontade das massas, enquanto que não passa de imposição velada a partir da construção do imaginário social objetivando dar continuidade aos privilégios e a permanência de determinados grupos no poder. Esse tipo de ferramenta,

²³ Arquiteta Urbanista pela UFPE, Mestranda em Planejamento e Gestão Urbana do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco

²⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Coordenadora do Laboratório Urbanismo e Patrimônio da UFPE, Líder do Grupo Estudos de Urbanismo e Patrimônio Cultural do CNPq, Membro da Rede Urbanismo no Brasil CNPq



denominada por Chomsky (1997) de consentimento sem consentimento, defende que o consentimento dos governados aos governantes é uma atitude não explícita e não consciente, conseguido mediante procedimentos e mecanismos que não usam a violência, mas a manipulação ideológica, promovendo o controle das massas a partir da manipulação e do direcionamento das pessoas. Vale ressaltar que esse controle não diz respeito à questão de renda, mas aos capitais simbólicos e muitas vezes opacos que estruturam a sociedade.

Ao longo do tempo, os mecanismos utilizados para promover a construção do consentimento e assim o controle social foram se aprimorando e expandindo. A imprensa e a mídia tiveram um papel bastante relevante nesse contexto, uma vez que possibilitavam que as minorias fizessem uso das mídias de forma contínua e sistemática, de modo a mexer os fios que controlam a mente pública. Dessa forma, por meios dessas ferramentas, proporcionaria à liderança um mecanismo para moldar a mente das massas para que elas aceitassem as questões propostas colocadas por meio do consentimento manipulado.

Esse fenômeno tem como produto um hiato entre as preferências do povo e a política pública, que se utiliza constantemente da propaganda para persuadir as massas de que possuem opiniões diferentes do que realmente teriam caso não fossem manipuladas. Por meio dessas práticas é possível criar, dentro do regime democrático, um governo das minorias onde as vontades realmente consideradas são as dos indivíduos privilegiados das elites sociais.

Como uma das ferramentas desse processo, a internet e, conseqüentemente as redes sociais vêm crescendo significativamente ao longo dos anos, bem como sua influência e relevância na realidade. Seus mecanismos, novos meios de comunicação e possibilidades de organização vêm alterando as formas das pessoas se relacionarem entre si e com o mundo. Atualmente, essa revolução se reverbera em todos os âmbitos da sociedade, inclusive no campo político.



É nesse contexto que se insere o objeto de estudo do presente trabalho. Antes de adentrar às questões objetivas do processo de elaboração do Plano Diretor, se faz necessário compreender o contexto político em que estão inseridas. Em 2018 a cidade do Recife estava sob gestão do então prefeito Geraldo Júlio (Partido Socialista Brasileiro - PSB).

É importante salientar que a política recifense é marcada pela força histórica do PSB, partido forte em Pernambuco desde Miguel Arraes, político bastante atuante na militância e com extensa história no Estado que, ao ocupar cargos de Governador e Deputado, realizou notáveis projetos direcionados ao interior. Eduardo Campos, neto de Arraes, se utilizou do legado político do avô e ajudou a consolidar o nome e a política do partido em diversos níveis, transformando o partido, alterando seus ideais e rompendo com algumas alianças políticas estabelecidas por Arraes. Mesmo após o falecimento desses dois políticos, o partido permanece com força, se atualizando e crescendo no Estado e em sua capital.

Nos últimos anos, o PSB vem mostrando em suas ações uma eficiente combinação do modo conservador de se fazer política com ferramentas inovadoras, como as mídias sociais. Investindo pesadamente em marketing, as últimas gestões do PSB, tanto da prefeitura do Recife quanto do governo do Estado, conseguiram boa aprovação da população, obtendo reeleições, mesmo sem cumprir a agenda proposta e com fortes críticas de alguns segmentos da sociedade.

Todo o investimento em marketing tem como efeito incutir a projeção de uma boa gestão dentro do imaginário social recifense. Atacando através de diversos meios de comunicação, as gestões do PSB conseguem dominar a mídia tradicional como jornais e televisão, bem como mídias virtuais por meio de sites e redes sociais de forma massiva.

De acordo com análises realizadas em 2020 pelo mandato do então vereador do Recife Ivan Moraes (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL) acerca dos gastos da prefeitura



com a política de comunicação, os gastos das últimas gestões seguem crescendo consideravelmente.

Tabela 01: Gastos da Prefeitura do Recife com campanhas de comunicação (2013-2020)

TOTAL DE GASTOS COM A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO	
2013	R\$ 1.975.020,03
2014	R\$ 27.336.432,44
2015	R\$ 21.328.300,40
2016	R\$21.394.410,63
2017	R\$ 26.672.307,79
2018	R\$ 60.183.575,39
2019	R\$ 50.866.529,23
2020	R\$ 49.939.184,60

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados presentes no site criado pelo Mandato do Vereador Ivan Moraes para divulgar os gastos da gestão com comunicação, 2020.

Vale ressaltar que a política de publicidade do executivo municipal é classificada de duas formas: educacional e institucional. O material publicitário educacional tem como finalidade informar a população sobre questões de interesse público como, por exemplo, campanhas de vacinação ou de conscientização ambiental. Já o material publicitário classificado como institucional, é o tipo que possui papel de prestar contas e promover a gestão do executivo municipal.

De acordo com o estudo em questão (Mandato Ivan Moraes, 2020), entre os meses de outubro de 2018 até o mês de junho de 2020, foi gasto cerca R\$74.8 milhões com propaganda, sendo 65% destinado a campanhas de natureza institucional. Essa política baseada na autopromoção é responsável pela criação de uma boa percepção do PSB dentro do imaginário social por meio da construção do consentimento pautada na propaganda de modo a afastar os cidadãos das reivindicações de suas demandas, uma vez que a maior parte de informações que recebem são elogios à gestão e não convite à participação. Como consequência, a grande massa da população acaba ficando inerte



aos acontecimentos, sem acompanhar verdadeiramente as ações dos governantes e a situação real da cidade que habita, apenas sendo informada pelos meios de comunicação controlados. Com a consolidação dessas práticas, a população recifense tende então a naturalizar esse processo, habituando-se com os mesmos discursos e práticas políticas conservadoras maquiadas de inovadoras a partir da utilização de novas ferramentas de comunicação e marketing.

Dentro desse contexto político e social, está inserido o objeto empírico do presente estudo. O processo de elaboração do Plano Diretor do Recife 2018 contou com forte campanha publicitária e estratégia de marketing, movimentando valores consideráveis em virtude de propagandas em diversos meios de comunicação.

Por meio de dados coletados no Portal da Transparência da Prefeitura do Recife (RECIFE, 2019), foi possível analisar o tipo das campanhas de publicidade realizadas para o Plano Diretor da cidade. Os arquivos disponíveis acerca do acompanhamento das despesas com publicidade datavam de janeiro a dezembro de 2019 e contavam com informações como: empresa contratada, valor do contrato, tipo do contrato, mês e número de classificação.

Dos 55 contratos realizados pela Prefeitura do Recife por motivo das campanhas de publicidade para promover o Plano Diretor, apenas 4 eram campanhas de caráter educativo, ou seja, 92,7% das campanhas eram de cunho institucional.

Ao analisar os valores gastos com essas campanhas, têm-se o valor total de R\$ 1.395.124,62. Desse total, apenas R\$ 24.000,00 foram gastos com campanhas publicitárias de caráter educativo, ou seja, 98,28% do gasto total da Prefeitura do Recife com os contratos realizados por motivo da elaboração do Plano foram para promover a gestão.

Esses dados objetivos possibilitam elucidar o perfil da gestão da cidade, mais preocupada em se autopromover, realizar propagandas de ações da prefeitura, do que educar a população sobre determinados temas e mobilizar para participação.



Outro ponto importante de ser comentado é a participação virtual, possibilitada por meio da criação de um site próprio para o processo de elaboração do Plano Diretor do Recife 2018. O uso dessa ferramenta, inédita até então para uso de elaboração de Plano Diretor na cidade, foi utilizada em grande escala pela Prefeitura como forma de propaganda da gestão em relação à promoção de participação e transparência de acesso à informação.

De acordo com dados coletados no site do Plano (RECIFE, 2018), as atividades participativas contaram com a participação de 6.991 pessoas, sendo 5.288 pessoas participando de forma presencial e 1.703 participando virtualmente. Dessas participações, a prefeitura afirma que teve como resultado um total de 16.490 contribuições, sendo 4.476 contribuições realizadas presencialmente, e outras 12.014 contribuições virtuais. Ao analisar esses dados, percebe-se que o Executivo Municipal não conseguiu mobilizar de maneira significativa a população recifense para participar de forma presencial dos eventos ocorridos, já que de uma população de 1,6 milhões de habitantes, apenas 5.288 pessoas compareceram, ou seja, somente cerca de 0,3% da população.

Como consequência, tem-se que a maior parte das contribuições se deram através da esfera virtual. Logo, enxerga-se como restou prejudicado o processo participativo, uma vez que o ambiente virtual não oferece a participação de qualidade nos debates, como no presencial, além de limitar, ou até mesmo não existir, o aprofundamento na troca de vivências e experiências da população. Assim, as contribuições acabam por serem feitas muito mais no nível individual do que no coletivo.

A partir das reflexões realizadas, é possível inferir como a construção do consentimento sem consentimento vem, gradativamente, aumentando seu impacto na vida das pessoas. Tendo suas ferramentas atualizadas de modo a refletir as tecnologias possíveis de sua época, os mecanismos conseguem atingir cada vez mais a massa da população de forma a promover a manipulação e o controle das informações que chegam até ela, se utilizando dos meios de comunicação tradicionais combinados aos meios virtuais.



No caso apresentado, foi possível perceber a proporção que as estratégias de comunicação possuem na gestão da cidade e como estão sendo cada vez mais valorizadas pelos gestores, uma vez que foram percebendo suas consequências eficientes com o passar dos anos por meio da forte influência na condução da opinião pública a seu favor.

Desse modo, na elaboração do Plano Diretor do Recife 2018, entende-se que as campanhas publicitárias e as estratégias de marketing desempenharam papel crucial no processo, promovendo a manipulação da população de forma a passar a imagem que o processo estava sendo efetivamente participativo, enquanto na prática não conseguiu mobilizar muitos cidadãos recifenses para participar de modo presencial, tendo o número de contribuições muito mais pautado na participação virtual. Paralelamente, como prática da gestão executiva da cidade (vide seus gastos com comunicação institucional), as campanhas publicitárias continuavam a acontecer, maquiando a realidade do processo participativo e suas problemáticas.

Assim, entende-se que com a atualização dos mecanismos de construção do consentimento e o domínio das mais diversas ferramentas de comunicação, o controle das mentes de forma a privilegiar as classes dominantes e dar continuidade à exploração das classes populares fica cada vez mais forte e difícil de promover rupturas. Os meios de comunicação alternativos e as organizações sociais e populares acabam por serem engolidos por essa lógica dominante bem articulada e com capital suficiente para sufocar as tentativas de insurgência. É cada vez mais urgente discutir sobre a construção do consentimento e caminhar coletivamente pensando e se organizando para encontrar brechas nesses mecanismos de forma a romper com essa prática.

Palavras-chave: construção do consentimento, controle social, plano diretor, Recife.

Referências

CHOMSKY, Noam. **Consentimento sem consentimento:** a teoria e a prática da democracia. Estudos Avançados 11 (29), 1997.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 - Evento virtual

RECIFE. Portal da Transparência. Dados da gestão. 2019. Disponível em: <<http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/estaticos/estaticos.php?nat=DDG&filhoNatureza=1249#filho#filho#filho>>. Acesso em: 08 de junho de 2021.

RECIFE. Site do Plano Diretor do Recife. 2018. Disponível em: <<https://planodiretor.recife.pe.gov.br/>>. Acesso em: 06 de abril de 2021.



Dos condenados à terra aos condenados da periferia brasileira:

Posicionamentos acerca da intervenção policial no Jacarezinho

De los condenados a la tierra a los condenados de la periferia brasileña: posiciones sobre la intervención policial en Jacarezinho

Priscila Serafim de Andrade, UFPE²⁵

A presente pesquisa incide no episódio da operação realizada no jacarezinho, que matou mais de 22 pessoas, para refletir sobre posicionamentos dos brasileiros através de mídias que transmitem informações e notícias. As questões discutidas atualmente perpassam as redes sociais, que vem se tornando parâmetro no que tange às informações, incluindo o debate que se faz sobre a política de drogas em seu âmbito jurídico e a partir da atuação do aparato legal do Estado em relação ao tráfico. Condenados à Terra é utilizado no título, em referência à obra de Franz Fanon, que reivindica à consideração do outro, do não-ser, do negro, como ser humano. O objetivo dessa pesquisa é identificar opiniões acerca de intervenções ostensivas da polícia em periferias brasileiras, assim como verificar que tipo de posicionamento são mais comuns quando relacionam operações policiais com o tráfico de drogas. Dessa forma se pergunta, de que forma a população que recorre às mídias sociais, reagem à operação do Rio ocorrida em 06 de maio de 2021, no jacarezinho, e às operações da polícia militar no Brasil? A discussão que adentra sobre as intervenções e políticas do Estado de forma a consolidar o proibicionismo de drogas, diz sobre as políticas seletivas que vem promovendo as políticas de morte como forma de manutenção de privilégios da branquitude. É nesse Estado de exceção e soberano, que se cria a relação de inimizade, que compõe o inimigo ficcional. Esse inimigo se desdobra numa subdivisão da população e o racismo então sanciona a prática que desumaniza povos. (MBEMBE, 2018) - O inimigo construído, e disseminado no imaginário social, é o que legitima a atuação do Estado sobre os corpos negros e dissidentes. O Brasil, país colonizado, é marcado por uma estrutura patriarcalista e racista, perpetuando traços da escravidão e

²⁵ Graduada em Gestão de Turismo; Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

da colonialidade do ser e saber que atravessa a modernidade. O Brasil se adapta ao sistema antidrogas global, que é instituído pela hegemonia global de forma a encarcerar massivamente a população negra, como uma das incidências dessa perspectiva, outrora, o genocídio. Voltando para o início da história brasileira, se verifica que devido ao esgotamento do regime escravocrata ergue-se um novo sistema de trabalho: o livre. O negro é inserido de forma precária e sem um mínimo de estrutura no novo regime permeado pelo preconceito e oferecendo ao mercado sua força de trabalho. Nesse sistema o negro é posto como um indivíduo não reconhecido como cidadão em que havia uma distribuição dos postos de trabalho segundo a cor passando ser um elemento delimitador da concepção social do negro na sociedade constituindo a ideologia do negro embasado na ideologia racial do branco. A construção da sociedade de classes com representações às relações sociais surgem como produtos divididos em raças, sexo, religião sendo assim o preconceito uma barreira a democracia. Advindo disso, urge a democracia racial consistindo em um mito em que os homens, pobres ou ricos, negro ou branco são iguais negando a desigualdade racial e suas vinculações históricas. Sendo o preconceito racial um processo social constituído por determinados componentes ideológicos das relações sociais entre grupos que são levados a definir se como pertencentes a raças diversas, fenômeno ideológico que se manifesta por meio de símbolos que permeiam as relações sociais. A doutrina de inferioridade do negro usado pela classe dominante como técnica de dominação que mantinha o status quo preservando as estruturas estabelecidas do sistema escravocrata e após. Pondo a desigualdade social herdada da racial aceita socialmente como algo natural, justo e inevitável de modo que a ordem social vigente não alterasse o antigo padrão de relação entre o negro e o branco. Advindo do passado e continuamente inserido no presente a percepção do racismo perpassa questões políticas e ideológicas. A assertiva das teorias eugênicas foi utilizada como dogma segundo o qual um grupo étnico está condenado por natureza à inferioridade congênita e outro destinado à superioridade. Que consiste em caracterizar um conjunto humano pelos atributos naturais, eles próprios associados às características intelectuais e morais que valem para cada indivíduo dependente desse conjunto e, a partir disso, pôr eventualmente em execução práticas de inferiorização e de exclusão. O povo negro são as principais vítimas da violência instalada no país. Segundo os dados do Atlas da Violência, em 2016, houve um



considerado aumento de 7.4% em relação a 2015 no número de jovens negros que morreram de forma violenta. Entre 2006 e 2016, foi registrado um aumento de 23,3% segundo essa pesquisa. O fato é que, de todas as mortes violentas registradas no país, 71,5% dos indivíduos são negros ou pardos, com baixa escolaridade e que não possuem o ensino fundamental concluído. Já no Atlas da Violência de 2019 é verificado que em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros. Percebe-se que a desigualdade no Brasil não se define apenas por questões socioeconômicas mas, principalmente, por dimensões socioculturais e étnico-raciais. Como enfrentamento a este sério problema, que como consequência tem vindo como uma onda de extermínio de uma parcela da população (no caso a dos negros/as), é importante assumir o fato de que somos formados por uma sociedade racista, e infelizmente este racismo também parte do Estado. As preocupantes taxas de mortalidade da juventude negra são resultados de uma série de outras violências sofridas por esse segmento, muita das vezes partindo do próprio Estado, que não oferece acesso igualitário entre negros/as e brancos/as em políticas sociais e nos serviços públicos. A naturalização para esse problema se firma por conta da omissão e banalização dessas violações por parte de vários âmbitos da sociedade, resultando na culpabilização das vítimas. No Brasil, apesar de a população se considerar, em sua maioria, negros ou pardos, a representatividade na mídia é quase inexistente. A mídia reforça um estereótipo de marginalização do negro quando explora sua imagem, ligando-o sempre a situações de violência e miséria. Em programas policiais sensacionalistas, por exemplo, é comum o *link* do indivíduo negro com a criminalidade, potencializando assim o seu papel de suspeito na sociedade. Atrela-se a isso o fato da invisibilidade da situação da maioria da população negra no país, que concentra-se nas periferias e, portanto, são mais vulneráveis a julgamentos da classe hegemônica – branca – do país. Tais estereótipos estão presentes nas produções de entretenimento como novelas, séries, programas de humor e jornalísticos, além da publicidade. Com exceção de algumas iniciativas, os lugares reservados aos negros na mídia são os da subserviência, da marginalização, da criminalidade e do exotismo sexual. Reforçando uma representação negativa contra os negros e o privilégio dos brancos – em sua maioria, elite. A luta dos negros contra a discriminação racial remonta aos tempos de escravidão, quando surgem organizações, irmandades e revoltas, compostos por ex-escravos, libertos ou militantes de causa abolicionistas. Com



a República, surgiram novas formas de um apartheid racial, onde a elite brasileira sonhava em “branquear” a sua população. Durante a ditadura militar no Brasil, houve uma preocupação em repassar a imagem de “somos um só povo” sem distinção de raça, com o intuito de abafar a realidade desigual histórica no país, entre brancos e negros. E para isso, o governo retirou do sistema oficial de informações, dados sobre a cor dos indivíduos. Os reflexos desse esforço em mostrar um país sem desigualdade racial são vistos ainda nos dias de hoje diante de expressões como “somos todos iguais”, por exemplo. Há uma tentativa de deslegitimação das lutas raciais, além de uma propagação de imagem distorcida do negro brasileiro, cujo suas características são vendidas na mídia como fora dos padrões em parte (algumas características provenientes da raça negra são ridicularizadas, rejeitadas, enquanto outras, poucas, são desejadas pela elite branca). Assim como o papel social do negro diante da grande mídia é o de coadjuvante inferiorizado que existe para servir aos brancos, limitando os negros a situações indesejadas pela maioria branca. Os meios de comunicação tem uma parcela importante de responsabilidade na formação de estereótipos negativos sobre a população negra, e apesar de, atualmente, assistirmos a uma tentativa de reparação histórica, a grande mídia não ousa radicalizar sabendo que a elite branca se sentiria afrontada. O fato é que os negros não podem se destacar positivamente, mais que os brancos, na sociedade, nas instituições e, conseqüentemente, na mídia. A pesquisa diante do debate, tem caráter exploratório e é realizada a partir de uma postagem na rede social instagram, da página de mídia e notícias “Quebrando o Tabu”. A página é um dos veículos mais acessos na atualidade, devido à grande inserção de informações através de redes sociais. A postagem escolhida informa sobre um episódio que traz em discussão a criminalização das periferias e das drogas, como um respaldo para a ostensividade e a continuidade de uma necropolítica. Foram feitos 9.422 comentários até dia 30 de maio de 2021, como a pesquisa se caracteriza como parcial, e ainda iniciante, foram utilizados os primeiros 100 comentários, e as respectivas respostas. A postagem do Quebrando o tabu, insere uma imagem editada pelo instituto Marielle Franco, no qual utiliza-se de uma reportagem da G1, que tem como título “Operação no Rio termina com um policial e 22 suspeitos mortos”, recriado para “Operação ilegal no rio termina com um policial e 22 pessoas assassinadas”. No lugar de “tiros”, coloca-se na sequência do texto “chacina”. Uns dos comentários realizados questiona, sobre o policial



que morreu na intervenção, se o fato de ter sido assassinado justifica, a suspeição de pessoas no jacarezinho - “O policial que infelizmente morreu foi assassinado por “suspeitos” ou “pessoas”” Outro comentário, que obteve 5.729 curtidas, destacava ““Pessoas” portando fuzil”, no qual se vê a colocação de aspas na palavra “pessoas” constantemente. A crença que faz presente enfatiza um modo de justificar a operação, no qual muitos indivíduos se perguntam, - Se existe a operação, e por que existe crime, certo? Outro comentário identificado, foi o “Legítima defesa não é assassinato.” de forma a segregar o que é assassinato e o que é dentro da lei. Muitos dos comentários incidem na defesa do policial. É percebido, que esses comentários, teve um número de respostas consideráveis, só que muitas vezes discordando do comentário a princípio, como o comentário a seguir: - “sabe quem estava em legítima defesa?? Os traficantes! A polícia que invadiu sem motivo algum, simplesmente com a desculpa de “tem muito aliciamento infantil para o tráfico de drogas” e saíram matando um monte de traficante! Dentro de casa, na frente da família, de crianças. Imagina você limpar o sangue do seu filho em casa! Tá que não defendo bandido, por mim que morra mesmo, mas não vivemos uma ditadura. Existe algo chamado “direitos humanos”. Eles tinham que ser levados presos, e não ter sido executados cruelmente.” Uma das percepções é de quem entra com um comentário como sendo a favor da postagem, e contra, sendo majoritariamente brancos aqueles que emergiram em comentários em discordância da edição da postagem do Quebrando o Tabu. É necessário enxergar que ainda existe um projeto de extermínio, institucionalizado, de controle social do corpo negro, alimenta o funcionamento do sistema capitalista, que por sua vez é dominado e determinado pelos mesmos pares e/ou sistema de valores que anteriormente colonizaram, exterminaram, escravizaram e criminalizaram os negros deste país, sendo o movimento atual uma tentativa a todo custo de manutenção de privilégios de um lado, e de reivindicação e luta por sobrevivência e por justiça do outro. Se a percepção das pessoas continuarem a ser, “se a polícia entrou lá, é por que têm criminoso”, quantas mortes mais existirão por consenso da própria população?

Palavras-chave: Intervenção policial. Mídia. População negra. Tráfico de drogas.



Referências

ATLAS da violência 2016. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).**

Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6529/1/Nota_n17_Atlas_Violencia.pdf

Acesso em: 14 fev. 2021.

ATLAS da violência 2019. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).**

Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>

Acesso em: 14 fev. 2021.

CARVALHO, Salo de. **O encarceramento seletivo da juventude negra brasileira: a decisiva contribuição do poder judiciário.** UFMG, Belo Horizonte, n. 67, pp. 623 -

652, jul./dez. 2015.

FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial.** Belo

Horizonte: Letramento, 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Ed. UFBA, 2008.

_____. **Condenados à terra.** Juiz de fora: Editora UFJF, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** Trad. Maria Ermantina de Almeida

Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Trad. Maria Thereza da

Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Trad. Lígia M. Ponde Vassalo.

Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramallete. 42ª edição,

Petrópolis: Vozes, 2014.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

GALVÃO, Cauê, Almeida. **“Entre o corte da espada e o perfume da rosa”**: Proibicionismo, culturalismo racial e seletividade jurídico-midiática da guerra às drogas na zona latinoamericana. 140p. (Dissertação de Mestrado) Unila, Foz do Iguaçu. 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. N-1 edições, 2018.

NOGUERA, Renato. **Dos condenados da terra à necropolítica**: Diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. Revista Latino Americana do Colégio Internacional de Filosofia, n. 3, p. 59-73, 2018.



Fragmentação do espaço e construção de consensos na cidade pós-política

Fragmentación del espacio y construcción de consensos en la ciudad pospolítica

Otávio Augusto Alves dos Santos, UFRPE²⁶

O texto a seguir reúne algumas das reflexões realizadas no contexto da elaboração da tese de doutoramento do autor, cujo resultado foi publicado em Santos (2000). O objetivo foi sugerir uma interpretação crítica da realidade urbana do Recife a partir do conceito de fragmentação. Nos dois primeiros itens, discorre-se sobre este conceito e sua relação com o estabelecimento de uma ordem urbana pós-política. A seguir, analisa-se a relação entre pós-política e populismo para, ao final, comentar de forma muito breve a fragmentação do espaço e a construção de consensos na cidade do Recife.

Fragmentação do espaço urbano

A noção de fragmentação surgiu da necessidade de caracterizar as desigualdades socioespaciais urbanas neste contexto de globalização. Como na concepção de Carlos (1994), a visão mais aceita é a de que a globalização aprofunda a fragmentação contida no espaço. Contudo, Sposito (2013) a compreende como fenômeno recente e abrangente que, sem contrastar com a segregação, vai além dela. O ponto de vista desta autora ampara-se no importante trabalho de Prévôt-Schapira (2001), segundo o qual a urbanização recente na América Latina vem se dando a partir de lógicas de demarcação e territorialização exacerbadas.

Analisando a realidade argentina, Prévôt-Schapira (2001) afirma que os modelos centro/periferia até então utilizados para compreender a realidade urbana latino-americana não são mais úteis, dada a constituição de múltiplas fronteiras que dividem o espaço e ao mesmo tempo o empobrece. Tais fronteiras muitas vezes surgem, inclusive, para separar segmentos de uma mesma classe social (moradores de "assentamientos" e de "villeros", por exemplo), dando origem a estratégias de

²⁶ Professor de Geografia da Universidade Federal Rural de Pernambuco.



"esquivamiento" que resultam em territorialidades exacerbadas e identidades restringidas.

Em Santos (2020), acrescentamos que a fragmentação também se caracteriza pela generalização hiperbólica do sentimento do medo. Este sentimento, superdimensionado pelo que Caldeira (2000) chamou de “falas do crime” e por um mercado de segurança crescente, tem sido também utilizado em propagandas de ofertas imobiliárias, procurando demonstrar que a cidade é essencialmente caótica e não-civilizada. Assim, livrar-se desse caos não constituiria uma opção ou um privilégio, mas uma necessidade. Por isso a emergência’ do que Haesbaert (2014) chamou de “contenção territorial”, isto é, dos entraves e constrangimentos à mobilidade das pessoas no espaço. Este autor não faz referência explícita à fragmentação, mas mostra como os muros e os expedientes de restrição são essenciais à “biopolítica” da cidade em tempos de “insegurança”. Ainda segundo suas palavras, muito mais do que fluidez e mobilidade, vivemos, isto sim, em tempos de imobilidade, tendo em vista a enorme quantidade e diversidade de muros, fronteiras e limites, especialmente nas cidades periféricas (HAESBAERT, 2015).

A autosegregação presente na enorme difusão dos “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000) e a referida contenção territorial marcam materialmente o processo de fragmentação. Seu maior efeito sobre a vida na cidade tem sido a implosão do espaço público e, com isso, a degradação da própria política.

A cidade pós-política

Parafraseando Sennet (1989), em Santos (2020) afirmamos que a fragmentação tem ocasionado um “declínio do homem público”, dada a pulverização do espaço público e a decadência da política. Seu principal resultado nas cidades periféricas tem sido a irrupção e o fortalecimento de formas de gestão urbana neoliberais que, na visão de Swyngedouw (2012), servem à construção da condição “pós-política”.

Segundo este autor, a ordem política (ou policial, como diversas vezes insiste) urbana do capitalismo tardio se caracteriza não apenas pela “eliminação da dissidência”, mas



pela exclusão do próprio político e do que lhe é mais peculiar, a diferença e o “litígio do senso comum”. Na visão de Swyngedouw (2012), no tocante ao planejamento e a gestão urbanos, há uma crescente coesão em termos de visões e propostas, com as quais compartilham desde os promotores imobiliários, passando pelos agentes do Estado, e chegando até os cidadãos comuns. Trata-se, contudo, de uma coesão que se afirma mediante o constrangimento de trajetórias divergentes e de perspectivas contrastantes, interditando processos contestatórios e de luta social.

Desde os anos 1980, quando surgiram os novos modelos de redesenho urbano, como os de Baltimore ou de Barcelona (experiências que David Harvey aponta como exemplos da transição entre uma abordagem administrativa para uma empreendedora no planejamento e na gestão urbanos), a razão neoliberal substituiu de vez as políticas urbanas baseadas na redistribuição. Nessa nova abordagem, a busca pela “recuperação” de cidades inteiras deveria se dar por meio de novos arranjos institucionais, em modelos de governança onde a iniciativa privada e seu empenho na atração de investimentos deveriam ter centralidade.

Não há mais planejamento urbano, mas apenas “planos de cidade”, feitos por grupos muito específicos de *stakeholders*, cuja visão dos problemas urbanos e das soluções para enfrentá-los são idênticas. Assim, a gestão urbana tem seu caráter político esvaziado. O que tem restado ao cálculo político são as questões atinentes ao funcionamento da cidade no curto prazo, e ainda assim sob limites burocráticos e orçamentários definidos sob circunstâncias pretensamente “técnicas”. Em outras palavras, não há discussão sobre o tipo de cidade que queremos. O “possível” é esquadrihado por decisões e interesses que se realizam em esferas aparentemente “inacessíveis”.

Pós-política, populismo e insensatez

Tudo na cidade tem sido definido sob um consenso pós-político (e, portanto, pós-democrático). Nesta senda é que erige, segundo o mesmo Swyngedown (2012), um populismo urbano. E uma de suas principais características é a construção ideológica de uma “ameaça comum”, que pode ser um “intruso” externo. Delineada essa ameaça,



sugere-se uma solução pretensamente “neutra” e tida como expressão legítima da “vontade popular”. Esse populismo também invoca futuros apocalípticos para dar urgência a “solução técnica”, sempre em acordo com os interesses das elites socioeconômicas. Em outras palavras, o populismo urbano geralmente promove ações que insurgem como manifestação de uma certa vontade popular, invocando os signos identitários locais contra uma ameaça externa, mas que sempre estão em acordo com os interesses das classes dominantes, seguindo a conhecida analogia “pátria – empresa – mercadoria” do planejamento estratégico, então criticada por Vainer (2013).

A situação pode ficar ainda mais complicada atualmente, neste contexto de “pós-verdade”²⁷, uma vez que o argumento racional se tornou só mais um discurso no debate público, sem qualquer privilégio. Divulgadas em massa, as *fake-news* e os conteúdos com generalizações hiperbólicas, muitas das quais assentadas em prostrações ideológicas e obscurantismo, encontram terreno fértil nas sendas abertas pelo populismo, levando-nos ao estágio atual de hegemonia de um populismo ultraconservador e autoritário.

Depois que se tornou patente a degradação da esfera pública, a realidade se tornou um objeto em disputa. Qualquer discurso, inclusive o mais alucinado, ganhou a prerrogativa de concorrer no mercado das verdades. E, assim, ideias até então obsoletas ou mesmo absurdas começaram a interferir em decisões políticas importantes. Para tal estado de coisas, vale dizer, também concorreu a difusão e o uso intenso das redes sociais, que permitiu a insensatez em grupo. Pode ser questão de tempo até que a onda de insensatez generalizada passe a interferir no espaço e na vida urbanas.

Fragmentação e construção de consensos no Recife

Em Santos (2020) também concentramos nossos esforços na construção de uma interpretação crítica da realidade urbana do Recife, recorrendo a alegoria com a qual comparamos o processo de fragmentação nesta cidade com a conversão da

²⁷ Para uma discussão sobre a ideia de “pós-verdade”, recomendo a leitura dos capítulos da coletânea “Ética e Pós-verdade”, organizada por Christian Dunker, Cristovão Tezza, Julián Fuks, Márcia Tiburi e Vladimir Safatle, publicada pela editora Dublinense.



“insularidade natural” a partir da qual se edificou originalmente, para a “insularidade social” com a qual a cidade se caracteriza hoje.

A conversão para essa insularidade social acompanhou precisamente o processo de produção expansiva do espaço, mediante surgimento de empreendimentos imobiliários autosegregados, seja na periferia ou no centro. O modelo de habitar em condomínios foi introduzido e difundido, muitas vezes, sob a justificativa do cotidiano tenso e violento que então erigia. Um processo de territorialização exclusiva de grupos e classes, que buscam viver apenas entre os seus foi então se forjando. Some-se a isso a forte mudança no mercado e nas ofertas imobiliárias que, através de suas estratégias publicitárias, procuravam convencer de que o auto enclausuramento constitui um comportamento indispensável numa realidade urbana caótica e violenta (SANTOS, 2020).

O resultado disso tem sido o estreitamento do universo convivencial e uma forte atomização que, como dito, possui impactos sobre o espaço público e favorece a construção pós-política de consensos. É cada vez mais inquestionável a difusão de uma “vida entre-muros” e, direta ou indiretamente ligada a ela, uma degradação da política. No Recife, cidade notadamente fragmentada, tal relação fica evidente na forte rejeição aos movimentos contestatórios (a “ameaça comum”) frente aos consensos formulados em favor de projetos imobiliários, maior parte dos quais concebidos sob o pendor desenvolvimentista (a “vontade popular”).

A construção das torres residenciais na linha de costa, no Cais de Santa Rita (Edifícios Pier Maurício de Nassau e Pier Duarte Coelho), representa um exemplo emblemático de consentimento pós-político. Antes de sua materialização, houve um grande trabalho ideológico de estigmatização da área como lugar violento, que mobilizou diversos setores da sociedade. Embargado diversas vezes pela justiça, o empreendimento foi finalizado a despeito de sua inconformidade com as leis de preservação e uso do solo.



O consenso em torno do desenvolvimento e da “recuperação” de uma importante área da cidade foi que legitimou o Projeto Novo Recife²⁸, por exemplo, cuja discordância realizada pelo movimento “Ocupe Estelita” (mais uma vez, a tal “ameaça”) foi duramente depreciada. Contra este movimento recaiu toda uma mobilização que envolveu desde o setor imobiliário, a mídia local, a Prefeitura, até o Conselho de Desenvolvimento Urbano. O mesmo aconteceu com a troça carnavalesca “Empatando tua vista”. Sua crítica irreverente que versava sobre a complacência do Estado frente as investidas muitas vezes criminosas dos promotores imobiliários, não foi apenas silenciada pela mídia, como também interdita pelo Estado mediante ação do órgão de controle urbano e da polícia.

Palavras-chave: Fragmentação; Pós-política; Consenso

Referências bibliográficas

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. USP, Ed. 34, 2000.

CARLOS, A. F. A. A Natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton (Org.)

Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 191-197.

HAESBAERT, R. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R. 2015. **Sobre as i-mobilidades do nosso tempo (e das nossas cidades).** Mercator, 14 (4), p. 83-92, 2015.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. F. 2001. **Fragmentación espacial y social:** conceptos e realidades. Perfiles latino-americanos: revista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 9 (19), p. 33-56, 2001.

²⁸ O título do projeto já ilustra de maneira inequívoca o apelo aos signos de certa identidade. Quem poderia ser contra um projeto que evoca o próprio nome da cidade?



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

SANTOS, Otávio A. A. **A fragmentação do espaço no Recife**. Recife: Editora UFRPE, 2020.

SENNET, R. 1989. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras.

SPOSITO, M. E. B. 2013. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A et al (Orgs.) **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto. p. 61-93.

SWYNGEDOUW, E. **A cidade pós-política**. Revista E-metropolis, Rio de Janeiro, n. 08, p. 52-61, 2012.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. (Org.). **A Cidade do Pensamento Único**. 8.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 74-104.



Por uma resistência comunicativa: reflexões iniciais sobre o papel da mídia alternativa no contradiscurso político nacional

Por una resistencia comunicativa: reflexiones iniciales sobre el papel de los medios alternativos en el contradiscurso político nacional

Barbara Rodrigues, MDU - UFPE²⁹

O presente estudo traz reflexões iniciais sobre o papel da mídia alternativa à mídia tradicional na conformação do atual cenário político brasileiro. A divulgação da sequência de eventos relativos à dinâmica conturbada do ambiente político atual traz à luz a crescente fragilidade dos regimes democráticos em um contexto Sul Global, com destaque para o cenário nacional. O processo contemporâneo é permeado também por novos instrumentos na disputa de narrativas que anseiam por serem absorvidas pela opinião pública e justificarem tomadas de decisões e novas políticas. Após eventos mais intensos na América Latina, é possível acompanhar no Brasil um momento de ruptura de projetos políticos que foram pensados com base no contexto periférico em que o continente se formou; momento esse em que são colocados à prova concepções de democracia, direito e justiça social. Esse movimento encontra resistência em diversos segmentos da sociedade e encontra suporte para sua propagação nas mídias sociais independentes, que se proliferaram a partir da repercussão desses momentos de quebra de um pacto social democrático nos meios de comunicação tradicionais. Esses meios se tornaram ferramentas essenciais para a construção de uma nova forma de comunicação entre os agentes que resistem ao processo de desenvolvimento neoliberal e para a informação sobre fatos que acontecem por uma perspectiva que não é (ou, ao menos, não pretende ser) cooptada por tais forças dominantes. Esse discurso alternativo ainda acumula desafios para fazer frente a uma comunicação tradicional, dentre eles o acesso de classes populares à internet e ao conteúdo produzido, a capacidade de simplificação do discurso para uma propagação mais rápida e, algumas

²⁹ Doutoranda em Desenvolvimento Urbano do PPG MDU da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharela em Turismo e Mestra em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB).



vezes, a própria discordância de diferentes segmentos em torno de estratégias de resistência. Diante dessa dinâmica no cenário político atual questiona-se se, de fato, estamos caminhando para um momento de ruptura do pacto democrático estabelecido em 1988 e como poderemos garantir a construção de uma sociedade mais justa.

No próximo retorno, vire à direita: o fortalecimento neoliberal no Brasil

As escolhas pertinentes às estratégias econômicas a serem seguidas por um país afetam não só suas atividades comerciais, mas também a estrutura social da sua população. As lutas que a sociedade civil trava são disputas entre classes sociais e suas respectivas ideologias, que por sua vez são condicionadas pelas “restrições de caráter econômico (...) e pelas condicionantes histórico-estruturais”, tais como: o avanço da democracia, o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade de vida acompanhada da concentração de renda e outros desafios trazidos pela globalização (BRESSER-PEREIRA, 1999, p.110). Contrário a um pensamento de desestabilização pela ação do Estado, construiu-se no Brasil, a partir do início dos anos 2000, um planejamento voltado ao acesso à direitos, como à educação até o nível superior, à alimentação de qualidade e ao consumo de bens duráveis por parte de classes que antes tinham pouco ou nenhum potencial de compra. Instrumentos como a ampliação das Universidades, ações afirmativas e programas de transferência de renda favoreceram o alívio à pobreza no país ao mesmo tempo em que fortaleceram alguns setores econômicos pela movimentação gerada. A ascensão brasileira não se consolidou de forma isolada e não é consequência restrita da política econômica adotada. O cenário internacional favoreceu o mercado brasileiro pela expansão dos negócios da China e o interesse nas *commodities*. Ainda assim, as políticas de redistribuição de renda ganharam destaque por aquecer o mercado interno e abrir para a possibilidade de redução das desigualdades vivenciadas (CARVALHO, 2018). Por outro lado, ainda que as ideias neoliberais estejam presentes no cenário político internacional desde o fim da década de 1980, sua conformação atual é reforçada a partir do início do século XXI, com influência do avanço das tecnologias e de procedimentos administrativos voltados à máxima eficiência do mercado, para assim se obter lucro máximo. Mesmo com a crise de 2009, esse modelo não foi ultrapassado e, mais uma vez, optou-se por uma saída mais liberal à outra crise capitalista. Alguns críticos já o



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

caracterizam como um movimento “ultra-liberal” pois excede até mesmo os pressupostos do neoliberalismo no tocante aos valores defendidos. Tal fato sustenta o argumento de que o neoliberalismo conseguiu atravessar seus limites como um modo de produção/acumulação capitalista e se tornou a nova razão do mundo, ditando novas formas de convivência, consumo, trabalho, lazer (DARDOT; LAVAL, 2016). A globalização atingiu de forma desigual os países da América Latina pela sua posição também desigual em relação ao restante dos países. Submetendo-se marginalmente a esse processo, os países latino-americanos seguiram o discurso neoliberal que defende uma “ótica prática” baseada em um paradigma técnico-econômico. Há influência dessa lógica em outros âmbitos, como por exemplo, na estrutura e dinâmica das cidades, que também entraram no movimento de competição entre si para atrair investimentos e turistas (MATTOS, 2010). Essa conjuntura, quando em momentos de crise econômica, tende a gerar indignação por parte da sociedade antes favorecida por tal contexto. O reflexo disso pôde ser visto no Brasil quando parte da população que se encontrava em classes com potencial de compra médio e elevado o perdem após o rebatimento da crise de 2009 (que em parte justificou as manifestações de 2013) no país e se colocaram contrárias às ações de transferência de renda do governo por acreditarem que elas estão, de certa forma, em desvantagem em relação às demais camadas da sociedade. Singer (2018) trabalha como hipótese a ideia de que ao denominar a antiga massa trabalhadora de “nova classe média” e não assegurar o entendimento de que foram as políticas estatais que sustentaram a inclusão social, o governo desperdiçou o potencial classista dos novos trabalhadores. Os que ascenderam, mesmo sem estabilidade e sem características em comum com a “classe média tradicional”, tenderam a serem atraídos pelos seus valores ideológicos como a meritocracia, o empreendedorismo e a ver o Estado como inimigo. Um dos principais fatores que influenciaram esse processo foi a contribuição da mídia tradicional para a formação da opinião pública acerca dos casos de corrupção ocorridos e das ações governamentais. No mote da investigação “Lava-Jato”, a mídia encontrou uma fonte quase que inesgotável de notícias que poderiam assegurar o retorno das elites econômicas para o panorama político de forma ativa (elas nunca saíram, porém naquele momento não eram mais protagonistas). A resposta a isso surgiu com meios de comunicação alternativos que tentaram (e ainda tentam) cobrir as manifestações populares, muitas vezes ignoradas pela mídia tradicional, e trazer o



discurso alternativo ao jogo político. A partir das manifestações de 2013, a participação desses canais tem contribuído para uma percepção crítica mais apurada e atualizada dos episódios que marcam a história recente da sociedade brasileira. Eles levantam a problemática social trazendo um posicionamento que indaga a conformação política atual e possibilita um novo olhar inquietador para a nossa história político-econômica. Esses canais também são, hoje, agentes cruciais na checagem e no combate a proliferação das *fake news* (notícias falsas), tendo em vista o papel dessas como um vetor de deturpação de fatos, o que afetou diretamente o processo e os resultados das últimas eleições de 2018. As mídias sociais alternativas cumprem, portanto, uma função imprescindível agora: contribuir para o fortalecimento da resistência à fragilização dos discursos populares-democráticos e ao contínuo desmonte das políticas sociais desenvolvidas nas últimas duas décadas.

As mídias alternativas brasileiras

Nas décadas de 1970 e 1980, a vanguarda jornalística brasileira era composta de jornais e publicações de pequena circulação como o Pasquim. Com a ditadura militar e a perseguição aos políticos que propunham causas sociais e criticavam o imperialismo norte-americano, esses meios de comunicação ganharam força, ainda que na clandestinidade. A Revista ISTOÉ, durante muito tempo fez importantes contrapontos no debate entre direita e esquerda. No entanto, divergências levaram Mino Carta a fundar sua própria editora. A Carta Capital surge em 1994 como uma das pioneiras do esquerdismo na imprensa brasileira. Anterior a Carta, o Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores de São Paulo criou a revista Teoria e Debate em 1987, com foco nas discussões acerca da esquerda brasileira e mundial. Com a evolução da internet e a multiplicação de redes sociais, blogs e vídeos, essa corrente progressista se ampliou e, então, começaram a surgir diversos outros canais. Paulo Henrique Amorim, ex-jornalista da Rede Globo, transformou seu programa Conversa Afiada num blog de muita repercussão. Luis Nassif, que fez parte do quadro administrativo da Folha de São Paulo, criou o Portal GGN de notícias. Paulo Nogueira desenvolveu o site Diário do Centro do Mundo e Leonardo Attuch, da ISTOÉ, criou o canal Brasil 247. A TVT surgiu como uma televisão de sindicalistas em São Bernardo do Campo, bem como veículos parceiros como Brasil de Fato e Rede Brasil Atual. O jornalista Luiz Carlos Azenha mantém o blog



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

Vi O Mundo e colunistas como Leonardo Sakamoto mantêm um espaço em portais como o UOL, do grupo Folha. Sakamoto também sustenta a ONG Repórter Brasil, que denuncia o trabalho escravo no Brasil. O jornal *Le Monde Diplomatique* surge no Brasil em versão impressa em 2007, e tem como objetivo fortalecer o estímulo ao pensamento crítico e o debate a assuntos críticos da sociedade. Cabe citar também os canais Mídia Ninja e Jornalistas Livres que cobrem protestos de rua com a explosão das manifestações de 2013 até hoje. Une-se a eles, o Opera Mundi, site de notícias e análises críticas, fundado por Breno Altman em 2008 e, com destaque para o importante papel na denúncia de ações irregulares da Operação Lava Jato, o jornal on-line The Intercept Brasil, lançado em 2013. A importância dos canais apresentados se direciona para a possibilidade da criação de um discurso alternativo ao tradicional que não condiz com os ideais social-democráticos antes firmados. Essa espécie de “resistência comunicativa” pode favorecer, portanto, a construção de uma realidade mais justa, já que discursos podem ser entendidos como um “meio comum de compreender o mundo” (DRYZEK, 2007, p. 9) e possuem a capacidade de moldar as ações dos indivíduos a partir do momento que mudam suas ideias, valores ou opiniões. Esses acabam por se adaptar aos interesses individuais que disputam pelo poder de formatar a sociedade e assim estimulam a busca exclusiva por expansão de renda ignorando os impactos negativos que surgem a partir desse esforço (COWEN E SHENTON, 2005). Esses impactos, por sua vez, acabam por incidir mais duramente em locais com um ordenamento político mais frágil. Dessa forma pode-se perceber uma forte presença de um ideal de democracia liberal que prioriza a defesa das liberdades individuais em prol do bem comum nesses locais (CHAUÍ, 2008). Nessa disputa de narrativas o encontro desses agentes é essencial para o esforço de consolidação de uma frente crítica e atuante contra a retirada de direitos dos cidadãos mais vulneráveis. Ainda assim, percebe-se desafios à propagação desses discursos já que os canais de televisão e rádio ainda são os meios que alcançam a maioria da população brasileira. Nesse sentido, salienta-se a importância da formação de espaços comunitários, que desafiem o avanço das estruturas de poder das diferentes formas de representação do capitalismo em espaços antes tidos como públicos ou de fato comuns ao povo (DARDOT; LAVAL, 2017). Evidentemente, posicionamentos e ações devem ser objetos de análise e ponderação. Existe a propagação de notícias falsas por meios de



comunicação alternativos também e esses discursos muitas vezes vão de encontro à busca pela verdade dos fatos. Na ânsia de incentivar a mobilização popular, pode-se perder valores essenciais a defesa da democracia e, portanto, é importante manter-se atento aos conteúdos e modos de divulgação desses discursos. Mais que urgente, deve-se repensar as formas de fazer com que esse discurso alternativo faça parte das opções de fontes de notícias, críticas e opiniões, para a construção da realidade política atual. A promoção de eventos, encontros, mobilizações e a produção de um conteúdo que alcance classes com menos acesso a produção intelectual é imprescindível para a manutenção dos direitos conquistados e pela luta pela redução das desigualdades no país. Entende-se que o pensamento crítico ainda é o principal recurso para a formação de uma sociedade mais justa e de cidadãos conscientes do seu papel na construção de uma cidade melhor.

Palavras-chave: mídias sociais, discursos, mídia independente, resistência

Bibliografia

BRESSER-PEREIRA, L. C. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.).

Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília: ENAP, 1999, p. 67 – 116.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira:** Do boom ao caos econômico. Brasil, Todavia, 2018.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. En: **Crítica y emancipación:** Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008- . -- ISSN 1999-8104.

COWEN, M.; SHENTON, R. **Doctrines of Development.** London; New York: Routledge, 2005.

DARDOT, M; LAVAL, P. **A Nova Razão do Mundo:** ensaio sobre o neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

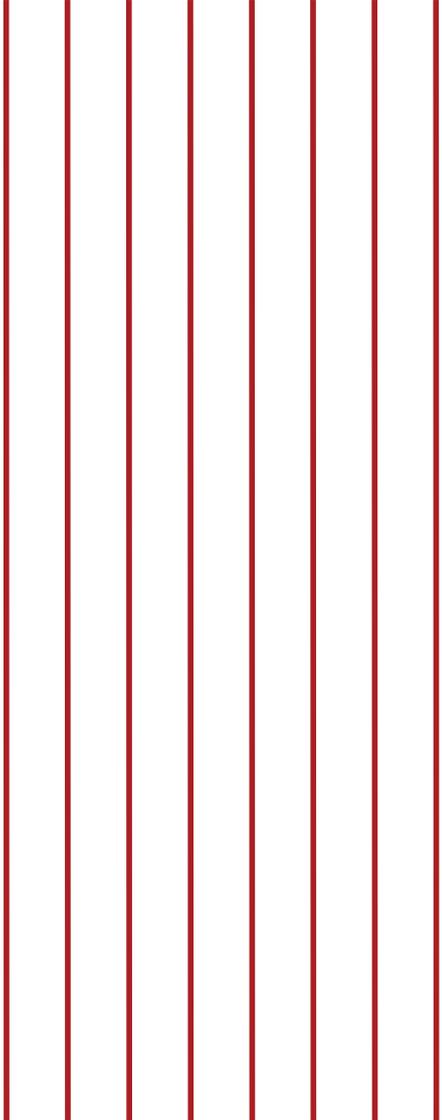
16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

DARDOT, M; LAVAL, P. **Comum** - Ensaio Sobre a Revolução no Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DRYZEK, J. **The Politics of Earth**: environmental discourses. Oxford: Oxford University Press, 2006.

MATTOS. Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina. De la ciudad a lo urbano generalizado. **Revista de Geografía Norte Grande**, 47: 81-104. 2010. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022010000300005

SINGER, A. **O lulismo em crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011 – 2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



FOTOGRAFIA: BÁRBARA LINO



POLÍTICAS DE COMBATE À
DESIGUALDADE





Abastecimento alimentar metropolitano:

Questões para um planejamento entre o rural e o urbano

Suministro de alimentos metropolitano: cuestiones de planificación entre el rural y el urbano

DIAS, Igor de Barros Ferreira. IFPR³⁰

GALERA, Izabella. UFPE³¹

O objetivo deste estudo é provocar a reflexão sobre a irracionalidade de olhar para os problemas urbanos, e dentre eles a fome, a falta de moradia, abastecimento hídrico, de trabalho, de lazer, em separado das questões agrárias, que desde muito longe determinam como se vive e como se come no Brasil. Para isto, esta pesquisa se baseia em pesquisa bibliográfica, e busca trazer como entendimento que o planejamento metropolitano ainda hoje não consegue superar a dicotomia rural e urbano, assim como nos parece reduzir a compreensão do espaço metropolitano a ideia de urbano.

É importante compreender que, na lógica urbana, a desigualdade socioespacial é um pressuposto, em especial nos territórios com grandes contrastes de renda e que carregam uma história de sucessivas violências, como é o caso dos países do Sul Global. É neste sentido que nas grandes metrópoles da América Latina, podemos nos deparar com grandes fortunas nas mãos de poucos e inúmeras misérias.

A partir da ideia de Lefebvre (1999), compreende-se que a cidade é o lugar da luta de classes, que se manifesta materialmente por concentrar os meios de produção e de reprodução da vida. É uma obra coletiva, que se organiza pelo valor de troca e também pelo valor de uso. É o lugar da festa, da concentração de poder (institucional ou não) e

³⁰Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) , Professor de Geografia no Instituto Federal do Paraná(IFPR)

³¹ Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Pesquisadora do Laboratório sobre Espaço e Política (LEP) e professora do DAU-UFPE.



do excedente. A cidade é acima de tudo é o lugar do encontro, que opera dialeticamente entre o conflito e a cooperação.

Pensar as regiões metropolitanas, exige pensar gestão integrada do seu conjunto, tendo como exemplo a questão do abastecimento e produção alimentar, nela envolve a articulação da sociedade civil, de instituições públicas e privadas, de diversos municípios, do governo estadual e federal, tornando o planejamento e a governança democrática um grande desafio devido ao intrínseco choque de interesses, sendo assim, um “espaço de conflitos”, porém o planejamento e a governança democrática é a única forma de se gerar um ordenamento espacial que elimine os atuais problemas descritos.

Soma-se a essa questão uma população que se caracteriza por ser majoritariamente urbana, onde, no processo de urbanização, se desenvolve em poucas e grandes regiões metropolitanas, sendo, portanto, urbanização e metropolização indissociáveis. Tais regiões são caracterizadas por terem se desenvolvido “sem limites” (principalmente entre as décadas de 1960 e 1980) e com taxas de crescimento das periferias muito maiores que das cidades centrais (BRITO, 2006).

Atualmente, segundo o IBGE (2018), 57% da população brasileira encontra-se em apenas 6% das cidades. As dezessete maiores cidades concentram 22% da população, enquanto 6,3% da população vive em 45% do total de municípios. As regiões metropolitanas estão desacelerando seu crescimento em relação ao conjunto da população urbana, porém ainda são hegemônicas na totalidade e por consequência, centro dos problemas nacionais, como violência, moradia, encarecimento do custo de vida.

Hoje, por mais global que possa estar a articulação produtiva de alimentos, ainda observamos uma importante produção local, principalmente de olericultura, no que se costuma chamar de “cinturões verdes”. Agricultores especializados em abastecer a região metropolitana, sendo esta produção determinada pela proximidade com o consumidor.

Os “cinturões verdes” encontram-se, geralmente, nos municípios satélites da cidade central, regiões características de transição entre rural/urbano, e próximas aos bolsões



de pobreza da periferia metropolitana. Além dos efeitos oriundos da intensa proximidade com a mancha urbana, encontramos algumas especificidades da finalidade de uso do solo para a agricultura, impondo toda uma articulação de gestão dos territórios urbanos e rurais.

Segundo Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, 2019 as “cidades rentistas” encontram-se despolitizadas, com a destruição da criatividade do sistema de solidariedade territorial, abdicando a cidade do bem estar para o desenvolvimento do capital fictício, onde não se pode intervir na propriedade privada, mesmo existindo constitucionalmente, a necessidade do cumprimento da função social.

Como já mencionado, pensar a escala das regiões metropolitanas exige pensar gestão integrada do seu conjunto, como por exemplo: conservação e abastecimento de água, dinâmica econômica, transporte coletivo, coleta de lixo, circulação de mercadorias, habitação e claro, a questão do abastecimento e produção alimentar.

Analisar uma política de segurança alimentar incorporada ao planejamento territorial metropolitano se torna cada dia mais urgente, visto o aumento da pobreza e o aumento do preço dos alimentos e bebidas de 129% na última década, segundo IBGE (2016) e no ano de 2019 e 2020, tivemos um aumento de 7% e 14% respectivamente. Fortalecer os cinturões verdes, dentro de uma produção saudável,³² passa pelo desafio de estruturar uma dinâmica territorial correspondente com este objetivo.

Assim, faz necessário orientarmos uma transformação no nosso modelo produtivo, modelo baseado no rentismo monopolista e de intensa segregação socioespacial. Este modelo “concentracionista”, logo, excludente, sendo necessária a reorganização territorial onde privilegie a gestão democrática do controle social sobre a riqueza.

Hoje nosso modelo tanto agrícola quanto urbano é excludente e ambientalmente insustentável, sendo o próprio modelo produtivo o principal fator de insegurança alimentar e caos urbano.

³² A Produção Saudável busca garantir a preservação e conservação da terra e sua biodiversidade, a segurança produtiva para o agricultor com uma capacidade de sustentação a partir do trabalho, e que promovam o consumo variado e sustentável. Abarca o processo de produção, processamento, comercialização e consumo.



A luta por uma produção alimentar sustentável e pelo direito à vida urbana (para além da cidade) aponta novos paradigmas e se estabelecem dentro de uma lógica de cooperação e reciprocidade, que busca o fortalecimento da autonomia dos produtores, bem como da produção e reprodução de sua base de recursos, que passa por visitar as práticas tradicionais aliadas a processos territoriais contemporâneos, exercendo assim seu potencial transformador.

Este processo de urbano-periferização, marcado pela desigualdade social, trouxe sérias consequências, como o aumento da violência, o déficit habitacional, a pobreza, os problemas relacionados à saúde e à preservação dos recursos naturais. Hoje nos encontramos em um profundo quadro de piora da qualidade de vida nas metrópoles, sendo um desafio cada vez mais complexo para o poder público e sociedade civil. (IBGE- censo de indicadores sociais 2018).

O Brasil tem criado ferramentas institucionais que tratam da questão. Em 2001, temos a aprovação do Estatuto das Cidades (Lei 10.257), avançando no planejamento urbano, acompanhado da participação da sociedade civil, com objetivos claros de planejamento inclusivo e integrado das cidades, eliminando em tese a hegemonia do planejamento do tradicional monopólio político dos grandes setores privados.

Em janeiro de 2015, após dez anos de tramitação, foi aprovado o Estatuto das Metrôpoles (Lei 13.089), que institui diretrizes para o planejamento urbano regional onde define o exercício das funções públicas de interesse comum a fim de avançar em uma estrutura de governança democrática, como por exemplo, a criação do Plano Nacional de Planejamento Regional Metropolitano, e a criação o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas.

Quanto ao Estatuto das Metrôpoles, MOURA e HOSHINO (2015):

Trata-se de um diploma que chega tardiamente, é certo, para sanar defasagens históricas. Sem embargo, chega com estofo conceitual e um cabedal acumulado de discussão pública e de envolvimento de diversos segmentos em sua manutenção. Esse processo foi árduo e teve de minar resistência em vários flancos, chegando ao resultado politicamente possível, por hora. (p.13)



Ao realizar uma varredura bibliográfica na plataforma Scielo e no Google acadêmico sobre o tema “Estatuto das Metrôpoles” observa-se a quase inexistência das palavras: rural, comida, agricultura e alimentação.

Quando mencionado, como por exemplo, no Plano de Desenvolvimento Integrado na Região Metropolitana de Porto Alegre, a agricultura aparece enquanto zoneamento para ordenar o crescimento urbano, em outros trabalhos vemos críticas pelo fato de delimitações da região metropolitana (RM) constarem municípios hegemonicamente rurais e que, segundo eles, isso seria um equívoco.

A própria lei do Estatuto das metrôpoles não consta as palavras, agricultura, alimento/comida, onde apenas é mencionado a palavra “rurais” uma vez:

Art. 12. O plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá considerar o conjunto de Municípios que compõem a unidade territorial urbana e abranger áreas urbanas e *rurais*.

Pudemos observar uma abordagem genérica, considerando rural como “áreas” e dando a impressão de compreendê-las como uma “sobra”, um objeto estranho ao urbano, ou melhor, define rural como tudo que não é urbano, rural como a negação do urbano.

Seguindo os incisos sobre o artigo 12, observamos que nenhum deles trata do rural e em sua grande maioria trata da regulação do espaço urbano.

Por tanto é evidente que tanto a lei 13.089 quanto a comunidade acadêmica quando aborda este tema usa uma abordagem “urbanocêntrica”, vendo o rural como algo diferente ao redor, que simplesmente existe ali porque o urbano ainda não atingiu aquelas áreas.

Criando uma relação dicotômica entre espaço rural e espaço urbano, quando na verdade são frutos de um mesmo processo interdependente: a produção metropolitana.

Os cinturões verdes encontrados nas RM’s no Brasil são vistos de forma utilitarista pelo planejamento metropolitano, sendo caracterizadas como zonas especializadas em ofertar alimentos, no qual todas as diretrizes buscam unilateralmente torná-las “eficientes” neste propósito. Uma consequência é a falta de propositividade de



integração do rural ao urbano, visão que reforça o dualismo (rural-urbano) e aprofunda a especialização territorial, na qual intensifica a precarização da vida dos agricultores com a concentração de bens e serviços distantes de suas moradias.

Ver as metrópoles não é ver só os centros urbanos e sim ver sua totalidade territorial, dessa forma, o espaço rural não é nem um pouco menos metropolitano que o espaço urbano, pelo contrário, ambos se desenvolveram de forma interdependente.

Como já foi mencionado na citação, o Brasil cria tardiamente ferramentas de ação na escala metropolitana, onde observamos uma frágil conceituação do espaço rural e alimentar que leva a inúmeras insuficiências para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada, além da resistência por parte dos políticos municipais em efetivar planos em conjunto devido corporativismo e fisiologismo da máquina estatal, sem falar que o governo Bolsonaro extinguiu não só o CONSEA (segurança alimentar) como o Conselho Nacional das Cidades.

A conclusão a que chegamos é que se faz urgente uma efetiva incorporação da problemática alimentar no planejamento metropolitano visto sua importância estratégica, além da necessidade dos estudiosos do tema contribuir com esta defasagem institucional.

Palavras-chave: Segurança Alimentar, Planejamento integrado metropolitano, Produção do Espaço Urbano.

Bibliografia

ARANTES, Otília, MARICATO, Hermínia & VAINER Carlos. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, Vozes, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001. Acesso em: 01/06/2021.

_____. **Estatuto da Metrópole**. Lei 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm. Acesso em: 01/06/2021.



BRITO, Fausto. **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles.** Revista ESTUDOS AVANÇADOS, n. 20 (57), 2006.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital:** São Paulo: Boitempo, 2011.

LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

LÊNIN, V.I. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo.** São Paulo. Global Editora, 3ª Ed. 1985.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capita:** São Paulo: Boitempo, 2009

MALUF, Renato. **Segurança Alimentar e Nutricional:** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

MOURA, Rosa; HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. **Estatuto da metrópole: enfim, aprovado! Mas o que oferece à metropolização brasileira?**http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/estatuto_metropole_artigo_rosa.pdf. Acesso em 03/05/2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica:** 8. Ed.-São Paulo: cortez, 2012.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **As metrópoles no atual padrão rentista do capitalismo,** in XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Natal, 2019.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Edusp, 2008.



A efetividade da participação popular na revisão do Plano Diretor de Curitiba

La efectividad de la participación popular en la revisión del Plan Maestro de Curitiba

Fagner de Carvalho Rodrigues, UFPR³³

Apresentação

A proposta deste artigo é investigar, para além da participação social, como o Município de Curitiba, na instância do executivo, operou com a noção de política participativa para a revisão do Plano Diretor, realizado ao longo do ano de 2014 e sua repercussão nos anos seguintes, até a finalização da vigência do Plano Plurianual, em 2017. Neste tema, como se articulou através das Administrações Regionais e seus canais de participação. No intento de responder a estas questões, o presente trabalho faz um estudo de caso com foco na Administração Regional do Cajuru, localizada a leste do Município, local onde se encontram muitas fragilidades urbanas e sociais. É com base nestas fragilidades, aparentemente irreparáveis, dada a insistente demanda popular por melhorias urbanas e assistência, que se justifica a importância deste estudo, evidenciando o papel da participação da sociedade, na tentativa de se construir uma política pública mais integrada e justa.

Como hipótese, é colocada em dúvida a efetividade da participação social no processo de elaboração de políticas públicas urbanas, uma vez que, dada a constatação da não observância de obras públicas e programas temáticos, voltados à atender as demandas da população em questão, por meio da análise do Relatório de Investimentos, sugere-se que a participação social cumpre apenas uma função burocrática, exigida por determinação do Estatuto da Cidade e, no entanto, não desempenha um papel central e determinante no resultado final das políticas públicas.

A metodologia adotada para a confrontação desta hipótese, se baseou no levantamento dos dados utilizados para a caracterização da Regional Administrativa do Cajuru,

³³ Universidade Federal do Paraná.



extraídos, essencialmente, de documentos disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Para localizar a base de dados em que se inserem as reivindicações populares, na agenda do executivo, foram utilizados os documentos disponibilizados pela Prefeitura de Curitiba, referentes ao orçamento municipal: A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Relatório de Investimentos do Município.

Este artigo, portanto, tensiona contribuir para as reflexões do eixo temático “políticas de combate à desigualdade”, uma vez que retoma a discussão acerca da necessidade de uma política participativa efetiva, como instrumento de mitigação do abismo criado pela desigualdade. Com isso, compreende-se que a arena política, para além das disputas, é também porta de entrada para lideranças populares e reivindicações de direitos básicos, sendo um deles o direito de participação nos processos democráticos. A política participativa é uma bandeira hasteada em território curitibano, no entanto, os louros previstos no Plano Diretor, após longos processos de participação popular, são subtraídos à população, na esfera objetiva, ou seja, na operacionalização do plano.

Caracterização e procedimentos metodológicos

A cidade de Curitiba, atualmente, é dividida em dez regionais administrativas. Esta organização do território em porções menores tem o objetivo de descentralizar a administração dos bairros e tornar mais eficiente a distribuição dos serviços públicos à população. A função das administrações regionais é coordenar as ações voltadas ao planejamento local, considerando as particularidades físico-territoriais, econômicas e sociais, articulando junto às secretarias e órgãos municipais, a operacionalização, a integração e o controle das atividades descentralizadas. Esta divisão entre regionais administrativas tem sua importância, para além da função operacional, no delineamento do espaço de análise, observado neste estudo de caso: a Regional Administrativa do Cajuru.

A fim de caracterizar a Regional Administrativa do Cajuru, em 2013, segundo os dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), a área total da regional compreendia 3.576,48 hectares, o que correspondia a 8,23% do território de



Curitiba. Ainda, de acordo com os dados do IPPUC, em 2013, a Regional Cajuru comportava uma população de 215.503 habitantes, correspondendo a 11,26% do total do Município, sendo a terceira maior regional em número de habitantes. No período de 2000 a 2010 apresentou crescimento de 10,10%, similar ao do Município, que foi de 10,37%. Tais dados ilustram uma Regional de grandes proporções e em constante crescimento – acompanhando a taxa do Município –, motivos esses que demandam maior visibilidade e políticas públicas direcionadas.

Em 2014, foram realizadas as audiências públicas e a consulta popular, via internet, que orientaram a revisão do Plano Diretor para os dez anos seguintes. Tal consulta resultou em um diagnóstico elaborado pelo IPPUC, evidenciando as principais demandas da população de cada regional administrativa. Esta seção tem por objetivo compreender como as demandas sociais, identificadas no processo de revisão do Plano Diretor, entraram e, se efetivamente entraram, na agenda do Poder Executivo Municipal, especificamente as relacionadas à Regional Administrativa do Cajuru.

Para responder a tal questão, foram utilizados como fonte de dados para a análise, os documentos disponibilizados pela Prefeitura, no seu intuito de atender aos critérios de transparência, quais sejam: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e o Relatório de Investimentos. O documento do Processo de Prestação de Contas do exercício de gestão, divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado, também se constituiu como base de dados fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa e melhor entendimento do funcionamento do sistema público municipal. Ainda, o livro publicado pelo Professor Dennison de Oliveira (2000), que forneceu a base teórica para legitimar a conclusão deste trabalho.

A estrutura metodológica, portanto, se inicia apresentando o resultado das contribuições da população, elencando os principais temas citados. Em seguida, é feito um detalhamento de como a Prefeitura Municipal de Curitiba viabilizou a participação social no processo de revisão do Plano Diretor, em atendimento às determinações do Estatuto da Cidade, seguido das previsões orçamentárias e execução do orçamento. Por fim, é feita uma análise dos dados, com o intuito de identificar o atendimento das demandas



populares, em especial a pertencente à Regional Administrativa do Cajuru, colocando em questão a forma como os interesses políticos se manifestam em detrimento dos interesses da população.

Considerações finais

A motivação para esta pesquisa, foi o incômodo em observar a insistente demanda popular por melhorias urbanas e assistência pública, e o porquê do discurso da gestão participativa, aparentemente, não resultar em políticas que atendam efetivamente determinados interesses, neste caso, os da população da Regional Cajuru.

A participação popular na elaboração do Plano Diretor foi uma porta de entrada para população trazer a realidade das regionais para dentro da discussão política, contudo, como foi observado, as diretrizes que contemplavam os interesses populares, não foram efetivadas por meio do executivo, tornando o discurso da participação deliberativa, um exercício de retórica assistencialista do Município. Pode-se, então, com base nos resultados finais desta pesquisa, fazer uma interpretação a partir de uma abordagem estatista da concepção das políticas públicas, onde a participação dos atores não estatais, no processo de elaboração, é preservada, no entanto, não são dotados de capacidade de mudança efetiva, uma vez que a eles não é conferido o privilégio de estabelecer decisões. A participação popular, neste sentido, através da colocação dos seus reais problemas para discussão juntamente com os agentes públicos, é um input, ou seja, um dado de entrada, que se perdeu no processo político, pois não é representada pelos outputs, quais sejam, as políticas públicas. Estas, por sua vez, como foi observado, nem sempre se comportam de acordo com os inputs, conforme se apresentariam em um cenário ideal.

Foram apresentadas as demandas, efetivamente, da Administração Regional do Cajuru, com o intuito de identificar sua inserção na agenda do Poder Executivo Municipal. Para tal exercício, foram utilizados os dados disponibilizados pela Prefeitura, quais sejam: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, o Relatório de Investimentos e o Processo de Prestação de Contas da gestão municipal. Com base nestes dados, pôde-se concluir, que as reivindicações populares da



Regional Cajuru, expressas na revisão do Plano Diretor, ainda que tenham sido incluídas no texto do Plano, depois de um longo processo burocrático até alcançarem este feito, não foram atendidas por meio de ações do executivo. Isso reforça a ideia de que a gestão participativa, neste quadro, assume um mero papel de formalidade, no cumprimento das diretrizes designadas pelo Estatuto da Cidade.

A linguagem técnica utilizada na exposição dos dados oficiais é de difícil apreensão por parte dos cidadãos, tornando-se um espaço de segregação, acessível apenas àqueles que detêm conhecimento especializado. Esta metodologia dá abertura a uma interpretação onde dada forma de devolutiva se constitui como uma forma de dominação, na medida em que oculta reais resultados, da percepção do público geral. Tais conclusões questionam o discurso da política participativa de Curitiba, uma vez que a participação popular não resulta em ações efetivas, voltadas à própria população. As políticas públicas, neste sentido, alimentam um urbanismo curitibano, que segue a tradição em manter seus títulos de prestígio, ao passo em que mantém a tradição em ocultar a realidade das suas periferias.

Palavras-chave: gestão participativa, plano diretor, políticas públicas, Curitiba, Cajuru.

Referências

BRASIL (2001). **Lei n. 10257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 13 ago 2018.

CARLEIAL, L. M. F; COSTA, F. H. R. (2016). **A experiência da governança no Programa Curitiba Participativa**. In: CARLEIAL, L. M. F. (org.); OPUSZKA, P. R. (org.); KANUFRE, R. A. M. (org.). Políticas e ações deliberativas em Curitiba: diálogo – confiança – mediação. Curitiba, IMAP.

CARVALHO, A. S. (2013). **Às margens da Curitiba “modelo”: Onde habitam os excluídos da cidade idealizada?** In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Anais. Natal, ANPUH, pp.1-18.

CURITIBA (2000). **Decreto nº 192**, de 03 de abril de 2000. Regulamenta parcialmente o art. 5º, inciso IX, da Lei nº 9800/00, no que diz respeito à área de proteção ambiental



do Iguaçu, Parque Municipal do Iguaçu e dá outras providências. Plataforma Leis Municipais. Curitiba, Disponível em: <<https://bit.ly/2ZVdweY>>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____ (1986). **Lei nº 6.817**, de 02 de janeiro de 1986. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Municipal. Plataforma Leis Municipais. Curitiba, Disponível em: <<https://bit.ly/2ZZkEXI>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

_____ (2013). **Lei nº 14.371**, de 09 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o plano plurianual para o período 2014-2017. Diário Oficial do Município. Curitiba, Disponível em: <<https://bit.ly/3ellf4m>>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____ (2014). **Lei nº 14.574**, de 11 de dezembro de 2014. Altera dispositivos do anexo II da Lei nº 14.371, de 9 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o plano plurianual 2014 a 2017. Diário Oficial do Município. Curitiba, Disponível em: <<https://bit.ly/2MiX54f>>. Acesso em: 13 out. 2018.

_____ (2014). **Lei nº 14.575**, de 11 de dezembro de 2014. Altera dispositivos da Lei nº 14.485, de 4 de julho de 2014, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2015. Diário Oficial do Município. Curitiba, Disponível em: <<https://bit.ly/2U3a5zc>>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____ (2015). **Lei nº 14.696**, de 13 de julho de 2015. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2016 e dá outras providências. Diário Oficial do Município. Curitiba, Disponível em: <<https://bit.ly/2U0sY5J>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

_____ (2015). **Lei nº 14.771**, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a revisão do plano diretor de Curitiba de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município. Diário Oficial do Município. Curitiba, Disponível em: <<https://bit.ly/36NYedq>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

_____ (2015). **Lei nº 14.781**, de 29 de dezembro de 2015. Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Curitiba para o exercício financeiro de 2016. Plataforma Leis Municipais. Curitiba, Disponível em: <<https://bit.ly/3cj54sl>>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____ (2016). **Lei nº 15.013**, de 21 de dezembro de 2016. Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Curitiba para o exercício financeiro de 2017. Plataforma Leis Municipais. Curitiba, Disponível em: <<https://bit.ly/3dnVbLB>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

_____ (2016). **Decreto nº 1395**, de 27 de dezembro de 2016. Aprova o Quadro de Detalhamento da Despesa para o exercício de 2017, e dá outras providências. Diário Oficial do Município. Curitiba.

_____ (2017). **Prestação de contas do Prefeito municipal**. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Curitiba, Disponível em: <<https://bit.ly/2MgYOXC>>. Acesso em: 05 jan. 2019.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

IPPUC (2013). **A cidade que queremos: Regional Cajuru**. Disponível em: <<https://bit.ly/2XNecQQ>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

IPPUC (2014). **Audiência pública informativo: Regional Cajuru**. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

IPPUC (2013). **Retrato das regionais: Regional Cajuru**. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/default.php?pagina=391>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

OLIVEIRA, D. de. (2000). **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba, Editora UFPR.

RODRIGUES, F. de C. (2019). **O processo de elaboração de políticas públicas urbanas: um estudo de caso da administração regional do Cajuru em Curitiba - PR**. Dissertação de mestrado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná.

SANTOS, J. L. D. C. (2009). **Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo**. Malha Urbana - Revista Lusófona de Urbanismo. Portugal, n. 3, pp. 2-24.

SINGER, P. (1982). **O uso do solo urbano na economia capitalista**. In: MARICATO, E. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo, Alfa-Ômega.



A regulação desregulamentadora das ZEIS: a dimensão simbólica dos conflitos e disputas na produção da política urbana

La regulación desreguladora de ZEIS: la dimensión simbólica de los conflictos y disputas en la producción de la política urbana

Pedro Ernesto Chaves Barbosa, Lugar Comum/UFBA; CIAPA/UFPE³⁴

Introdução

Nos últimos 50 anos o Brasil passou por uma série de transformações na forma de produzir o espaço urbano. Com o declínio do período autoritário e com o processo de reabertura política, iniciou-se um momento diferenciado de construção da política urbana na qual as lutas dos movimentos sociais passaram a ser incorporadas de diversas formas em diversas partes do território nacional. Uma dessas experiências, que emergiu nesse contexto, é a aplicação das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) nos zoneamentos municipais reconhecendo territórios populares e buscando proteger os mesmos das consequências negativas da atuação do mercado imobiliário. Uma das primeiras experiências deste instrumento ocorreu no Recife (PE), na década de 1980, e tem como especificidade a construção de um sistema de gestão participativa conhecido como o PREZEIS (Plano de Regularização das ZEIS)³⁵. Ao longo de quatro décadas, essa política pública se consolidou, garantiu conquistas, mas atravessou por altos e baixos. Tendo em vista as "recentes" transformações da política brasileira, que atravessa por um momento de desmonte e retrocesso desde a escala nacional até os governos locais, cumpre avaliar os impactos que isso tem causado na política de ZEIS do Recife.

³⁴ Integrante do Grupo de Pesquisa Lugar Comum (PPGAU/UFBA) e da Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizagem (CIAPA/UFPE).

³⁵ Institucionalizado em 1987 com a aprovação de sua primeira lei que estruturou um sistema de gestão participativa com conselhos específicos para cada comunidade (COMUL – Comissão de Urbanização e Legalização), instrumentos de urbanização, regularização fundiária e controle da especulação e atuação do mercado imobiliário formal.



Todo esse processo de construção da política urbana não ocorre de forma natural em um fluxo contínuo de transformações, ele é permeado por intensos conflitos e disputas entre os agentes que produzem o espaço urbano, dentre os quais destacam-se, o Estado, o mercado e os movimentos sociais. Diante disso este trabalho buscou analisar essas mudanças através de uma metodologia dialética que buscasse confrontar a ação e as percepções simbólicas dos membros desses três grandes “grupos”. Nesse sentido, destaca-se o conceito de conflito urbano desenvolvido pelo Observatório de Conflitos³⁶ (s.d.) do IPPUR/UFRJ que elenca três elementos constituidores: i) o litígio por algo (infraestruturas, serviços ou condições de vida urbanas); ii) a presença de atores coletivos/institucionais³⁷; e iii) a manifestação no espaço público. Desta forma, para investigar como a política de ZEIS tem sido transformada, adotou-se como estudo de caso a ZEIS de Entra Apulso que é utilizada como um posto de observação do qual serão pinçados alguns temas para contribuir com o debate.

Entra Apulso localiza-se na zona sul da capital pernambucana, no bairro de Boa Viagem, próximo a orla e ao Shopping Center Recife (SCR). Desde sua origem que remonta à década de 1930, sempre teve sua permanência ameaçada pelo alto valor financeiro da terra no seu entorno. Os conflitos tornaram-se mais intensos a partir da década de 1970 quando a faixa de praia passa a ser procurada, não mais só como opção de veraneio, mas sim como espaço de moradia das elites. A partir da década de 1980, com a instação do SCR, os conflitos se tornam ainda mais agudos, o que levou a comunidade a se organizar e, através de sua luta, tornar-se a primeira ZEIS instituída após a aprovação do PREZEIS, em 1988.

Para investigação d período mais recente, foram tomados como referência três grandes eventos que fizeram emergir novos conflitos e disputas: i) o mais recente *masterplan* de

³⁶ Disponível em: <http://www.observaconflictosrio.ippur.ufrj.br/observa2019/fox/metodologia.php>. Acesso em: 11 jun. 2021.

³⁷ Em sua revisão teórica sobre o uso dos agentes sociais nos estudos da geografia urbana, Vasconcelos (2011) traz um breve panorama da discussão acadêmica entre o uso da palavra sujeito, ator e agente. Em acordo com os argumentos expostos pelo autor, este trabalho adota a terminologia “agente”.



ampliação do shopping³⁸; ii) as ações de reintegrações de posse de 2017, que ameaçaram diretamente as localidades Cajá e Vila Felicidade, em Entra Apulso, e levaram a um processo de ampliação do perímetro da ZEIS³⁹; e iii) a revisão da legislação urbanística do Recife, em especial o Plano diretor⁴⁰.

A partir disso foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas entre os indivíduos envolvidos nesses eventos buscando contemplar os três grandes grupos citados acima. Nesse sentido foram feitas entrevistas com lideranças comunitárias de Entra Apulso e do PREZEIS, representantes de outros movimentos sociais⁴¹, do mercado imobiliário⁴² e servidores públicos da prefeitura⁴³.

A análise de conflitos e disputas sucita os mais diversos tipos de debates, mas nesta publicação é feita a discussão da sua dimensão simbólica (SANTOS JUNIOR, 2017). Esta diz respeito à forma como os agente lêem a cidade, elaboram diagnósticos e

³⁸ Por ser um empreendimento de impacto (definido nos termos da Lei de Uso e Ocupação do Solo ainda vigente – 1996), o empreendimento ficou condicionado a se comprometer com contrapartidas, das quais estão a participação financeira na implantação da drenagem e esgotamento da ZEIS e a construção da “nova Rua Bruno Veloso” na divisa entre o shopping e o território da comunidade.

³⁹ Concluído ainda em 2017 com a aprovação na Câmara Municipal.

⁴⁰ Na atual revisão da legislação urbanística da cidade, a gestão municipal adotou a terminologia “Plano de Ordenamento Territorial (POT)” para se referir ao conjunto de leis que incluem: i) o Plano Diretor; ii) a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo; e iii) as leis específicas de regulamentação dos instrumentos urbanísticos da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), Transferência do Direito de Construir (TDC), Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC) e Imposto Territorial Urbano Progressivo no Tempo (IPTU-P). No atual momento em que este trabalho é redigido (junho de 2021), apenas a etapa do novo Plano Diretor encontra-se finalizada (aprovado em dezembro de 2020). Como data limite do recorte temporal deste estudo foi adotado o ano de 2019, de forma que aqui se leva em consideração a Projeto de Lei encaminhado ao legislativo em dezembro de 2018.

⁴¹ Em especial os que compuseram a Articulação Recife de Luta (ARL) que reuniu as principais forças de resistência frente às ameaças empreendidas na revisão do POT.

⁴² Em especial ADEMI-PE e SINDUSCON/PE que, junto com outros órgãos patronais, compuseram a Rede Procidade, principal defensora dos interesses do mercado imobiliário e os representantes do SCR, em especial o Instituto Shopping que presta trabalho social na comunidade.

⁴³ Em especial os técnicos do Instituto Pelópidas da Silveira (ICPS), que conduz os trabalhos da revisão do POT; os técnicos da consultoria contratada para auxiliar nos trabalhos do POT; e da URB-Recife, empresa pública envolvida na ampliação da ZEIS, no acompanhamento da reintegrações de posse e que sediava a estrutura administrativa do PREZEIS, o que inclui a COMUL de Entra Apulso.



comunicam suas visões de mundo para subsidiar suas formas de agir/intervir na política urbana. Diante disso, além das perguntas específicas sobre cada evento, buscou-se compreender como os entrevistados viam a importância das ZEIS na política urbana e como esta deveria ser reformulada.

A disputa pela leitura da cidade e da política urbana: diagnósticos dos agentes

No que toca a importância das ZEIS, nenhum dos entrevistados, nem mesmo os representantes do mercado, chegaram a negar que o instrumento das ZEIS tinha algum tipo importância, porém as respostas demonstraram que cada agente valorava o instrumento por aspectos diferentes.

Todos os entrevistados, com exceção da representante da consultoria, citaram como importância da ZEIS o fato do instrumento permitir que a população pobre pudesse estar protegida da valorização da terra e da atuação do mercado imobiliário formal (inclusive os próprios representantes do mercado!). Entretanto o que merece ser destacado são as questões que os entrevistados levantaram relacionadas à permanência.

Para as lideranças comunitárias, desponta o aspecto da luta pela permanência, eles ressaltam o quanto isso é importante pela questão locacional, pois em Recife ainda existem muitas ZEIS localizadas em polos econômicos que ofertam oportunidades de emprego e geração de renda, tais como a região central e Boa Viagem. Outra questão importante é que ser ZEIS é uma condição profundamente influenciada pelo PREZEIS, pois é a partir deste modelo de gestão participativa que há a luta pela melhoria das condições de vida.

Para os representantes do Estado e de alguns membros de movimentos sociais que tem uma atuação mais ligada a questão técnica, a permanência está diretamente relacionada às restrições de construção que o zoneamento impõe aos titulares da terra, em especial a proibição ao remembramento, a limitação de gabarito e a definição do tamanho máximo do lote (250m²). Esses parâmetros, segundo esses restringem o potencial de exploração que o mercado formal pode fazer nessas áreas, tornando-as menos valorizadas.



Um fato curioso que deve ser destacado é a posição que o Instituto Shopping ocupa nesse campo de disputas simbólicas. Apesar desta instituição estar situada no campo do mercado, a entrevistada que é assistente social, também situa as ZEIS como um importante instrumento de garantia da permanência das classes populares frente à especulação imobiliária. Este fato mostra como a luta que ocorreu no passado fez com que houvesse uma postura substancial do shopping para com a comunidade.

Já no caso dos demais representantes do mercado (ADEMI e SINDUSCON), o entendimento da permanência toma contornos bem diferentes uma vez que a importância é relacionada apenas ao passado. Para os representantes desse grupo as ZEIS foram importantes para a permanência das pessoas no passado, mas hoje se questiona o porquê da manutenção do instrumento.

Ao questionarem a importância do zoneamento especial nos dias de hoje, esses representantes do mercado ressaltam uma série de aspectos, na maior parte das vezes desqualificando e estigmatizando a população moradora. Um primeiro ponto atacado é o perfil sócio econômico que em tese hoje seria mais elevado do que o que é definido como interesse social. Outra questão defendida por esse grupo é que as ZEIS foram ineficientes em reverter a pobreza e estariam aumentando este problema na cidade e além disso estariam criando guetos e espaços de violência.

Por fim, ainda na chave do estigma, há uma compreensão de que as ZEIS estariam funcionando como um incentivo a irregularidade, ilegalidade e informalidade principalmente no que tange à ocupação de áreas de risco e preservação ambiental e sua interface com o mercado imobiliário informal. Este é o ponto mais acionado pelo mercado e por parte do Estado para condenar, toda e qualquer ação de ampliação e criação de novas ZEIS, em especial no âmbito da revisão do POT sob a alegação de que isso seria um incentivo para novas “invasões”, degradação ambiental e mortes.

Esta visão do mercado imobiliário estabelece uma tensão muito forte com o que os representantes dos movimentos sociais e do Estado trazem, pois não só há a defesa de que existiriam ZEIS que deveriam perder o status do zoneamento especial, como



também a crítica de que o PREZEIS, enquanto sistema de gestão, não tem melhorado as condições da população. Esse último argumento em especial é acionado várias vezes para defender, que mudanças devem ser tomadas no tratamento das ZEIS e que o mercado teria melhores condições de resolver esses problemas.

Neste confronto fica claro que o mercado imobiliário tem encarado as ZEIS como uma fronteira de negócios a ser desbravada, o que endossa a argumentação de que o mercado imobiliário formal não entra nas ZEIS devido às restrições que são impostas pelo zoneamento. Esse tema guarda relação com a política urbana em sua dimensão legal, principalmente no que se refere à forma como o controle urbano é exercido, sendo que os representantes do mercado têm demandado flexibilizações na legislação urbanística, ou em outras palavras, menos controle do Estado sobre a atuação desse segmento.

Aqui fica explícita uma das contradições que envolvem o controle urbano: enquanto há a demanda de maior controle dentro das ZEIS visando a contenção do mercado informal, há também a demanda de menor controle sobre a atuação do mercado formal, que se traduz na defesa da retirada das restrições na legislação e na flexibilização das exigências. A forma como isso tem se materializado são em propostas de *regulamentação desregulamentadora*. Os agentes do mercado em associação com o Estado têm se aproveitado de pontos ainda não regulamentados da legislação para propor mudanças que, aos poucos, viabilizam a entrada do mercado imobiliário formal nas ZEIS.

Palavras-chave: PREZEIS, ZEIS, Entra Apulso, Política Urbana, conflitos.

Referências

ABRAMO, Pedro. **A cidade caleidoscópica:** Coordenação espacial e convenção urbana. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

BOTLER, Milton. **O universo além das muralhas:** morfologia urbana e padrões de regulação urbanística em assentamentos espontâneos: um estudo de comparativo entre



os assentamentos do Entra Apulso e Brasília Teimosa. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1994.

CAVALVANTI, Taciana de L. **Daqui não saio, daqui ninguém me tira**: O Entra-Apulso: Resistência e luta contra a espoliação urbana. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-51.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2010.

KLINTOWITZ, Danielle et al. ZEIS no divã: reflexões de uma jovem de quase 40 anos. In: FERREIRA, Laura et al. (orgs.). **Dimensões do intervir em favelas**: Desafios e perspectivas. São Paulo: Peabiru TCA/ Coletivo LabLaje, 2019.

MARQUES, Eduardo. Estado, atores políticos e governança. In FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia (Orgs.). **Desenvolvimento, planejamento e governança**: expressões do debate contemporâneo. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2015. Pp. 181-200.

MORAES, Demóstenes. Revistando as ZEIS e o PREZEIS no Recife: entre o “reformismo” e o Direito à Cidade. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo, SP. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017, p. 182-202.

NUNES, Sandra Marília Maia. **Planejamento urbano no Recife**: Futuro do pretérito. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

PAIVA, Carla S. de. **O shopping center e a produção de novas centralidades urbanas:** o caso do Shopping Center Recife. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1996.

RECIFE. Projeto de Lei nº 28 de 14 de dezembro de 2018. **Revisão do Plano Diretor do município do Recife.** Recife, 2018.

ROCHA, D. Revisitando o PREZEIS: um instrumento de luta e resistência no embate entre o planejamento estratégico e o direito à cidade. In: Encontro Nacional do INCT Observatório das Metrópoles, 2017, Natal. **Anais do Encontro Nacional do INCT Observatório das Metrópoles,** 2017.

SANTO AMORE, Caio. **Entre o nó e o fato consumado, o lugar dos pobres na cidade:** um estudo sobre as ZEIS e os impasses da reforma urbana na atualidade. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Conflitos urbanos e o direito à cidade. SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; et al (orgs.) **Políticas públicas e o direito à cidade:** Caderno didático. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 16-26.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2012a.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: Avanço ou recuo. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-51.



**Desigualdade no acesso à propriedade imobiliária no Brasil do século XIX e XX:
um passado presente?**

Desigualdad en el acceso a la propiedad inmobiliaria en Brasil en los siglos XIX y XX:

¿un pasado presente?

Itallo de Santana, PPGDU-MDU/UFPE⁴⁴

Cristina Pereira de Araujo, UFPE⁴⁵

1. O solo participa como alicerce físico das atividades humanas, e sua ocupação, em conjunto com sua regulação, está imbricada com a sociedade de modo tal que “a superfície, a população total, a concentração demográfica, sua história política e econômica, e as condições geopolíticas contemporâneas conferem a cada país suas peculiaridades” (SANTOS, 1979).

Essas peculiaridades incidem nas disputas dos processos políticos que poderão resultar em leis que venham a instrumentalizar o interesse na pacificação social sobre o uso do solo dentro de elementos que considerem os poderes hegemônicos vigentes no contexto local, sem exclusão de sua relação ou influências com a agenda global.

Nesse contexto, o processo de colonização na América Latina arrastou para a ocupação do solo urbano das cidades brasileiras, e em parte significativa das cidades latino-americanas, uma história e desenvolvimento — negativamente — calcado em uma forma colossal de desigual distribuição das terras, posicionando os conflitos fundiários em condições de permanente continuidade e/ou iminência.

⁴⁴ Doutorando em Desenvolvimento Urbano pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (PPGDU-MDU/UFPE). Mestre em Desenvolvimento Urbano pelo PPGDU-MDU/UFPE. Bacharel em Direito pela Faculdade Maurício de Nassau - Recife/PE.

⁴⁵ Professora da Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano-MDU e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). E-mail: cristina.pereira@ufpe.br



Socioeconomicamente, em atenção ao Brasil, a ocupação espacial do território brasileiro se deu em um contexto de exploração que o acompanha desde o início da ocupação efetiva da terra, seja pela expansão colonial ou moderna, no sistema escravocrata ou liberal, escoltando a sociedade “de modo opaco e não refletido até os dias atuais” segundo Souza (2018), que faz a afirmação não especificamente tratando sobre o acesso à terra (PRADO JÚNIOR, 2006; SOUZA, 2018).

Observar o contexto histórico que regulamentou o acesso à terra pelo modelo da propriedade privada moderna, que em certa medida explica o fenômeno da propriedade privada imóvel até hoje, encerra um importante momento de compreensão da mentalidade burguesa que se materializou em lei, no contexto liberal⁴⁶. Haja vista que foi com a alteração dos modelos coloniais de cultivo para a modernização proprietária que fomentamos uma espécie de nódulo fundiário, como hipótese de trabalho (GROSSI, 2006; SOUZA, 2002; SOUZA, 2018; VARELA 2005).

As tensões que se encorpam neste modelo podem apresentar, na perspectiva de um desenvolvimento urbano, externalidades negativas. Tensões sociais, saldos ambientais negativos, aumento das favelas por falta de acesso ao solo urbanizado para os não-proprietários e a concentração fundiária são exemplos desses efeitos que precisam ser enfrentados radicalmente (SANTOS, 2009; SOUZA, 2010).

Os impactos da ideologia invisível do capitalismo no sul global, somados à produção capitalista do espaço, no cenário da alta concentração de renda (capitais impessoais), nos fez, a partir da teoria e obra *Subcidadania Brasileira* (SOUZA, 2018), investigar se, e de que forma, o modelo proprietário moderno do século XIX e XX articulou o acesso, ou não, das classes sociais à propriedade imóvel, e, por conseguinte, seu alcance à cidade, encadeando a reflexão com a lógica dos capitais impessoais (HARVEY, 2005; LEFEBVRE, 2011; PIKKETY, 2013; SOUZA, 2018).

⁴⁶ E que pode engendrar apontamentos para o contexto ultraneoliberal ao se considerar o processo de financeirização, também do solo, que se implementa atualmente (RIBEIRO, 2020).



É a partir dessa literatura, vista por uma teoria alternativa da modernização, que enfrentamos adiante uma articulação sobre a (in)justa distribuição do solo no Brasil pelo objeto da propriedade imóvel. Ao olharmos para a sua real distribuição, observamos que o problema fundiário é de complexa disposição, de maneira que nosso problema se posiciona acerca dos reflexos dessa desigualdade de acesso à propriedade privada moderna, examinando, especialmente, documentos legais, como p. ex. a Lei de Terras e o Código Civil de 1916. Isto, visando compreender se, e de que forma, o modelo se acomodou na redemocratização brasileira para combater a desigualdade no acesso à terra e a partir disso discutir avanços ou estagnações na desigualdade fundiária.

Ademais, guia-se pelas perguntas: qual o contexto histórico da propriedade imóvel moderna no Brasil? por que considerar a função social da propriedade privada como um princípio convite a justa distribuição do solo? o princípio se tornou eficaz no combate à desigualdade de acesso ao solo pós redemocratização, desde que considerado o modelo histórico da propriedade imobiliária brasileira, aqui revisada à luz de uma teoria da modernização alternativa?

Assim, o trabalho tem por objetivo traçar um quadro síntese histórico-jurídico da ocupação do solo e dos efeitos socioeconômicos acarretados para as classes sociais no espaço urbano pela recepção da propriedade privada moderna, a luz de uma modernização periférica, até a redemocratização, visando discutir a desigualdade fundiária.

2. Examinar ou explorar observações sobre a propriedade imóvel nos parece ponto nodal para compreender de que forma se estrutura a desigualdade fundiária juridicamente, especialmente pelo que representa nas suas condições de sobreposição ao solo urbano, delimitando concentrações fundiárias e reflexões sobre um dos objetos acerca do qual mais recaem instrumentos urbanísticos posicionados no Estatuto da Cidade, caso da propriedade urbana.

Desta forma, o presente trabalho analisa o instituto da propriedade privada moderna entre o século XIX e XX, compreendida em razão de sua arraigada estrutura



socioespacial, que produz até hoje marcas de concentração, e, por isso, desigualdades de acesso à propriedade imóvel que influem na gestão e planejamento, tanto urbano/rural, na escala local, quanto regional.

Tal debate propicia meditar sobre o comportamento de regulação do Estado sobre a propriedade imobiliária e debates sobre como outros Estados na América Latina tem se comportado sobre o tema, bem como seus contextos peculiares, com vistas a atenuação ou intensificação das desigualdades socioespaciais no acesso à propriedade.

3. Para isso, em termos metodológicos, nos debruçamos a partir de pesquisa de revisão bibliográfica e análise teórica a respeito do contexto histórico e legislativo do modelo de propriedade privada moderna sobre o solo brasileiro (e parcialmente sobre a escravidão), com o intuito de compreender quais efeitos ou estruturas dessas instituições se acomodaram tanto no solo urbano, quanto nas origens das classes sociais brasileiras.

Em paralelo, nos apoiamos na leitura alternativa de Souza (2018) visando compreender como o processo de modernização periférica instrumentalizou, pelas condições do século XIX e XX, um recorte de classe no acesso a propriedade, aqui inserida como um dos bens que compõe os capitais impessoais — capital econômico e capital cultural —. Intencionamos, com a pesquisa bibliográfica, a compreensão não exaustiva do contexto do problema sobre pontos histórico-jurídico e sociojurídico. Com isso, observamos que tais condições repousaram nas cidades e promoveram uma desigualdade socioespacial, que na redemocratização brasileira, mobilizou o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) a contribuir com a inserção do capítulo sobre política urbana na Constituição Federal de 1988, no processo de aprovação do texto constitucional, com o desígnio de promover justiça socioespacial.

Contudo, mesmo com o princípio da função social da propriedade, com o intuito de atenuar ou corrigir disfunções e desigualdades patrimoniais, o âmago da propriedade imobiliária moderna parece-nos ainda se evidenciar.



Igualmente, revisamos e sistematizamos uma compreensão conjuntural dos eventos concomitantes as normas proprietárias que nos consentiu visualizar as desigualdades do acesso socioeconômico e espacial à propriedade, e como a inclusão do princípio da função social da propriedade se torna importante aporte legal visando combater ou minimizar as desigualdades projetadas pela agudização da agenda ultraneoliberal, que reforça conteúdo da propriedade imobiliária moderna revisada.

4. As reflexões de uma produção capitalista do espaço urbano, em conjunto com a teoria da subcidadania brasileira, viabilizou inferir que, em certa medida, as classes populares não tiveram materialmente as condições de acesso aos capitais impessoais que garantiram obtenção do solo formal e do instituto da propriedade. No contexto e conteúdo posicionado no Estatuto da Terra e/ou Código Civil de 1916 se inviabilizara fortemente para esta camada o acesso à terra, de modo que a atual agenda, parece retomar ou reforçar esse afastamento, consoante modelo revisado.

Posto que, com a financeirização e o ultraneoliberalismo, se percebe que por mais que o verniz da igualdade de possibilidade de acesso, em razão de inclusões normativas que forjam, majoritariamente, formalidades normativas, repetem-se com os atuais marcos fundiários um teor proprietário, ou versão 2.0 do que fora a Lei de Terras em 1850 para as camadas populares, guardadas as devidas distinções históricas, sociais e econômicas. Por isso, debater o germe desse modelo proprietário para traçar distinções e semelhanças se posicionou como ponto do trabalho.

Palavras-chave: Propriedade privada. Função Social da Propriedade. Desigualdade.

Referências Bibliográficas

CALDAS, Maria Fernandes. **Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil** [manuscrito] / Maria Fernandes Caldas. - 2015. 271 f. : il. Orientadora: Jupira Gomes de Mendonça. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2006. Tradução de Luiz Ernani Fritoli e Ricardo Marcelo Fonseca.



HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. 3ª reimp. São Paulo: Centauro, 2011. Trad. R. E. Freitas.

PIKKETY, Thomas. **O capital no sec. XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013. Tradução de M. B. de Bolle. Versão ePub.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 47ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2020. 600 p.: il.; 15,5x23 cm.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Ed. USP, 2009.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Maria Ângela de. **Posturas do Recife imperial**. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2002.

VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna**: Um estudo da história do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2005.



Desigualdades sócio-raciais nas regiões do Brasil.

Desigualdades socio-raciales en las regiones de Brasil

Lutemberg Francisco de Andrade Santana, IFPE⁴⁷

Cristina Pereira de Araujo, UFPE⁴⁸

O Brasil foi um dos últimos países a abolir o trabalho escravo, composto em sua grande maioria por pessoas negras, no final do século XIX. É mister salientar que esse fato não se traduziu em melhorias efetivas nas condições de vida dessa população, pois, o planejamento de políticas públicas para inserção dos “ex-escravos” às dinâmicas urbanas, não se constitui como uma prioridade da “República que por ora emergia”. Ao contrário disso, surgiu em nosso território um forte movimento para atrair imigrantes europeus, a fim de se constituir o branqueamento de nossa população (SOUZA, 2018). O decorrer de nossas historicidades revela uma narrativa de país harmonioso, no que tange as relações entre pessoas de diversas raças. Fato que é evidenciado a partir da propagação de teorias sobre um Brasil que não era composto por uma única linha de cor, mediante a implantação de uma “democracia racial” (GUIMARÃES, 2002). Consoante a isso, na obra *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre enfatiza a consolidação do Brasil como uma democracia racial, no qual atesta a inexistência de discriminação de negros e índios na sociedade brasileira (FREYRE, 2000).

Além disso, ao nos depararmos com a obra de Taquief (1997), constata-se que em várias regiões do mundo se propagou o pensamento de uma raça de “*sangue puro*”. Esse ideal, repleto de imoralidade, testificou ainda mais a dominação de uma raça sobre outra, fortalecendo práticas cada vez mais discriminatórias, que permitiram a dominação, julgamento e extermínio de diversos povos distribuídos pelo mundo. Outro aspecto importante é o papel do Estado na formulação de normativas que legitimam atos discriminatórios.

⁴⁷ Instituto Federal de Pernambuco.

⁴⁸ Universidade Federal de Pernambuco.



Diante desse contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar as desigualdades sócio-raciais nas cinco regiões brasileiras, a partir de indicadores de trabalho, renda e educação obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD contínua (2018). Ressalta-se que a PNAD contínua produz indicadores que subsidiam a análise sobre a dinâmica da força de trabalho e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil no decorrer do tempo.

A partir da extração dos microdados da PNAD Contínua 2018 foram realizadas estatísticas descritivas que subsidiaram as análises dos indicadores supramencionados. Por oportuno, salienta-se que nesse estudo, a variável negros é composta pelo somatório pretos e pardos.

A partir disso, tem-se a composição da população brasileira por raça, conforme tabela 1 a seguir:

Tabela 1. Distribuição da população, por raça, segundo Grandes Regiões - 2018

País e Grandes Regiões	Total (1.000 pessoas)	Distribuição percentual por raça*	
		Branços	Negros**
	Total	Total (%)	Total (%)
Brasil	207.853	43,1	55,8
Norte	17.871	19,3	78,8
Nordeste	56.618	24,6	74,5
Sudeste	87.691	50,7	48,2
Sul	29.710	73,9	25,4
Centro-Oeste	15.964	36,5	62,2

Fonte: adaptado do IBGE. PNAD Contínua, 2018.

*Nota: indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total (1.000 pessoas).

As informações da tabela 1 revelam que a população negra é predominante nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, respectivamente. Dado o seu processo de formação socioeconômica, a região Sul é a que apresenta a menor parcela, apenas 25,4% da sua população se considera negra.



Por conseguinte, os dados expostos na tabela 2 nos permite verificar a taxa de desocupação da força de trabalho entre negros e brancos em nível de Brasil e regiões.

Tabela 2. Taxa de desocupação da força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por raça, segundo Grandes Regiões - 2018

País e Grandes Regiões	Total	Raça*	
		Branços	Negros**
	Taxa (%)	Taxa (%)	Taxa (%)
Brasil	12,0	9,5	14,1
Norte	12,3	9,7	12,9
Nordeste	14,5	11,7	15,3
Sudeste	12,7	10,5	14,9
Sul	7,8	6,8	10,4
Centro-Oeste	9,2	7,4	10,2

Fonte: adaptado do IBGE. PNAD Contínua, 2018.

*Nota: indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Ao desagregar os dados para raça, constata-se que a população negra é a mais atingida pelo desemprego. Conforme a tabela 2, percebe-se que o Nordeste e o Sudeste possuem taxas de desocupação da sua população negra que se aproximam de 15%.

Tabela 3. Taxa de Subutilização da força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por raça, segundo Grandes Regiões - 2018

País e Grandes Regiões	Total	Raça*	
		Branços	Negros
	Taxa (%)	Taxa (%)	Taxa (%)
Brasil	24,6	18,8	29,0
Norte	28,3	22,8	29,7
Nordeste	36,0	30,9	37,5
Sudeste	21,7	18,2	25,2
Sul	15,2	13,5	19,8
Centro-Oeste	17,8	14,9	19,4

Fonte: adaptado do IBGE. PNAD Contínua, 2018.

*Nota: indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.



Consoante a isso, ao verificarmos os níveis de subutilização da força de trabalho na tabela 3, tem-se que 24,6% da força de trabalho encontra-se subutilizada. Essa tendência se repete quando analisamos os dados por raça, constatando que 37,5%, 29,7% e 25,2% dos trabalhadores negros que vivem no Nordeste, Norte e Sudeste estão subutilizados, respectivamente.

Outro aspecto a ser demonstrado é o rendimento médio da força de trabalho em termos de Brasil e regiões, conforme tabela 4 a seguir:

Tabela 4. Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, em ocupações formais e informais, por raça, segundo Grandes Regiões - 2018

País e Grandes Regiões	Total	Raça*	
		Branco	Negro
	Média (R\$)	Média (R\$)	Média (R\$)
Brasil	2.163	2.796	1.608
Norte	1.667	2.413	1.470
Nordeste	1.441	1.935	1.271
Sudeste	2.491	3.135	1.766
Sul	2.358	2.559	1.738
Centro-Oeste	2.415	2.950	2.098

Fonte: adaptado do IBGE. PNAD Contínua, 2018.

*Nota: indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

A partir dos dados da tabela 4 constata-se, que os negros possuem desvantagem em relação à renda do trabalho. Assim, os dados revelam que a desigualdade de renda se faz presente em todas as regiões do país. Ou seja, em todo território nacional, pessoas negras recebem rendimentos inferiores aos brancos. Sendo o Sudeste, a região em que os negros recebem rendimentos 43,7% menores quando comparadas aos brancos.

Quando verificado a taxa de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, nota-se que em 2018 o percentual de negros que vivem nessa condição é mais que o dobro do percentual dos brancos, conforme tabela 5.



Tabela 5. Taxa de Pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza, por raça, segundo as Grandes Regiões - 2018

País e Grandes Regiões	Total	Raça*	
		Branços	Negros
	Taxa (%)	Taxa (%)	Taxa (%)
Brasil	25,3	15,4	32,9
Norte	41,3	29,5	43,9
Nordeste	43,6	35,8	46,2
Sudeste	16,3	11,3	21,6
Sul	12,1	9,3	20,4
Centro-Oeste	16,4	12	18,9

Fonte: adaptado do IBGE. PNAD Contínua, 2018.

(1) Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018. Taxa de conversão da Paridade de Poder de Compra (PPC) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, inflacionado pelo IPCA para anos recentes.

*Nota: indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Ao considerarmos as pessoas que viviam com até US\$ 5,50 diários (critério este estipulado pelo Banco Mundial), constata-se, em termos regionais, que o Nordeste do país apresenta o maior percentual de pessoas negras vivendo nessa linha de pobreza, 46,2%.

As desigualdades educacionais persistem sobre a população brasileira por vários anos, podendo ser constatada através das informações contidas nas tabelas a seguir.

Tabela 6. Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por raça, segundo as Grandes Regiões - 2018

País e Grandes Regiões	Total	Raça*	
		Branços	Negros
	Taxa (%)	Taxa (%)	Taxa (%)
Brasil	6,8	3,9	9,1
Norte	8,0	5,9	8,4
Nordeste	13,9	10,7	14,9
Sudeste	3,5	2,4	4,7
Sul	3,6	2,7	6,7
Centro-Oeste	5,4	3,7	6,4

Fonte: adaptado do IBGE. PNAD Contínua, 2018.

Nota: Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.



Em relação ao nível de analfabetismo da população brasileira, observa-se que a região Nordeste apresenta o maior percentual de pessoas nessa condição, 13,9%. Quando verificado os percentuais de pessoas analfabetas por raça, constata-se uma disparidade significativa, entre negros (9,1%) e brancos (3,9%).

Outrossim, as informações extraídas da PNAD Contínua nos permitem acompanhar o comportamento da taxa de conclusão do ensino médio para a população brasileira.

Tabela 7. Taxa de conclusão do ensino médio, por raça, segundo as Grandes Regiões - 2018

País e Grandes Regiões	Total	Raça*	
		Branco	Negro
	Taxa (%)	Taxa (%)	Taxa (%)
Brasil	67,7	76,8	61,8
Norte	60,4	70,1	58,0
Nordeste	60,6	69,4	58,0
Sudeste	73,6	81,5	66,9
Sul	68,9	74,6	55,4
Centro-Oeste	70,2	76,6	66,9

Fonte: adaptado do IBGE. PNAD Contínua, 2018.

*Nota: indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Em 2018, o percentual de brasileiros que concluíram o ensino médio foi de aproximadamente 68%. Sendo que as regiões que apresentaram os menores resultados para esse indicador foram, respectivamente, o Norte e Nordeste, conforme tabela 7. A taxa de conclusão do ensino médio para as pessoas negras ficou abaixo da média nacional, ou seja, 61,8%.

Por conseguinte, apresentamos na próxima tabela os resultados para taxa de estudantes que frequentaram o ensino superior no país.



Tabela 8. Taxa de Estudantes de 18 a 24 anos de idade que frequentou o ensino superior, por raça, segundo as Grandes Regiões - 2018

País e Grandes Regiões	Total	Raça*	
		Branco	Negro
	Taxa (%)	Taxa (%)	Taxa (%)
Brasil	66,3	78,8	55,6
Norte	51,4	70,9	46,6
Nordeste	54,9	69,4	49,5
Sudeste	73,5	82,5	62,2
Sul	74,3	78,7	58,6
Centro-Oeste	74,8	83	69,4

Fonte: adaptado do IBGE. PNAD Contínua, 2018.

*Nota: indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

Assim, percebe-se que 66,3% dos estudantes com idades entre 18 e 24 anos acessaram o ensino superior. Ao analisarmos esse indicador por raça, torna-se evidente a desigualdade de acesso da população negra ao ensino superior. Essa situação se agrava no Norte e Nordeste do país.

Destaca-se que as discussões apresentadas no presente estudo são oriundas de uma pesquisa que encontra-se em andamento. Sendo assim, as informações supramencionadas refletem, parcialmente, o perfil das desigualdades sócio-raciais no Brasil. No entanto, esses dados, mais uma vez, evidenciaram a desigualdade de acesso à bens e serviços da população negra em relação aos brancos.

Nesse sentido, cabe ressaltar a necessidade premente da retomada de políticas públicas que busquem combater as desigualdades de oportunidades na população brasileira. Mais especificamente, é necessário pensar soluções efetivas e que se correlacione com os interesses da nossa população negra, ou seja, políticas que incluam e evidenciem traços de sua cultura e ancestralidade.

Palavras-chave: Desigualdades; Indicadores Sócio-Raciais; Regiões Brasileiras.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

Referências

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 41ª edição, Rio de Janeiro, Record, 2000.

GUIMARÃES, A. S. A., 2002. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2018**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. São Paulo: Leya, 2018.

TAGUIEFF, Pierre-André. **O racismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.



Novos canais de participação democrática: a experimentação dos Laboratórios Populares de Lei por meio de um mandato coletivo em Belo Horizonte/MG/Brasil

Nuevos canales para la participación democrática: experimentos de los Laboratorios Populares de Leyes por medio de un mandato colectivo en Belo Horizonte/MG/Brasil

FONSECA, Helena d' Agosto Miguel, UFMG⁴⁹

GONÇALVES, Raquel Garcia, UFMG⁵⁰

Introdução

Este trabalho traz parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado⁵¹ que buscou investigar as possibilidades de ampliação da participação popular e os ganhos trazidos pela construção coletiva de políticas, entre movimentos sociais e institucionalidade, relacionadas, sobretudo, ao direito à cidade. A partir de uma experiência legislativa considerada coletiva, aberta e popular, denominada *Gabinetona* e que ocupou a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) de 2017 a 2020, pretende-se apresentar a experimentação dos Laboratórios Populares de Lei (*LabPops*), pois acredita-se que representam um instrumento político criado com o objetivo de democratizar o debate e a construção de políticas públicas, no sentido de repensar os desafios da cidade contemporânea com vista à justiça socioespacial. Como metodologia, o trabalho se utilizou de referências bibliográficas e da coleta de dados feita por meio de documentos e informações impressas e virtuais, retiradas do *site* oficial, das redes sociais e da sistematização de dados disponibilizados pelo mandato.

Palavras-chave: mandato coletivo, direito à cidade, participação popular.

⁴⁹ Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais – NPGAU/UFMG.

⁵⁰ Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ. Professora Associada do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG.

⁵¹ A tese foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/NPGAU da Escola de Arquitetura da UFMG sob orientação da professora doutora Raquel Garcia Gonçalves, com o apoio da FAPEMIG.



Um mandato coletivo, aberto e popular na política legislativa de Belo Horizonte

O mandato da *Gabinetona*⁵² foi eleito por meio de uma campanha coletiva e propôs para o período de 2017 a 2020 uma experimentação democrática radical, com gestão compartilhada, representatividade de corpos na ocupação institucional, em torno de uma construção coletiva, horizontal e colaborativa, de uma política feminista e antirracista, em sintonia com as lutas da cidade e que abrisse amplitude de proposição para a participação popular.

Destaca-se que, a equipe do mandato era composta por 42 pessoas, das quais, em relação ao total: 26 eram mulheres, 25 pessoas negras, uma indígena, dezoito LGBTQIA+s, dez jovens e seis moradoras de ocupações urbanas⁵³, todas ativistas ou integrantes de movimentos sociais, inclusive as próprias parlamentares, que atuavam na ação direta e vieram de movimentos populares. Essa confluência entre a ação direta e a luta institucional criou na Câmara “[...] um trânsito de sujeitos outros, corpos que jamais tinham tido presença legítima ali dentro, algo que há pouco tempo parecia impossível” (RESENDE, 2019, *on-line*).

Ampliar o diálogo, sobretudo com os movimentos sociais, foi um compromisso firmado em campanha eleitoral entre as candidatas e a população, por acreditar na possibilidade de construir conjuntamente com os cidadãos uma proposta insurgente que buscasse outras possibilidades de cidade. O mandato ainda se propôs a usar a institucionalidade para impulsionar as lutas sociais, tomando a participação popular como forma de criar e manter laços com essas lutas.

⁵² As vereadoras eleitas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Áurea Carolina e Cida Falabella, por meio da proposta construída pela movimentação das *Muitas* (grupo formado em 2015 por coletivos, ativistas, movimentos sociais insatisfeitos com a política institucional da cidade), deram origem ao gabinete compartilhado na CMBH denominado *Gabinetona*.

⁵³ A soma não corresponde ao valor total porque uma pessoa pode ter mais de uma representação, por exemplo, moradora de ocupação urbana negra ou mulher negra LGBTQIA+ ou homem negro LGBTQIA+.



Do ponto de vista da atuação, a construção da *Câmara que Queremos*, proposta pela *Gabinetona*, estruturou-se a partir de três eixos, a partir dos quais eram planejadas as ações parlamentares e territoriais: 1 – Direitos humanos, 2 – Direito à cultura e à educação e 3 – Direito à cidade. Cabe destacar que o eixo do direito à cidade atuava nas pautas relacionadas às políticas urbanas de moradia, mobilidade, trabalho ambulante, meio ambiente, gestão de resíduos sólidos e planejamento urbano no enfrentamento à cidade neoliberal e na garantia da vivência da cidade pelas mulheres, sobretudo negras e periféricas, como condição indispensável para devolver ao espaço sua função de transformação e de conquista da vida urbana.

Nesse sentido, ao trazer o direito à cidade, sobretudo sob uma perspectiva de gênero, raça e classe, para um dos eixos estruturantes do trabalho parlamentar, a *Gabinetona* assumiu o compromisso com a luta pela transformação da vida urbana fundada no valor de uso e na valorização da *práxis* na cidade. Essa ideia contrapõe o discurso retórico da cidade aberta à participação, à igualdade e à inclusão que não considera que “[...] o espaço urbano também é composto de lugares onde acontecem boa parte da vida cotidiana imersa em relações patriarcais de poder”, que, por sua vez, influenciam diretamente as relações sociais que são articuladas nas ruas (PERRONE, 2018, p. 35).

Logo, buscando enfrentar essas relações patriarcais e neoliberais de poder e, ainda, o avanço da intolerância, a deterioração da vida nas cidades, o aumento da desigualdade social, a precarização do trabalho, a apropriação cada vez mais desigual do espaço urbano, o desrespeito à Constituição Federal de 1988 e o reforço do machismo, do paternalismo, do colonialismo e do clientelismo político, o mandato criou canais que pudessem garantir uma atividade parlamentar porosa, que mantivesse conexão com as lutas da cidade e proporcionasse um diálogo mais fluido com os eleitores. Com isso, a *Gabinetona* buscava afirmar que a ocupação institucional não deveria ser um fim em si, mas “[...] ser recurso para ativar os processos autônomos e para transição das pessoas e dos grupos que ocupam os espaços de poder” (CAROLINA, 2017, *on-line*).



Uma abertura para a participação popular: os Laboratórios Populares de Lei

(LabPops)

O campo da participação popular sempre foi um eixo importante do mandato, pois acreditava-se que capilarizar e descentralizar o poder político da *Gabinetona* podia representar uma possibilidade de ressignificar a participação popular por meio de uma prática difusa, que olhasse para a política pública como um todo. Dessa forma, trazer as pessoas para construir proposições em conjunto, pode ser considerado algo que, em algum grau, quebra ou tenta quebrar a dinâmica de operação do Estado burguês, que possui uma forma de fazer política e uma linguagem que afasta a maioria da população.

Assim, os *LabPops* foram criados para serem um canal de participação, que funcionava por meio de encontros temáticos, para a construção coletiva de projetos de lei com um caráter deliberativo. Nesse processo, no qual a sociedade civil e os movimentos sociais se articulavam com o Estado a fim de institucionalizar suas demandas, os resultados observados eram projetos que haviam se tornado lei, projetos que ainda estavam tramitando em comissões na Câmara e projetos que ainda passariam por votação em plenário.

Pensadas por uma coletividade, de forma horizontalizada e com base nos problemas cotidianos, essas propostas foram fundamentadas a partir de um processo colaborativo e em pequenos grupos temáticos, que buscavam representar as diversas lutas urbanas. Quando levados à discussão em plenário, procuravam amplificar e visibilizar essas lutas na busca por uma cidade mais justa e democrática, com o objetivo de tornarem-se leis que pudessem, posteriormente, ser implementadas.

Os *LabPops* discutidos a seguir, aconteceram entre 2017 e 2019, são aqueles que possuem interface com a luta pelo direito à cidade e considerados significativos do ponto de vista dos ganhos políticos e sociais implícitos nos processos de participação. Os saberes partilhados pelos participantes representaram contradiscursos importantes, capazes de criar fissuras e tensionamentos na norma hegemônica, sobretudo para as políticas urbanas. Alguns possuem nomes de mulheres, sobretudo negras e periféricas,



que foram importantes lideranças em seus territórios na cidade e englobam pautas que consideram as políticas públicas sob a ótica feminina.

O Projeto de Lei nº 465/2017 – indumentária –, visa assegurar o direito de usar indumentárias, roupas, objetos e trajes tradicionais e típicos em espaços públicos. A proposta prevê a publicidade dos direitos garantidos por esta lei em locais públicos, cursos de formação para agentes públicos e multa em caso de discriminação.

O Projeto de Lei nº 461/2017 – Território Sagrado, trata da simplificação do acesso ao direito constitucional de isenção de IPTU para espaços religiosos de matrizes indígenas e afro-brasileiras, para que nenhuma religião sofra algum tipo de discriminação. Atualmente, a legislação não trata de forma isonômica essa questão com base no princípio do Estado laico. Já o Projeto de Lei nº 463/2017 – Dona Isabel –, trata da preservação das práticas, manifestações e ritos das culturas tradicionais e populares nos espaços públicos.

O Projeto de Lei nº 533/2018 – Morada Segura -, protocolado no Dia Internacional da Luta das Mulheres, tem como objetivo garantir que as mulheres em situação de violência, atendidas e encaminhadas por equipamentos públicos da cidade, possam ser incluídas no Programa Municipal de Assentamento (PROAS) e, assim, ter o direito à moradia assegurado. Este PL já foi sancionado pelo Executivo municipal, tornando-se a Lei nº 11.166/19.

O Projeto de Lei nº 593/2018 – Dona Fininha –, propõe a regularização fundiária de territórios dos povos e comunidades tradicionais de Belo Horizonte. Se aprovado e sancionado pelo Executivo, Belo Horizonte será pioneira em regulamentar os direitos territoriais de quilombos, povos de terreiro, indígenas, reinados, congados e ciganos.

O Projeto de Lei nº 783/2019 – Rua Viva –, propõe modificações no Código de Posturas da cidade com o objetivo de reconhecer a importância da economia popular para a geração de renda. Nessa temática, há ainda o Projeto de Lei nº 760/2019 – Participa Ambulante –, que prevê a criação de comissões paritárias permanentes de



trabalhadores de rua com o objetivo de construir políticas públicas voltadas para aqueles que exercem atividades nos logradouros públicos, como pipoqueiros, *foodtrucks*, fruteiros, caixeiros, entre outros.

O Projeto de Lei nº 816/2019 – Cultura Viva –, busca reconhecer, fomentar e garantir a autonomia das entidades, grupos, coletivos, redes e agentes culturais que desenvolvam ações em territórios, comunidades, campos identitários e/ou temáticos historicamente violados em seus direitos, práticas e pensamentos (GABINETONA, 2020)⁵⁴.

E o Projeto de Lei nº 903/2019 – Catraquinha Livre –, visa garantir que crianças de até 6 anos usufruam com dignidade e respeito ao direito à gratuidade no transporte público municipal de Belo Horizonte, com a liberação da roleta e/ou catraca pelo agente de bordo, fiscais de acesso (nas estações) ou condutor do veículo.

Considerações finais

Diante do exposto, a pesquisa mostrou que, de maneira geral, os *LabPops* buscaram reforçar o compromisso do mandato com a abertura de canais de participação popular direta e com a valorização de práticas que (re)signifiquem o uso e a ocupação dos espaços públicos e reforcem a luta pela (re)distribuição justa e igualitária dos excedentes da urbanização. Além de serem projetos focados na alteração das condições de vida dos grupos minoritários e historicamente excluídos e que trazem para o debate as lutas sob uma perspectiva feminista, antirracista, artística e cultural, as propostas propunham fortalecer o debate acerca do valor de uso dos espaços.

Porém, há limites a serem destacados. A *Gabinetona* representava dois votos do total de 41 vereadores na CMBH para aprovar projetos em plenário. Além disso, a própria estrutura do Estado requer um trabalho burocrático, que é excludente, uma vez que quem não possui alguma formação tem dificuldade de assimilar, traduzir e dialogar. Isso contribui para que a institucionalidade opere de forma seletiva, fazendo com que o

⁵⁴ Informações retiradas de www.gabinetona.org/culturaviva.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

espaço institucional continue sendo ocupado pelas mesmas pessoas e exclua e silencie as vozes dissonantes.

Assim, destaca-se que, deve haver uma coalizão de forças para que mais representantes que defendam as pautas populares sejam eleitos e ocupem o parlamento, visto que a estrutura institucional historicamente consolidada continuará resistente aos corpos de luta, sufocando outras práticas que possam amplificar as vozes daqueles que constituem a maioria da população.

Referências

BELO HORIZONTE. **Lei nº 11.166, de 25 de abril de 2019**. Altera a Lei nº 7.597/98, que dispõe sobre assentamento de famílias no Município e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, abr. 2019. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11166/2019>. Acesso em 31 out. 2020.

CAROLINA, Áurea. O diálogo é um exercício democrático dos mais raros ultimamente. **Carta Capital**, São Paulo, 20 nov. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-dialogo-e-um-exercicio-democratico-dos-mais-raros-ultimamente201d>. Acesso em: nov. 2017.

PERRONE, María Gabriela N. La vida urbana como derecho a la ciudad. In: PERRONE, María Gabriela N.; GARZA, Muna M. (org.). **Apropiaciones de la ciudad**: género y producción urbana. Barcelona: Pollen edicions, 2018. p. 27-46.

RESENDE, Douglas. As MUITAS: A vida política em BH. **Blog do Jean-Claude**: cinema & adjacências. Entrevista realizada em 19 de julho de 2019. Publicada em 17 de setembro de 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/jcbernardet/2019/09/17/as-muitas-a-vida-politica-em-bh/>. Acesso em: 20 set. 2019.



O curso das desigualdades urbanas brasileiras: breve digressão sobre as políticas habitacionais

El curso de las desigualdades urbanas brasileñas: una breve digresión sobre las políticas de vivienda

BARBOSA, Ingrid, UFRPE⁵⁵

SANTOS, Otávio, UFRPE⁵⁶

Refletir sobre as políticas habitacionais no Brasil nos induz a aludir ao seu histórico processo de urbanização, marcado pela forte desigualdade social. O Brasil é nono país mais desigual do mundo, com índice de Gini de 0,549 em 2019⁵⁷. Cidades como Belém e Recife possuem os maiores índices de Gini entre as capitais, 0,611 e 0,606, respectivamente. O país possui um déficit habitacional de 5.876.699 (subdivididos nas categorias: habitação precária, coabitação e ônus excessivo com aluguéis), dos quais 2.207.062 só nas regiões metropolitanas⁵⁸. Portanto, a precariedade social e falta de acesso à moradia adequada são regras na dinâmica da urbanização brasileira.

Com a implementação do trabalho livre e, posteriormente, a industrialização, as cidades brasileiras cresceram rapidamente no decurso do século XX. Tal inchaço populacional e a permanência das desigualdades históricas foi que proporcionou o supramencionado déficit. Ainda que, em alguns casos, os mais pobres consigam se inserir nas atividades do “circuito superior da economia urbana” (SANTOS, 1979), seu lugar na cidade não foi rapidamente garantido, restando o aluguel e a ocupação irregular. O Estado apenas passou a intervir nas condições de habitação dessas classes tardiamente, a partir da década de 1940, mediante ajustes nos valores do aluguel, na maioria das vezes beneficiando os proprietários (BONDUKI, 1994).

⁵⁵ Graduanda no curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Atualmente é bolsista do programa de iniciação científica (PIBIC/UFRPE) e pesquisadora voluntária de iniciação científica na Fundação Joaquim Nabuco (PIC/Fundaj).

⁵⁶ Professor de Geografia da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

⁵⁷ Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Banco Mundial.

⁵⁸ Dados do relatório “Déficit habitacional no Brasil 2016-2019”, da Fundação João Pinheiro (2021).



Esses aluguéis eram cobrados por ocupações em cortiços e casebres de pouco valor, lugares cujas condições de habitabilidade sempre foram as piores (BONDUKI, 1994, p. 713). Apropriando-se de grande parte da renda do trabalhador, a classe de proprietários urbanos o condicionava a ambientes extremamente inóspito, privados de qualquer saneamento básico e sem qualquer perspectiva de adquirir uma casa própria, já que era inexistente qualquer mecanismo de financiamento público acessível.

Nesse momento é que entram em cena as ações higienistas promovidas pelo Estado, buscando promover o embelezamento das cidades, e cujas ações se davam mediante despejos, realocações e demolições de algumas moradias, afastando as populações mais pobres dos centros urbanos (MARICATO, 2013). Esse tipo de ação se tornou símbolo da produção do espaço urbano na primeira metade do século XX, desencadeando o espólio, a apropriação pelas elites e a especulação imobiliária tão intrínseca à urbanização brasileira (KOWARICK, 1979).

Ainda em 1942, em parte devido ao anterior estabelecimento da Lei do Inquilinato, que atingiu economicamente a classe média (BONDUKI, 1994) e resultou na intensificação da produção intensa de favelas (MARICATO, 1982)⁵⁹, o Estado passou a promover de fato políticas públicas de habitação. A primeira delas foi a do Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAP), que direcionou sua atenção para a classe média. Tal política ajudou no desenvolvimento da especulação imobiliária, sobretudo, no Rio de Janeiro, onde houve a construção de mais de 618 condomínios.

Mais tarde foi instituída a Fundação da Casa Popular (FCP), primeiro órgão efetivamente voltado para a construção de casas populares. A FCP passou a assumir uma série de demandas, como: financiar obras urbanísticas, indústrias de material de construção, construções que estavam sob a responsabilidade do município etc. Também ficou sob a incumbência de estudar e classificar os tipos de habitação

⁵⁹ Nesse ponto vale destacar o conceito da “proletarização do espaço” desenvolvido pela autora, que corresponde ao processo de intensificação da exploração da força de trabalho mediante a diminuição aparente da taxa de reprodução da força de trabalho pela diminuição do gasto com habitação. Essa problemática também é trabalhada por Oliveira (2006) em “Vícios e Virtudes: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil”.



intituladas como populares (ANDRADE e AZEVEDO, 2011). Apesar de ter produzido uma grande quantidade de unidades habitacionais, a FCP não conseguiu dar conta da demanda surgida em razão da ausência de recursos, e passou longe de sequer reduzir minimamente o déficit habitacional.

Depois disso, só em 1964, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), é que o Estado brasileiro promoveu uma nova política habitacional. Atuando como um sistema moderno de financiamento, este banco visava implementar uma nova política de habitação popular baseado na lógica do lucro. Operando como executor do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e em seguida pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) o BNH repassou para os agentes financeiros e promotores do setor imobiliário (SOUZA, 2009) um enorme montante de recursos, maior parte dos quais advindos dos próprio trabalhadores, já que o FGTS correspondia a uma poupança compulsória equivalente a 8% do valor dos salários. Em outras palavras, parte do salário real foi transformado em capital imobiliário pelos governos militares, que dispôs ao setor imobiliário (SOUZA, 2009). Detalhe: o BNH atuou centralmente na habitação de alto e médio custos, destinado a populações de mais alta renda.

O papel desempenhado pelo BNH foi o de espoliar a renda dos trabalhadores e minar seu acesso à cidade. Não restou outra opção para esta classe além de novamente ocupar os piores lugares, já que a maior parte das famílias não tinham condições de se inserir no mercado formal. Mesmo com os programas mais alternativos⁶⁰ que compuseram a fase final do BNH, o quadro de desigualdade permaneceu inalterado.

A Caixa Econômica Federal (CEF) atuou como sucessora das funções do BNH, estabelecendo um período de relativo vazio da política habitacional, (1986 até 2003). Além disso, o próprio contexto de descentralização das políticas públicas e a dependência de recursos federais não permitiu avanços no equacionamento das desigualdades nos Estados durante toda a década de 1990.

⁶⁰ Referimos-nos ao Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb, 1975), o Programa de Financiamento da Construção, Conclusão e Ampliação ou Melhoria de Habitação de Interesse Social (Ficam, 1977), e o Programa de Erradicação de Subhabitação (Promorar, 1979). Este programas tinham por objetivo proporcionar financiamento das faixas de renda mais baixas e urbanizar áreas pobres em conflito (SOUZA, 2009).



Depois, com a criação do Ministério das Cidades (2003), houve alguns progressos, especialmente no que diz respeito às políticas urbanas de saneamento básico, mobilidade urbana e regularização fundiária (MARICATO, 2006). Mas o maior legado deste ministério foi a formulação do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) cujo objetivo era universalizar o acesso à habitação, considerando-se as diferentes condições de renda das famílias e características dos municípios. Tal plano não foi executado em razão do surgimento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), em 2009.

Configurando-se como um programa essencialmente econômico, o MCMV visava aquecer o setor de construção civil aos moldes de uma medida anticíclica, buscando neutralizar a tendência de colapso econômico irrompido desde 2008 com a crise imobiliária dos *subprimes*, nos Estados Unidos. Ao todo, foram investidos 34 milhões provenientes da União e do FGTS, em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinando 40% para famílias com até três salários-mínimos, mas concentrando tais investimentos na região Sudeste e Nordeste. Quanto aos 60% restantes, foi direcionado para estratos de rendas superiores, evidenciando a forte influência do setor imobiliário (AMORE; SHIMBO e RUFINO, 2015).

A condução do programa por um banco, a CEF, tirou de cena instituições que atuavam essencialmente no plano político, direcionando as ações a partir de lógicas financeiras. Além disso, a produção passou a se dar por oferta, o que implicava na definição, por parte da construtora, do terreno e do projeto, tendo apenas de aprova-los junto aos órgãos competentes e vendê-los integralmente a CAIXA, numa transação sem riscos para construtores e incorporadores (CARDOSO e ARAGÃO, 2013).

Assim, a habitação tornou-se um ativo financeiro, cuja produção geralmente se dá mediante processo em que o Estado assume os riscos e o mercado apenas se beneficia. Por outro lado, as famílias que não podem se inserir nas diferentes linhas de financiamento, simplesmente ficam de fora. E isso, certamente, contribui com o déficit habitacional, que praticamente não se alterou, conforme se pode ver na tabela abaixo:



Tabela 1: Déficit habitacional total por situação do domicílio/ Brasil

Ano	2007	2010	2013	2015	2017	2019
déficit	5.855.375	6.940.691	5.846.040	6.355.74	5.970.663	5.876.699

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013, 2020⁶¹

É possível observar que no ano de 2010 ocorreu um expressivo crescimento no déficit habitacional em relação ao ano de 2007, e que apesar da pequena queda em 2013, voltou a crescer em 2015. Apresentou também uma queda entre os anos de 2015 a 2019. No tocante a ausência de infraestrutura básica nas moradias, houve um grande aumento nos últimos anos em relação a 2007.

Tabela 2: Carência de infraestrutura em domicílios urbanos duráveis / Brasil

Ano	2007	2010	2013	2015	2017	2019
déficit	10.182.946	13.007952	11.092.282	9.692.097	14.225.490	14.257.395

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013, 2020

Esses dados evidenciam que a precariedade social e a falta de acesso à moradia adequada permanecem sendo as principais regras na dinâmica da urbanização brasileira. Nesse período em que o mercado imobiliário urbano representa uma das principais frentes de acumulação capitalista (ROLNIK, 2013), e que o déficit habitacional vai ganhando expressão mundial pela segregação e endividamento hipotecário dos trabalhadores (SANTOS, 2016), o horizonte de transformação da realidade urbana desigual tem se tornado cada vez mais estreito.

Palavras-chave: Políticas públicas, Habitação, Desigualdade.

⁶¹ Dados disponíveis em: <http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>; Acesso em: 10 de jun. 2021



Referências

AZEVEDO, Sérgio. ANDRADE, Luís. **Habitação e Poder: da Habitação Popular ao Banco Nacional Habitação**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

AMORES, C; SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Maria. **Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. *Análise social*, v. 29, 711-732, 1994.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Themis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (Org.) **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos Territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte: FJP, 2018.

_____. Metodologia do *deficit* habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019 – Belo Horizonte: FJP, 2020.

_____. **Deficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, Ermínia. **A produção Capitalista da Casa (e da cidade)**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7, ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. políticas sociais – acompanhamento e análise | 12 | fev. 2006.

ROLNIK, Raquel. “Late Neoliberalism: The Financialization of Homeownership and Housing Rights”. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 37, 1058–1066, 2013.

SANTOS, César Simoni. Horizontes da política social na globalização da desigualdade e o Minha Casa Minha Vida. **Revista Cidades**, v. 13, p. 167-198, 2016.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 1979.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

SOUZA, Maria Angela de Almeida. Pensando a política nacional de habitação para adversidade das famílias e dos municípios brasileiros. In: Jan Bitoun; Livia Miranda (org.). **Desenvolvimento e Cidades no Brasil: Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais**. Recife: FASE: Observatório das metrópoles, 2009.



O direito da mulher a cidade e as barreiras invisíveis

El derecho de las mujeres a la ciudad y las barreras invisibles

ALIAGA GUENTES, Maribel, UnB⁶²

TAVARES, Gabriela Maria Paiva, UnB⁶³

Os espaços urbanos estão vinculados às práticas sociais, da vivência do coletivo, tendo a arquitetura e o urbanismo como conformadora do cotidiano das pessoas. Assim, a morfologia urbana influencia em como ocupamos e vivenciamos as cidades. Concomitantemente temos o Estatuto da Cidade como regulador do meio urbano com a finalidade de priorizar um coletivo fundamentado em diretrizes que servem de base para os planos diretores dos municípios no Brasil. Porém, em meio a desigualdades de cidades que crescem desenfreadas surge o questionamento de para quem de fato nossas cidades são projetadas? A realidade é a de uma produção do urbano embasada num urbanismo neutro, focado na geração do lucro e num discurso raso de servir igualmente a todos, mas que é produzida por maioria masculina privilegiando um padrão de homens, heterossexuais, cisgêneros, brancos e não deficientes, reforçando a segregação espacial e as desigualdades.

O ambiente construído é definido por Frederico de Holanda como a possibilidade de ser uma variável dependente ou independente, estes conceitos podem ser caracterizadores para o estudo e concepção dos espaços urbanos no campo do urbanismo e do planejamento urbano. Sendo assim, um urbanismo dependente está vinculado ao "ambiente sicionatural" como qualificantes do solo no âmbito do ambiente natural e, no que diz respeito ao ambiente social, têm-se os interesses econômicos, políticos e ideológicos, segundo Holanda. Já o que seria identificado como um urbanismo independente é aquele que está vinculado ao que o espaço urbano implica na vida das pessoas. Assim, torna-se possível "estudar as relações do espaço construído com as

⁶² Universidade de Brasília.

⁶³ Universidade de Brasília..



práticas sociais” (TENÓRIO, 2012), um modo de estudarmos as cidades a partir de como a sociedade faz uso delas.

Dentro dos parâmetros utilizados no estudo e concepção do urbanismo temos conceitos majoritariamente teóricos no ambiente acadêmico, os quais seguem a lógica do estudo do urbano como uma variável dependente. E na atuação profissional como urbanistas, o que prevalece é o fator econômico da forma urbana, sendo o custo de execução o ponto primordial para a implementação das infraestruturas. Assim, dentro da sociedade capitalista, o valor financeiro em conjunto com o político reforça um foco econômico e de interesse das minorias detentoras de maior poder sobre a população, reforçando o meio urbano como cidade mercadoria, nas palavras de Erminia Maricato. Logo, resalto o questionamento de que se quem faz as cidades são as pessoas, por que nossas estratégias como urbanistas e planejadores seguem uma linha técnica distante desses corpos que habitam as cidades?

Ao nos orientarmos para uma visão no mesmo nível das pessoas que se inserem e vivenciam os espaços públicos diariamente, vemos uma realidade de pluralidade de sujeitos, os quais, muitas vezes, vivenciam desigualdades pelas condições das cidades configuradas a partir do lucro de empresas privadas e de interesses do Estado. Conseqüentemente, ocorre a segregação espacial de parte da população, a qual gentrifica áreas urbanas e privilegia determinados grupos de pessoas, com locais estruturados e que apresentam maior qualidade de vida, com modais diversificados para a mobilidade urbana, infraestruturas de redes, pavimentações adequadas, iluminação pública e variada opção de lazer. Tal desequilíbrio social observado nas cidades se apresenta como reflexo da associação de complexos e plurais fatores - pessoas, culturas, padrões, sistemas, política - que vão além da capacidade dos urbanistas para solucioná-las, a qual implica na necessidade de um aprofundamento em estudos de caráter multidisciplinar. De todo modo, aos urbanistas incumbe a responsabilidade do estudo dos espaços urbanos para que estes sejam promotores de igualdades.

São esses modos de contrastes sociais-urbanos que podem criar barreiras urbanas que reprimem corpos nos usos dos espaços públicos, corpos com deficiência, corpos LGBTQIA+, corpos negros. E inserido nesses patamares que segregam corpos temos



o que pode ser denominado como desigualdade por gênero, que se solidifica não só com barreiras visíveis, mas também com barreiras invisíveis consolidadas nas cidades por intermédio de um urbanismo projetado para as necessidades do homem padrão do neutro. Tal fato decorre como produto da nossa sociedade que inferioriza e pressupõe que os corpos distintos deste padrão são vulneráveis, desconsiderando-os como pessoas que estão presentes nos espaços urbanos, mesmo elas compondo a maioria populacional (GREED, 1994). Assim, este olhar para o gênero feminino é definido pelo fato de que são elas as pessoas que mais ocupam as cidades e estão mais presentes nestas como pedestres e usuárias dos transportes públicos (MONTANER; MUXÍ, 2011; TERRAZA *et al.*, 2020). Deste modo, há urgência na concepção de cidades que permitam com que haja liberdade no ir e vir, liberdade em viver sem que o corpo feminino seja limitado a onde possa ou deva ocupar. Ainda assim, se faz relevante a consideração da relação de gênero com os diferentes modos de desigualdade, na medida em que cor, orientação sexual, deficiência e renda são questões que corroboram com a opressão e a repressão. Pois, nos moldes atuais das cidades, o gênero feminino está sujeito a uma violência como se seus corpos não pertencessem a cada uma delas, mas sim ao meio em que estão sendo, assim, tornados públicos.

Este trabalho tem o intuito de trazer uma discussão crítica sobre como projetamos cidades com bases masculinas, já citadas anteriormente, que expressam uma neutralidade inexistente. O estudo parte do entendimento do que é o neutro e sua origem a partir do contexto histórico com a inferiorização dos corpos femininos marcada por antigos pensadores do campo da filosofia e da ciência, os quais consideraram por séculos proposições a partir das características físicas e genéticas como argumentos para comparar homens e mulheres. Elas foram consideradas com intelecto inferior quando comparadas aos homens, impostas a uma submissão, dando a eles o título de únicos, o padrão de perfeição. Nos espaços urbanos isso se refletiu numa majoritária presença masculina na produção das cidades. Eles tiveram liberdades para priorizar aspectos estéticos e traçados rodoviaristas, reforçado pelas intervenções urbanísticas higienistas evidenciando a segregação ao prevalecer determinado gênero, raça e classe em propostas de cidades históricas, modernistas e contemporâneas. Como resultado,



para as mulheres brancas era destinado o cuidado do lar e para as mulheres negras a marginalização e objetificação nas ruas, concretizando o domínio do urbanismo neutro.

Em sequência, o trabalho apresenta o espaço que é dado às mulheres de modo geral e restrito aos estudos das cidades. Foi identificada a presença e visibilidade tardia delas, eclodindo com os movimentos das sufragistas, do feminismo norte americano e europeu e a inserção das mulheres no meio acadêmico. Nomes como o de Jane Jacobs, Lota de Macedo, Daphne Spain, Dolores Hayden, Zaida Muxí são algumas referências de mulheres projetistas e pesquisadoras que apresentaram gênero e urbanismo. E é apenas nos anos 70 movimentos de crítica à hegemonia masculina no desenvolvimento das cidades passam a ser discutidos em massa dentro de grupos e congressos.

Por fim, apresentar-se-á uma visão do projetar e planejar com fundamentos em dados e estudos que evidenciem o gênero e nos permitam criar visando quem faz a cidade cumprir a função de cidade, um olhar que precisa ser voltado para a hierarquização social e patriarcal existente, observando quem são as pessoas que estão nesta base hierárquica e a violência que seus corpos sofrem por ocuparem as cidades. Segundo o manual sobre inclusão de gênero produzido pelo Banco Mundial, precisamos considerar o processo participativo, ouvindo cada contexto. É preciso também realizarmos estudos conjuntos sobre acessos, mobilidade, segurança, liberdade contra a violência, saúde e higiene, resiliência climática e segurança da posse de bens com foco nas mulheres, monitorando e avaliando após a implementação das mudanças urbanas. A nossa prática de projetar cidades está embasada num urbanismo neutro, proposto como o fundamento de que há a igualdade entre as pessoas que ocupam o espaço urbano, mas num contexto no qual isto não é uma realidade concretizada. Um exemplo está na pesquisa do Fórum Econômico Mundial de 2019, anterior ao período da pandemia do momento atual que vivemos, que indicava que a igualdade salarial entre mulheres e homens estava prevista para 2079 no Brasil, isto apenas em um dos campos de desigualdade presente entre gêneros. Há inclusive dentro da agenda 2030 da ONU a ODS 5 - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Igualdade de Gênero - que tem como um dos tópicos o combate da violência de gênero no meio público e privado, fazendo entendermos que há problemáticas presentes nos espaços urbanos e privados



no que se refere ao gênero feminino. Logo, a presunção de que todos temos as mesmas necessidades, que surge quando equiparamos homens e mulheres, significa acreditar que nossa sociedade é homogênea, quando nossa realidade mostra justamente o contrário. Ainda assim, continuamos enfatizando o planejamento de cidades vistas de modo técnico ou com o discurso de ser para todos, representado no que temos como cidades ocidentais.

Um urbanismo fundamentado no gênero não se restringe apenas a inclusão das mulheres, há a importância na interseccionalidade com etnia, raça, renda, classe, identidade de gênero etc. visto que a vulnerabilidade atinge cada uma de modo distinto. E ainda que a violência urbana contra os corpos femininos não seja erradicada apenas com alterações no desenho urbano, existem pontos-chave que auxiliam numa melhor vivência para elas. O gênero feminino, dentro de sua variedade de expressões de identidade, é quem mais ocupa os espaços urbanos e, ainda assim, são elas quem mais sofrem com a violência estando sujeitas a adaptar-se para poderem exercer suas rotinas e atividades. Portanto, o objetivo de um urbanismo de gênero é o de pensar, planejar e executar cidades que incluam as mulheres, originando espaços seguros, pois a elas é dada a responsabilidade do cuidado da família, logo privilegiar corpos femininos por consequência beneficia a todos.

Ressalta-se que este estudo considerou dentro do termo do gênero todas as pessoas que se identificam com o gênero feminino e as que na característica física acabam por serem restringidas ao estereótipo do corpo feminino, isto não para reduzir, homogeneizar ou mesmo ignorar identidades de gênero, mas por também sofrerem com essa violência. Ainda assim, serão abordados aspectos que possibilitem apresentar as particularidades da violência de gênero quando relacionados por exemplo as mulheres transgênero e as travestis. Do mesmo modo, serão tratados não apenas a dicotomia homem e mulher, mas também fatores como cor, por entender que as pessoas menos privilegiadas no nosso sistema são usualmente pessoas negras, o que demonstra a necessidade da visão crítica no comparativo de uma mulher cisgênero branca em relação a um homem negro, entendendo que o racismo da nossa sociedade se sobrepõe à questão de gênero.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

Palavras-chave: urbanismo, planejamento, gênero, neutro, mulheres

Referências

GREED, C. H. **Women and Planning: Creating Gendered Realities.** [S. I .]: Routledge, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203410288>. Acesso em: 4 ago. 2020.

LOPES, L. **Como a ciência contribuiu com machismo e racismo ao longo da história - Revista Galileu | Sociedade.** [S. I .], 2020. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/amp/Sociedade/noticia/2020/06/como-ciencia-contribuiu-com-machismo-e-racismo-ao-longo-da-historia.html?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=post&__twitter_impression=true. Acesso em: 27 out. 2020.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitectura y política: ensayos para mundos alternativos.** Barcelona: G. Gili, 2011.

TERRAZA, H. et al. **Handbook for Gender-Inclusive Urban Planning and Design.** Washington, DC: World Bank, 2020. E -book.



O enfrentamento da epidemia do desemprego na pós-pandemia

El hacer frente a la epidemia de desempleo en la post-pandemia

Pablo Augusto Tallini, UENP⁶⁴

Fabiano Silva Abranches Dalto, UFPR⁶⁵

Introdução

A proposta deste artigo é observar espacialmente em que medida o desemprego sobre as regiões brasileiras é agravado pela ausência de políticas de emprego, ao longo dos trimestres de 2019 até o primeiro trimestre de 2020. Dada a aceleração da taxa de desocupação no Brasil, propõe a necessidade de medidas de combate ao desemprego por meio de uma política de pleno emprego. Através de uma ferramenta de análise geoespacial, os objetivos são observar onde o fenômeno do desemprego está mais grave, comparar os trimestres selecionados e discutir a proposta de uma política pública de empregos diretos. A pandemia do novo coronavírus somada à ausência de medidas sustentadas de proteção ao emprego e renda, agravam os elevados níveis de desemprego preexistentes. Assim como a pandemia, o desemprego foi se alastrando pelo território brasileiro de forma crescente, exigindo medidas tão efetivas quanto a pandemia exige para evitar seus efeitos sociais mais perversos. Da mesma forma que o combate ao coronavírus no Brasil tem se mostrado um fracasso absoluto justamente por se ter ignorado todas as medidas eficazes, o desemprego pode resultar em uma catástrofe ainda maior do que a pandemia resultou se medidas diretas de geração de emprego não forem adotadas. O artigo recomenda a combinação da análise espacial com outras variáveis que revelam privações sociais, com o objetivo de abordar conjuntamente tais problemas, além de possibilitar o desenho de políticas de emprego com foco regional e setorial.

Vinculado ao eixo “Políticas de Combate à Desigualdade”, o presente artigo contribui com a proposta de estabelecer o Estado como garantidor e criador de empregos diretamente. A teoria econômica convencional trata o desemprego como natural,

⁶⁴ Universidade Estadual do Norte do Paraná.

⁶⁵ Universidade Federal do Paraná.



enquanto a visão Keynesiana o considera como subproduto da demanda agregada. Portanto, é necessário elevar a demanda pública com o objetivo de criar empregos, e, ao mesmo tempo, superar a concepção da limitação financeira, isto é, o Brasil soberano em sua moeda, tem capacidade de comprar qualquer recurso ocioso incluindo a mão de obra. A compreensão de que o Estado emissor da própria moeda não é limitado financeiramente, embora a única restrição seja a disposição de recursos reais, nos leva a compreender que o desemprego é uma escolha política.

Metodologia

Para a leitura do desemprego no território brasileiro adotou-se o processo de georreferenciamento. Os principais dados utilizados foram as taxas de desemprego no primeiro trimestre de 2020 e nos trimestres de 2019; nível de ocupação e as taxas de participação e de subutilização da força de trabalho fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de desemprego aparece no conceito de “desocupação”.

Para compatibilizar os dados com a representação geoespacial, utilizou-se as bases cartográficas do IBGE, disponíveis na área de geociências em cartas e mapas. Foi utilizada a base cartográfica contínua na versão de 2017 e empregou-se o arquivo contendo dados geoespaciais em forma de vetor (*shapefiles*) para limites e localidades. A cada Unidade da Federação é atribuído um código (por exemplo, Paraná com o código 41), de forma a permitir a unificação das informações em tabelas que foram, finalmente, organizadas de acordo com a localização. Posteriormente, o programa computacional QGIS 3.12.3. foi usado para o processamento dos dados e desenvolvimento de mapas. Os dados geoespaciais foram unidos por um atributo comum às duas tabelas, isto é, o geocódigo.

Os dados das taxas de desemprego, de participação (TPFT) e de subutilização da força de trabalho e nível de ocupação foram divididos em cinco classes, de acordo com o *Jenks optimization method*, o qual determina a organização dos valores em diferentes classes com o objetivo de reduzir variações entre as classes em relação à média. Para que houvesse uma interpretação dinâmica do desemprego no espaço, foi selecionada



a simbologia graduada. Essa opção exibe cores que representam uma progressão de valores, conforme a divisão definida a partir do número de classes e o intervalo de valores numéricos. Os dados trimestrais para o desemprego, TPFT, subutilização e nível de ocupação foram mantidos em mesmo intervalo e classes, mas dentro da incidência de cada variável.

Resultados e discussão

A análise geoespacial permite perceber que o desemprego é uma realidade persistente nas regiões brasileiras, mesmo antes da pandemia. A graduação dos mapas mostra que em todas as regiões as taxas de desemprego se elevaram no primeiro trimestre de 2020. As regiões Sudeste e Nordeste apresentaram maiores taxas de desocupação e os menores níveis de ocupação, enquanto o Norte e Nordeste as maiores taxas de subutilização da força de trabalho. A elevada taxa de informalidade⁶⁶ evidenciou a necessidade de complementar a análise com outros indicadores: nível de ocupação e as taxas de participação e subutilização na força de trabalho. A TPFT mostrou que muitos brasileiros deixaram a força de trabalho, além de uma queda em 21 Estados brasileiros no primeiro trimestre de 2020 em relação ao trimestre anterior. Porém, essa é uma realidade que se acentua desde setembro de 2019. Deve ser ressaltado que a queda na força de trabalho amenizou o aumento da taxa de desocupação, de modo que brasileiros que não possuíam emprego ou não buscaram por trabalho não entram no cálculo da desocupação. O número de brasileiros subutilizados atingiu recorde em 2019, mas apesar de diminuir ao longo dos trimestres indica que os trabalhadores não encontraram ocupação como forma de complementar as horas de trabalho para compor sua renda.

A taxa de desemprego tem sido persistente e elevada em parte como uma política deliberada de conter a inflação. Taxas de desemprego elevadas têm sido consideradas, inclusive, naturais ao invés de serem politicamente determinadas (PALMA; FERREIRA, 2017). Argumentamos, no entanto, que as taxas de desemprego, altas e persistentes,

⁶⁶ Segundo a Agência de Notícias do IBGE (2020), a taxa de informalidade atingiu o maior nível em 2019 – 41,1%, o maior dado da série histórica iniciada em 2016.



no Brasil, são politicamente determinadas como forma de reduzir o poder de barganha dos trabalhadores por aumentos salariais. Vilella et al. (2020), ressaltam que dentre os mais de 106 milhões de trabalhadores dispostos a trabalhar, cerca de 15,3% (16,2 milhões) não encontravam ou desistiram de procurar um posto de trabalho ao final de 2019. Isso se reflete nas elevadas e persistentes taxas de desemprego. A nova elevação esperada dos níveis de desemprego pode vir a ser atribuída exclusivamente às medidas de isolamento e distanciamento social. Entretanto, essa ideia pode levar o governo a não adotar medidas que poderiam exterminar permanentemente o desemprego persistente.

Um programa público de emprego deveria ser estabelecido, ao nível do salário mínimo⁶⁷, para contratar todos os trabalhadores desempregados e subutilizados que estejam aptos e desejosos de emprego mas não o encontram. Dalto et al. (2020a), defendem que o governo pode usar seu poder de compra para empregar toda a força de trabalho ociosa, além de reformas institucionais duradouras para os recursos chegarem aos destinatários finais. O nível de gastos federais e de transferências financeiras para os entes subnacionais, que está ocorrendo durante a pandemia⁶⁸, dá provas de que o governo, emissor de sua própria moeda, não tem restrições financeiras para gastar (DALTO et al, 2020b).

Quando observamos geograficamente como o desemprego se move, há regiões brasileiras em níveis permanentemente elevados. Quanto maior a duração do desemprego, menor é a qualidade de vida de um trabalhador desempregado. A política de garantia de emprego público pode ser projetada para combater o desemprego e seus efeitos negativos ao nível local, de forma a prover bens e serviços públicos compatíveis com as necessidades locais. O planejamento a nível local, financiado e supervisionado ao nível federal, é chave para enfrentar os níveis diferenciais de desemprego persistentes que observamos entre as várias regiões brasileiras. Deve-se observar que,

⁶⁷ Uma política de valorização do salário mínimo deveria ser seguida complementarmente ao programa de emprego público.

⁶⁸ O Instituto Fiscal Independente (IFI) calcula que os gastos extraordinários (não previstos na Loas de 2020 e sem fonte tributária definida) já supera os R\$500 bilhões no primeiro semestre de 2020.



em várias regiões, mesmo quando a taxa de desemprego caiu no último trimestre de 2019, as taxas continuaram muito elevadas. No país como um todo não baixaram de 11% de desocupação e 23% de subutilização, e, no Nordeste não baixou de 13% e 35%, respectivamente, enquanto o Sul do país observava taxas de 7% a 14%, respectivamente.

A política de garantia de emprego público serve para proporcionar emprego a quem desejar, impedindo que a população sofra as consequências negativas do desemprego. Também visa oferecer trabalho decente a salários decentes. É permanente e cria oportunidades onde vivem os desempregados e, portanto, é local e direcionado a regiões ou comunidades com persistentes taxas de desemprego. O financiamento é feito pelo governo federal, mas os governos locais e municipais são responsáveis pela administração. É uma alternativa ao trabalhador que não consegue encontrar trabalho no setor privado, impedindo que caia na estatística de pessoas que deixam a força de trabalho conforme o movimento da economia. O programa não exclui raça, sexo, cor ou crença e atende a diferentes necessidades. Preocupa-se com a produtividade do trabalhador, de modo que investe em pessoas oferecendo educação e treinamento. A distribuição da renda também é melhorada quando a renda dos que estão na base é aumentada mais rapidamente e, ao mesmo tempo, a renda do trabalho é favorecida na distribuição entre capital e trabalho. Dentre outras características, o programa enfrenta a insegurança de renda e as múltiplas privações sociais, com o objetivo de trazer benefícios econômicos, sociais e ambientais para as comunidades (TCHERNEVA, 2018).

O governo como Garantidor de Empregos de Última Instância, complementa o emprego no setor privado, flutuando de forma contracíclica. Além disso, é uma política que trata de várias privações sociais em conjunto. O Brasil vem desperdiçando um elevado produto potencial desde 2012 em função do desemprego, e a ausência de medidas com vistas a proteger o trabalhador agravarão a situação. A persistência de elevadas taxas de desemprego é reflexo da falta de políticas que protejam e criem trabalho sob demanda (TCHERNEVA, 2017, 2020; VILELLA et al. 2020).



O estudo espacial do desemprego aqui apresentado, se torna ainda mais útil quando mapeado com outros aspectos que envolvam a privação, como o acesso à educação, saúde, transporte etc. Portanto, recomenda-se a combinação de variáveis aptas a revelar as privações econômicas e sociais como forma de possibilitar a abordagem conjunta desses problemas e, assim, desenhar políticas focalizadas regionalmente e setorialmente de forma a gerar os empregos geograficamente necessários e socialmente orientados para atender privações da população em geral.

Palavras-chave: desemprego, análise geoespacial, garantia de emprego.

Referências

DALTO, F. A. S.; CONCEIÇÃO, D. N.; PIMENTEL, K.; DECCACHE, D. **Como pagar pela guerra contra o vírus**. Le Monde Diplomatique Brasil, 06 abril. 2020a. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/como-pagar-pela-guerra-contra-o-virus/>>. Acesso em abr. 2020.

DALTO, F. A. S.; GERIONI, E. M.; OMIZZOLO, J. A.; DECCACHE, D.; CONCEIÇÃO, D. N. **Teoria Monetária Moderna: a chave para uma economia a serviço das pessoas**. Fortaleza: Nova Civilização. 2020b.

PALMA, A. A.; FERREIRA, D. Nairu, **Inflação e Curva de Phillips no Brasil: novas evidências a partir de um modelo tempo-variante**. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 39-63, mar. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-416147123apd>>. Acesso em ago. 2020.

TCHERNEVA, P. R. **Unemployment: the silente epidemic**. Levy Economics Institute of Bard College, n. 895, 2017. Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_895.pdf>. Acesso em jun. 2020.

_____. **The Job Guarantee: design, jobs, and implementation**. Levy Economics Institute of Bard College, n. 902, abr. 2018. Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_902.pdf>. Acesso em 24 ago. 2020.

_____. **Guaranteeing employment during the pandemic and beyond**. Policy Note, Levy Economics Institute of Bard College, 2020. Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/pn_20_4.pdf>. Acesso em jun. 2020.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

VILELLA, C.; CONCEIÇÃO, D. N.; DECCACHE, D.; DALTO, F. A. S. **Por um programa de garantia de empregos no Brasil**. Le Monde Diplomatique Brasil, 21 jul. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/por-um-programa-de-garantia-de-empregos-no-brasil/>>. Acesso em 22 jul. 2020.



Pobreza, desigualdade e políticas públicas: uma análise da realidade brasileira no período de 2003 a 2015

Vanuza Maria Pontes Sena, UERN⁶⁹
Cristina Pereira de Araujo, UFPE⁷⁰

Introdução

O Brasil é um país historicamente considerado desigual, como apontado por alguns autores (FURTADO, 1959; PEREIRA, 2013; PRADO JÚNIOR, 1961). Nesse contexto, como observa Figueiredo (2013), a desigualdade social é historicamente um fenômeno típico das sociedades de classes, mas adquire patamares de complexificação incomum a partir do capitalismo, uma vez que a reprodução social perpassa o limite das necessidades do capital em sua lógica de expansão e acumulação. Assim sendo, quanto maiores as disparidades socioeconômicas entre as classes sociais, maiores são as diferenças nas moradias, no acesso a serviços, na disponibilidade do transporte público enfim, na qualidade de vida.

A discussão sobre desigualdade quase sempre encontrou no Brasil receptividade muito maior do que em outros países, sendo que uma característica marcante e visível do seu alto grau de desigualdade é precisamente a concentração de renda e riqueza em uma pequena fração da população (SOUZA, 2018). Por essa razão, o aumento da riqueza gerada com o capitalismo não fez com que a pobreza pudesse tornar-se residual, considerando que as desigualdades econômicas e sociais existentes se reproduzem. Demo (2003) explica que esse fenômeno pode diminuir mesmo em uma sociedade capitalista, desde que haja por parte do Estado um interesse pelo bem comum da

⁶⁹ Professora Adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, através do Dinter UFPE/UERN. Pau dos Ferros, Brasil. E-mail: vanuzapontes@gmail.com.

⁷⁰ Professora da Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano-MDU e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). E-mail: cristina.pereira@ufpe.br.



sociedade, organizando-se de maneira solidária e coletiva. Nesse mesmo raciocínio Castro (2012) diz que a ação do Estado em toda sua complexidade tem influência e consequências nos elementos que compõem o processo de desenvolvimento de um país, sendo a política social, parte dessas ações, uma das fontes de influência sobre o processo do desenvolvimento, por ser um elemento irradiador de uma série de relações e dependências.

É nesse contexto que o interesse mundial pela redução progressiva da pobreza é um dos motivos que levaram ao crescimento das políticas públicas, especialmente as políticas sociais, visto que a desigualdade social e a pobreza são mazelas que afetam todos os países, ricos ou pobres, mas que ocorrem principalmente em países em processo de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o combate à pobreza e à desigualdade social se constitui em um objetivo político fundamental de um sistema de proteção social, haja vista que este deve prover igualdade de acesso e de oportunidades a todos os indivíduos, assegurando que alcancem toda população e, em particular, os grupos mais vulneráveis.

Nesse viés, as políticas públicas de assistência social, implementadas no Brasil desde o início dos anos 2000, inseridas nos períodos dos governos Lula e Dilma, proporcionaram importantes ações de combate à fome e à pobreza, particularmente, nas áreas regiões menos desenvolvidas do Brasil, como é o caso do interior nordestino. Como afirma Campelo (2017, p.17) a partir de 2003, ainda que mantendo níveis profundos de desigualdade no Brasil, “começou a reverter um ciclo histórico de injustiça social, marcado pela crescente exclusão dos mais pobres e pela concentração de privilégios nos setores mais ricos da sociedade”. Essa transformação se explica dentre outras políticas pelo aumento real do salário mínimo, a crescente formalização do mercado de trabalho, a incorporação dos mais pobres ao orçamento federal, através de políticas de inclusão social e distribuição efetiva de renda, e a promoção de uma política social integrada. No entanto, sem dúvida, foi o Programa Bolsa Família (PBF) o carro chefe da base assistencialista desses Governos e que permitiu a longevidade e sucesso das demais políticas. Para Singer (2012, p. 40), “o tripé Bolsa Família, aumento do



salário mínimo e expansão do crédito” é muito mais que uma simples “ajuda aos pobres”, pois além de possuir a capacidade de aumentar o padrão de consumo de pessoas de baixa renda, sugere um caminho de manutenção da estabilidade com expansão do mercado interno.

Nesse trabalho, pretende-se analisar a política social dos governos Lula e Dilma (2003-2015), particularmente o Programa Bolsa Família, buscando identificar seus efeitos em minorar o enfrentamento da pobreza e por sua vez da desigualdade social no âmbito nacional.

O PBF é um programa de transferência de renda, instituído no governo Lula, pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, e reconhecido como Lei a partir de 9 de janeiro de 2004, sob o nº 10.836, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2014). O Bolsa Família representa o principal programa social de combate à pobreza do governo federal desde 2004, tendo como objetivo contribuir para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras, com alívio imediato de sua situação de pobreza e da fome, através da focalização das transferências monetárias decorrentes das ações governamentais. O programa tem origem na unificação dos seguintes programas de transferência de renda: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação, criados de 2001 a 2003.

Contribuição do estudo

Este estudo atinge seus objetivos ao contribuir para discussão do papel que tem as políticas públicas sobre a desigualdade e a pobreza. É levantada a avaliação de que a assistência social no Brasil, durante os presidentes Lula e Dilma, se apresenta distinta do verificado em relação aos outros governos, especialmente na comparação com a fase dos governos neoliberais da última década do século XX.

Metodologia

No percurso metodológico, privilegiou-se uma abordagem qualitativa, ilustrada por aspectos quantitativos. Além da pesquisa bibliográfica, foi realizado também um levantamento de dados secundários sobre o Brasil com base nas seguintes instituições:



Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2017) e Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (IPEA, 2014, 2016 e 2017). A partir dessas fontes foi possível acompanhar, entre outras informações sobre pobreza, desigualdade e renda.

Resultados e discussão

Com base nos dados do MDS, obteve-se informações sobre a evolução no número de beneficiários do PBF no Brasil, no período de 2004 a 2015. Constatou-se um aumento gradual no total de benefícios concedidos ao longo dos anos 2004 a 2013, ou seja, de 114,34% em relação ao primeiro ano base de comparação. Destaca-se, ainda, que nos dois anos seguintes embora tenha tido uma leve redução no montante de beneficiários, não foi o suficiente para retornar ao patamar de 2012 ou de anos anteriores.

A partir dos microdados do IPEA-DATA, 2017, foi possível observar a significativa mensuração do volume de recursos aplicados pelo governo federal em termos do PBF, cujas despesas integram os dispêndios sociais nos anos de 2004 a 2015. Ao longo desse período, o montante de recursos liberados através do PBF cresceu 629,22%, uma média de 57% a.a.

Para o total de domicílios que viviam em miséria extrema, com base nos dados obtidos do IPEA (2014), observou-se uma queda de 58,84% no período de 2003 a 2015, sendo que a redução da extrema pobreza foi em média 5,88% a.a. Assim sendo, a redução da pobreza por domicílios também foi significativa (53,41%), com queda gradativa no período.

O coeficiente de Gini que mede o grau de desigualdade na distribuição de renda domiciliar per capita entre os indivíduos, é refletido diretamente pela queda da pobreza e extrema pobreza. Tomando por base dados do IPEA-DATA (2016), constatou-se que logo no início do governo Lula, esse coeficiente retratou declínio de forma acentuada entre os anos de 2003 a 2014, no Brasil, quando o Gini caiu de 0,583 em 2004 para 0,518 no ano de 2014.



A melhoria com relação à distribuição da renda da sociedade também pode ser comprovada quando se analisa os dados IPEA (2014) que revelam uma queda da razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres longo do período, passando de 21,42% em 2003 para 14,37% em 2014.

Conclusão

Com base no estudo fica evidente que no Brasil, ainda que mantendo níveis de desigualdade, nos períodos de gestão dos governos de Lula e Dilma (2003-2015) ocorreram importantes ações de combate à pobreza, bem como favoreceram para a redução da desigualdade social. A exemplo dessas ações, é possível inferir que o PBF no Brasil tenha interrompido o alastramento da extrema pobreza, criando possibilidades mínimas de sobrevivência à população, visto que sem o programa essas famílias poderiam ficar mais vulneráveis à fome.

Palavras-chaves: pobreza, desigualdade, Bolsa Família.

Referências

BRASIL. IpeaData. **Programa Bolsa Família (PBF) - valor total dos benefícios em dezembro**. [S. l.]: IpeaData. 2014. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI. **Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família**. [S. l.], 2107. Disponível em:

[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=5ltjcmGJnfSh1aLB1MiFcoeVhX5hhoNzglulhJh2dHykfYXnybKys9%2B%2BsqilzpK4yca6q7DVybrMibllqHyigKm%2FudC0iLe6osWKpucSF63jsN11k66z2d3NurM2Asm3ycZTpqB5verfwKSm1K1zhMbNy69Qn7SvCAbEu8nFtlQ%3D](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=5ltjcmGJnfSh1aLB1MiFcoeVhX5hhoNzglulhJh2dHykfYXnybKys9%2B%2BsqilzpK4yca6q7DVybrMibllqHyigKm%2FudC0iLe6osWKpucSF63jsN11k66z2d3NurM2Asm3ycZTpqB5verfwKSm1K1zhMbNy69Qn7SvCAbEu8nFtlQ%3D). Acesso em: 6 maio 2020.

BRASIL. IpeaData. **Programa Bolsa Família (PBF) - valor total dos benefícios em dezembro**. [S. l.]: IpeaData. 2016. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 6 maio 2020.

BRASIL. IpeaData. **Programa Bolsa Família (PBF) - valor total dos benefícios em dezembro**. [S. l.]: IpeaData. 2017. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 6 maio 2020.

CAMPELLO, Tereza, **Faces da Desigualdade no Brasil**. Um olhar sobre os que ficam para trás. Brasil: Flacso. 2017.



CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. esp., p. 71011-1042, dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400012. Acesso em: 4 nov. 2020.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. 1. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

SILVA, Maria Ozanira de Silva e.; YAZBEK, Maria Carmelita.; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no século XXI - A prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2014.

SINGER, André.; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2012.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos, 1926-2013**. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2018.



Um olhar sobre o programa minha casa minha vida no estado de pernambuco

Una Mirada al Programa “Mi Casa Mi Vida” en el Estado de Pernambuco

BARBOSA, Ingrid Klebyane, UFRPE⁷¹

CAVALCANTI, Matheus Henrique Magalhães, UFRPE⁷²

Considerando a condição histórica de privação e precarização do direito à moradia no Brasil por parte da população que ocupa a base da pirâmide, notadamente composta por uma classe de trabalhadores precarizados, busca-se analisar, neste trabalho, a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida em Pernambuco (MCMV), refletindo o seu papel frente ao quadro de déficit habitacional, destacando e avaliando os seus impactos sociais. Para realização do trabalho recorreu-se a revisão bibliográfica e o uso de dados secundários extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação João Pinheiro (FJP). Criado em 2009, depois da última grande crise financeira, o MCMV representou um dos marcos na produção de moradia no Brasil, superpondo-se a todos os demais programas elaborados desde a criação do Ministério das Cidades, em 2003 (MARICATO, 2006; 2011). Este programa recebeu investimentos da ordem de 34 milhões provenientes da União e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), reservando 40% para projetos destinados a famílias com até três salários-mínimos, a maioria dos quais concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste. Quanto aos 60% restantes, foi direcionado a projetos destinados a extratos de rendas mais altos, expondo a forte influência do setor imobiliário que, a despeito das mudanças na primeira e na segunda fase do programa, manteve sua interferência (AMORES, SHIMBO e RUFINO, 2015) (Quadros 1 e 2).

⁷¹ Graduanda no curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Atualmente é bolsista do programa de iniciação científica (PIBIC/UFRPE), pesquisadora voluntária de iniciação científica na Fundação Joaquim Nabuco (PIC/Fundaj).

⁷² Graduando no curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Atualmente é voluntário do programa de iniciação científica (PIC/UFRPE), pesquisador voluntário de iniciação científica na Fundação Joaquim Nabuco (PIC/Fundaj).



Quadro 1: Fases do MCMV

Fase do programa	Início	Fim
Fase 1 – PMCMV 1	Abril de 2009	Junho de 2011
Fase 2 – PMCMV 2	Junho de 2011	Dezembro de 2014

Fonte: AMORES, Caio et al. 2015.

Quadro 2: Faixa de renda do MCMV

Fase	Faixa	Renda familiar mensal
Fase 1	Faixa 1	Até 1.395,00 reais
	Faixa 2	De 1.395,01 a 2.790,00 reais
	Faixa 3	De 2.790,01 a 4.650,00 reais
Fase 2	Faixa 1	Até 1.600,00 reais
	Faixa 2	De 1.600,01 a 3.100,00 reais
	Faixa 3	De 3.100,01 a 5.000,00 reais

Fonte: AMORES, Caio et al. 2015.

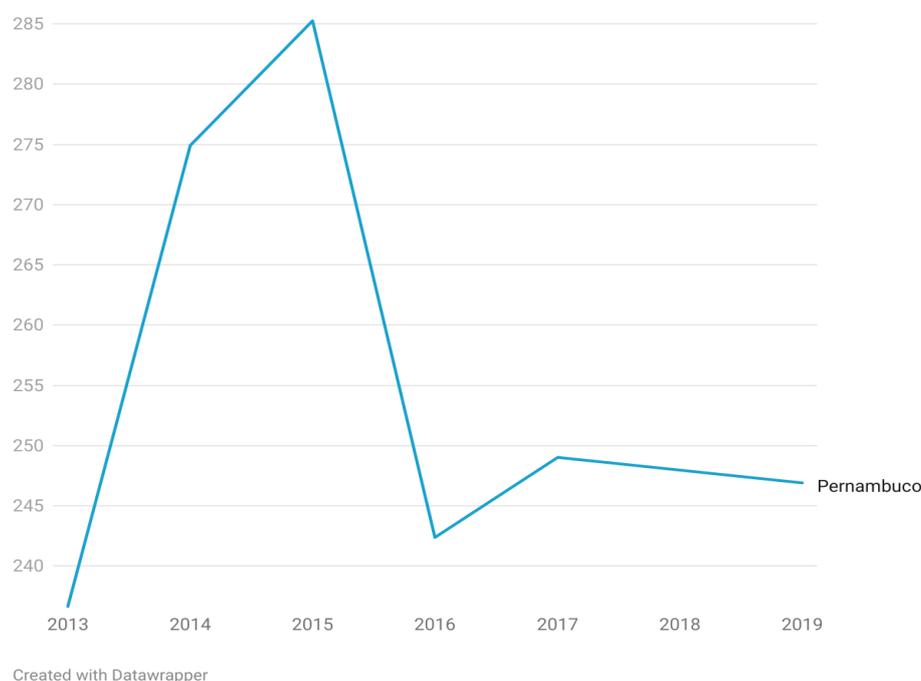
Como podemos observar nos quadros acima, o programa foi posto em prática com a primeira fase iniciada em 2009 e a segunda em 2011. Afetou diretamente as condições de moradia da população de baixa renda representada pela faixa 1, ao proporcionar acesso à meios de financiamento da habitação, contribuindo de alguma forma com a redução do déficit habitacional e, conseqüentemente, com a diminuição das disparidades sociais. E isso foi importante porque a habitação e o direito a um lugar na cidade representam prerrogativas para o desenvolvimento social e o exercício da cidadania.

O Estado de Pernambuco não destoa dos demais no tocante aos dilemas sociais, uma vez que seu déficit habitacional é também um item central no conjunto dos principais problemas urbanos, estando ele aliado a ausência de um planejamento urbano que dê conta das demandas do crescimento populacional desenfreado, do êxodo rural e da regulação urbana. Segundo a FJP (2018), Pernambuco é um dos Estados do Nordeste com o maior déficit habitacional, tendo um índice de aproximadamente 246.896 unidades habitacionais, ficando atrás apenas do Maranhão com 329.495 e da Bahia com 414.109. Pernambuco também tem o maior índice de inadequação habitacional dos



estados do Nordeste, com aproximadamente 1.590.326 unidades inadequadas. De acordo com o Gráfico 2, podemos observar que o déficit habitacional teve um aumento gradativo até o ano de 2015 com uma pequena queda em 2016 e voltando a subir no ano de 2017, representando uma problemática latente e permanente no Estado de Pernambuco.

Gráfico 2 - Déficit Habitacional relativo aos domicílios particulares permanentes e improvisados, Pernambuco - 2013-2019



Fonte: FJP (2016,2018,2020); Autor: Elaboração própria.

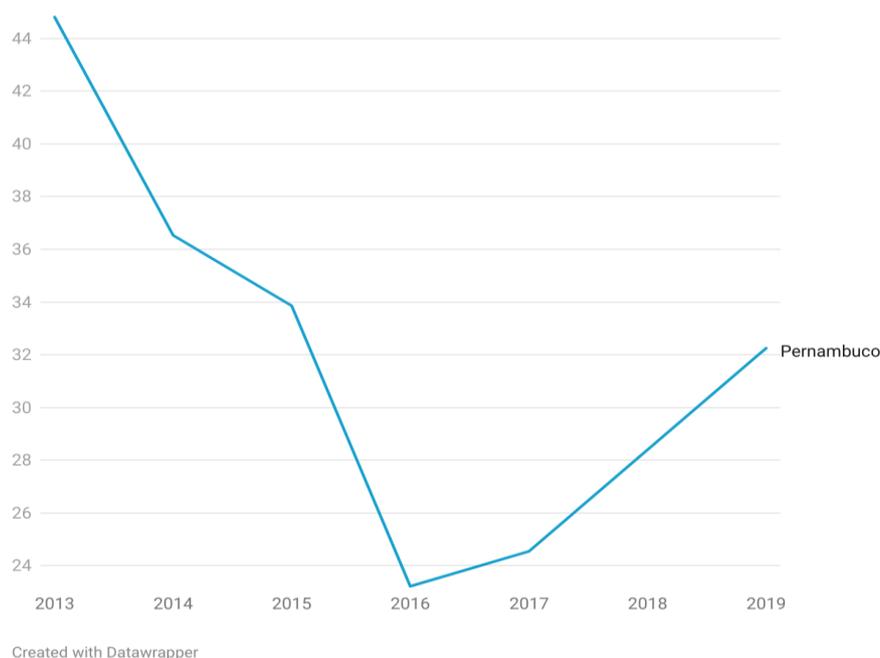
Segundo a Companhia Estadual de Habitação e Obras (CEHAB) que atua como gerenciador dos cadastros e fornecimento dos habitacionais, o programa MCMV financiou em sua primeira etapa 2.748 Unidades habitacionais em 77 municípios e, em sua segunda etapa, 3.895 unidades habitacionais em 74 municípios. O total de



investimento foi de respectivamente 41.235 milhões de reais e R\$ 141 milhões de reais⁷³.

Uma crítica que pode ser feita à atuação do CEHAB de Pernambuco foi a concentração dos recursos em municípios com menos de cinquenta mil habitantes, uma vez que o déficit habitacional é maior nas grandes áreas urbanas e de maior densidade populacional. O Gráfico 2 apresenta, segundo a FJP (2018, 2016), a precarização das condições habitacionais em Pernambuco nos anos 2010. O foco das políticas públicas, anteriores ao MCMV, nos setores da classe média e no provimento da habitação sem levar em conta as necessidades da classe trabalhadora fizeram com que a precarização e a autoconstrução permanecessem uma realidade.

Gráfico 2 - Habitação precária por domicílios particulares em Pernambuco - 2013 a 2019

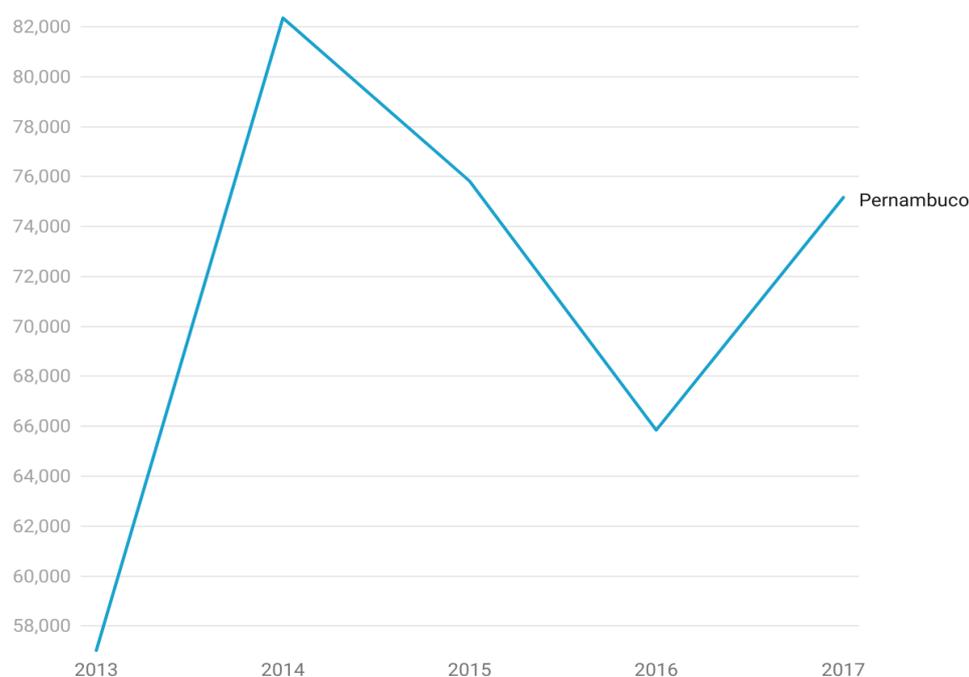


Fonte: FJP (2016, 2018,2020); Autor: Elaboração própria.

⁷³ Disponível em: <http://www.cehab.pe.gov.br/web/cehab/minha-casa-minha-vida-i> Acesso em 17/10/2020

Porém, podemos afirmar que graças ao MCMV, que tem no Artigo 3º da Lei que o instituiu lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009), a “prioridade do atendimento às famílias em situação de risco”, o número de habitações precárias vem diminuindo nos últimos anos.

Gráfico 4 - Coabitação familiar, por situação do domicílio em Pernambuco - 2013, 2014, 2015, 2017



Created with Datawrapper

Fonte: FJP (2016, 2018,2020); Autor: Elaboração própria

Outra problemática debatida é que a coabitação familiar em Pernambuco, em 2015 diminuiu em relação a 2014 e aumentou em relação a 2013, a mesma voltou a ter um aumento expressivo no ano de 2017. Mais uma vez devemos analisar os dados tendo em mente que o programa MCMV teve como um dos objetivos principais proporcionar moradia digna para as famílias com até um salário mínimo. Mesmo com a entrega de inúmeras unidades habitacionais, notadamente maior que as políticas habitacionais do passado (isto é, desde aquelas promovidas pelo Estado Novo, passando pelos programas financiados pelo Banco Nacional de Habitação, até o momento em que a



Caixa Econômica Federal assume a coordenação dos programas de financiamento), ainda assim o MCMV não conseguiu dar conta as demandas surgidas do crescimento e adensamento populacional no Estado de Pernambuco.

Ao analisarmos os dados disponibilizados pela CEHAB, percebemos que o programa MCMV, em sua primeira fase, não apresentou relatório social para o Estado de Pernambuco, enquanto que na segunda fase todos os municípios foram contemplados⁷⁴. Analisando um dos relatórios podemos constatar que houve participação dos beneficiários na elaboração e execução dos projetos. Assim, o programa MCMV mudou a forma com que o Estado se relaciona com as políticas habitacionais. No que tange a Pernambuco sua atuação é semelhante ao que aconteceu no país, com o foco no financiamento de moradias para parcela que se encontra na base da pirâmide social. Mas cabe ponderar que o próprio programa surgiu da necessidade econômica de aquecer o setor privado, uma vez que a responsabilidade pela construção e legalização das unidades habitacionais são das construtoras, que apresentaram resultados positivos na produção de empregos diretos.

Porém, os modelos habitacionais com plantas padronizadas quase nunca abarcaram as diferentes realidades das famílias, ocasionando inadequações e, no limite, abandono das habitações ou repasses ilegais. Essa problemática também é resultado da mudança e desenraizamento da população em relação ao seu local de origem, algo também comum nas experiências de provimento da habitação de interesse social quando se dão mediante realocação das famílias (ALMEIDA, 2019).

Um outro ponto que merece comentários foi o amplo investimento de acesso à habitação para a classe média, aquecendo diretamente o setor imobiliário e proporcionando para essa classe a entrada no mercado formal de moradia, o que não aconteceu com os mais pobres. Ainda assim, acreditamos que o MCMV representou um avanço na tentativa de

74 Não conseguimos identificar o motivo da ausência do relatório social na primeira fase.



diminuir o alto déficit habitacional, melhorando o contexto histórico de precarização e privação do direito à moradia.

Contudo, é preciso ir além, tendo em vista que ainda temos um déficit muito alto e um expressivo número de habitações precárias ou inadequadas no Estado de Pernambuco. Assim, faz-se necessária a reflexão sobre o planejamento, o monitoramento e a incidência do MCMV, considerando os atores envolvidos, seus papéis e possíveis contribuições. Isso fica ainda mais presente no contexto de redução entre o valor proposto e o valor de fato investido, além da diminuição do número de municípios atendidos na segunda fase, fatos que afetaram diretamente a demanda por habitação adequada e com os requisitos infraestruturais básicos.

Palavras-chave: Habitação; política pública; Pernambuco.

Bibliografia

AMORES, C; SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Maria. **Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ALMEIDA, Bruna. **O desafio de Sanar o Déficit Habitacional na Região Metropolitana do Recife: um olhar sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1)**. Dissertação, UFPE, 2019.

AZEVEDO, Sérgio. ANDRADE, Luís. **Habitação e Poder: da Habitação Popular ao Banco Nacional Habitação**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. *Análise social*, vol. xxix 711-732, 1994.

BRASIL. **LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009, DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – PMCMV**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Programa%20Minha,de%2010%20de%20julho%20de. Acesso em: 17/10/2020.

FUNDAÇÃO JOAQUIM PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil**. Belo Horizonte. Centro de Estudos políticos e sociais, 1995.

_____. DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte: FJP, 2018



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

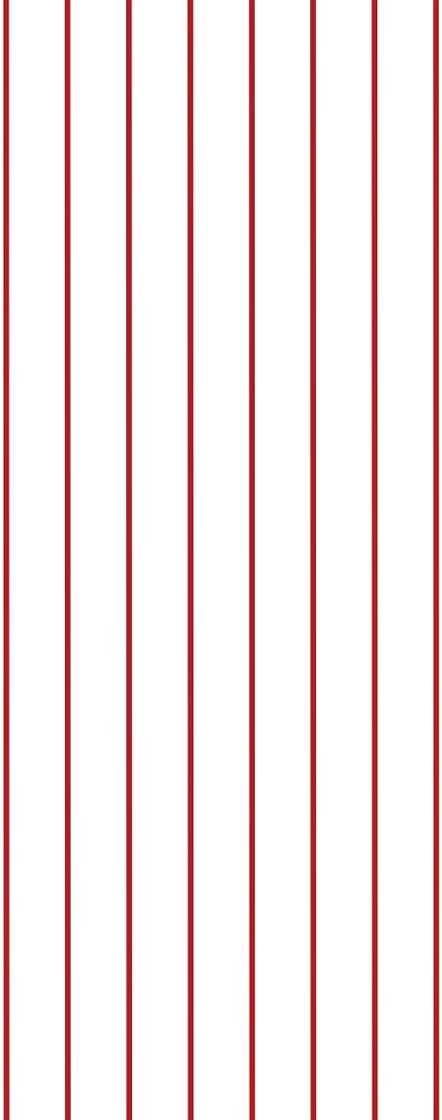
16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

_____. DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte: FJP, 2018.

MARICATO, Ermínia. **O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. políticas sociais – acompanhamento e análise | 12 | fev. 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda, São Paulo, 1993.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. Pensando a política nacional de habitação para adversidade das famílias e dos municípios brasileiros. In: Jan Bitoun; Livia Miranda (org.). **Desenvolvimento e Cidades no Brasil: Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais**. Recife: FASE: Observatório das metrópoles, 2009. Páginas 117-150.



FOTOGRAFIA: SANDIR BARROS COSTA

D

MANIFESTAÇÕES COLETIVAS
E MOVIMENTOS SOCIAIS



A articulação entre organizações de mulheres camponesas via órgãos supranacionais: um estudo de caso Conamuri e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

La articulación entre organizaciones de mujeres camponesas a través de organismos supranacionales: un estudio de caso de Conamuri y El Movimiento de Mujeres Camponesas (MMC)

Marinalva de Lima, UNILA⁷⁵

Lígia Maria Freitas Silveira, UNILA⁷⁶

A luta pela terra e feminismo camponês

A luta camponesa na América Latina também é uma luta de mulheres. Elas se organizam para buscar seus direitos frente a diversas ameaças que assolam o campo, entre elas a desigualdade de gênero. Participantes ativas dos movimentos em busca de direitos para os cidadãos do campo, as mulheres foram frequentemente invisibilizadas, o que as levou a estruturarem, ao redor do continente, organizações que tenham como foco as lutas da realidade feminina. Como exemplo dessas organizações há no Brasil o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e no Paraguai a Coordinadora Nacional de Organización de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas (CONAMURI).

De acordo com Gohn (2012), as organizações e os movimentos sociais, de uma maneira geral, emergem como forma de resistência local ou nacional para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio de políticas públicas além do desemprego, especialmente em um cenário do mundo globalizado no qual observa-se a rearticulação das formas de dominação. Dessa forma, há a inserção de novas políticas públicas nas quais o Estado passa a ser gestor/controlador e não promotor de direitos de bens e serviços, ocorrendo uma certa transferência de seu poder para instâncias supranacionais. Fogel (1986, p.10) afirma “[...]que es el contexto socio-económico y político a nivel nacional, que crean las condiciones para el surgimiento de movimientos sociales y limiten sus posibilidades y formas”.

⁷⁵ Mestranda em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

⁷⁶ Mestranda em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).



Nesse sentido, a expansão cada vez mais latente do agronegócio nos territórios latino-americanos que está ocorrendo na atualidade representa uma das ameaças que os camponeses lutam para combater na região. Essas lutas, no entanto, estão longe de serem atuais e marcam a busca do campesinato por direitos fundamentais que lhes foram negados. Diante desse contexto de conflitos e disputas, a luta das mulheres camponesas é essencial e vital para o enfrentamento do agronegócio, mas também para a busca de melhor qualidade de vida, incluindo a igualdade de gênero no campo. Por essa razão surgem organizações protagonizadas por mulheres⁷⁷ que se destacam como sujeito social ativo na luta pelos direitos rurais, terra e trabalho. Partindo dessa conjuntura, o feminismo camponês e popular se tornou uma das opções mais viáveis para essas organizações por atrelar teoria e prática, focando muito mais nas vivências femininas e em suas lutas (internas e externas) dentro de sua realidade (CHEHAB; CARVALHO, 2020). Nesse sentido, a emancipação das mulheres se tornou fundamental para a própria emancipação do campo.

Mas o que seria então esse feminismo camponês e popular? De acordo com Maria Paulilo (2016) o feminismo enquanto teoria e movimento abarca várias vertentes, o que preconiza a ideia de feminismos, pois a luta não é só uma assim como nós, mulheres, não somos um grupo homogêneo. No entanto, não nos cabe aqui discorrer sobre cada um desses feminismos, afinal muitas outras estudiosas já o fizeram antes de nós e o nosso foco aqui é outro. O que nos cabe é discorrer que o feminismo, em especial o liberal, de muitas maneiras foi teorizado, idealizado e praticado principalmente por mulheres brancas europeias e estadunidenses, o que levou a uma invisibilização das mulheres do Terceiro Mundo. Sobre esse assunto, Oyèrónké Oyèwùmí (1997) aborda que essa conjuntura deu ao feminismo um caráter universalista, exportada pelo Ocidente para o restante dos países do mundo, de maneira a entender as mulheres de

⁷⁷ Conforme, Esteve, (2017, p. 79) Agricultura e alimentação são áreas onde as mulheres desempenham um papel fundamental. Entre 60 e 80% da produção de alimentos no hemisfério sul é realizada por elas – 50% em todo o mundo (FAO, 1996^a). Elas são as principais fornecedoras de comida, encarregadas de trabalhar a terra, guardar as sementes, processar os alimentos, coletar os frutos, obter água, cuidar dos rebanhos e vender no mercado.



maneira homogênea e a considerar que a opressão feminina ocorre igualmente em todos os lugares.

O feminismo camponês e popular, porém, vai além dessa visão universalista ao compreender que somos seres essencialmente diferentes e o foco desse feminismo deve ser, antes de tudo, na realidade das mulheres camponesas da América Latina. Iridiane Seibert (2017, p.07) demonstra a importância desse aspecto ao considerar que “el feminismo campesino popular es una construcción desde las mujeres de base, señalando nuestras demandas y nuestras luchas de forma compartida”. Isabelle Chehab e Giovana Carvalho (2020, p.158) complementam com “tal feminismo guarda, portanto, raízes na prática da vida cotidiana das mulheres camponesas e se constitui como uma proposta alternativa – e revolucionária - à teoria construída pelo feminismo liberal hegemônico”. O feminismo é, portanto, uma luta coletiva, pensada por e para essas mulheres, mas também para toda a população campesina, se distanciando dos feminismos do meio urbano pois “no es una propuesta que llega de fuera, de alguna pensadora intelectual o de una corriente de pensamiento determinada. Es una construcción nuestra (...). (SEIBERT, p.08).

Além disso, o feminismo popular e camponês tem raízes profundas na luta das mulheres de uma maneira que as questões de raça e classe estão intrinsecamente interligadas, sendo a única forma de realmente promover mudanças no campo. Segundo cartilha do MMC Brasil (2018, 06) “para as camponesas as lutas de gênero, classe e raça são inseparáveis, se entrelaçam e devem ser assumidas por mulheres e homens em todos os momentos e espaços, em vista da construção do projeto democrático e popular”.

Essa linha entre o feminismo camponês e popular e as organizações camponesas, no entanto, não é tênue. Apesar de existirem diversas organizações de mulheres que visam a igualdade de gênero no campo, ainda há um debate em torno delas se considerarem ou não feministas. Segundo Paulilo (2016), por exemplo, a palavra feminismo somente foi utilizada em manifestações públicas do MMC em 2010, mas vem gerando debates desde então sobre o assunto. De qualquer forma, a organização toma como base o feminismo camponês e popular, entendendo-o como o “respeito a nosso modo de vida,



baseado no projeto de agricultura camponesa e agroecológica, mas é também transformação, pois, busca construir as bases para uma sociedade sem classes, a sociedade socialista e feminista.” (MMC, 2018, p.11).

No Brasil, o MMC foi assim designado apenas em 2004, mas as organizações de mulheres camponesas já existiam e se proliferaram desde a década de 1980, lutando a favor da redemocratização no país (MMC, 2018). Sua base de enfrentamento hoje gira em torno da luta contra o agronegócio em defesa da agroecologia, levando em consideração a “luta pela libertação das mulheres de todas as formas de exploração, na transformação da sociedade capitalista para uma sociedade socialista, entendendo que a libertação das mulheres se dá por obra e protagonismo das mesmas” (MMC, 2018, p.16).

A CONAMURI, por sua vez, é uma organização paraguaia camponesa criada com o objetivo de se opor ao modelo de produção do agronegócio no país e lutar pela soberania alimentar, visando sobretudo a participação feminina nesse processo (PEREIRA, 2016). De acordo com a CONAMURI (2021), a organização visa a inserção das mulheres no cenário político e tem como principais eixos de ação a soberania alimentar e Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais; Mulheres com direitos iguais e uma vida livre de violência. O movimento está territorializado em 12 departamentos do Paraguai e desde então realiza várias atividades, manifestos e feiras agroecológicas em prol da soberania alimentar do povo paraguaio. A organização conta com mulheres da classe trabalhadora do campo, organizadas em comitês de produção e em pequenas associações. Além disso, tem como pauta resgatar práticas produtivas ancestrais, preservar sementes crioulas e lutar contra sementes transgênicas, produtos agroquímicos e as transnacionais que impõe o regime alimentar corporativo no país, sobretudo a Monsanto.⁷⁸

⁷⁸ Para maiores informações quanto a Organização de Mulheres Camponesas e Indígenas Conamuri acessar o site : <<https://www.conamuri.org.py/quienes-somos/>>.



Nesse sentido, as duas organizações previamente citadas, o MMC e a CONAMURI, foram escolhidas devido a sua importância na América Latina diante de dois dos maiores expoentes do agronegócio da região. Ambas são organizações de mulheres que nascem no interior das economias de países, considerados por Ruy Mauro Marini (1991) e Vânia Bampirra (2012), como derivados de um desenvolvimento periférico e dependente que ocorreram a partir da atividade primário-exportadora, em que pese o período de industrialização pelo qual passou esses países, no qual também aprofundaram-se as relações capitalistas no meio rural sem alterar o padrão de concentração fundiária, no caso específico do Paraguai, nos últimos anos as organizações de luta pela Terra tem sofrido constantes ataques com uma ampla e violenta criminalização das lutas sociais (PEREIRA, 2016).

A partir dessas colocações, o objetivo desta pesquisa é fazer uma análise detalhada de como o MMC e a CONAMURI, a partir de suas próprias trajetórias, avaliam se a participação no organismo supranacional REAF⁷⁹ é benéfica ou não para as lutas de resistência de escala local, tendo como base a construção de um feminismo camponês e popular.

Segundo Silveira (2012) os organismos supranacionais, tidos neste texto como a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF), funcionam como mecanismo de interpenetração e desdobramento dos conteúdos políticos, econômicos e culturais do imperialismo, mediados pelos Estados-nações, que assumem papel decisivo nas orientações de ordem política, assistência técnica, metodológica e financeira no que diz respeito à “reestruturação”, à “modernização”, ao “desenvolvimento econômico”, à “democratização” dos Estados-nações, “internacionalização de movimentos e organizações sociais majoritariamente constituídos por mulheres, no caso deste trabalho. Nesse sentido, torna-se imperioso refletir sobre o quanto esses organismos

⁷⁹ Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF), criada em 2004, trata-se de um fórum criado no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul) que há mais de uma década, capitaneia um processo de construção e disseminação de políticas para a agricultura familiar, não apenas entre os países do Mercosul, mas com uma incidência importante em toda América Latina. Isso lhe permitiu projetar-se no cenário global como um modelo de governança multilateral participativa para a produção de políticas públicas (CELAC, 2014).



podem contribuir para elevar temas como o feminismo camponês e popular, e ideias do nível doméstico para o transnacional.

E para isso será desenvolvido ao longo do texto uma matriz de análises do MMC e da CONAMURI, levantando dados gerais quanto a localização, distribuição territorial, visão e objetivos. Será apresentado o contexto econômico social em que essas instituições estão inseridas entendendo o, apresentar a visão política geral de cada organização em relação ao Mercosul.

Os procedimentos metodológicos da presente pesquisa serão realizados através de um estudo qualitativo descritivo do retrato do funcionamento das organizações selecionadas para o estudo. Diante desse desafio, optou-se pela metodologia de estudo comparativo de casos centrado em eixos que permitem determinar pontos de semelhanças e diferenças entre os casos estudados. Para obtermos uma visão mais nítida da realidade de ambas as organizações, especialmente no contexto de sua participação no REAF, utilizaremos diferentes mecanismos de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada, a consulta a documentos e arquivos e a referência bibliográfica já existente. As entrevistas serão feitas com membros participantes do MMC e do CONAMURI, buscando assim compreender a realidade das organizações e suas visões frente a REAF e ao feminismo camponês e popular.

A priori constatamos a importância dessas organizações para a luta camponesa. As suas participações em organismos supranacionais é importante mas não significa que estejam condicionadas a elas, uma vez que a atuação do MMC e da CONAMURI tem por finalidade a busca por objetivos próprios.

Palavras-chave: Feminismo camponês e popular, CONAMURI, MMC, REAF.



Referências

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012).

BULOW. M.V; CARVALHO. P.D. Entre o Nacional e o Transnacional. IN: GOHN, M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: vozes,2012.

CHEHAB, Isabelle M. C. V.; CARVALHO, Giovana N.. FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR: A VOZ QUE VEM DO CAMPO. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. , n. 01, p. 157-171, jan. 2020.

FOGEL,R. **Movimientos campesinos en el Paraguay**: estudios de dos casos históricos. Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos. Asunción. Paraguay, 1986. p.

GOHN, M. & BRINGEL, B.M. (orgs) **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: vozes,2012.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**, 11a reimp. México: Ediciones Era, 1991. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/024_dialectica_dependencia.html> Acesso em: 03 mar. 2021.

MMC. **Feminismo Camponês e Popular**. (2018). Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **The Invention of Women**: Making An African Sense Of Western Gender Discourses. Londres: University Of Minnesota Press, 1997. 231 p.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 296-316, out. 2016.

PEREIRA, L I. Soberania e Segurança Alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais. **Revista NERA Presidente Prudente** Ano 19, nº. 32 – Dossiê pp. 128-152 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4791>. Acesso em 03 abr. 2021.

SEIBERT, Iridiane Graciele. Feminismo campesino popular : una propuesta de las campesinas de latinoamérica. **Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas**, Barcelona, v. 29, p. 6-9, 2017.

SILVEIRA, Zuleide S.O papel dos organismos supranacionais na construção de uma concepção de mundo - o caso do Brasil e de Portugal. **Revista Educação Pública**. 2012, Cecierj, Rio de Janeiro. p. 34-41.



A espacialização da pandemia da covid-19 em Natal-RN: o agravamento das condições existenciais na Capital Potiguar

La espacialización de la pandemia covid-19 en Natal-RN: el agravamiento de las condiciones existenciais en la Capital Potiguar

Hugo Arruda de Moraes, UFRN⁸⁰

Ana Clara Celestino Belchior, UFRN⁸¹

Yan de Oliveira Machado, UFRN⁸²

O novo coronavírus, síndrome respiratória aguda grave SARS–CoV-2 (COVID-19), abrange um grupo de vírus que causa problemas respiratórios sérios, podendo evoluir para casos mais graves, especialmente em idosos e pessoas com comorbidades, apresentando, inclusive, grande capacidade de propagação proporcionada pelo contato entre pessoas aglomeradas, bem como pelo contato entre pessoas e superfícies ou objetos contaminados (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o surto da COVID-19 constituiu uma emergência de saúde pública de importância internacional. Segundo a OMS, os primeiros registros de casos da COVID-19 ocorreram desde o final de 2019 a partir da província de Hubei na China, especificamente da cidade de Wuhan, de onde, a partir do início de 2020, expandiu-se de forma global (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020). No caso do Brasil, os primeiros registros se deram nos primeiros meses do ano de 2020, fazendo com que a maioria da população tivesse que adotar medidas como a referente ao distanciamento social, além de ações de conscientização, mudança e inserção de novos hábitos de higienização, uma vez que a rápida propagação de infectados e de mortes pressionou os sistemas de saúde público e privado em todo território nacional. Em sendo assim, a pandemia da COVID-19 é mais uma das etapas mais uma das etapas do acontecer histórico da humanidade (UJVARI, 2003 e 2012).

⁸⁰ Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

⁸¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

⁸² Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



Porém, no atual contexto de mundialização de um agente infeccioso, percebe-se que esses microrganismos não só foram globalizados pelo homem (UJVARI, 2003 e 2012), como também, se constitui em mais uma das crises do sistema econômico (HARVEY, 2020), sendo um monstro criado pelo capital (DAVIS, 2020).

A situação pandêmica expõe as fragilidades e falácias do sistema neoliberal, num ápice de um sistema político e econômico cheio de fraquezas e gargalos (MACHADO; CASANOVA, 2020) e que alimenta crises que tem repercussões mundiais e que se estabelece de forma bastante desigual nos diversos lugares (HARVEY, 2020).

Como todo fenômeno, a COVID-19 ganhou dimensões espaciais, fazendo com que a curva epidemiológica do número de casos e de óbitos seguisse um ritmo muito rápido e de forma diferente em várias regiões do mundo, inclusive no Brasil, mostrando que toda a dinâmica de transmissão segue diferentes escalas, principalmente, nos espaços urbanos.

Nesse sentido, o objetivo desse texto consiste em realizar uma análise da espacialização da COVID-19 no município de Natal, numa perspectiva de deixar mais claro que os casos de infectados e mortos só agravam a condição desigual e injusta vividas cotidianamente, dando visibilidade aos problemas socioespaciais relacionados ao avanço da doença sobre as populações mais vulneráveis.

O referido texto apresenta uma contribuição ao evento e no eixo temático, Políticas de combate à desigualdade, numa perspectiva de trazer luz uma série de informações estratégicas que possibilitem espacializar a evolução e distribuição territorial da COVID-19 no município de Natal-RN, dando visibilidade às condições precárias e mais suscetíveis à propagação no espaço urbano da capital potiguar.

A fundamentação teórica do presente texto acha-se posicionada no âmbito do que a crise da Covid-19, dentro de um processo de desenvolvimento geográfico e desigual (HARVEY, 2020), pode atingir os mais diversos setores, alterando seus processos e formas. Porém, apresenta uma característica de ser uma doença que afeta muito a



classe trabalhadora, expondo bastante as desigualdades sociais (HARVEY, 2020, p. 21).

Os ambientes social e historicamente tecidos pelas classes sociais nos seus próprios territórios de existência mantem uma inter-relações entre os fenômenos endêmicos, epidêmicos e pandêmicos com o uso do território. E dentro de um modelo neoliberal, a crise pandêmica da COVID-19 se constitui como um “terremoto de classes”, constituindo-se numa “pandemia de classe, de gênero e de raça” (HIVERY, 2020, p. 21).

Numa dimensão espacial, a atual crise da COVID-19, calcada na racionalidade técnico-instrumental de uso social do território pelo capital, colocando os interesses econômicos acima daqueles que dizem respeito à preservação da vida, os territórios mais vulneráveis são os mais afetados. Em outras palavras, os espaços mais pobres das cidades no Brasil (CARLOS, 2020) e, conseqüentemente, na cidade de Natal-RN, tendem a ser os territórios mais afetados pelo novo coronavírus.

Por exemplo, ao analisar o número de óbitos e casos confirmados de COVID-19 no município de São Paulo, Simoni (2020) afirma que há um processo claro de tendência da disseminação da COVID-19 em direção a periferia. A doença tem uma dispersão espacial que afeta as áreas pobres da cidade, reforçando os “níveis hipertrofiados de desigualdade social e espacial” (SIMONI, 2020, p. 32). Esse processo de expansão geográfica do vírus para os territórios vividos, ou seja, para a cidade de realização plena da vida humana, só é possível porque encontra nessas áreas grandes focos de pobreza e precária inclusão, condições favoráveis para a disseminação da doença. Assim, mais uma vez, afirma Simoni (2020): “[...] espraiamento da doença, que encontrou nas periferias e nos espaços de pobreza um ambiente muito mais favorável à sua disseminação” (SIMONI, 2020, p. 32).

Por isso, compreendemos os territórios vividos como as áreas onde vivem as classes mais subalternas, constituídos por trabalhadores mais pobres da sociedade, e que sofrem com a carência de bens e serviços que condicionam uma existência cotidiana



difícil (MORAIS; CASTILHO, 2020). São os territórios vividos que se constituem como “os lugares da escassez, das ausências, das carências” (MORAIS; CASTILHO, 2020, p. 39) e que se apresentam desestruturados e com uma população residente de baixa renda (BONDUKI; ROLNIK, 1982).

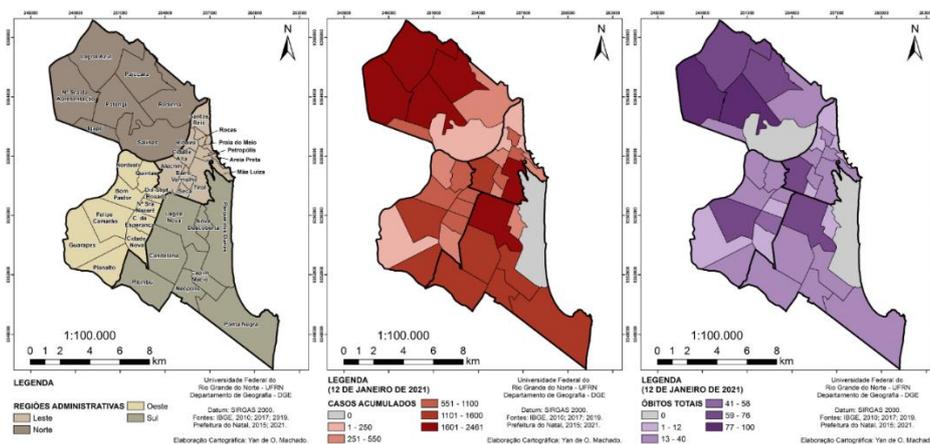
Tais condições explicam a segregação territorial dentro do universo urbano (MARICATO, 2000) e, conseqüentemente, são os territórios mais afetados pela COVID-19. Diante dessa realidade, a metodologia se sustentou nos seguintes procedimentos: primeiro, ocorreu a identificação das áreas e características socioeconômicas dos diversos territórios do espaço urbano na capital potiguar, permitindo observar as desigualdades sociais existentes em Natal, ou seja, aqueles territórios mais vulneráveis socialmente e, por conseqüência, mais propícios a uma rápida expansão de casos e óbitos causados pela doença. Para isso, foram levantadas informações nos sítios eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A partir desses dados, verificou-se a distribuição da população no espaço urbano do município nos respectivos bairros e regiões administrativas (Norte, Sul, Leste e Oeste), destacando as diferentes características territoriais em termos demográficos, econômicos e de infraestrutura. Em seguida, buscou-se levantar os dados epidemiológicos relativos aos casos de infecção e mortes pela COVID-19 em Natal-RN. Esses dados foram obtidos no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Natal (SMS) (<https://coronavirus.natal.rn.gov.br/>), especificamente na seção que apresenta o Boletim epidemiológico na Secretaria Municipal de Saúde, do Departamento de Vigilância em Saúde. A partir do levantamento desses dados epidemiológicos sobre a COVID-19 no município, buscou-se identificar as áreas com maior e menor concentração de casos e óbitos, numa perspectiva de sistematizar e espacializar a evolução e distribuição territorial do novo coronavírus na capital potiguar.

Considerando os dados acumulados dos Boletins Epidemiológicos da SMS, a espacialização dos casos e óbitos, no intervalo de março de 2020 a janeiro de 2021, e os dados socioeconômicos tratados, observamos uma correlação entre a incidência da COVID-19 na capital potiguar e o agravamento das condições existentes nos territórios

vividos. Conforme observamos a figura 1 (Casos confirmados e óbitos da COVID-19 por região administrativa e bairros em Natal-RN – 2020-2021), há um cenário onde se observa que as zonas com as maiores concentrações de casos de infecção e mortes pela COVID-19 são as zonas sul e norte de Natal.

Figura 1. Casos confirmados e óbitos da COVID-19 por região administrativa e bairros em Natal-RN – 2020-2021



Fonte: autores.

A análise dos dados nos permitiu inferir que os casos confirmados com infecção da COVID-19 se fazem com valores elevados, principalmente, em dois bairros, Potengi e Lagoa Nova, respectivamente, com 2.461 e 2.429 pessoas infectadas.

As zonas em que estão situados estes bairros também são as que expressam maiores valores de casos, a Zona Sul com 29,79% (9.822) dos casos e a Zona Norte com 26,99% (8.898 em valor absoluto), seguido da Zona Oeste e Leste, apresentando 22,37% dos casos, representando, 7.376 casos confirmados, e a região da Zona Leste com 20,85% (6.876).

O mesmo padrão é observado em relação aos óbitos, representados na imagem à direita da figura 01. Temos o bairro com maior número sendo novamente o Potengi, com



100 óbitos confirmados até a data em questão. Valores elevados encontram-se também nos bairros de Nossa Senhora da Apresentação (79), Pajuçara (69) e Felipe Camarão (67).

A maioria destes bairros situados na Zona Norte da capital potiguar, que em relação aos óbitos apresenta maior percentagem, com 32,43% (360). Seguida da Zona Oeste com 27,57% que equivale a 306 óbitos. A Zona Leste da cidade abrange 20,63% (229), com ênfase o bairro do Alecrim com 60 óbitos. E a Zona Sul, que em relação aos casos de infectados apresenta maior quantidade, sobre os óbitos é a zona administrativa com menor percentual, 19,37% que representa 215 casos de óbitos.

Tais dados deixam claro que as Zonas Norte e Oeste da capital potiguar são as áreas que se caracterizam como territórios vividos e que a Zona Norte sofre mais com o avanço nos casos de infecção e mortes por conta da COVID-19. Em sendo assim, em Natal, a característica de propagação da COVID-19 afetou a todos, mas principalmente em regiões menos abastadas.

A partir das análises, é possível concluir que onde características sociais e espaciais já graves na capital potiguar, se somam aos impactos da pandemia. Nesse sentido, onde se tem um quadro de maiores casos de infecções e de óbitos pelo vírus. Nesse caminho, as condições sociais, culturais, políticas, econômicas, ambientais, etc., inerentes ao uso dos diversos territórios influem, dialeticamente, na saúde da população da população de Natal-RN. Por isso, as situações existenciais dos espaços urbanos possibilitam explicar muitos fatores de disseminação e agravamento dos casos e mortes ligadas à COVID-19.

Em sendo assim, as particularidades de cada território da capital potiguar, como saneamento, habitação e infraestrutura, influenciam no comportamento de propagação da doença. Com isso, as localizações de casos de infecção e mortes pela COVID-19, demonstrando a lógica e a natureza desigual e injustas do processo de uso do território.



Palavras-chave: Pandemia, COVID-19, Espacialização, Desigualdade Social, Natal-RN.

Referências

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do Espaço como Expediente de Reprodução da Força de Trabalho. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A Produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial**. São Paulo, Alfa e Omega, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alexandre. **A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia**. In: Carlos, Ana Fani Alexandre. COVID-19 e a crise urbana. São Paulo: FFLC/USP, 2020.

Disponível:

<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331685/nCoVsitrep01Apr2020-eng.pdf>.

HARVEY, David. (2020). Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In MIKE, Davis (Ed.), **Coronavírus e a luta de classes [Coronavirus and the class struggle]** (pp. 13-23). Brasil: Terra sem Amos, 2020.

MARICATO, Ermínia. **A Coronacrise e as emergências nas cidades**. 2020. Disponível: <https://jornalgggn.com.br/a-grande-crise/a-coronacrise-e-as-emergencias-nas-cidades-por-erminia-maricato/>.

MORAIS, Hugo Arruda de; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Desenvolvimento – uma questão ainda pertinente?**. Revista Sociedade e Território, 32(1), 152-173, 2020.

SIMONI, César. A COVID-19 e o direito a cidade dos pobres no Brasil In: Carlos, Ana Fani Alexandre. COVID-19 e a crise urbana. São Paulo: FFLC/USP, 2020.

UJVARI, Stefan Cunha. **A história e suas epidemias**. A convivência do homem com os microrganismos. Rio de Janeiro, Senac Rio; São Paulo, Senac São Paulo, 2003. 311p.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

_____, Stefan Cunha. **A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos.** São Paulo: Editora Contexto, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2020). **Coronavirus disease 2019 (COVID-19)** Situation Report – 510.



A necessidade de protestar e a adesão popular no ato contra Bolsonaro no 29M em Recife-PE.

La necesidad de protestar y la adhesión popular en el acto contra Bolsonaro no 29M en Recife-PE.

Izabelly Oliveira Lins da Silva, MDU-UFPE⁸³

No sábado ensolarado de 29 de maio de 2021, em dezenas de capitais brasileiras, no Distrito Federal e em cidades de médio porte, aconteceram atos de manifestação contra o governo do Presidente brasileiro Jair Bolsonaro (sem partido). Em Recife, esse ato, organizado de maneira tradicional, a participação popular protagonizou uma pluralidade de movimentos sociais, coletivos, centrais sindicais, sociedade civil organizada, partidos políticos e eleitores arrependidos em ter votado no atual presidente na eleição de 2018. O presente texto tem como objetivo apresentar reflexões acerca da necessidade de protestar e da adesão dos participantes do Ato Contra Bolsonaro, na capital pernambucana, no dia 29 de maio de 2021, a partir de questões principais como suas reivindicações, a organização e o andamento do ato na capital pernambucana. É necessário, inicialmente, reconstruir os motivos para que se fizesse o ato e suas pautas de reivindicação e seguir com a análise da organização do ato e seu desenvolvimento. O material utilizado para essa pesquisa foi acessado através de arquivos digitais da mídia, entrevistas e publicações recentes.

Os motivos do ato

Em 2020, em decorrência da pandemia mundial da COVID-19, o Presidente da República banaliza o conhecimento científico⁸⁴ e põe em risco diretamente a saúde de todos. Desde a notícia do paciente 0 infectado pela SARS COVID-19 no Brasil, por volta de março de 2020, a população tem assistido estarecida as declarações e ações do

⁸³ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE) e Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

⁸⁴ Governo Bolsonaro busca confundir população sobre covid-19, diz estudo... Uol, 2021. Disponível em:< <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/31/lei-de-acesso-a-informacao-covid-19-governo-relatorio-desinformacao.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

Presidente: desrespeitando as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), como uso de máscara e a não aglomeração⁸⁵; influenciando o auto medicamento preventivo sem resultados científicos comprovados, como o uso da Ivermectina, Azitromicina e Cloroquina⁸⁶; afirmando que não irá comprar vacinas para a população⁸⁷; rejeitando ofertas de empresas que desejam vacinar em massa a população brasileira⁸⁸, fazendo piada da morte de brasileiros em decorrência da COVID-19⁸⁹, ameaçando a imprensa⁹⁰.

Figura SEQ Figura * ARABIC 1 - Presidente Bolsonaro Oferecendo Cloroquina a uma Ema.



Fonte: reprodução REUTERS/Adriano Machado.

Figura 2 - Presidente Bolsonaro provoca aglomeração em passeio no Rio de Janeiro, 23 de maio de 2021.



Fonte: reprodução Frame de Vídeo.

⁸⁵ Sem máscara, Bolsonaro debocha: 'Sou imorrível, imbrochável e incomível'. Diário de Pernambuco, 2021. Disponível em:

<<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2021/05/sem-mascara-bolsonaro-debocha-sou-imorrivel-imbrochavel-e-incomive.html>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

⁸⁶ Em pronunciamento, Bolsonaro defende uso da cloroquina para tratamento do coronavírus. G1 – Globo, 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/08/em-pronunciamento-bolsonaro-defende-uso-da-cloroquina-para-tratamento-do-coronavirus.ghtml>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

⁸⁷ Comprar vacina "só se for na casa da tua mãe", diz Bolsonaro. Terra, 2021. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/comprar-vacina-so-se-for-na-casa-da-tua-mae-diz-bolsonaro,4b85126eebdfca631030e9dbeb375e56b4verlrc.html>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

⁸⁸ Governo ignorou 53 e-mails da Pfizer sobre vacina, afirma Randolfe. Exame, 2021. Disponível em: < <https://exame.com/brasil/governo-ignorou-53-e-mails-da-pfizer-sobre-vacina-afirma-randolfe/>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

⁸⁹ Bolsonaro mostrou 'desdém com a morte', diz filha de vítima da covid citada em 'live' do presidente. BBC News, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57290479>. Acesso em 10 de junho de 2021.

⁹⁰ Imprensa internacional repercute a ameaça de agressão feita por Bolsonaro a repórter. Gi – Globo, 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/08/24/midia-estrangeira-noticia-ameaca-de-bolsonaro-a-reporter.ghtml>>. Acesso em 10 de junho de 2021.



O difícil ano de 2020 ainda não acabou. 2021 tem sido um pesadelo na vida de milhões de brasileiros, iniciando com o esgotamento da capacidade do Sistema Público de Saúde (SUS) no Amazonas⁹¹, o aumento da população em situação de fome⁹² e a demora em dar andamento ao Plano de Imunização Nacional (PNI) contra a Covid-19. Pesquisas apontam que são mais de 19 milhões de brasileiros passando fome durante a pandemia já no ano de 2020⁹³. A fome é mais um obstáculo que a população passa durante a pandemia. Com uma triste marca de mais de 480 mil mortos decorrentes da COVID-19⁹⁴, uma doença que possui vacina, a população brasileira assiste incrédula, através dos depoimentos dados à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal (CPI), a recusa do Ministério da Saúde em comprar insumos e vacinas que salvariam vidas que tiveram um final precoce⁹⁵.

A falta de uma política voltada para o atendimento das necessidades da população, o atentado direto contra a saúde pública, os cortes na educação (principalmente das Universidades Federais) e os casos de corrupção, fizeram com que as centrais sindicais, coletivos e movimentos sociais, partidos políticos e a sociedade civil organizada, organizassem o Ato “Fora Bolsonaro – Pela vida, por vacina, pelo auxílio digno e contra os cortes da Educação” no dia 29 de maio de 2021, em todo o País. É importante destacar que o pedido de impeachment contra o Presidente também foi realizado, uma

⁹¹ Força Nacional do SUS detectou falta de oxigênio em Manaus antes do colapso. G1 – Globo, 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/19/forca-nacional-do-sus-detectou-falta-de-oxigenio-em-manaus-antes-do-colapso.ghtml>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

⁹²

⁹³ Brasil tem 19 milhões de pessoas passando fome em meio à pandemia. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/05/brasil-tem-19-milhoes-de-pessoas-passando-fome-em-meio-a-pandemia>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

⁹⁴ Brasil ultrapassa a marca de 480 mil mortes registradas por Covid-19. Diário de Pernambuco, 2021. Disponível em: < <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2021/06/brasil-ultrapassa-a-marca-de-480-mil-mortes-registradas-por-covid-19.html>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

⁹⁵ Governo ignorou 53 e-mails da Pfizer sobre vacina, afirma Randolfe. Exame, 2021. Disponível em: < <https://exame.com/brasil/governo-ignorou-53-e-mails-da-pfizer-sobre-vacina-afirma-randolfe/>>. Acesso em 10 de junho de 2021



vez que existem mais de 60 pedidos requerendo o início de processo na câmara de deputados⁹⁶.

O dia do 29M em Recife e o direito de protestar

Para Gohn, o Brasil passou por três momentos de manifestação popular que reuniu mais de um milhão de pessoas nas ruas, “em 1992, no impeachment do ex-presidente Collor de Melo; em 1984, no movimento Diretas Já; e nos anos de 1960, nas greves e paralisações pré-golpe militar de 1964, e nas passeatas estudantis de 68” (GOHN, 2013). Podemos adicionar a esta lista, manifestações populares mais recentes, como as Jornadas Populares de Manifestação de Junho de 2013, com pautas mistas focando na melhoria na oferta de serviços públicos, o adiamento da Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014 e o basta na corrupção; os atos pró e contra impeachment sofrido pela ex Presidenta Dilma em 2016 e os atos contra e a favor do governo Bolsonaro desde o ano de 2019. A adesão da maioria das capitais nas manifestações mostrou a urgência das pautas e a adesão da sociedade civil que não participa de entidades, partidos ou centrais sindicais.

Mesmo diante da maior pandemia sanitária mundial em 100 anos, houve uma forte chamada para o “Dia Nacional Contra Bolsonaro”, entendendo que a necessidade de protesto vem do maior perigo, o atual governo. Em todas as chamadas para a manifestação de 29 de maio, havia recomendação para uso de máscara, de preferência PFF2 ou N95, uso de álcool em gel e distanciamento de 2 metros. Os pernambucanos sempre tiveram uma forte presença em atos e manifestações populares ao longo da história, imprimindo-lhe parada obrigatória de políticos e entidades. A campanha para o ato contra o Presidente em Recife teve como principais reivindicações o slogan “Vacina no Braço e Comida no Prato”, “Contra o desgoverno de Bolsonaro”, pautas de cunho antirracista como “O Povo Negro quer viver”, a favor do impeachment, contra os cortes na educação, o clamor pela vacina e lembrando a triste memória dos brasileiros

⁹⁶ Câmara acumula 62 pedidos de impeachment contra Bolsonaro. Congresso em Foco – UOL, 2021. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/pedidos-de-impeachment-contrabolsonaro-veja-lista/>>. Acesso em 10 de junho de 2021.



mortos pela COVID-19. A pluralidade de pautas no Ato do dia 29 de Maio revela, como em outras situações, a necessidade de reivindicar pautas nacionais e locais.

No dia 28 de Maio, a 34ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atribuição na Promoção da Defesa da Saúde do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), expediu uma recomendação referente a não realização de quaisquer atos que possam ocasionar aglomerações de pessoas⁹⁷. O documento foi destinado aos integrantes da Frente Povo Sem Medo, Brasil Popular, Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a Central única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). A recomendação se refere ao Ato contra o Presidente marcado na capital pernambucana para o dia seguinte, e se apóia nos Decretos do Governo de Pernambuco sobre as medidas de restrição no Estado⁹⁸. Ainda no dia 28 de maio, o PT e o PSOL, lançam uma nota, desencorajando os manifestantes em ir ao ato, sugerindo a promoção de atos simbólicos nas portas e proximidades de suas casas para evitar aglomeração⁹⁹, enquanto as outras entidades mantêm o posicionamento inicial do ato na rua.

Na manhã do dia 29 de maio, a praça do Derby, centro do Recife, amanheceu tomada por pessoas prontas para o ato. Segundo fonte entrevistada que não quis se identificar, houve uma surpresa ao chegar na praça do Derby por volta das 9h da manhã e não visualizar as bandeiras e rostos políticos conhecidos que desempenham papel de liderança nesses atos. Com distribuição de máscaras PFF2 e N95, álcool e distanciamento social, os manifestantes caminharam, de maneira pacífica, por toda a Avenida Conde da Boa Vista. Para a surpresa dos manifestantes, havia um bloqueio da Polícia Militar na Avenida Guararapes e Rua do Sol, no bairro de Santo Antônio. O que decorreu deste bloqueio foi um cenário desproporcional da força do Batalhão de Choque

⁹⁷ Procedimento Administrativo nº 02061.000.268/2020.

⁹⁸ Decretos nº 50.061, de 23 de abril de 2021 e do Decreto nº 50.752, de 24 de maio de 2021.

⁹⁹ Nota pública do PSOL orientando a população para que fique em casa e o Ato contra Bolsonaro seja feito apenas por representantes dos movimentos sociais. Dia 28 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CPcGkWLqsp/>>. Acesso em 10 de junho de 2021.



da PM, que, para dispersar o ato pacífico que se aproximava do final, usou balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e até um helicóptero. Os manifestantes e transeuntes foram surpreendidos com a PM, sua represália acabou com o distanciamento e gerou um maior perigo para os participantes que, com dificuldades de respirar devido ao uso do gás de pimenta, foram obrigados a tirar a máscara, pois as pessoas precisavam respirar e correr. Durante a ação da PM, o trabalhador Daniel Campelo da Silva, 51 anos, que não estava na manifestação, foi baleado no olho e teve socorro negado na Ponte Duarte Coelho. O mesmo aconteceu com Jonas Correia, 29 anos, que também estava no centro do Recife a trabalho e enquanto fazia uma vídeo chamada para a esposa, foi baleado no olho com um tiro de borracha pelo batalhão de choque que fazia um bloqueio na Ponte Princesa Isabel, impedindo os manifestantes em chegar no Palácio do Campo das Princesas, residência do Governador. Daniel precisou retirar o globo ocular pela gravidade das lesões e Jonas perdeu sua visão de maneira irreversível. A Vereadora do Recife, Liana Cirne do PT, que ao tentar dialogar com os Policiais Militares que estavam no bloqueio da Ponte Princesa Isabel, foi atacada com gás de pimenta de maneira covarde, de uma distância de meio metro por um policial que estava dentro do carro. Liana, Daniel e Jonas foram os rostos que ganharam as manchetes locais, nacionais e internacionais, contudo, são muitos os relatos de pessoas que passaram mal, foram perseguidas e presas apenas por estarem no ato¹⁰⁰. Em *lives*, em entrevistas e declarações oficiais, é possível identificar vereadores do Recife e Deputadas Estaduais (inclusive do PT e PSOL) tentando, sem sucesso, comunicação com o Governador a fim de impedir o ataque.

A ação arbitrária da PM de Pernambuco gerou uma crise no Governo do Estado. O Governador Paulo Câmara (PSB) e a vice-governadora Luciana Santos (PCdoB), afirmaram que a ordem da ação repressora não saiu do Palácio das Princesas. O Secretário de Defesa Social Antônio de Pádua, colocou o cargo à disposição no dia 05 de maio e o governador já havia exonerado o coronel Vanildo Maranhão do Comando

¹⁰⁰ “Me desesperei porque sabia que aquilo não era justo”, desabafa músico agredido e preso pela PM. Marco Zero Conteúdo, 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/me-desesperei-porque-sabia-que-aquilo-nao-era-justo-desabafa-musico-agredido-e-presos-pela-pm/>. Acesso em 10 de junho de 2021.

da Polícia Militar de Pernambuco. Até o fechamento deste texto, o que se sabe é de que existiu a ordem de dispersar o ato por causar aglomeração, no entanto, o Governo ainda não explicou de quem foi a ordem e o motivo de uso de força desproporcional de sua Polícia.

Figura 3 – Daniel Coelho é socorrido por manifestante após ser baleado pela Polícia Militar de Pernambuco durante o 29M em Recife.



Foto: Hugo Muniz.

Figura 4 – Jonas Correia é socorrido por manifestante após ser baleado pela Polícia Militar de Pernambuco durante o 29M em Recife.



Foto: Frame de vídeo.

É evidente que o Governo estadual precisa dar uma posição efetiva sobre a ação da PM no ato 29M em Recife. É impossível não questionar se houve questão ideológica nesta situação, uma vez que se o motivo fosse a aglomeração, o ato do dia 29M se mostrou, em vários níveis, superior ao ato a favor do Presidente e contra as restrições sanitárias como medidas no combate à pandemia, no dia 14 de março de 2021, na Orla da Praia de Boa Viagem. Sem máscaras, sem uso de álcool e sem distanciamento, manifestantes pró bolsonaro protagonizaram cenas que repercutiram nacionalmente e a PM emitiu nota dizendo “adotar providências em relação à desobstrução da via, regularizando o fluxo de veículos e pessoas, o efetivo do 19º Batalhão adotou medidas para dispersar a aglomeração”. No entanto, nenhum participante deste ato foi detido, agredido, respirou spray de pimenta ou teve sua visão prejudicada.

Figura 5 – Distanciamento entre manifestantes durante o ato contra o Presidente na Boa Vista – Recife, 29 de maio de 2021.



Fonte: Mídia Ninja.

Figura 6 – Aglomeração no ato a favor do Presidente e contra as medidas sanitárias em Boa Viagem - Recife, 01 de maio de 2021.



Fonte: Twitter.

As manifestações contra e a favor do governo nas principais capitais do País e nas cidades de médio porte, tem se apropriado do espaço da cidade de maneira interessante. A organização dos atos inicia já no modus operandi da apropriação do espaço público do ponto de partida e itinerário do ato. Conforme aponta SILVA (2020), a apropriação do espaço entre os atos atualmente contra o governo, geralmente organizados por entidades, partidos políticos e sociedade civil ligados à oposição e a posição política de esquerda, são manifestações no centro histórico da cidade, enquanto as entidades, partido políticos e sociedade civil de oposição nos governos do PT e apoiadores do atual Presidente Bolsonaro, são organizados próximo à regiões de concentração de identificação do capital financeiro e ou moradia das elites. Na capital pernambucana, este modus operandi fica bem visível quando, os atos populares com pautas sociais e identitárias são realizados nos históricos bairros do centro expandido de Recife, como Derby, Boa Vista e Santo Antônio e os atos atualmente pró governo, acontecem na beira mar do bairro de Boa Viagem. Ambos os modelos de manifestação possuem amplo compartilhamento de notícias pela internet, no uso das redes sociais,



contudo, não são todos que ganham a mídia hegemônica. Neste caso, apenas os atos atualmente pró-governo, ganham as principais manchetes de jornais online e televisivos enquanto os atos contrários recebem uma violência desproporcional da Polícia Militar, chegando a ficar evidente a forma de abordagem aos participantes e conteúdo, o que, durante a pandemia, tomou maiores proporções.

Os participantes recifenses do 29M seguem reivindicando seus direitos e o impedimento do Presidente nas ruas, mesmo com todo tratamento desigual, garantem que a cidade continuará com a agenda de manifestação na rua. A instabilidade política na América Latina, principalmente quando se tem a possibilidade de superar a lógica neoliberal e se aproximar da popular, historicamente, passa por bloqueios e perseguições que apenas a indignação que surge na população oferece uma dimensão da realidade. Mesmo com determinação do Ministério Público, afastamento oficial de partidos, crise sanitária e todo o pesadelo em ter um Presidente responsável por tantas mortes e atrocidades, a participação popular demonstra a força que possui, sobretudo quando sai às ruas.

Palavras-chave: participação popular, pandemia, protestos em Recife.

Referências

ARREGUY, J. Governo Bolsonaro busca confundir população sobre covid-19, diz estudo. **Uol - Política**, 31 maio. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/31/lei-de-acesso-a-informacao-covid-19-governo-relatorio-desinformacao.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

Brasil ultrapassa a marca de 480 mil mortes registradas por Covid-19. **Diário de Pernambuco**, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2021/06/brasil-ultrapassa-a-marca-de-480-mil-mortes-registradas-por-covid-19.html>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

CARNEIRO, G. “Me desesperei porque sabia que aquilo não era justo”, desabafa músico agredido e preso pela PM. **Marco Zero Conteúdo**, 31 maio. 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/me-desesperei-porque-sabia-que-aquilo-nao-era-justo-desabafa-musico-agredido-e-presos-pela-pm/>. Acesso em: 10 de jun. 2021.



Damares acredita que a igualdade de gênero estimula violência. **Catraca Live**, 08 de mar. 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/damares-acredita-que-a-igualdade-de-genero-estimula-violencia/>.

Acesso em: 10 de jun. 2021.

Decreto Executivo do Governo de Pernambuco nº 50.061, de 23 de abril de 2021.

Decreto Executivo do Governo de Pernambuco nº 50.752, de 24 de maio de 2021.

Em pronunciamento, Bolsonaro defende uso da cloroquina para tratamento do coronavírus. **G1 – Globo**, 08 maio. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/08/em-pronunciamento-bolsonaro-defende-uso-da-cloroquina-para-tratamento-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

Força Nacional do SUS detectou falta de oxigênio em Manaus antes do colapso. **G1 – Globo**, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/19/forca-nacional-do-sus-detectou-falta-de-oxigenio-em-manaus-antes-do-colapso.ghtml>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

GOHN, M. G. M. **A sociedade brasileira: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais**. Cadernos CRH, v. 27, p. 431-441, 2014.

Governo ignorou 53 e-mails da Pfizer sobre vacina, afirma Randolfe. **Exame**, 04 maio. 2021. Disponível em: <https://exame.com/brasil/governo-ignorou-53-e-mails-da-pfizer-sobre-vacina-afirma-randolfe/>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

Imprensa internacional repercute a ameaça de agressão feita por Bolsonaro a repórter. **G1 – Globo**, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/08/24/midia-estrangeira-noticia-ameaca-de-bolsonaro-a-reporter.ghtml>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

KRÜGER, A. Câmara acumula 62 pedidos de impeachment contra Bolsonaro. Congresso em Foco – **UOL**, 16 jan. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/pedidos-de-impeachment-contrabolsonaro-veja-lista/>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

LACERDA, N. Brasil tem 19 milhões de pessoas passando fome em meio à pandemia. **Brasil de Fato**, 05 abr. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/05/brasil-tem-19-milhoes-de-pessoas-passando-fome-em-meio-a-pandemia>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

LEMOS, I. Em reunião com senadores, Weintraub diz que Enem não foi feito para corrigir injustiças. **Folha de São Paulo**, 5 maio. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/em-reuniao-com-senadores-weintraub-diz-que-enem-nao-foi-feito-para-corriger-injusticas.shtml>. Acesso em: 10 de jun. 2021.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

LEMOS, V. Bolsonaro mostrou 'desdém com a morte', diz filha de vítima da covid citada em 'live' do presidente. **BBC News**, 08 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57290479>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

Nota pública do PSOL orientando a população para que fique em casa e o Ato contra Bolsonaro seja feito apenas por representantes dos movimentos sociais. Dia 28 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPcGKwZLqsp/>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

OLIVEIRA, C. Ricardo Salles: 13 fatos que fazem do ministro ameaça ao meio ambiente do planeta. **Brasil de Fato**, 21 abr. 2021. Disponível em: brasildefato.com.br/2021/04/21/ricardo-salles-13-fatos-que-fazem-do-ministro-ameaca-ao-meio-ambiente-do-planeta. Acesso em: 10 de jun. 2021.

Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, Ministério Público de Pernambuco. Procedimento Administrativo nº 02061.000.268/2020.

SILVA, T. D. O. **A disputa pelo uso de espaços públicos nas capitais brasileiras pelas manifestações contra e a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

WERNECK, N. Sem máscara, Bolsonaro debocha: 'Sou imorrível, imbrochável e incomível'. **Diário de Pernambuco**, 17 maio. 2021. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2021/05/sem-mascara-bolsonaro-debocha-sou-imorrivel-imbrochavel-e-incomive.html>. Acesso em: 10 de jun. 2021.



A resignificação do “ativismo de sofá” por movimentos sociais no contexto pandêmico no Brasil

La resignificación del “activismo de sillón” por parte de los movimientos sociales en el contexto de la pandemia en Brasil

Luana Santos, UFRPE¹⁰¹

Eirily Ricarte, UFPE¹⁰²

Resumo

É inegável a participação dos movimentos sociais na conquista por direitos em toda a América Latina. Particularmente no Brasil, palco de uma longa ditadura por 24 anos e de diversos outros episódios políticos de consequências traumáticas, a participação ativa desses movimentos na conquista por direitos básicos e pela redemocratização foi indispensável. Tal participação caracterizava-se sobretudo por uma mobilização nas ruas, através de protestos, assembleias, greves, e diversos outros tipos de encontros presenciais de caráter político.

Entretanto, com a iminência da pandemia causada pela COVID-19 e a necessidade de adoção de medidas sanitárias rígidas, outros espaços de mobilização precisaram ser utilizados. As redes sociais desempenharam um papel vital na atuação desses coletivos, uma vez que configurava um espaço seguro de debate e comunicação entre os movimentos e sociedade civil. Assim, viu-se uma resignificação da ideia de “ativismo de sofá”, antes pejorativamente utilizada para referir-se àqueles cujas manifestações se limitavam apenas ao ambiente digital, através das redes sociais, e não se estendiam numa participação ativa em protestos e manifestações nas ruas. A ideia de “Vem pra rua!” como sendo o único espectro possível da revolução não se fazia mais possível em um contexto pandêmico. Deste modo, todo ativismo passou a ser “ativismo de sofá”.

¹⁰¹ Graduanda em Bacharelado em Ciências Sociais - Sociologia Rural; Universidade Federal Rural de Pernambuco

¹⁰² Graduanda em Comunicação Social - Jornalismo; Universidade Federal de Pernambuco



Esta ideia de modificação da ação dos movimentos sociais foi reforçada pelo sociólogo Charles Tilly (1978), que afirma que em cada momento da história novas formas de manifestar-se e exigir demandas precisam ser concebidas. Através dessa concepção, os movimentos sociais precisam readaptar-se e, assim, mudar o que entendem por “repertório” (1978, p.50). Por isso, a reinvenção das formas de reivindicar faz parte de um processo orgânico, natural e imprescindível na manifestação democrática. Com isso, a questão não habita mais em se é certo ou não utilizar das redes sociais como únicas manifestações políticas. O foco, então, passa a ser em como essa adaptação deve ser feita no ambiente digital de modo a obter resultados políticos efetivos.

Para exemplificar, em meio a este contexto, movimentos sociais ligados a questões habitacionais passaram a questionar a efetividade de uma quarentena com a existência de pessoas em situação de rua sem nenhum amparo governamental. Afinal, com menos pessoas transitando nas ruas, menor a possibilidade de assistência para esse grupo. A partir daí, surgiram as exigências nas redes sociais de movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), cobrando da prefeitura do Recife atitudes concretas de assistência. Com isso, a prefeitura passou a distribuir alimentos e organizar banheiros públicos para o público em situação de rua. O projeto acabou se estendendo por toda a região metropolitana.

Vale mencionar também o caso do menino Miguel Otávio Santana da Silva, de cinco anos de idade, que morreu ao cair do 9º andar de um prédio de luxo no Recife. A mãe, empregada doméstica, deixou o filho sob os cuidados de sua patroa, Sari Cortes Real, enquanto levava o cachorro para passear. O caso repercutiu intensamente nas redes sociais, após uma sensibilização em massa com casos de racismo disseminados pelo movimento “Black Lives Matter” nos Estados Unidos que repercutiu em todo o mundo. Com a divulgação de *hashtags*, movimentos sociais e influenciadores digitais jogaram luz sobre o caso, até então omitido pela acusada, e otimizaram a oferta de assistência econômica, jurídica e psicológica à mãe da vítima, Myrtes Souza.



Mais recentemente, com o início da CPI da Covid, que pretende investigar os casos de omissão e negligência do governo na gestão da crise sanitária causada pela COVID-19, muitos internautas passaram a comentar e questionar os argumentos dos depoentes, gerando diariamente milhões de publicações somente na rede social *Twitter*. Notando esse crescente engajamento, membros da comissão têm dado espaço em suas redes sociais para que internautas deixem sugestões de perguntas a serem direcionadas aos depoentes, como foi o caso do relator Renan Calheiros. Além disso, segundo matéria publicada pelo EL PAÍS, voluntários organizados em redes sociais têm trabalhado em tempo real na organização e disponibilização de evidências contra depoentes. Essas informações são compartilhadas com senadores da oposição, com a intenção de “mudar, em tempo real, os rumos dos depoimentos —e, talvez, até mesmo da própria comissão.”

É vasta a literatura que estuda a atuação da *internet* enquanto esfera pública. Afinal, segundo o conceito de Jürgen Habermas (1997), uma esfera pública consiste numa:

[...] rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. Descobrimos que o mundo da vida é um reservatório para interações simples; e os sistemas de ação de saber especializados, que se formam no interior do mundo da vida, continuam vinculados a ele. Eles se ligam a funções gerais de reprodução do mundo da vida (como é o caso da religião, da escola, da família), ou a diferentes aspectos de validade do saber comunicado através da linguagem comum (como é o caso da ciência, da moral, da arte). Todavia, a esfera pública não se especializa em nenhuma destas direções; por isso, quando abrange questões politicamente relevantes, ela deixa a cargo do sistema político a elaboração especializada. A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções nem os conteúdos da comunicação cotidiana (HABERMAS, 1997. p. 92).

Logo, considerando que a *internet* constitui espaço de fluxo comunicativo, onde as pessoas podem tratar de temas diversos, exercendo plenamente seu direito de liberdade de expressão numa consequente busca por poder político, é seguro afirmar,



segundo a doutrina, que a internet constitui uma esfera pública por excelência; o que quebra, de antemão, com a concepção pragmática do fazer político limitado ao arranjo convencional. Além disso, vale considerar que diferentemente de outras esferas públicas, a internet é essencialmente autônoma, uma vez que não é controlada por governos nem por empresas. Por isso, Castells, ao apontar os aspectos do que chama de Web 2.0, formado pelas redes sociais e caracterizado pela interconexão de pólos políticos antes distanciados por aspectos territoriais, por exemplo, chama a atenção para o poder dessa nova esfera comunicacional e convoca as autoridades para a reformulação de uma postura política frente a tal fenômeno:

Portanto, estimular a consolidação dessa esfera pública de comunicação é um mecanismo fundamental através do qual os Estados e as instituições internacionais podem se engajar com as demandas e projetos da sociedade civil global. Isso pode ocorrer com o estímulo do diálogo sobre iniciativas específicas e registrando, de forma contínua, as contribuições desse diálogo para que possa informar a formulação de políticas no âmbito internacional. Aproveitar o poder da opinião pública mundial por meio da mídia global e das redes globais de mídia é a forma mais eficaz de ampliar a participação política em escala global, induzindo uma conexão frutífera e sinérgica entre as instituições internacionais baseadas no governo em uma sociedade civil global. Este espaço de comunicação multimodal é o que constitui a nova esfera pública global.” (CASTELLS, 2008)

A partir disso, no livro *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da Internet*, Castells estuda o que chama de “movimentos sociais conectados em rede”: uma série de insurreições que tomaram diferentes formas em diferentes locais do mundo, reivindicando agendas próprias, mas partilhando do método comum de articulação através das redes sociais.

As características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e auto configurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero. (CASTELLS, 2013, p.25)

Assim, com a otimização da articulação e da chamada aos movimentos, também otimizou-se sua estrutura comunicacional e reivindicativa, o que explica as grandes mobilizações obtidas em protestos, como as Jornadas de Junho no Brasil em 2013.



Então, sim, enquanto agente mobilizador, as redes sociais mostraram sua eficácia. Mas sem o passo subsequente, ou seja, a presença nas ruas e todas as consequências políticas que traz, o que acontece? As redes sociais por si só bastam-se enquanto fenômenos reivindicativos?

A partir desta apresentação, destaca-se que objetivo deste trabalho é a análise das novas formas de expressão, identificando-se uma adaptação dos movimentos sociais no contexto pandêmico e da luta contra as injustiças sociais e o capital, em um cenário de medidas sanitárias restritas. Sendo assim, constitui investigação relevante na discussão em torno da política e do capital. A principal metodologia de trabalho foi o levantamento bibliográfico e o estudo de notícias e de informações disponibilizadas pelos movimentos sociais. O objetivo eminente é mostrar a flexibilidade, adaptação e persistência dos movimentos sociais que não se silenciaram mesmo sem poder ir às ruas, conseguindo resultados efetivos, visibilidade e o alcance de novas milhares de pessoas através da ressignificação do repertório estrutural de tais mobilizações.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Ativismo, Redes Sociais, Pandemia.

Referências

CASTELLS, Manuel. **The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance.** in: *Annals of American Academy*, 616, March 2008. Disponível em: <https://annenberg.usc.edu/sites/default/files/2015/04/28/The%20New%20Public%20Sphere.pdf>. Acesso em: 30 abril 2021 . Tradução livre.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança.** Movimentos sociais na era da Internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais na América Latina.** XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología. Buenos Aires, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre faticidade e validade.** Vol. II. Trad. Fabio Beno Siebneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 92

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution New York:** Random House, 1978.



Assessoria Técnica Popular nas Trincheiras da Luta pela Moradia em Aracaju:

Estudo de Viabilidade Habitacional da Ocupação João Mulungu

Asistencia Técnica Popular en las Trincheras de la Lucha por la Vivienda en Aracaju:

Estudio de Viabilidad Habitacional de la Ocupación João Mulungu

BOMFIM, Isabela Pinheiro, UFS¹⁰³

FERREIRA, Leandra Silva, UNIT¹⁰⁴

LIMA, Mateus Santos, UFS¹⁰⁵

As ocupações urbanas estão na base dos processos reivindicatórios pela aplicação dos mecanismos legais atinentes à função social da propriedade da cidade, atuando no enfrentamento à hostilidade das dinâmicas socioespaciais geradas pelo modo de produção capitalista. Neste sentido, o presente resumo tem como objetivo apresentar o cenário da luta por moradia no centro da cidade de Aracaju, e o processo de reivindicação do direito à cidade e à centralidade pela ocupação João Mulungu, organizada pelo Movimento de Luta no Bairros, Vilas e Favelas (MLB), através do trabalho de assessoria técnica popular realizado pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFS (Emau Trapiche). O estudo foi realizado à partir de uma análise histórico crítica da produção das cidades contemporâneas, com foco na cidade de Aracaju, e na observação empírica das ações de resistência da Ocupação João Mulungu frente à repressão exercida pelo poder local, resultando em propostas de viabilidade habitacional para o edifício Bela Vista (sede da ocupação) e entorno baseadas no Plano Diretor da cidade.

A acessibilidade ao centro é o valor de uso mais importante para a terra urbana e revela a quantidade de trabalho socialmente necessário despendido em sua produção (VILLAÇA, 1998). Porém, observa-se uma monofuncionalidade e uma subtração da centralidade nas cidades brasileiras, a partir da explosão demográfica produzida pela industrialização, que é um produto do crescimento urbano por fragmentação e que

¹⁰³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe – UFS.

¹⁰⁴ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Tiradentes – UNIT.

¹⁰⁵ Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe – UFS.



produz vazios urbanos voltados aos interesses da especulação. Com a ascensão do neoliberalismo, há também um processo de reorganização espacial e de tomada de terras por um capital financeirizado e rentista, o que contribui para o acirramento das diferenças socioespaciais (ROLNIK, 2015). Esta situação está dialeticamente ligada ao caráter dependente que o Brasil possui frente ao capital mundial, que resulta em problemas para as populações internas como a ausência de bem estar social, de forma que para controlar a as classes organizadas que lutam pela efetivação de direitos e contra a hegemonia do capital, o que Guimarães (1982) chama de “classes perigosas”, são utilizados níveis de violência incomparáveis aos existentes nos países centrais do sistema capitalista.

A cidade de Aracaju, com destaque ao bairro Centro, é um exemplo nítido das dinâmicas do capital, onde apesar da densidade morfológica, são espaços com ausência de funcionalidade e de significação social. A ocupação territorial da cidade inicia-se no centro, expande-se para o litoral e atualmente se intensifica nos bairros periféricos e nas cidades metropolitanas limítrofes (São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro). O centro tornou-se expressamente comercial, onde de dia há uma intensa movimentação de pessoas e oferecimento de serviços, e durante a noite há um esvaziamento, tornando-se uma cidade fantasma, o que contribui para a insegurança dos transeuntes. A discussão pela mudança dessa realidade se dá a bastante tempo, por esse território ser dotado de infraestrutura, possibilitando o acesso a serviços, educação, lazer, cultura e trabalho.

Assim, a política urbana em curso na capital desde sua fundação tem contribuição direta com essa configuração territorial, pois adotou diversas políticas habitacionais que foram insuficientes e construídas de maneira desarticulada do tecido urbanístico do município, o que contribuiu para o processo de segregação socioespacial e esvaziamento da malha urbana. Segundo o estudo IPEA (2013) com base nos dados do censo demográfico (2010) o déficit habitacional quantitativo da Região Metropolitana de Aracaju é de 31.995 domicílios, representando proporcionalmente 13% de todas as habitações. Onde de acordo com os componentes do déficit habitacional: há 2.453 domicílios precários,



14.754 representam coabitação, 13.210 ônus com aluguel excessivo, e 2.996 adensamentos excessivos de domicílios.

De acordo com Santos e Menezes (2014), os dados do IBGE 2010 indicam que a população que mora em assentamentos precários em Aracaju triplicou, passando de 2,4% para 10,8 % da população total. O que representa atualmente mais de 60 mil pessoas vivendo em aglomerados subnormais, isto significa um número de habitantes que é maior que o número de habitantes de 69 municípios do estado, ou seja, apenas seis municípios do estado têm população maior que a população residente em aglomerados subnormais em Aracaju.

Nesse sentido, ao fazermos um resgate histórico da cidade, a primeira ação de produção de habitação de interesse social, realizado pelo governo do estado, acontece após a fundação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que segundo Carvalho (2013) iniciou-se em 1968 com a implantação dos primeiros conjuntos habitacionais do sistema SFH/BNH/COHAB, os conjuntos Castelo Branco I e II, construídos em uma região afastada da malha urbana até então consolidada, sendo fator importante para a expansão de Aracaju na direção sudoeste. Desde então, uma série de programas habitacionais surgiram, como o Moradia cidadã da prefeitura no início desse século, até o Programa Minha Casa Minha Vida, iniciativa do governo federal em 2009 que, de acordo com França (2018), realizou 4 empreendimentos dentro do eixo de atendimento na faixa de 0 a 3 salários mínimos localizados em bairros que apresentam infraestrutura e serviços públicos escassos, distante do centro e das ofertas de trabalho e de transporte público.

As 1.262 moradias construídas em Aracaju pelo MCMV correspondem a apenas 12,6% do total, atendendo de forma reduzida uma pequena parcela das mais de 20 mil famílias que compõem o déficit habitacional. Sendo assim, o principal entrave está na busca do mercado imobiliário por maior rentabilidade, através da financeirização da moradia, focando o programa nos produtos destinados às classes de renda mais elevada, o que exigiria uma atuação mais incisiva do Estado para ocorresse uma mediação, e o atendimento das camadas menos abastadas fosse realizado (FRANÇA, 2016).



Apesar de alguns pontos positivos em alguns desses programas, se observa que todos apresentam características semelhantes em sua forma e produção vistas desde o primeiro na década de 60. Na prática, o modelo adotado para resolução do problema habitacional atesta seu fracasso nos dias atuais quando não foi capaz de acabar com o déficit de habitação aracajuano, contribuindo diretamente com a migração da população de baixa renda para regiões periféricas e cidades circunvizinhas como: Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, onde vivem de maneira precária.

Dessa forma, todos esses anos de negligências dentro da política habitacional em Aracaju somado ao contexto brasileiro atual, tem impulsionado movimentos sociais de luta por moradia diante da negação de direitos, dentre eles o de morar. Esses movimentos de resistência estão ganhando maior intensidade à medida que as populações sofrem as consequências geradas pelo capitalismo, fortemente sentidas em países latinoamericanos como o Brasil, que diante da intensificação do neoliberalismo em curso nos últimos anos, têm se organizado para serem contraponto a essa política perversa, ainda mais agravada devido a pandemia de Covid 19 e seu impacto socioeconômico.

Assim, diante desse cenário surge a Ocupação João Mulungu, no dia 27 de novembro de 2020, onde mais de 100 famílias ocuparam o prédio Bela Vista que fica na Avenida Ivo do Prado (popularmente, Rua da Frente) que é uma das principais vias da capital sergipana, ficando localizado no centro da cidade. O edifício pertence a uma construtora e encontra-se sem uso há uma década, por conta de dívidas exorbitantes de IPTU. Essa é a primeira ocupação na área central de Aracaju organizada por um movimento social de caráter nacional, sendo organizada pelo Movimento de luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que segundo nota política da UJC:

[...] luta pelo direito de morar com dignidade, pela reforma urbana, e pela vida digna com pautas que atravessam a segurança alimentar, que é impulsionada por meio da cozinha coletiva, e pela inserção da classe pauperizada no mercado de trabalho, tendo em vista que o direito à cidade é intrínseco a estabilidade empregatícia, e é nas áreas de centralidade onde é possível encontrar maiores ofertas de emprego (UJC SERGIPE, 2020)

A ocupação recebeu o apoio do EMAU Trapiche desde seu início, pois sempre foi objetivo do escritório se somar a luta das famílias de maneira que viesse a fortalecer as pautas reivindicadas pela ocupação, construir uma argumentação urbanística a fim de fundamentar tecnicamente os direitos das famílias ocupantes, e o papel da ocupação organizada pelo MLB enquanto agente modelador do espaço urbano, nascendo então, o Estudo de Viabilidade Habitacional da Ocupação João Mulungu. O corpo desse estudo possui mais de 60 páginas onde a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju, do Estatuto da Cidade e experiências semelhantes de outras assessorias técnicas, foi construída uma defesa do direito à moradia dessas pessoas no centro de Aracaju, para além de levantar questionamentos com base na situação habitacional, propondo alternativas diante do problema através da demonstração que há viabilidade espacial, institucional e financeira para isso.

Figura 1 - Assembleia de Solidariedade e Resistência na Vigília da Ocupação João Mulungu

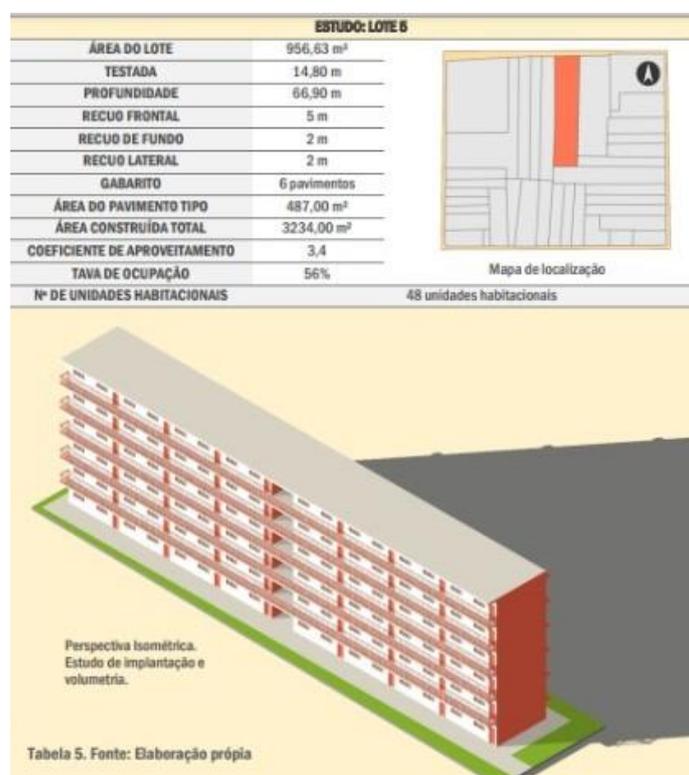


Fonte: MLB Sergipe, 2021 (Instagram: @mlb_sergipe).

Espacial, à medida que é demonstrado que há condições das famílias permanecerem no local ou serem em parte remanejadas tendo em vista a existência de inúmeros imóveis não edificadas, subutilizados ou não utilizados sem cumprir função social, na mesma quadra da Ocupação João Mulungu, totalizando 40,65% da área do quarteirão, descumprindo a legislação do próprio município, como é o caso do Edifício Bela Vista.

Além disso, essa proposta foi elaborada levando em consideração as orientações do Plano Diretor de Aracaju, no qual indica que apenas os lotes que possuem mais de 600m² podem ser expropriados pela prefeitura municipal (§ 1o, Art. 95, PDDU, 2000). Institucional, pois o poder municipal dispõe de estrutura administrativa e exemplos diversos no Brasil e em outros países da América Latina de formas de gerenciamento na produção habitacional que venham a condensar o valor das obras, como a Autogestão que é o método utilizado no direcionamento das proposições do estudo. A parte de viabilidade financeira tem por intuito justificar, através dos instrumentos legais, como o Estado possui aparatos suficientes para subsidiar a moradia e demais políticas urbanas, mas o faz de maneira precária, tendo como o exemplo o bairro 17 de Março, em Aracaju.

Figura 2- Exemplo de uma das propostas de viabilidade espacial elaboradas



Fonte: Estudo de Viabilidade Habitacional da Ocupação João Mulungu, 2021.

Diante desse contexto, apesar de pequenos avanços na negociação da Ocupação João Mulungu com o poder público, no dia 23 de Maio de 2021 a ocupação teve a



reintegração de posse executada de maneira brutal, violando a integridade física e moral das famílias que ali ocupavam. O despejo aconteceu sem que houvesse possibilidade de negociação entre as assessorias jurídicas e urbanísticas da ocupação e o Grupo de Gerenciamento de Crises e Conflitos da polícia militar, além de não viabilizar nenhuma solução habitacional para as famílias. Evidenciando uma das faces mais cruéis do estado burguês, que radicaliza e operacionaliza a ofensiva neoliberal, estrangulando as demandas sociais da classe trabalhadora. Sendo assim, é fundamental uma atuação em assessoria técnica popular em Arquitetura e Urbanismo engajada, que instrumentalize as trincheiras da luta urbana, a partir do desenvolvimento de planejamentos urbanísticos que incidam na raiz dos conflitos materiais existentes na cidade, rumo à construção do poder popular.

Palavras-chave: Aracaju, assessoria técnica popular, direito à cidade, centralidade, ocupações urbanas.

Referências

ARACAJU. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju.** Lei Complementar n. 42 de 04 de outubro de 2000. Institui o plano diretor de desenvolvimento urbano de Aracaju, cria o sistema de planejamento e gestão urbana e dá outras providências. Prefeitura Municipal, Aracaju, SE.

CARVALHO, Lygia Nunes. **As políticas públicas de localização da habitação de interesse social induzindo a expansão urbana em Aracaju-SE.** Orientador: Marly Namur. 2013. 124f. Tese (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FRANÇA, Sarah Lucia Alves. **Produção Habitacional de Interesse Social em Aracaju-SE, Brasil: Periferização do Direito à Moradia?** 8º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL (PLURIS 2018): Cidades e Territórios - Desenvolvimento, atratividade e novos desafios, Coimbra, ed. 8, 2018.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As Classes Perigosas: Banditismo Urbano e Rural.** Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 1982.

MENESES, Neilson Santos; SANTOS, José Augusto Menezes dos. POLÍTICA HABITACIONAL E CRESCIMENTO DA PERIFERIA EM ARACAJU. **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos: A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos,** Vitória, 2014.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

UJC SERGIPE. **Centralidade e esvaziamento do Centro de Aracaju à luz da Ocupação João Mulungu.** Aracaju, 2020. Disponível em: <<https://ujc.org.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo. Studio Nobel. 1998.



Cultura e Lutas Urbanas em rede: ensino, pesquisa e extensão junto às novas tecnologias digitais

Cultura y Luchas Urbanas en rede: docencia, investigación y extensión junto a las nuevas tecnologías digitales

Manuela Cristina R. de Carvalho, NPGAU-UFMG¹⁰⁶

Carina Castro Pedro, NPGAU-UFMG¹⁰⁷

João Paulo Araújo Souto, EA-UFMG¹⁰⁸

Focado no estudo dos diversos movimentos sociais e lutas urbanas no Brasil e na América Latina, o Grupo de Pesquisa Indisciplinar (CNPq/UFMG)¹⁰⁹ busca, a partir de uma investigação transescalar e atuante, realizar uma cartografia dos movimentos sociais por meio dos diversos atores (humanos e não humanos), narrativas e eventos. Para isso, utiliza-se da própria extensão e imersão em campo junto a pesquisadores e resistências, realizada por meio de plataformas e recursos digitais, frente ao contexto da pandemia da SARS-CoV-2. Compreende-se essa cartografia não apenas como um mapeamento de base territorial, mas também como ferramenta de intervenção e de visibilização de acordos, de estratégias de ação e dos próprios atores envolvidos nos movimentos.

Este resumo apresenta a experiência da disciplina e webinar Cultura e Lutas Urbanas¹¹⁰, vinculada aos projetos de extensão Cartografia das Lutas e Geopolítica e Cidades, junto ao programa de extensão IndLab (CNPq/UFMG). A primeira edição do

¹⁰⁶ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

¹⁰⁷ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

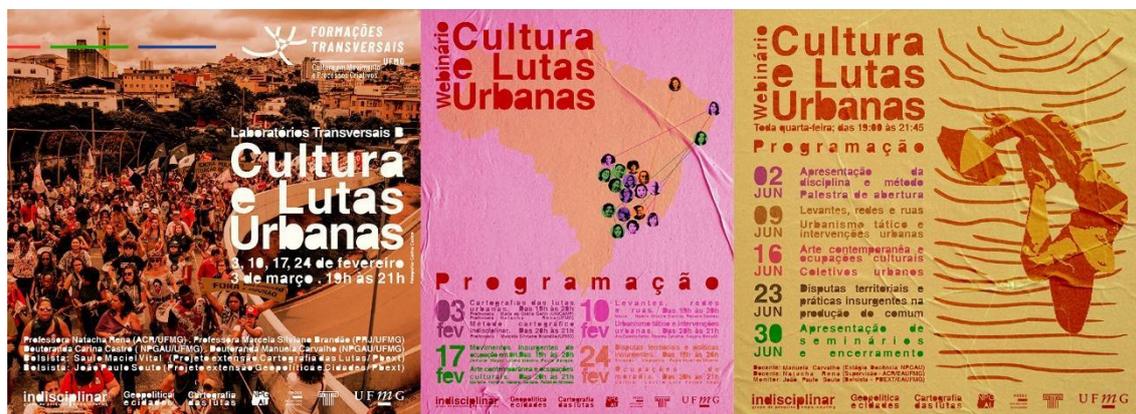
¹⁰⁸ Graduando em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

¹⁰⁹ O Indisciplinar é um grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ, sediado na Escola de Arquitetura da UFMG, e que atua na elaboração de cartografias (mapas, linhas do tempo, registro em redes sociais, textos, eventos) da produção contemporânea do espaço urbano. Para mais informações ver a fanpage do grupo: <https://www.facebook.com/indisciplinar.ufmg/> ou a wiki do grupo: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Indisciplinar>.

¹¹⁰ O webinar surge como um desdobramento da disciplina UNI088 - Laboratórios Transversais B - Cultura e Lutas Urbanas - vinculada à formação transversal da UFMG, sob a coordenação das professoras Natacha Rena (Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo/EAUFMG) e Marcela Brandão (Departamento de Projeto/EA UFMG).

evento foi promovida nos meses de fevereiro e março de 2021, como parte da Formação Transversal da UFMG, e teve por objetivo apresentar uma cartografia dos movimentos sociais e lutas urbanas no Brasil a partir de pesquisadores atuantes nas diversas Regiões do país. A segunda, realizada no mês de junho de 2021, teve como campo de experimentação pesquisadores, ativistas e movimentos localizados na Região Nordeste do Brasil. São apresentados abaixo parte da comunicação visual desenvolvida para a divulgação de tais ações:

Figura 01: Material produzido para divulgação dos webinários Cultura e Lutas Urbanas.



Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar.

Dessa maneira, este recorte apresenta os resultados parciais, e ainda em discussão, do primeiro webinar. A disciplina, foi transmitida aos alunos matriculados e inscritos (externos à UFMG), a partir da plataforma Zoom e pelo Youtube do grupo de pesquisa Indisciplinar¹¹¹. Contando com a presença da socióloga Maria da Glória Gohn, também referência às pesquisas desenvolvidas pelo grupo, o debate inicial buscou discutir a relação entre as lutas urbanas brasileiras e latino-americanas com as insurgências em escala global, a partir dos diferentes atores e narrativas presentes nos movimentos de ocupação de redes e ruas após a crise econômica global de 2008. Na mesma ocasião, as professoras e idealizadoras da disciplina, Natacha Rena e Marcela Silvano Brandão,

¹¹¹ A gravação das palestras do webinar Cultura e Lutas Urbanas estão disponíveis no link: https://www.youtube.com/playlist?list=PL1GPGbMPnSwf1fJ_5U3is_VyKkPvLfVfVe.



também apresentaram uma síntese do trabalho do grupo e a metodologia da Cartografia das Controvérsias, utilizada como base no trabalho final da disciplina.

Aqui torna-se importante destacar que a disciplina se encaixa no contexto de análise dos diversos movimentos sociais realizado por Gohn (2020) a partir do entendimento dos ciclos de protestos ocorridos no Brasil da década de 70 até a atualidade. Na sua fala durante o evento e em seus escritos, a autora promove uma apreensão teórica e temporal que correlaciona as principais teorias acerca do estudo dos movimentos sociais urbanos, “os tipos de ações coletivas e a conjuntura político, social e econômica que o país vivia naqueles momentos” (GOHN, 2020, p.95).

Diante disso, cabe apresentar uma síntese dos cinco ciclos de protestos apresentados por Gohn (2020). O primeiro ciclo é marcado pela década de 1970 e por diversos movimentos de resistência contra o regime militar, influenciando a produção acadêmica brasileira sobre a participação em movimentos sociais. Nesse momento, a autora aponta a “participação popular, em bairros e regiões da periferia das grandes cidades, em busca de condições mínimas de sobrevivência e na luta por direitos sociais básicos” (GOHN, 2020, p.96). O segundo ciclo diz respeito à transição para a redemocratização até a Constituição de 1988, que se define pela retomada da democracia e retorno de eleições para governos estaduais.

Em seguida, o terceiro ciclo ocorre em 1988, com o surgimento de uma nova que desloca o foco de muitos pesquisadores ao estudo dos atores da sociedade civil e a atuação dos movimentos sociais junto ao Estado, a partir de políticas públicas. Dessa forma, surgem “os representantes das demandas da sociedade nos novos canais de participação criados, como nas Câmaras, no Senado e na esfera do Poder Executivo” (GOHN, 2020, p.101). O quarto momento se reflete no final dos anos 90, nos movimentos antiglobalização e nas ações coletivas a partir do associativismo civil, como aponta a autora:

Na primeira década do novo século, com a ascensão de grupos da oposição, ao poder político da nação, o do Partido dos Trabalhadores, em diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal), deslocou-se a ênfase dos debates sobre a participação popular dos agentes da sociedade civil (movimentos,



ONGs, coletivos, associações e outros), para a temática da participação social em esferas institucionais públicas (GOHN, 2020, p.101).

Por fim, o quinto ciclo, que recebe maior destaque nessa experiência, corresponde à década de 2010 e as pesquisas sobre os movimentos sociais a partir de 2013. Segundo Gohn (2020), após a crise do capitalismo global de 2008, diversos movimentos semelhantes surgem em vários países marcando um retorno do espaço democrático das ruas e iniciando uma nova década, como por exemplo o movimento 15 M na Espanha e os *Occupy*s nos Estados Unidos. Essas ações passam a destacar o que seria “o ativismo dos jovens e o uso das novas tecnologias”, alterando o perfil dos atores militantes. No Brasil, destacam-se as manifestações de junho de 2013 em diversas capitais que protestavam contra o deslocamento de investimentos em políticas sociais ao investimento na Copa do Mundo, e colocam em cena os “novíssimos atores sociais” (GOHN, 2020, p.105).

Outra conceituação importante utilizada em Gohn (2020), é a diferenciação entre ativismo e militância, para a compreensão dos atores envolvidos nesses movimentos e dos próprios pesquisadores atuantes junto a eles. Para Gohn (2014), os atuais movimentos inseridos no quinto ciclo de protestos se diferem daqueles que emergem no século XIX e nas primeiras décadas do século XX (operários, revolucionários, movimentos da década de 70 que reivindicavam melhorias urbanas e eram opositores aos regimes militares), que se articulavam a partir de “militâncias”, unidas por ideologias e pautas comuns. Esses novíssimos movimentos sociais se articulam a partir de “ativismos” e não pertencem a um grupo específico, sendo coletivos com o apoio da mídia e organizados por pessoas comuns, fora do mundo da política oficial.

Nesse sentido, o webinar teve por objetivo compreender a territorialização das manifestações coletivas e movimentos sociais no Brasil, a partir de pesquisadores, muitos desses atuantes ou alinhados com as principais pautas e ações dos coletivos. De maneira geral, objetiva-se neste resumo apresentar um debate sobre as novas possibilidades de ensino, pesquisa e extensão realizadas em rede, a partir do envolvimento desses múltiplos atores – pesquisadores, professores, alunos e



representantes dos movimentos sociais - de diferentes localidades do Brasil, favorecido pelo ensino remoto e pela adequação à novas plataformas de ensino virtuais.

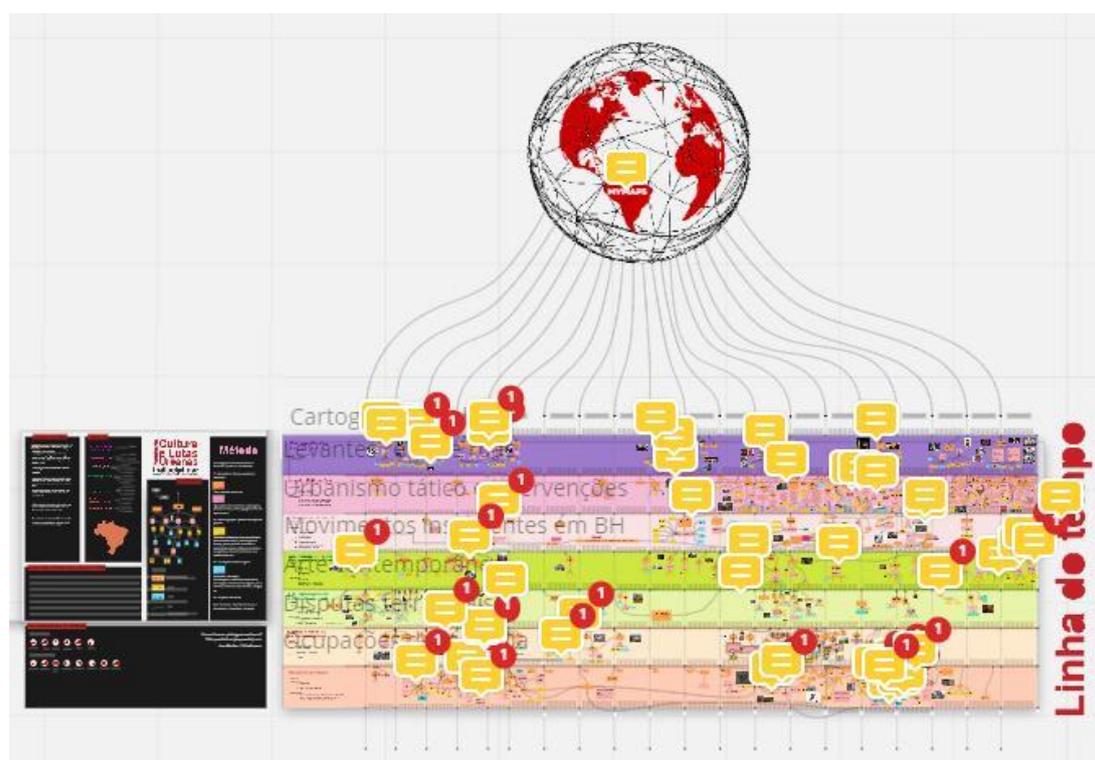
Para isso, como principal ferramenta pedagógica de investigação da disciplina tomou-se como base o Método da Cartografia das Controvérsias, desenvolvido pelo grupo de pesquisa Indisciplinar e aplicado à disciplina a partir da plataforma colaborativa online Miro. Tal método tem por objetivo cartografar as sobreposições de narrativas entre atores humanos e não-humanos presentes nas narrativas e nos eventos, apresentados na disciplina a partir de artigos e dos debates entre os palestrantes convidados. É importante destacar que o método parte das reflexões teóricas dos conceitos de “rede e rizoma” de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996) junto a Teoria Ator-Rede(TAR) desenvolvida por Bruno Latour (2012), na busca pela identificação das controvérsias entre as narrativas apresentadas e a própria atuação desses atores na trama de pesquisa.

Como contribuição, toma-se esta disciplina e webinar como modelo para a outras experiências, a partir do uso da Plataforma Miro em um trabalho colaborativo que integrou pesquisadores, alunos e professores na construção de uma cartografia tendo como base os trabalhos e palestras dos convidados nos temas apresentados. Essa atividade demonstrou a possibilidade de conexões estabelecidas em rede e com isso observar as diferentes temporalidades dos movimentos (linha do tempo), momentos de ruptura (vazios na linha do tempo onde não existiram protestos ou movimentações) e de potências como é o caso de junho de 2013. Ainda, a cartografia realizada como atividade final pelos alunos, proporcionou a visualização dos diferentes atores humanos e não humanos presentes nessas ações e a frequência em que esses se organizam a partir das demandas e lutas (figura 2).

Tem-se como um dos principais resultados a vinculação de pesquisadores em diferentes abordagens e temáticas ligados a partir de uma rede única, ou mesmo, uma temática geral: a dos movimentos sociais urbanos. O Webinar Cultura e Lutas Urbanas I contou com a participação de pesquisadores (mestrandos e doutorandos) que realizam a cartografia das lutas urbanas em diversas localidades brasileiras, delimitadas em seis temáticas gerais para o enquadramento das palestras: (1) Levantes, Redes e Ruas; (2)

Urbanismo tático e intervenções urbanas; (3) Movimentos insurgentes de ocupação em Belo Horizonte; (4) Arte contemporânea e ocupações culturais; (5) Disputas territoriais e práticas insurgentes; e (6) Ocupações de moradia. Na segunda edição, com foco no Nordeste do Brasil, foram pensados novos tópicos adicionais: Coletivos urbanos e a produção do comum.

Figura 02: Cartografia dos movimentos sociais no Brasil de 1960 a 2020 apresentados no Webinarário Cultura e Lutas Urbanas.



Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar.

Com isso, a disciplina e webinarário Cultura e Lutas Urbanas vincula-se diretamente às discussões propostas pelo evento, na medida em que apresenta não só uma experiência teórica de abordagem dos movimentos sociais urbanos no Brasil a partir dos escritos de Gohn (2020), como uma aplicação prática do método cartográfico inserido no contexto de isolamento e da necessidade do uso de recursos virtuais. Este momento é encerrado com possíveis questionamentos e articulações a serem pensadas a partir do segundo webinarário: Como cartografar esses novíssimos movimentos sociais,



entendendo-os, muitas vezes como atores fluidos e temporários em determinados eventos e marcos temporais? Qual o impacto do contexto pandêmico no estudo dos movimentos sociais? E qual o papel da pesquisa e do ensino na formação dessas redes de investigação internacionais e transnacionais?

Palavras-chave: Cartografia; Indisciplinar; Movimentos sociais; Ativismos; Brasil.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Bibliografia

FREITAS, Daniel Medeiros de; LOPES, Marcela Silviano Brandão; RENA, Natacha Silva Araújo. Cartografias indisciplinadas: experiência extensionista nas lutas urbanas de Belo Horizonte-MG. **Debates Insubmissos**, v. 3, n. 11, p. 230-259, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/viewFile/243135/37580>

GOHN, Maria da G. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

GOHN, Maria da G. Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019. **Mundos Plurales: Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, Quito, v. 6, n. 1, p. 93 - 119, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/mundosplurales/article/view/3925/3497>.

GOHN, Maria da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

LOPES, Marcela Silviano Brandão; SÁ, Ana Isabel De; RENA, Natacha. Método cartográfico indisciplinar: da topologia à cartografia do rizoma. **VIRUS**. n. 19. p. 1-13. 2019. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=en>.



De suspeito a vagabundo: vidas negras importam?
De sospechoso a vagabundo: ¿Importan las vidas de los negros?

Preto Ric (João Ricardo Chagas dos Santos), IHAC-UFBA¹¹²

A morte de George Floyd e João Alberto desencadearam nos Estados Unidos e no Brasil, de diferentes modos e proporções, manifestações de comunidades negras e aliados no combate ao racismo que ganharam relevância nos noticiários e redes sociais. Mas pessoas negras são a maioria das vítimas nesses locais, então qual elemento elevou a comoção social ao status de indignação e revolta? Bem, ambos os casos foram filmados e difundidos pelas redes sociais. Sendo que George Floyd foi assassinado por policiais brancos enquanto João Alberto por seguranças de um supermercado. Ambos com uso extremo de violência.

Em 25 de maio de 2020, através do Facebook Streaming, um policial branco, após abordar, render e imobilizar ao chão Floyd, suspeito de ter tentado usar cartões falsos em uma loja de conveniência.

Em 19 de novembro de 2020, circulou pelas principais redes sociais com suporte a audiovisual as imagens do espancamento até a morte de João Alberto, assistida de perto pela supervisora de um dos supermercados da rede Carrefour.

À polícia, o funcionário Kleiton Silva Santos, um dos indiciados, contou que uma funcionária que ficava no setor conhecido como 'frente de caixa', informou via rádio uma alteração em seu setor. Ela adiantou que a situação não envolvia furto de bens da loja, o que não requer acionamento imediato da segurança. Segundo ele, após alguns minutos, a supervisora da loja, Adriana Alves Dutra, gritou no rádio que era para a central de segurança acionar a Brigada Militar. (BBC NEWS, 2020).

A supervisora do supermercado Carrefour informou em depoimento na delegacia que havia considerado o olhar de João Alberto "agressivo" enquanto a encarava. Na

¹¹² Mestrando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da Universidade Federal da Bahia.



seqüência, fora da área de vendas, dois seguranças brancos espancaram até a morte João Alberto.

O presente estudo tem a pretensão de provocar reflexões que possam, quem sabe um dia, encontrar eco em cada brasileiro e brasileira. Também, este texto faz uma análise crítica sobre as diferentes repercussões de movimentos sociais negros em decorrência desses dois episódios marcantes de abuso de autoridade, violência e morte perpetrados por homens brancos contra homens negros. E para compreender a hipótese de que o juízo sobre as vítimas, ou seja, a suspeição dessas foi “baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”, o que, segundo Almeida (2020), é preconceito racial.

A comunidade negra nos EUA representa cerca de 13% de toda população. A violência policial e do Estado contra esse grupo é recorrente e episódios históricos importantes demarcaram as ruas como territórios de lutas e manifestações em prol da igualdade racial, dos direitos humanos e contra violência racializada.

O Black Lives Matter, às vezes citado nos cartazes como BLM, é uma organização que nasceu em 2013 por três ativistas norte-americanas: Alicia Garza, da aliança nacional de trabalhadoras domésticas; Patrisse Cullors, da coalizão contra a violência policial em Los Angeles; e Opal Tometi, da aliança negra pela imigração justa. Hoje, é uma fundação global cuja missão é "erradicar a supremacia branca e construir poder local para intervir na violência infligida às comunidades negras" pelo Estado e pela polícia. (ARRUDA, 2020)

Nossa realidade local é muito diferente. Após 388 anos de escravização de pessoas negras – africanos e afrodescendentes –, o Brasil tem cerca de 56% de sua população autodeclarada negra (pardos e pretos). O não reconhecimento dessa relevância numa composição sociocultural e econômica consolidada, ou contribui a consolidação das estruturas racistas de nossa sociedade. O que, de certa forma, também mantém as coisas como sempre estiveram, isto é, a subalternização da população negra para acomodação privilegiada da população não-negra. Para Abdias, a sobrevivência coletiva dos negros, enquanto povo, nação, perpassa pela conscientização e



transformação plena e estrutural de todo o país, em seus níveis social, cultural, econômico e político. De modo que,

(...) a luta do negro brasileiro difere da luta de seus irmãos afro-norte-americanos. (...) nos Estados Unidos ele é uma minoria rodeada pela sociedade majoritária branca racista. No Brasil, debaixo de variadas gradações de cor epidérmica, somamos a maioria absoluta. (...) Se abandonarmos os estilos de raciocínio inerentes a cada um dos grupos dominantes, iremos verificar que o Brasil pratica na América do Sul uma política racial de conteúdo e consequência racista – discriminatória e segregacionista. (NASCIMENTO, 2019, p. 42)

Não há dúvidas sobre o histórico de lutas e resistências pela sobrevivência das pessoas negras no Brasil. Também não resta dúvidas que ao longo de nossa complexa história pessoas não-negras têm se aliado as pautas antirracistas, mas isso até então, não parece ter sido suficiente para proporcionar a verdadeira transformação social em que Abdias acreditava. Mas acontecimentos como a difusão pela Internet e a repercussão na grande mídia sobre o assassinato de João Alberto alcança, comove e move um oceano de brasileiros e brasileiras em suas formas de reivindicar por menos desigualdade social e racial, por mais respeito aos direitos humanos e pela erradicação do racismo como uma tentativa de alcançar ou manter uma democracia racial. Embora, todos esses processos sejam importantes enquanto nos compreendemos como uma sociedade em desconstrução e reconstrução, as ações refletem pouco em relação à recorrência dessa violência específica. O que me leva a questionar o termo “democracia racial”. Por que avançamos no reconhecimento, mas continuamos suspeitando a partir de estereótipos? Por que continuamos fracionando nossa população e colocando sob a égide da hegemonia branca nos espaços privilegiados? Para Sueli Carneiro,

(...) economistas vêm qualificando à magnitude dessas desigualdades a ponto de, neste momento, podermos afirmar que vivemos em um país apartado racialmente. (...) as disparidades nos Índices de Desenvolvimento Humano entre brancos e negros revelam que o segmento da população brasileira autodeclarado branco apresenta em seus indicadores socioeconômicos – renda, expectativa de vida e educação – padrões de desenvolvimento humano compatíveis com os de países como a Bélgica, enquanto que segmentos da população negra



autodeclarado negro (pretos e pardos) apresenta índice de desenvolvimento humano inferior ao de inúmeros países em desenvolvimento, como a África do Sul, que há menos de duas décadas, erradicou o regime do *apartheid*. (CARNEIRO, 2011, p.18-19).

Se há quatro séculos, após o massivo período escravocrata, o Estado brasileiro, a sociedade brasileira não foi capaz de fazer uma reparação racial honesta e ainda questiona as ínfimas políticas públicas e afirmativas que tentam, ainda que de forma comedida, algum processo de mitigação da desigualdade racial, talvez seja o caso de compreendermos que estamos, enquanto sociedade, retroalimentando uma hipocrisia racial. A falta de oportunidades, de investimento na educação, qualificação, saúde e economia das camadas sociais subalternizadas, que por sua vez são praticamente ocupadas por pessoas negras, parece representar uma expectativa social estruturada no racismo. Em contrapartida, é possível escutar, como um evangelismo econômico cultural que tenta enaltecer a meritocracia como algo possível e tangível diante de nossa realidade. Nesse sentido e contrária a ideologia do mérito, Sueli afirma que

Apesar disso, as duas ideologias – o mito da democracia racial e a perspectiva da luta de classes – têm em comum, portanto, a minimização ou o não reconhecimento e/ou a invisibilidade da intersecção de raça para as questões dos direitos humanos, da justiça social e da consolidação democrática, elementos que dificultam a erradicação das desigualdades raciais nas políticas públicas. (CARNEIRO, 2011, p.18-19)

A questão é que, de certo modo, para justificar o lugar do negro, para ignorar ou não tornar relevante as práticas racistas no seio da sociedade brasileira, a comunicação e a linguagem ascendem as pessoas negras da categoria de suspeito à categoria bandido. Segundo um levantamento que fiz em notícias de jornais diversos em páginas eletrônicas e nas falas de apresentadores e repórteres de telejornais e/ou programas de TV cujo mote é a cobertura jornalística sobre a violência cotidiana nas cidades, quando a pessoa negra sofre algum tipo de abuso, violência, sobretudo pelas fardas comandadas pelo Estado, parece que é fácil de se vender a notícia e mais fácil ainda de reproduzi-la como uma forma de justiça que foi feita, afinal quem era suspeito se



consolidou como bandido. Isso diz muito sobre a sociedade que construímos, mas também nossas instituições.

Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. (ALMEIDA, 2019, p. 22)

O suspeito só o é porque há um espaço, um território demarcado onde esse sujeito é estranho e/ou não é bem-vindo(a). A falta de representatividade dessas pessoas, assim como a falta de investimentos estruturais com o intento de transformar a desigualdade racial em nosso país, parece atender, intencionalmente ou não, às expectativas exclusivistas da classe dominante, hegemonicamente, branca. Sendo assim, resta às classes periféricas a subalternização e, conseqüentemente, as práticas discriminatórias e racistas; o que contribui à invisibilidade de um estrato social. Sueli ainda afirma que para uma transformação significativa,

A urgência de implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil decorre de um imperativo ético e moral que reconhece a indivisibilidade humana e, por conseguinte, condena toda forma de discriminação. (CARNEIRO, 2011, p.55).

Ou seja, ao não se reconhecer como uma sociedade racista e, portanto, não costurar bases sólidas desse entendimento que surta efeitos assertivos de transformação, estaremos fadados, ainda que não nos reconheçamos como racistas, a discriminar um determinado grupo de sujeitos. O racismo não contribui para o avanço de nenhuma sociedade. Ele atrasa e atrapalha o desenvolvimento, ele, seja por falta de inteligência tática, despreparo ou ódio racial nas ações policiais que ganharão destaque na mídia e aplausos descabidos, tira a vida de pessoas com sonhos e seus futuros, apenas por estarem em lugares invisibilizados onde habitam pessoas desvalorizadas e subalternizadas. Aos poucos, a cada ato violento contra a população negra justificado pela construção do bandido, edificamos ainda mais uma sociedade desigual, ignorante,



violenta e com estratos privilegiados. Portanto, alguns movimentos sociais, alguns protestos a cada corpo negro inocente ou não estendido ao chão fortalece as práticas discriminatórias, pois,

A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Assim, a discriminação pode ser direta ou indireta.

(...) o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, bantustões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos. (ALMEIDA, 2019, p. 35)

A verdadeira transformação desse Brasil racista perpassa pelo despertar da consciência sobre a importância das vidas negras e do tecido estrutural, afinal,

As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2019, p. 33)

Logo,

o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte



de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. (ALMEIDA, 2019, p. 35)

Quando a polícia mata, quando o bandido mata, quando identificamos o suspeito pelos estereótipos inventados sobre o corpo negro e suas diversas formas de expressão e sobre o não-lugar a ser ocupado e as fronteiras em que pode transitar, estamos escolhendo o caminho mais fácil para resolver um problema que criamos durante e com o fim da escravidão. Ao invés de despertarmos nossa consciência e reconhecermos que, embora tenhamos uma sociedade miscigenada, dentro dela temos uma maioria negra e que é excluída em detrimento do privilégio branco.

Por fim, mas não encerrando as reflexões, devemos sim nos comover e nos mover no sentido de cobrar mudanças concretas e definitivas de combate à desigualdade socio-racial, assim como a toda forma de discriminação racial. Ainda que comedidos, por detrás dos perfis sociais e suas hashtags, há uma importância na construção desse despertar com o que é feito nas redes sociais e nas ruas, mas não basta. Precisamos lutar incessantemente por mudanças, por políticas públicas afirmativas e de inclusão, por reformas nas polícias e nas instituições de modo a termos mais representatividade e equidade de poder entre as diversas raças e etnias que constituem a sociedade brasileira.

Palavras-chave: racismo estrutural, movimentos sociais, suspeito.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** (Feminismos Plurais). Coord. Djamila Ribeiro, Editora. Jandaíra. Edição do Kindle. São Paulo, 2019.

ARRUDA, Jéssica. **BLACK Lives Matter: entenda movimento por trás da hashtag que mobiliza atos**. [S. l.]: Universa Uol, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm>. Acesso em: 9 jun. 2021.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

BBC NEWS. **Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA.** in: G1, 27 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** Coord. Vera Lúcia Benedito. Editora Selo Negro, São Paulo, 2011

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africanista.** 3 ed., Editora Perspectiva, Rio de Janeiro, 2019



**Do empoderamento social ao direito à cidade: a teimosia política e o teatro na
Brasília recifense**

*Del empoderamiento social al derecho a la ciudad: testarudez política y teatro en
Brasília de Recife*

Raissa Gomes de Sales, UFPE¹¹³

Cristina Pereira de Araujo¹¹⁴

Resumo

A presente pesquisa teve como objeto de estudo a comunidade de Brasília Teimosa, situada em uma das áreas mais valorizadas da cidade do Recife – PE. Teve-se como objetivo principal o de entender de que forma o fazer e o experienciar teatral pôde ter contribuído para o processo de empoderamento social da população desse bairro, visto que esse foi um transcurso indispensável para o seu engajamento na luta pelo direito à cidade no período da sua “Revolução”, materializada pelo Projeto Teimosinho (1979-1989).

Palavras-chave: Direito à cidade, Empoderamento Social, Conscientização, Teatro Político, Brasília Teimosa.

Das bases teóricas

Arte. Além de sua função de fruição, ela também tem o seu caráter pedagógico, dado através do seu trabalho com a imaginação. O imaginar da arte pode ser perigoso e revolucionário pelo seu potencial contestatório, crítico, que repensa as “verdades” aceitas por toda uma sociedade e que por vezes, justificam privilégios, injustiças e desigualdades sociais promovidas pelo sistema de produção capitalista.

113 Mestra pelo PPG em Desenvolvimento Urbano – Universidade Federal de Pernambuco.
Raissag.arquitetura@gmail.com

114 Professora do PPG em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: cristina.pereira@ufpe.br



Esse sistema, por sua vez, somente se sustenta por também agir nessa esfera subjetiva, por propagar um discurso que o justifica, um *discurso único*¹¹⁵, uma *fábula* para esconder a *perversidade* da sua *violência* que também *simbólica* (SANTOS, 2007; SOUZA, 2009;2018). Sendo simbólica, ela é frequentemente imperceptível, o que faz com que indivíduos e classes sociais violentados não consigam se enxergar como oprimidos. Para o tirar dessas vendas dos olhos, é fundamental ter um pensamento crítico, o que pode ser estimulado pela arte.

Toda essa lógica perversa pode ser lida na cidade. A *luta de classes* gera uma apropriação desigual do espaço urbano (SANTOS, 2007), que se polariza e demonstra em sua matéria a *subcidadania* que caracteriza boa parte da população brasileira. Nas favelas e comunidades são onde geralmente se concentram as classes sociais as quais foi negado (silenciosamente) o direito à cidade, que não inclui somente o direito à moradia, mas que também engloba aspectos mais amplos como o direito à cidadania, à saúde, à educação, à condução de seus próprios destinos e à criação e a transformação dos lugares onde se desenvolvem as suas vidas. Cabe às classes pobres urbanas, como única solução, lutar pela conquista desse direito de ação e decisão sobre as urbes, pelo *direito à cidade* (LEFEBVRE, 1978; HARVEY, 2014).

Para que isso se ocorra, é necessário o desmonte do discurso capitalista do *mérito* pela construção de uma nova narrativa, de um *discurso alternativo* (SANTOS, 2007) baseado na criticidade. Portanto, é preciso, enquanto indivíduo, grupo social e sociedade, se *empoderar*, se *conscientizar*, ou seja: se investir de poder sobre o próprio destino e se entender como potencial agente transformador da realidade. Este não é um processo individual, mas ao contrário disso, passa por vivências e aprendizados construídos coletivamente (FREIRE, 2014). Daí é que se volta novamente para a arte. Através dela pode-se construir esse *pensamento alternativo*.

¹¹⁵ Discurso único, pensamento único, discurso alternativo, globalização perversa, revolução “dos de baixo” e fábula são conceitos de Milton Santos (2001).



Quando o empoderamento ocorre nos territórios pobres das urbes, com a luta de suas populações pelo direito à cidade, isso constitui uma *revolução urbana*, uma revolução “*dos de baixo*”. Uma dessas revoluções ocorreu em Recife, Pernambuco, em Brasília Teimosa. Localizada na zona sul da cidade, entre dois dos seus bairros mais valorizados, Pina e Boa Viagem, e em uma península central, com uma orla fluvial e marítima paisagisticamente cobiçada, a comunidade vem resistindo às diversas ameaças a sua existência ao longo de sua história.

Da Teimosa

Nos anos de 1950, a Brasília, que surge de uma colônia de pescadores, tem as suas primeiras ocupações sendo fortemente reprimidas pela polícia. Aos poucos, os barracos que eram construídos à noite e derrubados à força de dia foram permanecendo (BRASÍLIA, 2014). Inicialmente a comunidade tinha péssimas condições de habitabilidade, saneamento e infraestrutura (SILVA, 2014). Na década de 1970, o bairro passa por algumas tentativas de expulsão através da proposição, pelo poder público, de projetos de alto padrão para o seu território (ALVES, 2009).

Figura 1– Brasília Teimosa em 28/12/1979. Observar sua península situada entre o Rio e o Mar.



Fonte: Biblioteca URB (Empresa de Urbanização do Recife).

Em 1979, como resposta a essas violências e na busca de melhorias e da regularização fundiária para o bairro, a população construiu coletivamente o *Projeto Teimosinho*. Ele consistiu em uma proposta com diretrizes para a solução das problemáticas não somente urbanísticas do local, como o saneamento, o fornecimento de água e energia elétrica e o transporte público, mas também sociais e políticas, como o desemprego e a geração de renda (CONSELHO DE MORADORES DE BRASÍLIA TEIMOSA, 1979). Esse acontecimento foi, sem dúvidas, fruto de uma revolução urbana “dos de baixo” no local, feita por uma população consciente que lutou ativamente pelos seus direitos. Muitas conquistas de Brasília Teimosa vieram através do Teimosinho, que solucionou a maioria dos seus problemas de saneamento e infraestrutura, mas não o da legalização, que continua em aberto até hoje.

Figura 2 – Brasília e a precariedade da sua orla nos anos de 1980.



Fonte: acervo do Conselho de Moradores de Brasília Teimosa.

Desde 1983, o bairro vem sendo considerado uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), o que lhe deixa teoricamente salvaguardado mediante às constantes investidas do mercado imobiliário em seu território, dado que, a partir dessa classificação, a área deve atender a alguns parâmetros urbanísticos que inibem a especulação no local (BOTLER, 1994). Apesar disso, com o passar dos anos, à medida em que os seus vizinhos, os bairros de Boa Viagem e Pina, foram se valorizando e se voltando às elites, a Brasília foi sendo ainda mais pressionada (SALES, 2017).



Um ponto crucial é que, do período da concepção do Teimosinho até meados da década de 1990, o *Teatro Popular de Rua* foi uma peça chave da história do bairro. No processo de criação do Projeto Teimosinho, surgiu a necessidade de mobilização e conscientização popular. Era necessário envolver toda a comunidade dentro desse processo, fazendo com que ela participasse ativamente das decisões e das discussões que aconteciam para a elaboração das propostas do plano. Era importante que o próprio povo se apropriasse de seu destino, emitisse opinião, reivindicasse e conhecesse quem eram os “tubarões” (como eram chamados por eles) que queriam se apropriar do território da Brasília ameaçando a sua existência. Em suma, era importante que a população se *empoderasse*. Os grupos teatrais *Teimosinho*, *Mais Um* e *Mamulengo Acorda Povo* foram fundamentais nesse sentido.

Metodologia e objetivos

Esses grupos trabalharam, de forma geralmente empírica, mas proposital, a temática do direito à cidade junto à população de Brasília Teimosa. Assim, partiu-se da hipótese de que, naquele período, o empoderamento popular que permitiu o sucesso do Projeto Teimosinho teve no teatro um de seus instigadores principais. Por conseguinte, esse estudo teve como *objetivo principal* o de entender de que forma o teatro pode ter contribuído no processo de empoderamento da população de Brasília Teimosa, tendo como *recorte temporal* o intervalo entre os anos de 1979 e 1989, que vai da apresentação do Projeto Teimosinho à Prefeitura do Recife até a sua conclusão oficial. Primeiramente, buscou-se compreender os conceitos e enlaces existentes entre o direito à cidade, o Empoderamento Social e a arte, em especial, o Teatro, recorrendo-se a fontes teóricas, onde se destacam os autores Henri Lefebvre (1978), David Harvey (2008; 2014), Milton Santos (2001; 2007), Jessé Souza (2009; 2018) e Paulo Freire (2014). Posteriormente, analisou-se a história física e social da Comunidade Teimosa até o recorte temporal em que se foca nesse estudo; depois, contextualizou-se artística e historicamente o teatro praticado em Brasília Teimosa; e, por fim, também se olhou para o presente, entendendo se o fenômeno de mobilização popular daquela época perdura até os dias atuais.

Tudo isso foi feito por meio de leituras bibliográficas, da revisão de documentos e da legislação, da recuperação da iconografia do bairro e de seus arredores e das observações feitas *in loco*. Além disso, como os registros sobre a Revolução Teimosa e o teatro que ocorreu naquele período são muito escassos, recorreu-se à história oral, através de entrevistas não estruturadas com os atores artistas e sociais e espectadores daquela época e moradores de hoje. O estudo das entrevistas foi feito através de uma *análise interpretativa*, aportada no referencial teórico utilizado.

Dos Resultados

A *Revolução Urbana* da Brasília Recifense, materializada através da criação comunitária do *Projeto Teimosinho*, só foi possível pelo empoderamento atingido pela população local. Naquele momento, por meio de vivências coletivas que envolviam a prática dialética da reflexão e da ação, a *Revolução* foi encabeçada pelo Conselho de Moradores local e apoiada pela Igreja católica e a sua Teologia da Libertação.

Figura 3 – Passeata dos moradores no centro da cidade em 1983.



Fonte: acervo Conselho de Moradores de Brasília Teimosa.

No período em que ela se sucedeu, o poder era horizontalizado entre o povo, que se organizava a partir de uma série de mecanismos, como por exemplo, a instituição de comissões representativas, o estabelecimento de representantes por ruas, a organização de comícios-relâmpago, plebiscitos, assembleias, atos, protestos,



pedágios, reuniões do Conselho de Moradores, e eleições para instituir as lideranças desse último. Além disso, muitas vezes a população usava a mídia tradicional (televisão, rádio e jornal) ao seu favor, o que também é revolucionário. Ainda eram utilizadas *ferramentas de informação e mobilização social* da população. Entre essas, podem ser destacadas a mostra de audiovisuais em lugares públicos do bairro, a distribuição do Jornal Teimosinho, feito por moradores, a música e o Teatro.

Com a reconstituição da história da atuação dos três grupos de teatro que existiram em Brasília Teimosa naquela época, *o Teimosinho, o Mais Um e o Acorda Povo, inferiu-se que o teatro não foi somente um apêndice da Revolução, mas que ele exerceu um papel central na conscientização dos moradores locais, tanto daqueles que faziam os espetáculos quanto dos que os experienciavam.*

Essa importância se deu por diversos fatores. O povo e a sua realidade foram colocados como protagonistas das narrativas contadas, o que permitiu que as pessoas se identificassem com elas, percebendo criticamente o seu mundo. Além das questões intrabairro, como as dificuldades com o provimento da água, da moradia e do transporte público, e a necessidade da legalização, abordava-se também temas mais abrangentes, como a questão da massificação das mídias e da marginalização social.

A partir de uma linguagem acessível e bem-humorada e de uma caracterização que fazia referência à população teimosa e aos atores sociais que com ela conflitavam, como a prefeitura e os “tubarões”, as mensagens da necessidade do empoderamento e do engajamento na luta do bairro eram passadas, sempre tendo as músicas como aliadas da ação cênica.

Um aspecto fundamental era o formato dialógico dos espetáculos. As pessoas, geralmente em disposição de arena, eram convidadas a participar da cena, opinando, falando ou atuando, se tornando *espect-atoras*¹¹⁶. Isso foi um fator que gerou muitos

¹¹⁶ Termo de BOAL (2007;2008).

debates e auxiliou imensamente na elaboração do Projeto Teimosinho, já que os técnicos que nele trabalhavam frequentemente acompanhavam as apresentações.

Figura 4 – Teatro Teimosinho. De terno e gravata, “os barões”. Na placa lê-se: “imobiliária”.



Fonte: LEMBRANÇAS DE BRASÍLIA TEIMOSA III, 201-.

Figura 5 – Espetáculo “Roda Roda Curumim” sendo apresentado na rua em 1987.



Fonte: acervo pessoal Claudinei Leite.

A criticidade das narrativas das peças também instigou a população a desconfiar do discurso hegemônico, desmistificando o pensamento meritocrático e estimulando a criação de um discurso alternativo. A população, assim, tinha a oportunidade de se ver, dentro de um contexto de luta de classes urbana. A união dos grupos de teatro à atuação



do Conselho de Moradores, e o fato de o teatro popular de Brasília Teimosa ter sido feito pela própria comunidade e na rua, tornaram a atuação dos grupos mais abrangente e efetiva.

Porém, sabe-se que tanto a luta pelo direito à cidade quanto o exercício da conscientização devem ser feitos de forma permanente para que continuem sendo uma realidade. Isso não aconteceu em Brasília Teimosa, e a partir dos anos de 1990, a Revolução sofreu a sua “queda”. Dentre os fatores que contribuíram para que isso ocorresse, tem-se o progressivo enviesamento e cooptação política das lideranças locais, o conseqüente enfraquecimento do Conselho e a verticalização e centralização do poder na figura do presidente dessa instituição.

Para que a Brasília Teimosa continue existindo, é necessária a retomada do processo de empoderamento daquela população. A maneira como tudo isso pode ocorrer ainda não parece estar clara, podendo, inclusive, ser alvo de novos estudos e de debates como os que irão ocorrer no âmbito deste evento. No entanto, sem dúvidas, a arte pode, mais uma vez, dar a sua contribuição nesse processo, libertando corpos os espíritos e fazendo com que o povo encare criticamente o seu mundo.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Janice Marie Smrekar. **"Só deixo de lutar quando morrer"**: povo, terra e saber na luta urbana. 1986. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

ALVES, Paulo Reynaldo Maia. **Valores do Recife**: o valor do solo na evolução da cidade. Recife: Luci Artes Gráficas, 2009. 266 p.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



____. **A Estética do Oprimido:** reflexões errantes sobre o pensamento do ponto de vista estético e não científico. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 295 p.

BOTLER, Milton. **O Universo Além das Muralhas:** Morfologia Urbana e Padrões de Regularização Urbanística em Assentamentos Espontâneos: um Estudo Comparativo entre os Assentamentos do Entra Apulso e Brasília Teimosa. Recife: UFPE, 1994. 137p.

BRASÍLIA Teimosa. Recife: Rede Brasil Oficial, 2014a. (20 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qffNSGtV-ww&t=314s>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

CONSELHO DE MORADORES DE BRASÍLIA TEIMOSA. **Projeto Teimosinho:** Brasília Teimosa. Recife: 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HARVEY, David. A Geografia disso Tudo. In: HARVEY, David. **Neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. Cap. 4. p. 117-150.

____. **Cidades Rebeldes:** do Direito à Cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade.** 5.Ed. São Paulo: Centauro, 1978.

LEMBRANÇAS de Brasília Teimosa III. Recife: Edmilson Araújo da Silva, 20--. (14 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MtBIA9xcoKk>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

SALES, Raissa Gomes de. **Paisagem Teimosa:** a construção social da Brasília recifense e a (r)existência do seu amanhã. 2017. 378 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007. 176p.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. **Subcidadania Brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018. 288 p.



Entre a Autogestão Territorial e a Assessoria Técnica: como as lutas populares contribuem para a produção de um espaço urbano diferencial.

La Autogestión Territorial y La Asistencia Técnica: Contribuciones de las luchas populares a la producción de un espacio urbano diferencial.

Jhonatan Melo Cardozo¹¹⁷

A lógica ordenadora, impositiva e tecnocrática dos processos formais de projeção para a construção civil e planejamento urbano muitas vezes reforçam antigos mecanismos colonizadores e se mostram incompatíveis com as dinâmicas culturais, vivências subjetivas, organizações espaciais, sociais e políticas dos territórios de resistência urbana autoconstruídos e autogestionários.

Neste texto não me atendo a um território ou experiência específica, mas me lanço a refletir sobre a minha própria experiência enquanto assessor técnico e algumas inquietações se apresentam como provocações iniciais para esta investigação, ainda em processo: de que forma a assessorias/assistências técnicas em arquitetura e urbanismo se articulam aos coletivos populares na luta pelo direito à cidade? Como experiências em escala local podem evidenciar processos e metodologias projetuais que redirecionem as bases do planejamento urbano na escala da cidade? Essas práticas seriam capazes de transformar os espaços regulados por agentes e lógicas institucionais? Temos caminhado em direção a uma prática de assessoria/assistência técnica que se propõe uma perspectiva decolonial?

Na história da luta popular pelo direito à moradia e à vida plena nas cidades, reivindica-se um espaço urbano que rompa a “homogeneização patogênica comandada pela

¹¹⁷ Arquiteto e Urbanista, Assessor Técnico Autônomo.



lógica capitalista” e religue o que, segundo Lefebvre (2000, p. 64), o *Espaço Abstrato*¹¹⁸ separa: “as funções, os elementos e momentos da prática social”, que seja o *desvio* ao *Espaço* [urbano] *Diferencial*, onde nasçam novas relações sociais, que considerem a experiência a partir dos usos dos espaços e suas qualidades múltiplas, incorporando uma dimensão *política* em *teoria* e *prática*. Apesar dos instrumentos já conquistados com o objetivo de aprimorar o processo de planejamento urbano rumo à democratização das cidades – a exemplo do Estatuto da Cidade (2001) –, Denise Morado Nascimento aponta que “há um dissenso entre como o Estado governa a cidade e o que os cidadãos querem da cidade” (2016, p.147).

No contexto da luta urbana popular pelo direito à moradia e à cidade, comunidades autoconstruídas e autogestionárias (ocupações urbanas ou rururbanas, assentamentos, etc) se posicionam como resistências produtivas aos processos históricos de coerção e exclusão social e constituem experimentações políticas e espaciais em torno da autoprodução do comum. Ainda que, por vezes, tragam consigo as contradições inerentes ao funcionamento da cidade capitalista, sugerem uma lógica de resistência que pode ser entendida por John Holloway como uma *fissura ao capitalismo*, onde “a solidariedade social [...] gera formas de viver e organizar que funcionam contra a lógica do capital” (2013, p. 26).

Essas ocupações estariam inseridas no contexto que Milton Santos¹¹⁹ denomina como “circuito inferior”, onde imperava a informalidade, a ilegalidade, produções de baixa qualidade e o emprego de tecnologias tradicionais. Desse modo, estes países eram marcados, segundo Santos, “por enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem, ao nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis

¹¹⁸ Para Lefebvre (2000), a cidade capitalista compõe um espaço abstrato: formal e quantificado, homogêneo, fragmentado e hierarquizado, intimamente ligado à reprodução da força de trabalho e das relações sociais de produção.

¹¹⁹ Para Milton Santos (2003, p. 37-38), haviam dois circuitos nos países subdesenvolvidos: o circuito superior, voltado para as classes de renda média e alta, que caracterizava-se pelo emprego de tecnologias modernas e produção de bens de alta qualidade (urbanização da cidade formal) e o inferior.



diferentes” (2003: 21). Para Botelho (2007: 60), o circuito inferior compreendia um setor de construção de moradia geridos pelos próprios moradores em loteamentos clandestinos ou áreas de ocupação e é nesse contexto que as Ocupações Urbanas surgem: os moradores constroem e gerem suas casas em áreas da cidade pouco (ou nada) urbanizadas. Ermínia Maricato (2009: 36) afirma que a produção informal se amplia, já que o mercado se restringe às camadas de mais alta renda e o investimento público no Brasil é escasso, afinal “todos moram em algum lugar” (MARICATO, 2009: 36).

Tais realidades construtivas pulsantes e insurgentes se contrapõem ao processo de conformação urbana pautado apenas no desenho regulatório que, por muitas vezes, não considera os saberes e as experiências subjetivas envolvidas na produção e reprodução da vida nas cidades. Karl Marx vincula essa experiência humana ao posicionamento político, onde apenas a liberdade pode transformar a sociedade em uma comunidade em que os homens possam realizar seus objetivos mais elevados, “uma pólis democrática” (MARX 1992, p. 201).

O processo de democratização das cidades demanda, antes, que se democratize o processo do pensamento arquitetônico e urbanístico (KAPP, 2012). Há de se reconhecer a necessidade de interligação e complementação dos saberes para que se construa uma cidade plural, humana e realmente democrática, onde os trabalhadores se vejam como sujeitos sociais autônomos: sujeitos de conhecimento e não como parte do capital (GUERREIRO, 2017).

Para além de uma ação participativa, lutar pelo Direito à Cidade implica, necessariamente, em defender o direito dos diversos sujeitos urbanos existirem plenamente e de se reproduzirem conforme suas identidades. Como agentes estratégicos na luta pela transformação e democratização das cidades, é necessário o posicionamento contra o controle hegemônico que reprimiu (e reprime) das populações colonizadas “suas formas de produção de conhecimento, de sentidos, seu universo simbólico, padrões e expressão e subjetividade” (QUIJANO, 2005, p. 121).



Através da articulação entre comunidades autogestionárias e coletivos técnicos populares, as dinâmicas de autoconstrução dos espaços insurgentes revelam táticas de autogestão que fortalecem a luta pela emancipação. Essas táticas podem se estruturar como ferramentas de gestão que fundamentarão as dinâmicas espaciais específicas a cada contexto urbano, com potencial para transformar o espaço através das subjetividades. Em concordância com David Harvey, Isadora Guerreiro afirma que essas dinâmicas são potentes exercícios de um “poder coletivo” para dar forma a um novo processo de urbanização (GUERREIRO, p. 181).

Essas experiências apontam, então, para uma nova perspectiva de ação política na produção das cidades: a formação da classe trabalhadora por meio do seu engajamento organizado. Através da combinação dialética entre *ação* e *reflexão (práxis)*, há um enfrentamento direto para a abertura e proteção do espaço de ação e produção cotidiana deste mesmo espaço, simultaneamente.

As realidades de autoconstrução e autogestão territorial evidenciam a necessidade de pleitearmos, como *arquitet@s* e urbanistas dentro de um corpo multidisciplinar que se debruça sobre as questões urbanas e atua em seus mais diversos campos, a garantia constitucional do acesso das classes populares aos serviços técnicos. Proporcionalmente, essas realidades trazem à tona a demanda latente de repensarmos o processo de concepção arquitetônica e planejamento urbanístico, já que é justamente da dinâmica repressiva e autoritária da cidade capitalista que se busca emancipar (VELLOSO *et al*, p.5). Para Isadora Guerreiro (2017), o desenho é um instrumento ideológico ao definir o uso e a produção do espaço do ponto de vista de determinada classe social, que o reivindica como universal e, dessa forma, não há proximidade com a formação emancipatória.

A lógica projetual convencional encara a conformação do espaço através do desenho, não pela sua experiência. Henri Lefebvre (2001) afirma que “os arquitetos parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações” elaboradas “não a partir das significações percebidas e vividas por aqueles que habitam, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado”. De acordo com Baltazar dos Santos (2009), a lógica do



uso do espaço se dá por eventos, numa dinâmica que não cabe em nenhum projeto; os espaços vão sendo construídos à medida em que são ocupados.

As propostas de ampla participação entre os diversos agentes vêm sido encaradas como formas de abertura e democratização do processo de planejamento nas ocupações urbanas (especialmente), mas, segundo as reflexões de Soares (2012), esses processos “continuam a ser manipuláveis se conduzidos de acordo com a hierarquia do conhecimento codificado sobre o conhecimento prático e o senso comum”. Retomando as reflexões de Michael Albert (2000) e Abraham Guillén (1990), faz parte do processo de autogestão [e, nesse contexto, da autoconstrução] a buscar por estratégias de aproximação da comunidade aos saberes especializados, de forma a exaltar o exercício da autonomia sobre as decisões dos moradores – que também possuem argumentos técnicos (mesmo que não academicizados) para a solução dos problemas construtivos locais. Parte-se do pressuposto de que a democratização do processo de concepção e construção das ocupações urbanas deve, necessariamente, contemplar todos os saberes responsáveis por este processo, assumindo a multiplicidade de conhecimentos para levar a prática construtiva a uma relação inversa à hegemônica presente nos projetos arquitetônicos e planos urbanísticos.

A autoconstrução integra o panorama das grandes cidades: em favelas, loteamentos ilegais, ocupações urbanas, etc. (SOARES, 2012). Tendo sido problematizado em falas anteriores, o assunto abordado nesse item não se baseia na experiência dos programas habitacionais brasileiros para a autogestão da moradia e, sim, no que Ermínia Maricato (1982) chama de “mutirão, autoajuda ou ajuda mútua”, que não conta com recursos técnicos formais especializados do planejamento urbano e do projeto arquitetônico. É “a prática estruturada em saberes e experiências populares como forma de subsistência para a construção da moradia e da cidade” (SOARES, 2012). Raquel Rolnik (2011) defende a ideia de que a habitação extrapola a casa, o “objeto físico de quatro paredes”, tendo relação com o espaço coletivo da rua, dos espaços de convívio, dos espaços de reuniões, eventos, etc., que também são construídos de forma autônoma.

É fundamental, então, reconhecer as vivências e respostas que grupos envolvidos na luta popular vêm apresentando em defesa da emancipação dos sujeitos coletivos nas



ocupações e comunidades autogestionárias e como essas experiências podem mudar o entendimento sobre o planejamento das cidades, para que se tornem Espaços Urbanos Diferenciais, ambientes que “favoreçam a escuta e a emergência da inteligência coletiva” (GORDILHO-SOUZA, 2018, p. 12).

Entendendo que a cidade não é fruto de um consenso e que, assim como a sociedade, se conforma a partir do conflito e da cooperação, é importante identificar novas formas de organização urbana para o avanço da pauta do direito à cidade. Sem romantizar a precariedade, reconhecendo as estratégias populares potentes e sofisticadas, mesmo que sejam produto de um contexto precário, fruto da conformação hegemônica das cidades capitalistas.

A nossa luta também esbarra no questionamento acerca do ideal da “casa própria do trabalhador”, fortemente difundido através história. A conquista “casa própria” é veementemente defendida como forma de proteção ao patrimônio individual conquistado em detrimento, muitas vezes, do bem comum. A legislação dos programas de habitação social isenta-se da discussão sobre o conceito de propriedade coletiva e de “autogestão urbana”, que, de acordo com Martha Scheingart (1990), é a “cogestão exercida por organizações populares e instituições públicas com autonomia dos primeiros [...] na definição de novos critérios de distribuição e regulação dos recursos públicos”.

Sendo assim, a discussão deve abarcar o conceito de propriedade coletiva da terra que, para Lago, é uma barreira à especulação fundiária e ainda não faz parte da agenda de negociações do Estado. Lago (2012, pág. 11) coloca em xeque o padrão de habitação popular moralmente aceito no Brasil, bem como a própria noção de “habitação” e afirma que os movimentos sociais reivindicam “um conjunto de práticas cotidianas que vão além dos atos elementares da produção da vida e não se restringem à vida privada”.

Inspirado por Paulo Freire, este trabalho não é a resposta para nenhuma das questões apresentadas inicialmente, mas se pretende abertamente à crítica “à malvadez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa inflexível ao sonho e à utopia” (2020, p. 16).



Palavras Chave: Assessoria Técnica, Assistência Técnica, Direito à Cidade, Ocupações Autogestionárias.

Referências

ALBERT, M. (2000). **Buscando a autogestão**, em Autogestão Hoje: Teorias e Práticas Contemporâneas. São Paulo, Faísca Publicações Libertárias.

BALTAZAR DOS SANTOS, A.P. (2009). **Cyberarchitecture: the virtualisation os architecture beyond representation towards interactivity**. Unpublished PhD thesis, London: The Bartlett School Of Architecture.

BOTELHO, A. (2007). **O Urbano em Fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapesp.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2020.

Geraldi, C.; Fiorentini, D.; Pereira, E. M. A. (Orgs.). **Cartografias do trabalho docente**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

GORDILHO-SOUZA, A. M.; EMILIANO, E.; ROCHA, H. F. M. **PROCESSO E PRODUTO NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA RESIDÊNCIA AU+E/UFBA**. In: III URBFAVELAS - Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2018, Salvador. III URBFAVELAS - Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas. Salvador: UCSAL, 2018. p. 78-79.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. **Arquitetura e Autogestão: (con)formação, form(ação) e (trans)formação**. Revista Contraste 5, pp. 174-181, 2017.



GÜNTHER, H. 2006. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão?** Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, 22(2):201-210. 2006.

HOLLOWAY, J. **Fissurar o Capitalismo**. São Paulo, Publisher Brasil. 2013.

KAPP, S. **Direito ao Espaço Cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 463-483, jul/dez 2012.

LAGO, L. C. (2012). **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições** - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. (2001). **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro.

_____. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000 [1974].

MARX, Karl. **Letters from the Franco-German yearbooks**, in *Karl Marx: Early writings*. Traduzido por Rodney Livingstone. Londres, Penguin Books. 1992 (1843).

MARICATO, Ermínia. (2009). **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação**. In: Cadernos Metrópole. Rio de Janeiro, n.21, 1.sem. (1982): **Autoconstrução, a arquitetura possível**. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial (71-94). 2. ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega.

NASCIMENTO, Denise Morado. **As Políticas Habitacionais e as Ocupações Urbanas: dissenso na cidade**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 145-164, abr 2016.



PEREIRA, E. M. A. **Professor como pesquisador: o enfoque da pesquisa-ação na prática docente.** In: Geraldi, C.; Fiorentini, D.; Pereira, E. M. A. (Orgs.). *Cartografias do trabalho docente*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 153-182.

QUIJANO, Anibal. **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas.** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

ROLNIK, R. (1999). **Para além da lei: legislação urbanística e cidadania**, in SOUZA, Maria Adélia A. (et. Outros, Orgs). *Metrópoles e Globalização*, São Paulo: CEDeSP. (2011): **Moradia é mais do que um objeto físico de quatro paredes**. *Emetropolis*, Rio de Janeiro, n 5, ano 2, junho 2011. Disponível em: <<http://www.emetropolis.net/pt/edicoes-anteriores>>. Acesso em: 20 outubro, 2015.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** 2.ed. São Paulo: EDUSP. 2003.

SOARES, A. **Processos Compartilhados de Produção do Espaço Urbano: a mediação da informação na arquitetura.** Dissertação de Mestrado. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.2012.

VELLOSO, Rita de Cássia Lucena *et al.* **Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte.** *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.* (Online), Recife, V.19, N.2, P.251-266, Maio-Ago. 2017.



Intervenções temporárias e movimentos sociais na cidade de Natal-RN

Intervenciones temporales y movimientos sociales en la ciudad de Natal-RN

Manuela Cristina R. De Carvalho, UFMG¹²⁰

Ruth Maria da Costa Ataíde, UFRN¹²¹

Sob o domínio do capital, a vida pública passa a percorrer os caminhos do privado, onde o convívio se estreita nos shoppings e condomínios fechados e os laços de proximidade são imersos nas redes sociais. Esse contexto, acaba por se intensificar a medida que o neoliberalismo, sob a união do Estado-capital, transforma a interação do governo com os espaços sociais e atores urbanos em puras trocas comerciais. Para Suely Rolnik (2006), a proposta de intervenção neoliberal remodela o comportamento dos grupos, impõe novas subjetividades, que passam a incorporar discursos e regras desse sistema dentro dos coletivos. Assim, a coletividade passa também a ser domesticada (ROLNIK, 2006, p.10).

Nesse mesmo sentido, Dardot e Laval (2016) definem que o neoliberalismo orienta governos, empresas e milhões de pessoas, de forma inconsciente. Potencializadas pelos avanços tecnológicos do Estado moderno e o enfraquecimento do poder público, as práticas neoliberais concentram-se em uma nova razão contemporânea fundamentada em uma racionalidade, onde os Estados passam a ser intervencionistas, deixando de atuar na proteção social e conduzindo territórios e pessoas às necessidades diretas do capital (DARDOT e LAVAL, 2016).

¹²⁰ Manuela Carvalho é Arquiteta e Mestre pela UFRN, atualmente é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG) e colaboradora no grupo de pesquisa Indisciplinar.

¹²¹ Ruth Ataíde é arquiteta e mestre em Ciências Sociais pela UFRN; mestre e doutora em Pensamiento Geografico y Organización del Territorio pela Universidade de Barcelona. É professora titular do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (graduação e pós graduação), membro do grupo de pesquisa EcoHabitat, pesquisadora na Rede INCT/Observatório das Metrôpoles - Núcleo Natal e atualmente coordena o projeto de extensão Fórum Direito à Cidade.



Diante do empobrecimento do espaço urbano, da perda de autonomia dos grupos sociais, e até mesmo do distanciamento do planejador/urbanista junto ao Estado, deixando a cargo dos editais de fomento, de empresas privadas e seus projetos sociais de “acolhimento”, nota-se a total institucionalização dos movimentos sociais urbanos. A liberdade lúdica desses dessas práticas – como os movimentos de bairro, as ocupações, as intervenções temporárias, os coletivos artísticos e culturais – se submetem muitas vezes ao infrapoder do Estado, à alienação e táticas de poder que cooptam suas principais potências.

Para Maria da Glória Gohn (2014a) a interação do Estado com os movimentos sociais se faz mediante a retirada da “ação” por meio de regras e espaços demarcados, onde a possibilidade de emancipação se confina nas resistências. “O sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados” (GOHN, 2014a, p.65). Mas, cabe-nos aqui refletir sobre possibilidades emancipatórias, as resistências, refletidas nas autonomias dissidentes localizadas nas margens da cidade e espacializadas no público manifestadas muitas vezes a partir da arte, da cultura e da soberania popular, como é o caso das ações do coletivo Viramundo Potiguar¹²² localizado na comunidade do Passo da Pátria em Natal-RN (figura 01).

Tais ações, realizadas muitas vezes por movimentos sociais e coletivos urbanos, são traduzidas aqui como intervenções temporárias. Do ponto de vista espacial, são tidas como efêmeras, se considerarmos que nem sempre deixam vestígios no espaço, e ainda por não se configurarem como realizações sazonais. São normalmente movidas por múltiplos atores e acontecem por meio de ocupações espontâneas, como as apropriação em praças, canteiros, calçadas e até mesmo em espaços privados livres ou edificados (edifícios abandonados), transformando-os durante um intervalo de tempo com a realização de atividades culturais e/ou artísticas.

¹²² O Coletivo Viramundo Potiguar surgiu em 2017 por iniciativa de jovens integrantes da Banda Viramundo e hoje realizam diversas ações relacionadas à música, à arte e à educação para crianças e jovens. Estão localizados em uma das comunidades mais violentas e estigmatizadas da cidade de Natal, o Passo da Pátria. Considerada uma Área Especial de Interesse Social (AEIS) pelo Plano Diretor de Natal (2007), o Passo se configura como uma área de fragilidade social, econômica e ambiental localizada entre os bairros de Cidade Alta e Alecrim. A comunidade se delimita entre a Pedra do Rosário, Avenida do Contorno, Base Naval de Natal e Rio Potengi, dando-lhe uma visão privilegiada da cidade (SEMURB, 2009).

Figura 01: Ação realizada com crianças na comunidade do Passo da Pátria junto ao Coletivo Viramundo Potiguar em 05 de maio de 2019.



Fonte: Facebook do Coletivo Viramundo Potiguar.

Faranak Miraftab (2016) considera essas novas apropriações como táticas de insurgências urbanas e as reconhece como instâncias do fazer a cidade, do planejamento próprio para um futuro que corporifica as cidades. Para ela, o planejamento insurgente, resistente, desafia as normas do Estado democrático liberal e do aparato de mercado reconhecendo os cidadãos e o poder que eles têm de romper e criar algo novo. “Elas desestabilizam relações de dominação e são especificamente anticapitalistas. [...] São imaginativas. Elas recuperam o idealismo por uma sociedade justa” (MIRAFTAB, 2016, p. 370).

Para Marcelo Lopes de Souza (2006) essas ações se configuram como práticas espaciais emancipatórias, dotadas de um contra-poder, as quais exercidas no espaço pública podem construir um poder popular e uma ação de resistência. Partindo da ideia de “autonomia” estabelecida por Castoriadis, essas intervenções espacializadas e articuladas a partir de uma “práxis” podem reinventar e projetar novas formações sociais, sobretudo a partir do direito à cidade. Partindo de Henri Lefebvre (1968), é apenas no vivido, no cotidiano e na prática espacial onde se transborda a vida e a



coletividade; e tal prática só pode ser estabelecida por grupos, classes e fracções sociais capazes de iniciativas revolucionárias (LEFEBVRE, 1968, p.113).

A partir desta breve contextualização, este resumo busca apresentar uma síntese de uma pesquisa de mestrado intitulada “Estratégias de reapropriação cotidiana na cidade de Natal/RN por Intervenções temporárias¹²³”, defendida em 2020 e que teve como objetivo geral compreender, a partir da cartografia de quinze intervenções temporárias na cidade de Natal¹²⁴, o impacto dessas ações como práticas de resistência e uma possível transformação – a partir da práxis – e da efetivação do direito à cidade.

O trabalho desenvolveu-se por meio de uma reflexão teórica baseada no contexto socioespacial das cidades contemporâneas e na sua relação com o surgimento dessas intervenções temporárias no espaço público das grandes cidades; de uma classificação dos espaços que são objeto dessas ações na cidade de Natal; de uma discussão sobre a relação entre os tipos de intervenções temporárias e os grupos envolvidos; e a elaboração de uma cartografia geral desses movimentos, de maneira colaborativa junto aos seus principais atores.

Ao todo, foram cartografadas quinze intervenções temporárias, localizadas nas quatro Regiões da cidade de Natal-RN, agrupadas quanto a (1) tipo de espaço livre ocupado; (2) tipo de ocupação; (3) ao histórico de ocupação; (4) temporalidade e (5) tipo de espacialização. Tais ações se enquadram, tanto como ações espontâneas, como organizadas por grupos ativistas e coletivos urbanos, que promovem o uso da cidade de forma efêmera, podendo ou não ter o patrocínio de empresas privadas ou de editais de incentivo à cultura promovidos pelo Estado. Com relação ao histórico de ocupação, optou-se por dar ênfase apenas às intervenções espontâneas contemporâneas, onde muitas dessas surgiram a partir de 2008 (crise mundial do capitalismo) e são movidas

¹²³ Dissertação defendida pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN – PPGAU, em agosto de 2020, sob a orientação da professora Ruth Maria da Costa Ataíde. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30699>.

¹²⁴ O município de Natal está localizado na zona costeira brasileira do Rio Grande do Norte e envolve uma área de aproximadamente de 168,53km². Posicionada como polo da Região Metropolitana de Natal (RMNatal), tem como limites os municípios de Extremoz, ao norte; Parnamirim, ao sul; São Gonçalo do Amarante à leste e Macaíba à oeste; e tem sua divisão administrativa organizada em quatro regiões e 36 bairros.



pautas comuns (racismo, gênero, questões identitárias, luta pelo espaço público, patrimônio), além de questões políticas, como a própria produção neoliberal da cidade.

As entrevistas e cartografia permitiram realizar uma síntese das ações, colocando em evidência as suas diferenciações que mais se expressam de modo a distingui-las em cinco grupos distintos: (1) intervenções coletivas e sociais que não obtêm apoio ou patrocínio; (2) ações educativas promovidas com o apoio de instituições de ensino ou projetos de extensão; (3) ações casuais que ocorrem sem organização, cronograma ou apoio; (4) ações movidas pela música; e (5) ações inseridos em um cenário cultural financiado e amparado no capital criativo.

As intervenções sociais tem sua atuação voltada a comunidades vulneráveis, localizadas nas regiões Norte e Oeste da cidade e são representadas pelos duelos de MCs e pelo grafite. As educativas se organizam a partir de iniciativas acadêmicas (escolas, universidades e institutos) promovendo a integração entre ensino e o espaço público. O terceiro grupo é formado pelas ações casuais que não possuem cronograma fixo e patrocínios, mas se organizam a partir de uma intencionalidade dos seus atores, como por exemplo o uso de praças por skatistas. As ações musicais destacam-se pela apropriação das ruas a partir de shows, discotecagem, música ao vivo, como ocorre no Beco da Lama. Na quinta categoria se encontram as manifestações de maior destaque na cidade, incluídas em projetos culturais financiados e executados com capital criativo, como é o caso do Movimento Eco Praça (figura 02).

Como um dos resultados, obteve-se um modelo de análise baseado no mapeamento (especialização) das ações na cidade, na catalogação das intervenções (quanto à forma, ao uso e à ocupação do espaço, temporalidade, localização) e no aprofundamento das relações e resistências por meio do contato direto com os seus agentes realizadores. Observou-se que o recorte analisado tem como principais características o fato de se utilizarem de espaços livres públicos (ruas, praças, becos, orla marítima e parque) distribuídos nas quatro regiões administrativas da cidade, em sua maioria, organizadas de forma sazonal por coletivos e movimentos sociais, marcados principalmente por ativistas, estudantes e artistas locais, sempre observando

um cronograma fixo de atividades e, em sua maioria, com apoio financeiro popular e editais de cultura do Estado.

Figura 02: Ação realizada pelo Movimento Eco Praça em 2019 no bairro da Ribeira, em Natal-RN.



Fonte: Facebook do Movimento Eco Praça.

Destaca-se aqui que a cartografia facilitou a compreensão da autonomia dos atores enquanto sujeitos atuantes dentro dos movimentos no espaço ocupado, proporcionando uma visão mais ampla das suas narrativas e dos lugares criados. Além disso, a abordagem utilizada proporcionou uma materialização mais lúdica e artística das formas de percepção desses atores na cidade, onde, a partir da observação, do mapeamento, da catalogação e da cartografia, tivemos como resultado uma cartografia social que reúne todas as ações materializadas, não só visualmente, mas também suas narrativas pessoais, rupturas, marcos temporais e formas resistentes.

Por fim, esta experiência também torna-se importante por trazer ao debate intervenções marcadas por movimentos sociais recentes, mais precisamente contextualizados de 2008 (pós crise do capitalismo) até a atualidade. Tais manifestações são demonstrada por Maria da Glória Gohn (2014b) como “novíssimos movimentos sociais” e são, por



assim dizer, novas formas de resistências comunais, com foco em pautas mais indenitárias e locais, movidos por redes e nas ruas, e principalmente, organizados a partir de uma participação ativista.

Busca-se agora, a partir dos desdobramentos desse trabalho e do seu prosseguimento a partir de uma tese em andamento, estabelecer novas relações a partir de inquietações sempre constantes. Permite-se pensar, a partir do já cartografado, os principais marcos históricos em que emergem essas ações, observar as rupturas existentes a partir dos seus principais atores humanos e não humanos e abrir perspectivas que vão além das suas espacialidades e das suas pautas, objetivando um real impacto sobretudo diante do cenário político- social atual.

Palavras-chave: Intervenções temporárias; Movimentos sociais; Cartografia; Natal; Rio Grande do Norte.

Referências

CARVALHO, Manuela C. R. de. **Estratégias de reapropriação cotidiana na cidade de Natal/RN por intervenções temporárias**. 2020. 334f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982. 418 p. (p.89 a 138/ pg. 139 a 200).

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, Boitempo, 2016.

GOHN, Maria da G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014a.

GOHN, Maria da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014b.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. [1968]. 141 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Together with the state, despite the state, against the state. Social movements as 'critical urban planning' agents**. IN: City. V. 10, N. 03, December 2006. p.327-342.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

ROLNIK, Suely. **Geopolítica da cafetinagem**. 2006. Disponível em: <http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/04/direitoshumanos.pdf#page=103>. Acesso em 20 de maio de 2021.



“(IN) tranquilidade pública”: Ignaras, vadios, inúteis no limite e o início das Revoltas Sociais no RN

“(IN) tranquilidad pública”: Ignorantes, vagabundos, inútiles al límite y comienzo de Revueltas Sociales en RN

Adriana Carla de Azevedo Borba, UFPE¹²⁵

Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo apreender a percepção que a elite político-administrativa, em especial os Presidentes da província do RN, tinha sobre a cidade potiguar no século XIX. Entrelaçando aspectos político-administrativos, socioeconômicos, e físico-espaciais, o estudo desta percepção envolve dois momentos, que se articulam: um momento de apreensão da cidade, como a elite percebe, descreve e critica a cidade; e um segundo momento, de intervenção na cidade, no qual a elite expõe sua visão e projetos para a cidade e para o território. De natureza qualitativa e histórica, a investigação se fundamentou metodologicamente em pesquisas bibliográfica e documental. Por trabalhar essencialmente com descrições, comparações e interpretações, foi necessário fazer uso de instrumentais como a análise do discurso, para apreender, tanto quanto possível, o que estava por trás das palavras dessa elite. As fontes primárias são os documentos oficiais produzidos pelos Presidentes de Província, assim como outras fontes produzidas por técnicos de alto escalão, e outros membros da classe política, todos compondo a chamada elite político-administrativa. As fontes secundárias foram livros, publicações, teses e dissertações. Dentre as esferas de percepção da cidade pela elite, é a ótica socioeconômica a principal contribuição deste manuscrito para o eixo temático “Manifestações coletivas e movimentos sociais”; no decorrer do século XIX, a população potiguar, por diversas situações, deixa de lado uma postura mais passiva e assume certo nível de protagonismo conforme o contexto.

¹²⁵ Doutora em Arquitetura e Urbanismo; professora do DAU-UFPE



Palavras-chave: Século XIX; Presidente de Província; elite político-administrativa; cidade potiguar.

Aumento da criminalidade

Se na primeira metade do século XIX, os Relatórios de Presidente de Província tranquilizavam o governo central com a calma do RN, a ausência de rebeliões e a existência pontual de criminalidade, a partir deste período (1846 a 1889) o quadro se modifica. As secas, as crises econômicas, as enchentes, o aumento e a redistribuição populacional na província, a falta de gêneros alimentícios, a miséria, as epidemias, enfim, uma série de fatores tornou o RN uma “área em ebulição”, na qual a população vivia no limite de suas forças, de sua resistência. Nesta conjuntura de dificuldades, encontramos os Presidentes de Província, praticamente em todo este período, relatando distúrbios sociais, levantes da população, surtos de crimes, princípios do banditismo.

Os registros têm início em 1851, quando o Presidente José Joaquim da Cunha relata sobre malfeitores atuando em Maioridade; justifica-o pela proximidade com Paraíba e Ceará, cujos criminosos “infestam a taes Provincias, [além das] grandes distancias de suas capitaes, e por consequencia fora do alcance de providencias rápidas”. Já em 1853, o Presidente Antonio Bernardo de Passos aponta para grupos de “faccinorosos” atuando em Timbauhas, e a consequência foi dois soldados gravemente feridos.

Em 1855, o Presidente Antonio Bernardo de Passos retrata uma perturbação em Tamantaduba, quando criminosos adentraram armados à missa “Ameaçaram às pessoas distintas, que se achavam presentes; pronunciaram-se em geral contra os Senhores de engenhos, porem felizmente nenhum outro attentado commetteram [...]”. Em 1859, o Presidente Antonio M. N. Gonçalves denuncia um arrombamento na cadeia de Natal, e a fuga de 9 presos. Ainda neste ano ocorreu o assassinato do delegado de Pau dos Ferros, segundo o Presidente João José de Oliveira Junqueira (1860).

Atentados e badernas prosseguem: em 1861, o Presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior forneceu mais detalhes sobre o assassinato do delegado e do juiz municipal de Pau dos Ferros e de 4 soldados feridos. Em 1874, o Presidente João



Capistrano Bandeira de Mello Filho, alerta para a precariedade da segurança nos sertões e pequenos povoados, onde a moralidade do povo não estava progredindo.

Recrutamento

Em 1865, a responsável pela intranquilidade pública foi a campanha de recrutamento para a Guerra do Paraguai, espalhando pânico nos pescadores de Natal. Do RN foram recrutados para a guerra aproximadamente 2000 soldados. (MEDEIROS, 1973). Entre 1875 e 1876, teve início uma revolta por causa da nova lei de recrutamento militar. Após 1874, o recrutamento passa obrigatório, de toda a população do sexo masculino, entre 19 e 30 anos. De acordo com Monteiro (2007) as mulheres invadiram as igrejas e destruíram os papéis das Juntas de Alistamento. Cascudo (1984) explica que em Mossoró, o movimento ficou conhecido como Motim das Mulheres e que em Goianinha houve três mortes.

O Presidente Alcoforado Júnior (1876) explica ainda sobre as dificuldades de executar a lei do recrutamento. A tentativa de implantação, no RN, teve repercussão muito negativa, o que tornava moroso o processo. Em 1877, o Presidente José Nicolau Tolentino de Carvalho também ainda não havia obtido resultados satisfatórios. Em 1882, poucas comarcas do RN remeteram suas listas. Segundo o Presidente Satyro de Oliveira Dias em 1880, só Mossoró, Macau e Imperatriz produziram suas listas, e em 1881 apenas Assu, Macau, Trairi, Jardim, Príncipe, Mossoró, Apodi e São José de Mipibu. No seu entendimento as “dificuldades e embaraços” estavam sendo ocasionadas pela “má vontade e prevenção geral da população”.

Protestos protagonizados por elites

De acordo com Monteiro (2007), em 1873 a nova lei do Império ao instituir um único sistema de pesos e medidas para o país, acabou provocando a desconfiança da população, ocasionando o ataque a mercados e feiras, a destruição de balanças e instrumentos de medidas. Os protestos tiveram maior intensidade entre 1874 e 1875, e foi denominado Quebra Quilo. Segundo Cascudo (1984) os “amotinados aproveitaram as feiras semanais para distúrbios e alarido, arrebatando os pesos e medidas e jogando-as no fundo dos poços, quebrando-os”. Monteiro (2007) explica ainda que a queda dos



preços fez diminuir as rendas públicas e para compensá-la, foram criados novos impostos, além de aumentos dos impostos existentes, gerando mais protestos.

No ano de 1877, o Presidente Carvalho relata em Baía Formosa (Canguaretama), o atentado de João de Albuquerque Maranhão Cunhaú, senhor do Engenho Estrela, contra habitantes locais. Munido de uma sentença de despejo contra os moradores, obteve o auxílio de praças junto ao juiz executor, e iniciou o processo de derrubada das casas. Quando iniciou a derrubada da casa do pescador Francisco Magalhaes:

[..] originou-se para logo uma certa resistência por parte dos interessados, seus parentes e amigos em numero de quinze homens, pouco mais ou menos, armados com dois ou três clavinotes e cacetes. Travou-se então uma luta horrível. [...] (CARVALHO, 1877)

Em 1878 o Presidente Manoel Januário Bezerra Montenegro trata do julgamento do “facinora João de Albuquerque Maranhão Cunhaú cujas atrocidades tanto perturbaram a tranqüilidade publica [...] pelo assassinato bárbaro de 6 pais de família” (MONTENEGRO, 1878). De acordo com o Presidente, a absolvição do senhor de engenho, causou revolta e indignação e, em virtude de ser “uma injustiça escandalosa”, o levou de volta à cadeia da capital. Neste mesmo ano, foi registrada uma divergência ocorrida em Natal, entre os moradores dos bairros da Ribeira e Cidade Alta sobre uma estrada (foi produzido um abaixo assinado pelos moradores da Ribeira defendendo consertos na existente, e pelos da Cidade Alta, pedindo a estrada projetada), enviados à Câmara Municipal (foi deferido o pedido da nova).

Finalmente, em 1883, o Presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto identifica problemas com o novo imposto de importação no RN. Em Natal, os comerciantes solicitaram a suspensão da cobrança; mas em Mossoró a reação foi bem mais enfática. Desta situação, identificamos que os movimentos sociais que ocorreram no período não eram uma prerrogativa da população carente, mas que a elite econômica também começava a se posicionar – de forma mais agressiva – contra a elite político-administrativa.



As secas

A partir de 1877, iniciam-se nos Relatórios, registros referentes às perturbações ocasionadas pelas secas, sendo o ano de 1878 o mais tumultuado. É assim que o presidente Montenegro trata sobre problemas na distribuição de alimentos aos emigrantes da seca em Macau:

Por diversas vezes alguns grupos em numero superior a duas mil pessoas, armadas de cacetes percorrem as ruas publicas da cidade gritando em altas vozes, que os membros da comissão lhes não de dar alimentos, saiam donde sahirem, chegando ao ponto de atacarem um dos comissários [...]. (MONTENEGRO, 1878)

Outra questão pontuada em 1878 foram os problemas ocasionados por um destacamento oriundo da Paraíba, quando em diligência, atracaram no porto de Mossoró, no momento em que se fazia a distribuição de alimentos aos desvalidos, flagelados da seca; os soldados do destacamento praticaram:

[...] os maiores insultos não só aos retirantes como as famílias da cidade sem reserva e não contentes ainda com este procedimento dirigiam-se aos armazéns dos gêneros, onde provocando ao povo ali aglomerado [...] maltrataram de palavras ao doutor promotor publico da comarca, bem como as demais pessoas gradas do lugar [...] espancaram de um modo cruel aqueles infelizes, como se não bastasse o flagelo da seca que os tem desgraçado e depois de terem espalhado mais de 10 mil pessoas ficando os gêneros em completo abandono, passaram a correr todos armados de estacas [...] (MONTENEGRO, 1878)

Ainda em Mossoró, o presidente Montenegro (1878) relata problemas relacionados a distribuição de alimentos. Como havia sido determinado que os alimentos somente fossem entregues aos “cegos, aleijados e doentes”, os demais se aglomeraram e, em massa, se apoderaram de um último carregamento, quase destroem um armazém. No dia seguinte, iniciaram um ataque e saque, que só cessou com o retorno dos praças.

Em 1880, o Presidente Rodrigo Lobato Marcondes Machado relata problemas com a distribuição de alimentos nas cidades de Macau, Mossoró e Areia Branca. Diante do prolongamento da seca, o Presidente compartilha sua apreensão no tocante às ameaças que esta carestia poderia ocasionar para a segurança e ordem social do RN; em seu relato, o Presidente Machado deixa muito claro o temor da elite, não só no sertão, mas também no litoral, de que algo mais grave possa acontecer, vez que a



população oprimida pelas péssimas condições, poderia se rebelar, tornando-se “uma ameaça”.

Outro reflexo nefasto da seca (associada a outras conjunturas) é o fenômeno do banditismo. Segundo Monteiro (2007), após a seca de 1845, inicia-se o surgimento de quadrilhas formadas por homens livres sem terras. Mas foi com as secas das décadas de 1870 e 1880, mais intensas e danosas, que o banditismo se fez mais presente no RN. De acordo com Freixinho (2003), a “diáspora nordestina, em volume nunca visto” teve como consequências por um lado o impulso por um fanatismo religioso e por outro a consolidação destas quadrilhas de bandidos, os chamados “cangaceiros”. Nos Relatórios de Presidente de Província, apenas no ano de 1880 se faz referência ao banditismo no sertão potiguar. De acordo com o Presidente Rodrigo Lobato Marcondes Machado:

[...] bandos de salteadores armados, e dirigidos por três celebres facínoras Jesuino Alves Brilhante e seus irmãos Lucas e João Alves, infestam a zona do sertão cometendo toda a sorte de tropelias contra os direitos de seus habitantes. [...] não se limitam ao furto do gado e gêneros de alimentação: matam, surram, lançam tributos, desacatam as famílias de seus desafeiçoados e procuram aterrar com ameaças com os ânimos das autoridades [...]. (MACHADO, 1880).

Resultados obtidos e discussões

O período compreendido entre 1846 e 1889 parece concretizar todos os temores que a elite do RN tinha com relação a sua população, sua falta de controle tanto em relação ao crescimento como às atividades desta população, associados ao precário contingente policial existente. Se no período anterior, os Presidentes pontuavam o espírito pacato do povo potiguar e justificavam com isto as raríssimas ocorrências de distúrbios na tranquilidade pública, neste período, vários motivos colocaram à prova esta população, e levaram os chamados “ignaras, vadios e inúteis” ao limite. Seja buscando remédios, alimentos e água, passando por conflitos por posse de terras, questões econômicas e de alistamento militar, “brigando” (através de instrumentos democráticos como abaixo-assinados) para serem ouvidos, quer a elite político-administrativa do RN queira, quer não, o fato é que a população potiguar já não era mais um exemplo de passividade. E desta vez, o palco das grandes manifestações populares eram as cidades potiguares: desde o litoral às mais longínquas localidades do sertão, do início



ao fim do período, pelos mais diversos motivos, através das mais diversas vozes (da elite ou não). Mais do que nunca, a apreensão dos Presidentes fica absolutamente evidenciada: esta nova realidade era uma ameaça à ordem social e precisava ser debelada, com urgência.

Referências

ALCOFORADO JÚNIOR, José Bernardo Galvão. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatório** com que o Exm. Sr. Dr. José Bernardo Galvão Alcoforado Junior passou a administração da província do Rio Grande do Norte ao Exm. Sr. Dr. Antonio dos Passos Miranda, no dia 20 de junho de 1876. Rio de Janeiro, Typographia – Americana – Rua dos Ourives N. 9, 1877.

BARRETO, Francisco de Gouveia Cunha. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Falla** com que o excelentíssimo senhor Dr. Francisco de Gouveia Cunha Barreto, Presidente da Província, abriu em 9 de fevereiro de 1883 a segunda sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte. Pernambuco Typographia de Manoel Figueiro de Faria & Filhos, 1883.

CARVALHO, José Nicolau Tolentino de. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Fala** com que o Exm. Sr. Doutor José Nicolau Tolentino de Carvalho abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléa Provincial do Rio Grande do Norte em 18 de outubro de 1877. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1877.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O livro das velhas figuras**. Natal/ Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

CUNHA, José Joaquim da. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Falla** dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte. Na sessão ordinária do anno de 1851 pelo illustrissimo Presidente da Província o Doutor José Joaquim da Cunha. Pernambuco, na Typografia de M. F. de Faria, 1851.

DIAS, Satyro de Oliveira. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatório** com que o Exmo Senhor Doutor Satyro de Oliveira Dias passou a administração a Exmo Senhor 1º Vice-Presidente Dr. Mathias Antonio da Fonseca Moraes no dia 16 de março de 1882 Rua da Conceição, Natal, 1882.

FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatório** que o Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior Presidente da Província do Rio Grande do Norte apresentou a respectiva Assembleia Legislativa Provincial, na sessão ordinaria de 1861. Ouro Preto, Typographia Provincial, 1862.

FREIXINHO, Nilton. **O sertão arcaico do Nordeste do Brasil – uma releitura**. Rio de Janeiro: Imago, Ed., 2003.



GONÇALVES, Antonio Marcelino Nunes. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatório** apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte pelo Excelentíssimo Presidente Dr. Antonio Marcelino Nunes Gonçalves. Typografia Liberal Rio Grandense, anno 1858.

JUNQUEIRA, João Jose de Oliveira. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatório** com que o Exm. Sr. Dr. João Jose de Oliveira Junqueira abriu a sessão da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 1860. Pernambuco, Typografia de M. F. de Faria, 1860.

MACHADO, Rodrigo Lobato Marcondes. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Falla** com que o Exm. Sr. Doutor Rodrigo Lobato Marcondes Machado Presidente da Província abriu a 2ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 27 de outubro de 1879. Typographia do Correio do Natal, Rua da Conceição, 1880.

MASCARENHAS, Manoel de Assis. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatório** que a Assembleia Legislativa da Província do Rio Grande do Norte apresentou o Exmo Presidente da mesma Província D. Manoel de Assis Mascarenhas. Em 7 de setembro de 1842. Pernambuco: Typographia de Santos & Companhia, 1842 - 1843.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MELLO FILHO, João Capistrano Bandeira de. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Falla** com que o Exm. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1ª sessão da vigésima legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 13 de julho de 1874. Rio de Janeiro, Typographia – Americana – Rua dos Ourives 9, 1874.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**, 3 ed. Revista e ampliada. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2007.

MONTENEGRO. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatório** com que instalou a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878 o 1º Vice-Presidente o Exm. Sr. Dr. Manoel Januário Bezerra montenegro. Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife, 47 – Rua do Imperador – 47, 1877-1879.

PASSOS, Antonio Bernardo de. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Falla** que o Illm. e Exm. Snr. Doutor Antonio Bernardo de Passos, Presidente da Província do Rio Grande do Norte, dirigio a Assembléa Legislativa Provincial, no acto da abertura de sua sessão ordinaria em 4 de julho de 1854. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria. 1854.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

PASSOS, Antonio Bernardo de. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Falla** que o Illm. e Exm. Senhor Antonio Bernardo de Passos, Presidente da Província do Rio Grande do Norte, dirigido a Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1° de julho de 1855. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1855.



**Las diferentes miradas sobre el Estallido social de 2019 y el proceso
constituyente en Chile: Análisis desde la perspectiva de los medios de
comunicación**

*Os diferentes olhares sobre a revolta social de 2019 e o processo constituinte no
Chile: Análise desde a perspectiva dos médios de comunicação*

Ivana Medina San Martín, UFPE¹²⁶

Introducción

El presente trabajo se sitúa en el marco del llamado Estallido social en Chile iniciado en octubre de 2019 a partir de las evasiones masivas del metro realizadas por estudiantes secundarios como forma de protesta frente al alza del pasaje del transporte público. El día 18 de octubre, tras más de 200 eventos de disturbios en el tren subterráneo y numerosos cierres de estaciones (Biobio Chile, 2019), Chile cambiaría su historia y esto fue producto de las protestas en diversos puntos de la capital y que, al adquirir mayor fuerza, abrieron el horizonte para realizar importantes transformaciones como es la redacción de una nueva constitución. Sin embargo, no hay que olvidar que esto tuvo un alto costo humano debido a las numerosas violaciones a los derechos humanos que ocurrieron y que hasta el día de hoy el gobierno no ha asumido la responsabilidad.

Las primeras medidas adoptadas por el gobierno de derecha de Sebastián Piñera no fueron útiles para contener la efervescencia social que rápidamente adquirió carácter nacional, sino que fue una señal de la incompreensión sobre lo que ocurría y, por tanto, su desconexión sobre las necesidades y demandas de la población. Para los grupos de la elite o clases más altas, representadas por empresarios y miembros del gobierno, lo que estaba ocurriendo era completamente incomprensible ya que vivían en la ilusión de un país que gozaba de estabilidad en términos económicos y políticos, sin embargo, no reconocían la profunda desigualdad y las injusticias del sistema hacia las clases medias y trabajadoras. En otros sectores de la población las manifestaciones masivas y la perturbación del orden público debían ocurrir en algún momento ya que, a lo largo de

¹²⁶ Mestranda em Desenvolvimento Urbano Universidade Federal de Pernambuco



los años, las demandas de la población expresadas en términos pacíficos no habían tenido respuestas satisfactorias. Un ejemplo de lo anterior son los casos del movimiento No+AFP que luchaba por una transformación del sistema de pensiones y el movimiento estudiantil del año 2011 que luchó por una educación superior gratuita y que solo fue materializada 5 años después para los grupos de más bajos ingresos.

Otro elemento para destacar es la decepción y frustración en torno al mito de la meritocracia y el esfuerzo individual, un ejemplo es el caso de quienes que accedieron a la educación superior a través de créditos y que, además de quedar con millonarias deudas, no consiguieron materializar sus anhelos de movilidad social ascendente ya que actualmente, en comparación a 10 años atrás, es más difícil encontrarse es una clase ocupacional sustantivamente diferente a la de los padres (Barozet, Espinoza & Méndez, 2013). Esto se debe principalmente a que el mayor logro educacional de la población ha debilitado el rol de la educación superior como medio de movilidad y, también, como afirman Méndez y Gayo (2007) en una sociedad con una economía de libre mercado como la chilena la tesis de meritocracia no es posible de ser materializada. Tras los importantes daños hacia infraestructura pública y privada, no existe consenso en torno a la aceptación o rechazo sobre el uso de la violencia por parte de los manifestantes, sin embargo, existe una relativa aceptación hacia el hecho de que las profundas desigualdades e injusticias del sistema no iban a tener las transformaciones que requieren si es que la ciudadanía no las exigía en los términos que lo hizo.

Las manifestaciones iniciadas en octubre de 2019 marcaron el inicio de un proceso que se ha extendido a lo largo de los últimos dos años y que posee diversos hitos relevantes que merecen ser descritos para obtener lecciones y aprendizajes del proceso. A su vez, dar a conocerlo fuera de sus fronteras entrega una luz de esperanza al dar cuenta de que, inclusive en una sociedad que ha sido profundamente dañada por las herencias de la dictadura y donde el neoliberalismo forma parte de todas las esferas de la vida cotidiana, es posible impulsar transformaciones y creer en un proyecto colectivo.



Objetivo y metodología

Para ampliar el conocimiento en torno a este proceso se destacará el papel que juegan los medios de comunicación los cuales, desde la perspectiva de Galán-Gamero (2014) poseen la capacidad de difundir e influenciar ideas y posturas políticas, por tanto, al momento de entregar información a la población se adoptan posiciones que dan cuenta de cierta forma de entender e interpretar los hechos. En relación a lo anterior, el objetivo de este trabajo es comparar las diferencias o similitudes en la presentación de hechos y discursos entre la prensa tradicional y la prensa alternativa. La prensa tradicional corresponde a periódicos de circulación nacional en su versión digital que están vinculados a los sectores más conservadores de la sociedad chilena y la prensa alternativa está representada por medios digitales que han crecido en los últimos años y que se posicionan como oposición a la prensa tradicional.

Se analizará el contenido escrito entregado por cada medio y se trabajará con una muestra de 48 noticias publicadas por medios tradicionales (La Tercera y Emol) y alternativos (El Desconcierto y El Ciudadano). Para seleccionar las noticias fueron escogidos cuatro hitos más relevantes ocurridos en el marco del estallido social o como consecuencia de él:

1. Manifestaciones de los días 18 y 19 de octubre 2019 y declaración de Estado de Emergencia.
2. Acuerdo por la Paz Social y la nueva Constitución (15 de noviembre de 2019).
3. Plebiscito para una nueva constitución (26 de octubre de 2020).
4. Elecciones de miembros de la convención constituyente (15 y 16 de mayo de 2021).

El análisis se realizará a partir de teoría fundamentada, en ella la teoría emerge a partir del análisis de los datos dando la posibilidad de generar conocimientos que aumenten la comprensión de lo investigado y otorgar una guía para la acción (Strauss & Corbin, 2002). El uso de esta teoría obliga a centrarse en los datos para identificar conceptos, descubrir dimensiones y propiedades en estos. A su vez, la comparación constante permite desarrollar conceptos a partir del análisis identificándose interrelaciones que, en



el caso del análisis de medios, permiten identificar patrones discursivos que dan cuenta de diferencias y similitudes (Cuñat, 2007).

Resultados preliminares

En cuanto a los resultados, las diferencias entre los medios tradicionales y los alternativos son claras. Al momento de hacer referencia a los sucesos de los días 18 y 19 de octubre, es decir, cuando las manifestaciones se masificaron y extendieron a lo largo del país, los medios de comunicación tradicionales los abordaron centrándose en los daños e incendios ocurridos en las estaciones de metro tildándolos como disturbios violentos o noche de caos. Además, se habló de fuerzas policiales que se habían visto superadas mientras que los medios alternativos dieron cuenta de la represión, civiles heridos y, también, lo inédito que fue decretar Estado de Emergencia por parte del presidente y la salida de los militares a las calles en un contexto de democracia.

Un punto en común entre ambos tipos de medios fue que expresaron que lo que estaba ocurriendo no era efecto exclusivo del alza del pasaje, sino que el malestar de la ciudadanía tenía causas mucho más profunda que no fueron profundizadas.

Cabe destacar que el análisis de la prensa también permite reconocer el discurso del gobierno frente a los hechos ocurridos ya que gran parte de estas noticias está basada en los dichos del presidente o miembros del gobierno. En este punto se aprecia la actitud intransigente y criminalizadora hacia los manifestantes ya que en una primera instancia el gobierno se negó a la posibilidad de revertir el alza del pasaje y, además, condenaron duramente los acontecimientos invocando la ley de seguridad del Estado (que aplica en casos de delitos que alteren el orden público) para los responsables de las evasiones masivas. La posición adoptada por el gobierno y que se enfoca en los daños a la infraestructura se expresa en uno de los discursos del presidente:

Todos los ciudadanos tienen derecho a manifestarse pacíficamente, y entiendo que tengan muy buenas razones para hacerlo (...) pero nadie, nadie tiene derecho a actuar con la brutal violencia delictual de aquellos que han destruido, incendiado o dañado, más de 78 estaciones del metro de Santiago (Sebastián Piñera en El Desconcierto, 2019).



Esta perspectiva que criminaliza la protesta basándose en el orden y la seguridad pública fue la que usó como justificación para decretar el Estado de Emergencia apenas iniciaron las manifestaciones masivas:

El objetivo de este estado de emergencia es asegurar el orden público, asegurar la tranquilidad de los habitantes de la ciudad de Santiago, proteger los bienes tanto públicos como privados, y garantizar los derechos de todos y cada uno de nuestros compatriotas, que se han visto conculcados por la acción de verdaderos delincuentes, que no respetan a nada ni nadie (Sebastián Piñera en Emol, 2019).

Los acontecimientos revisados hasta el momento son uno de los ejemplos que dan cuenta que el proceso se abordó desde diferentes perspectivas y esto tuvo consecuencias en la confianza y credibilidad hacia los medios de comunicación tradicionales de mayor difusión quienes fueron muy criticados por la ciudadanía y, además, dieron espacio para que medios alternativos puedan posicionarse ya que en varias ocasiones dieron a conocer hechos que no estaban siendo informados por los medios tradicionales. Por otro lado, se observa que el gobierno adoptó una postura poco dialogante y carente de autocrítica que contribuyó a incrementar el descontento de la ciudadanía y se expresó en una fuerte represión.

Los otros acontecimientos analizados darán cuenta que el sistema de partidos políticos tradicionales no está en un buen pie y, además, la derecha chilena tras su derrota en las elecciones de constituyentes está siendo “castigada” por la falta de empatía con la que manejaron el estallido social y posteriormente, la pandemia. Por su parte, la ciudadanía a casi 2 años de que se iniciaran las protestas continúa esperando cambios profundos y se mantiene expectante por lo que pueda ofrecer la nueva constitución.

Palavras-chave: Movimiento social, protesta, medios de comunicación.



Bibliografía

Barozet, E., Espinoza, V., & Méndez, M. (2013). Estratificación y movilidad social bajo un modelo neoliberal maduro: el caso de Chile. **Laboratorio**(25).

Biobio Chile. (18 de octubre de 2019). **Las cifras tras protestas por alza de pasaje:** 200 "eventos de disturbios" y 31 cierres de estaciones. Recuperado el junio de 2021, de <https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/region-metropolitana/2019/10/18/las-cifras-tras-protestas-por-alza-de-pasaje-200-eventos-de-disturbios-y-31-cierres-de-estaciones.shtml>

Cuñat, R. (2007). Aplicación de la teoría fundamentada (grounded theory) al estudio del proceso de creación de empresas. **XX Congreso anual de AEDEM**, 2.

Galán-Gamero, J. (2014). Cuando el "cuarto poder" se constituye en cuarto poder: propuestas. **Palabra Clave**, 1(17), 150-185.

Méndez, M., & Gayo, M. (2007). El perfil de un debate: movilidad y meritocracia. Contribución al estudio de las sociedades latinoamericanas. En R. Franco, A. León, & R. Atria (Edits.), **Estratificación y movilidad social en América Latina**. Transformaciones estructurales de un cuarto de siglo (págs. 121-157). Santiago: LOM.

El Ciudadano. (18 de octubre de 2019). **Metro de Santiago confirma suspensión completa de sus servicios durante el fin de semana**. Obtenido de <https://www.elciudadano.com/chile/metro-de-santiago-confirma-suspension-completa-de-sus-servicios-durante-el-fin-de-semana/10/18/>

El Ciudadano. (19 de octubre de 2019). **Piñera acusa el golpe y suspende alza en la tarifa del Metro de Santiago**. Obtenido de <https://www.elciudadano.com/chile/pinera-acusa-el-golpe-y-suspende-alza-en-la-tarifa-del-metro-de-santiago/10/19/>

El Ciudadano. (19 de octubre de 2019). **Piñera declara estado de emergencia luego de álgida jornada de protestas en Santiago**. Obtenido de <https://www.elciudadano.com/portada/pinera-declara-estado-de-emergencia-luego-de-algida-jornada-de-protestas-en-santiago/10/19/>



El Desconcierto. (18 de octubre de 2019). **Jóvenes Heridos, el Metro cerrado y una ley excepcional:** El día de en que Santiago se paralizó. Obtenido de <https://www.eldesconcierto.cl/nacional/2019/10/18/jovenes-heridos-el-metro-cerrado-y-una-ley-excepcional-el-dia-de-en-que-santiago-se-paralizo.html>

El Desconcierto. (19 de octubre de 2019). **Gobierno anuncia que suspenderá el alza de pasajes del metro.** Obtenido de <https://www.eldesconcierto.cl/nacional/2019/10/19/gobierno-anuncia-que-suspendera-el-alza-de-pasajes-del-metro.html>

El Desconcierto. (19 de octubre de 2019). **Piñera sucumbe ante la mayor protesta callejera en décadas y decreta estado de emergencia en la capital.** Obtenido de <https://www.eldesconcierto.cl/nacional/2019/10/19/pinera-sucumbe-ante-la-mayor-protesta-callejera-en-decadas-y-decreta-estado-de-emergencia-en-la-capital.html>

Emol. (18 de octubre de 2019). **Metro confirma que mantendrá cerradas la totalidad de sus estaciones durante el fin de semana.** Obtenido de <https://www.emol.com/noticias/Nacional/2019/10/18/964852/Metro-evasiones-lineas.html>

Emol. (19 de octubre de 2019). **Presidente Piñera suspende alza de tarifa de Metro, pero condena "brutal violencia delictual" en manifestaciones.** Obtenido de <https://www.emol.com/noticias/Nacional/2019/10/19/964906/Pinera-suspende-alza-tarifa-Metro.html>

Emol. (19 de octubre de 2019). **Presidente Piñera decreta estado de emergencia en las provincias de Santiago y Chacabuco tras violentos incidentes.** Obtenido de <https://www.emol.com/noticias/Nacional/2019/10/19/964858/Presidente-Pinera-Estado-de-Emergencia.html>

La Tercera. (18 de octubre de 2019). **Metro anuncia suspensión del servicio durante todo el fin de semana.** Obtenido de <https://www.latercera.com/nacional/noticia/lineas-1-2-6-cerradas-revisa-estaciones-del-metro-se-encuentran-disponibles/867925/>

La Tercera. (19 de octubre de 2019). **Piñera anuncia que se suspenderá el alza de los pasajes del Metro tras fuertes jornadas de protestas.** Obtenido de



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

<https://www.latercera.com/politica/noticia/pinera-anuncia-se-suspendera-alza-los-pasajes-del-metro-tras-fuertes-jornadas-protestas/869355/>

La Tercera. (19 de octubre de 2019). **Presidente Piñera decreta estado de emergencia en provincias de Santiago y Chacabuco debido a disturbios**. Obtenido de <https://www.latercera.com/nacional/noticia/presidente-pinera-decreta-estado-emergencia-provincias-santiago-chacabuco/868338/>

Strauss, A., & Corbin, J. (2002). **Bases de la investigación cualitativa: técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada**. Colombia: Universidad de Antioquia.



Marcas Urbanas das Mulheres da Resistência: Uma aproximação ao cotidiano das “sujeitas” da luta popular!

Marcas urbanas de mujeres en resistencia: ¡Una aproximación a la vida cotidiana de las “sujetas” de la lucha popular!

SIMÕES, Beatriz P.M., MDU/UFPE¹²⁷

O presente resumo propõe uma contribuição na ampliação das frestas que foram galgadas pela luta popular daquelas que vieram antes de nós, e que tiveram (e permacem com) os seus cotidianos e corpos cravados pelas desigualdades vivenciadas a partir de uma localização bastante específica na “matriz de dominação” (BAIRROS, 1995, p.461 *apud* RIBEIRO, 2019, p. 71) social brasileira-nordestina-alagoana. As personagens do conteúdo aqui apresentado, portanto, têm rostos, corpos, experiências urbanas; e, não possuem nada de fictício, mas ao contrário! Estão atravessadas pelas reais consequências diárias dos seus “marcadores da diferença”¹²⁸ (COLLINS, 1997, p.378, tradução nossa) do gênero, da classe e, em sua maioria, da raça e, por isso, foram denominadas por mim de *Mulheres da Resistência*.

Diante do exposto, neste texto faço um esforço para trazer ao centro do debate o compartilhamento de algumas das discussões oriundas da minha dissertação, na qual busquei compreender a atuação dos *marcadores da diferença* (com ênfase no gênero e na classe) nas dinâmicas urbanas, por meio de um estudo sobre os *modos de apropriação dos espaços livres públicos* pelas *mulheres da resistência* residentes em um bairro específico da capital alagoana, nomeado Benedito Bentes. Diversas perguntas orientaram a elaboração da pesquisa que originou o material final¹²⁹, sendo as principais as que indagavam sobre: 1. as vivências dos corpos femininos¹³⁰ da resistência nos espaços livres públicos excludentes, sexistas, machistas e racistas de

¹²⁷ Doutoranda em Desenvolvimento Urbano, docente do MDU-UFPE.

¹²⁸ Expressão que abarca as categorias sociais, como gênero, classe social, raça/etnia, entre outras, de maneira a assumir uma postura crítica a tais construções sociais impostas pela estrutura social hegemônica patriarcal, capitalista e racista.

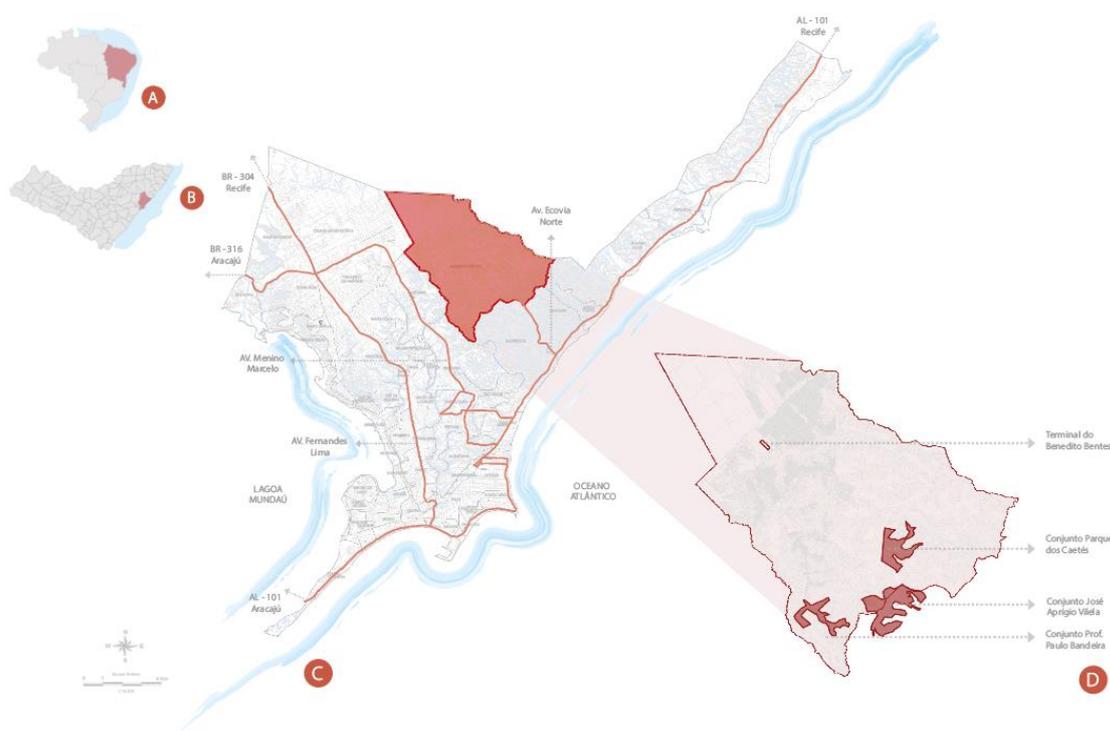
¹²⁹ A dissertação se encontra disponível em:

https://issuu.com/beatrizpalmeiramelosimoos/docs/disserta_o_pra_postar_comprimido

¹³⁰ Este termo será utilizado no universo da pesquisa para se referir aos corpos cis gênero do sexo feminino.

Maceió; e 2. sobre as relações que se apresentam entre o desenho urbano desses espaços e as ações de atração/repulsa dos corpos femininos provocadas quando neles se encontram.

Figura 01: Mapas (A) Localização da região Nordeste; (B) Localização do Município de Maceió; (C) Localização do bairro Benedito Bentes e (D) Localização dos Conjuntos Habitacionais Degradados. Fonte A e B: FERREIRA, 2019. C e D: MACEIÓ. Base Cartográfica Oficial de Maceió (2000).



Fonte: adaptado pela autora, 2020.

Para responder a tais questionamentos, elaboramos um método denominado Método de Observação das Marcas Urbanas (MOMU), cuja finalidade foi a observação e nomeação tanto das marcas urbanas nos espaços livres públicos de Maceió deixadas pelos corpos femininos da resistência, quanto das marcas urbanas nesses corpos femininos provocadas pelas vivências desses espaços. Assim, o MOMU, composto pelas etapas de: Análise de Contextos; Observação do Lugar; Entrevista Semiestruturada; Lista do Itinerário do Cotidiano; Mapa Perceptivo; e Caminhada



Exploratória, foi vivenciado por Zezé, Eliane e Valéria¹³¹, três das mulheres da resistência residentes de três Conjuntos Habitacionais de Interesse Social do bairro Benedito Bentes, em Maceió, AL, localizados na Figura 01.

Desde o princípio estava claro que a pesquisa se construiria nos campos do teórico e do empírico e que, para tanto, seria necessário lançar mão de um projeto metodológico que corroborasse no estabelecimento de posicionamentos tanto éticos, quanto políticos. Neste contexto, o projeto metodológico-político-ético estabelecido foi baseado em uma *abordagem qualitativa* de pesquisa, com um *viés feminista* e uma *inspiração cartográfica*.

De forma breve, tal projeto buscou observar o campo da subjetividade, pelo uso das falas e das experiências urbanas cotidianas das nossas protagonistas (MINAYO; SANCHES, 1993). Já o viés feminista escancarou o modo de produção do conhecimento acadêmico hegemonicamente em vigor, propondo um posicionamento crítico-político e, especialmente, ético, ao refutar, dentre outras posturas, as noções de objetividade, de verdade, de universalidade e de neutralidade na pesquisa (MOHANTY, 2008; HOOKS, 2013; RODRIGUÊS, 2013; NOGUEIRA, 2001; MORAES, 2010; ALCOFF, 2016; SOUZA; FRANCISCO, 2016; SILVA, 2018a; TORRALBA, 2018). Por fim, a inspiração cartográfica foi utilizada para nomear algumas das realidades encontradas, sobretudo em relação ao campo observado, quando propõe uma flexibilidade das metas e dos objetivos em vistas de primar pela experiência do ato de caminhar e pesquisar (SOUZA; FRANCISCO, 2016).

De início, a própria revisão do estado da arte nos fez perceber a carência das discussões com a temática da intersecção dos *marcadores da diferença* no âmbito do urbano e sob uma perspectiva decolonial, algo gritante desde a procura e escolha das referências

¹³¹ A escolha por seus nomes reais se deu como forma de ato político, sendo respaldada pela autorização e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esse ato quis dar a conhecer as mulheres que com suas experiências urbanas criam suas redes de antidisdisciplina e resistem às opressões impostas. Neste sentido, ambas Zezé e Eliane são líderes populares e estão à frente da luta pela moradia popular e o direito à cidade. Ambas permitiram a utilização de suas imagens.



utilizadas. Após migrar para outros campos do conhecimento, foi possível elaborar um cruzamento de diversas autoras negras, latino-americanas, pós-estruturalistas, feministas e nordestinas, entre outras (COLLINS, 1997; HOOKS, 2013; ALCOFF, 2016; RIBEIRO 2019), que colaboraram para que assumíssemos uma postura de negação à universalidade do sujeito feminino e defendéssemos que, somado ao patriarcado e ao capitalismo, o colonialismo “cria e reifica identidades como meio de administrar povos e estabelecer hierarquias entre eles” (ALCOFF, 2016, p.137), instaurando, pelo poder, uma “estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros” (RIBEIRO, 2019, p. 31).

O produto das aplicações do MOMU, ilustrado nas Figuras 02 e 03, portanto, nos possibilitou nos aproximar de algumas das marcas urbanas deixadas/levadas pelos/nos corpos femininos da resistência das maceioenses. Ele nos ajudou a compreender que são os corpos femininos da resistência os mais afetados pela precariedade das infraestruturas e serviços urbanos, uma vez que é a mulher, pobre, e geralmente negra, a mais impactada negativamente, quando são impostos à ela as responsabilidades tanto do âmbito privado - relativas aos cuidados dos indivíduos e do lar -, quanto do público, no sentido que em grande parte dos lares atuais cabe também à ela assumir o papel de provedora da família. Ao mesmo tempo, e talvez por conta do contexto apresentado, são essas mulheres da resistência as que mais criam “táticas cotidianas” (DE CERTEAU, 1998, p.41) para subverter as imposições postas.

No que tange os espaços livres públicos, são as mulheres da resistência que desenvolvem “maneiras de fazer” (DE CERTEAU, 1998, p.41) alternativas, por meio dos seus modos de apropriação do espaço. Neste sentido, cabe afirmar que são elas que possuem uma percepção mais sensível ao desenho urbano e à configuração socioespacial desses espaços, pois são elas que a todo momento precisam estar atentas quando estão nos espaços citadinos. Por este motivo, foi possível estabelecer uma relação entre a vivência urbana desses corpos femininos da resistência com a qualidade de vida urbana da sociedade de forma geral, posto ser a experiência urbana feminina a balizadora para determinar se um espaço livre público é seguro, agradável e acessível (UN-HABITAT, 2007, tradução nossa).

Figura 02: Registros das etapas do MOMU sendo aplicadas com as mulheres da Resistência Zezé, Eliane e Valéria.



Fonte: Acervo pessoal, com autorização do uso de imagem, 2020.

Vale pontuar que ao basear as nossas análises nas vivências urbanas de Zezé, Eliane e Valéria, estamos as considerando “representantes de uma coletividade” (RODRIGUÊS, 2013, p.73). Muito embora seja uma amostragem pequena, quando comparada à proporção da população feminina do bairro Benedito Bentes, considerado “mais populoso que 100 dos 102 municípios alagoanos” (BORGES, 2018), buscamos levar em consideração a validade de suas experiências urbanas e o que suas particularidades poderiam nos indicar em relação ao todo das mulheres da resistência residentes no bairro em questão.

Por fim, ao analisarmos conjuntamente o material colhido por meio da aplicação do MOMU junto à Zezé, Eliane e Valéria, observamos alguns pontos de convergência dos

padrões de respostas dos motivos que originam as suas sensações tanto de segurança como de insegurança, quando elas vivenciam os espaços públicos livres de Maceió. Para as três protagonistas, *a presença de pessoas nos espaços livres é o ponto chave* que garante a sensação de segurança. Nos territórios oriundos dos processos de luta, como são os Conjuntos estudados, soma-se a esse fator o fato das/os moradoras/es serem conhecidos entre si, apontando que as *relações de afetividade e reconhecimento* entre os indivíduos e/ou os territórios contribuem para sensação de segurança e bem estar das três protagonistas.

Figura 03: Registros das etapas do MOMU sendo aplicadas com as mulheres da Resistência Zezé, Eliane e Valéria.



Fonte: acervo pessoal, com autorização do uso de imagem, 2020.

Não há muito destaque na descrição das características físicas dos espaços livres públicos que atraem e asseguram os níveis de agradabilidade das três mulheres. Uma hipótese levantada é o fato delas não vivenciarem espaços livres públicos de qualidade



e, possivelmente, não terem em seu repertório elementos positivos que constituem espaços livres públicos seguros e agradáveis, uma vez que suas circulações se restringem aos bairros mais precários da capital alagoana.

Seguindo esta lógica, propusemos alguns indicativos a partir das comparações das respostas dos aspectos que causam as sensações de insegurança e desconforto, para propor, a partir dos pontos negativos, as características espaciais esperadas por elas. Dos fatores mencionados, a *falta de iluminação pública* e o *elevado número de terrenos baldios* podem indicar a importância de soluções para sanar tais questões, posto que elas influenciam de maneira negativa as experiências urbanas femininas aqui abordadas. Ademais, há entre os quesitos apontados os de macro escala, como a *violência urbana* e a *ausência de pessoas nas ruas*, que podem ser vistos como intimamente relacionadas entre si e entre os aspectos apresentados anteriormente.

Além das argumentações propostas com base nas vivências urbanas de Zezé, Eliane e Valéria, o MOMU também colaborou na observação e nomeação de algumas das marcas urbanas “emocionais”¹³² vistas no estudo, quando as três protagonistas relatam sentir em seus deslocamentos pela cidade: *medo, estresse, cansaço, preconceito, discriminação, constrangimento e angústia*. No entanto, foi possível averiguar também a presença de marcas urbanas “físicas”, como a somatização do emocional em dores e doenças do corpo, originadas das múltiplas jornadas de trabalho, da precariedade do acesso aos serviços públicos e da ineficiência da segurança pública, que expõem seus corpos a todos os tipos de violência (assédios verbais ou físicos, assaltos/furtos e estupro).

Em contrapartida, enquanto nomeiam as marcas urbanas (e sociais) que carregam em seus corpos, elas reivindicam também as deixadas por elas, denominando-as de “*Marcas da Resistência*” (Eliane). Quando se fazem presentes, cobram os seus direitos e os seus espaços, elas deixam sua “*evidência*”, como pontua Zezé. Assim, mais uma

¹³² Termo descrito por Eliane para nomear as marcas que as mulheres da resistência do Benedito Bentes sentem em seus corpos.



vez a teoria ganha vida, quando diz que são as mulheres da resistência aquelas a promover as *maneiras de fazer* subversivas, que resistem a partir de suas *táticas cotidianas*, criando suas “redes de antidisciplina” (DE CERTEAU, 1998, p.42). Então ao se perguntar “quem são os sujeitos que se organizam a partir das lutas populares?” tenhamos clareza que sua maioria é, na verdade, composta das sujeitas, ou melhor, por *Mulheres da Resistência!*

Palavras-chave: mulheres da resistência. modos de apropriação. espaços livres públicos. marcas urbanas.

Referências

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. In: **Soc. estado**, Brasília, v.31, n.1, p.129-143, 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100129&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17.02.2020.

BORGES, Herbert. **Benedito Bentes faz 32 anos nesta segunda:** maior complexo residencial de al, bairro tem estrutura de cidade e quase 200 mil habitantes. *Gazeta de Alagoas*, 2018. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=321762>. Acesso em 21.03.2020.

COLLINS, Patrícia Hill. Comment on Hekman’s “Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited”: Where’s the Power?. In: **Signs**, vol. 22, no. 2, p. 375-381, 1997. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3175278?origin=JSTOR-pdf&seq=1>>. Acesso em 19.02.2020.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano - Artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FERREIRA, Míryan Patrícia Tenório. **Avaliação do conforto térmico com base em critérios Normativos em apartamentos representativos do programa minha casa minha vida em Maceió – AL**. Maceió, 2019. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de



Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 1ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? In: **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-248, 1993.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Bajo los ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales*. In: NAVAZ, Liliana Suarez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aída (Org.). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madrid: Cátedra, Universitat de València, Instituto de La Mujer, p. 117-163, 2008.

MORAES, Márcia. Pesquisar COM: Política ontológica e deficiência visual. In: Márcia. Moraes; Virgínia Kastrup (Orgs.). **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa COM pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: Nau Editora / Faperj, 2010.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

RODRIGUES, Maria Natália Matias. **Jovens mulheres rappers: reflexões sobre gênero e geração no Movimento Hip Hop**. 161 f. Dissertação [Mestrado em Psicologia], Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, Ana Cecília Ramos Ferreira Da. **Gênero, Geração e Raça: Uma análise interseccional das trajetórias de militância de mulheres negras jovens feministas**. 176 f. Dissertação [Mestrado em Psicologia], Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SOUZA, Severino Ramos Lima de; FRANCISCO, Ana Lúcia. O Método da Cartografia em Pesquisa Qualitativa: Estabelecendo Princípios ... Desenhando Caminhos ... In: **Investigação Qualitativa em Saúde**, 5º Congresso Ibero-Americano em investigação qualitativa, 2016.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

TORRALBA, Ruth. Cartografias no Morro da Conceição: abrir brechas no corpo da cidade. In: **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, vol. 8, nº. 2, abril-junho, p. 323-347, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=463555173006>>. Acesso em 18.03.2020.

UN-HABITAT. **Women's Safety Audit For a Safer Urban Design**: Results of the pilot audit carried out in Centrum, Warsaw (25 August 2007). United Nations Human Settlements Programme, 2007.



Militância e Ativismo no Brasil: um resgate das trajetórias dos movimentos entre 1970 e 2019

LAVEZ, Mariana A., FAU USP¹³³

Objetivos

Este trabalho tem como objetivo compreender como os diferentes movimentos sociais e coletivos ativistas brasileiros têm constituído suas lutas e resistências nas cidades. A pesquisa foi direcionada buscando desmistificar a ideia de que os ativismos mais recentes, formados principalmente por jovens e com fortes narrativas culturais, sejam experiências fundamentalmente novas, a fim de entender como se relacionam com as lutas anteriores, sobretudo dos movimentos de base, e analisar quais são as dinâmicas de inovação política e social na configuração de seus repertórios de luta, buscando contribuir para discussões sobre como se organizam as lutas populares, quais são suas motivações, territorialidades e temporalidades, e quem são os atores envolvidos.

Metodologia

Para desenvolver esta investigação, e o resgate de parte das trajetórias da militância e do ativismo no Brasil, foi realizada uma revisão da literatura sobre os movimentos brasileiros em um recorte temporal específico, sem pretensão de esgotar o tema, desde a década de 1970 até 2019, estudando quem são os atores envolvidos em cada período, quais são suas pautas de luta, como se articulam, quais são os territórios onde atuam, como se relacionam com o contexto político em que se inserem e quais são seus repertórios de ação. A análise partiu do entendimento de que os múltiplos movimentos existentes viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas, trazendo experiências que não estão congeladas no passado, mas que se recriam cotidianamente e se relacionam intimamente com as lutas anteriores (GOHN, 2011).

¹³³ Arquiteta e Urbanista graduada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.



Resultados

Durante a década de 1970, não apenas no Brasil, mas em grande parte da América Latina, destacam-se os movimentos populares de oposição aos regimes ditatoriais militares, principalmente os de base cristã, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que representavam espaços formativos de emancipação, resistência e construção popular da classe trabalhadora periférica. As CEBs foram essenciais para a articulação e organização dos movimentos sociais urbanos na luta por moradia, transporte, creches, equipamentos públicos e demais serviços (GOHN, 2011).

As periferias constituíram territórios precursores de insurgência de ações e movimentos sociais populares, resultado das condições socioespaciais de precariedade e segregação colocadas nessas regiões, que levou seus moradores à organização, mobilização e resistência (MORAIS, 2018). A partir de 1964, com o golpe militar, as CEBs, que até então vinham desenvolvendo ações a partir de um prisma de pressão às instituições, passaram a estar subordinadas ao Estado, como forma de dominação política sobre elas. A repressão política do Regime Militar (1964-1984) também afetou profundamente o movimento operário sindical no Brasil.

A capacidade de organização e de resistência dos operários era muito forte nos anos 1950, dessa forma uma das primeiras iniciativas dos militares foi o controle e a perseguição dos trabalhadores organizados, desmantelando seus espaços de ação política (CARVALHO, 2012). Somente a partir do final da década de 1970, quando o país começa a sentir os sinais da crise econômica, levando o regime militar a perder base de apoio, que o sindicalismo volta a ganhar força, com a retomada das greves em diversas fábricas, principalmente do estado de São Paulo.

A criação o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, formado, em grande parte, por militantes sindicalistas, e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, passaram a organizar diversas greves gerais nos anos 1980 desempenhando um papel essencial em mobilizações como as Diretas Já, ao lado de outros setores da sociedade civil, como o movimento estudantil, demarcando o início de um novo ciclo de protestos pela redemocratização no Brasil e centrados na questão da Constituinte. O contexto da



formulação da Constituinte foi palco do ressurgimento da pauta da Reforma Urbana, defendida pela primeira vez nos anos 1960 (DE GRAZIA, 2003).

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana se rearticula em 1985, envolvendo vários atores sociais, como movimentos de luta por moradia, sindicatos e acadêmicos. Visando influenciar na reconstrução institucional do país, o movimento lutava pela garantia do direito à cidade, através de políticas públicas voltadas para a população, tendo como umas das pautas principais a Função Social da Cidade e da Propriedade. As mudanças na conjuntura política, no início da década de 1980, influenciaram alterações nas pautas de luta dos movimentos.

Estes passaram a reivindicar não apenas bens e serviços básicos, característico dos movimentos de base, que inscreviam suas demandas nos direitos sociais tradicionais, mas também reivindicações ligadas aos direitos sociais modernos, de igualdade e liberdade, em termos das relações de raça, gênero e sexualidade (GOHN, 1997). No período de transição do regime militar para a fase da democratização, gradativamente foram sendo construídas redes de movimentos sociais a partir de conselhos e delegacias das mulheres e étnico-raciais (GOHN, 2011).

Os movimentos sociais contribuíram decisivamente, através de demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos civis inscritos na nova Constituição Federal de 1988. A Constituição de 88 marcou, portanto, o início de um processo de alargamento de espaços para a participação da população na tomada de decisões da administração pública (GOHN, 1997).

Os movimentos passaram a direcionar sua esfera de ação para a participação na definição das políticas públicas, através dos conselhos de representação de interesses, na luta pela conquista de novos direitos. Nesse contexto, o fim dos anos 1980 e começo dos anos 1990 marcam a presença dos movimentos de moradia e sem-teto na conformação das políticas públicas de habitação (MIAGUSKO, 2008).

Conquistou-se uma ampliação da participação dos movimentos em conselhos e fóruns, envolvendo também articulações com associações profissionais e acadêmicas, que experimentaram diversas iniciativas no desenho das políticas públicas e nos conselhos



habitacionais e urbanos. Contudo, a partir da segunda metade da década de 1990, as pautas da globalização e maior abertura para o livre mercado, em um cenário de desmanche neoliberal, com a diminuição das políticas sociais, programas de privatização, e desregulamentação por parte do Estado, desenvolve uma confluência perversa entre um projeto político democratizante dos movimentos sociais, e um projeto político neoliberal do Estado (MIAGUSKO, 2008).

Este projeto político neoliberal, mesmo sendo antagônico às lutas populares, utilizou estrategicamente o discurso de participação e protagonismo da sociedade civil como uma ação que interessava ao Estado legitimar, para acobertar a reposição de um autoritarismo que criminalizava os movimentos e tentava impossibilitá-los de ações diretas. Dessa forma, os movimentos sociais que operavam fora do campo da intervenção nas políticas de gestão pública eram criminalizados pelo Estado. Fato notório com os movimentos sem-teto, principalmente no centro de São Paulo, que eram criminalizados ao intensificarem sua atuação de ocupação de imóveis abandonados, tanto de propriedade privada como pública, que não cumpriam a função social da propriedade (MIAGUSKO, 2008).

As reformas neoliberais e o amplo programa de privatizações realizadas naquela época, tanto pelo Governo Federal como por diversos Governos do Estado, colocaram o país em uma grave crise econômica e social, que levou ao aumento do desemprego, à deterioração dos salários, à precarização das relações de trabalho com a ampliação do mercado informal, e ao aumento exponencial da violência entre 1996 e 1999.

Em resposta ao cenário crítico da época, começam a insurgir, no final da década de 1990, sobretudo nos bairros periféricos dos grandes centros urbanos, grupos ativistas e coletivos culturais que se consolidam em diversas cidades nos anos 2000, a partir da formação de uma nova subjetividade e a construção de uma narrativa própria (TIARAJÚ, 2013).

O surgimento desses coletivos também está diretamente ligado com os processos de formação do espaço urbano periférico e dos movimentos de base, pois suas referências são os movimentos de moradia e de luta por serviços na periferia. Assim, ocorre uma resignificação das lutas, com a ampliação das pautas defendidas, agregando novos



atores, principalmente jovens, e a reconfiguração dos repertórios de ação (MARINO, 2016).

Desenvolve-se um hibridismo entre os movimentos, em que a militância e o ativismo transmutam um no outro, enredando coletivos e pautas, compartilhando experiências e estratégias de luta (NEVES, 2018). Dessa forma, a partir dos anos 2000, os movimentos se reestruturam, tanto do ponto de vista dos atores envolvidos e nas propostas que pautam, como na forma que se organizam, sobretudo a partir dos meios de comunicação e informação modernos (GOHN, 2011).

Os movimentos por direitos civis ganham força, reivindicatórios de direitos culturais, suas pautas não se dão somente nos âmbitos socioeconômico e trabalhista, lutam pela articulação dessas questões com as interseccionalidades étnicas, raciais, de gênero e sexualidade. Ganham ainda mais força os movimentos protagonizados por mulheres feministas, a partir da criação de redes de conscientização de seus direitos e de frentes de lutas interseccionais contra discriminações. O movimento LGBTQ+ também ganha impulso nas ruas, por meio de passeatas, atos de protestos e marchas anuais.

O mesmo ocorre com o movimento negro, que se fortalece na luta contra a discriminação racial. Segundo Gohn (2011), estes movimentos são pluriclassistas, ultrapassam fronteiras, são transnacionais, alguns deles autodenominados como alterglobalização, com agendas de demandas e formas de articulação globais.

Conclusões

Ao analisar os ativismos mais recentes no Brasil, muitos estudos se debruçam quase que exclusivamente nas manifestações de junho de 2013. No entanto, como foi mostrado, haviam múltiplas mobilizações em curso. Os coletivos ativistas culturais periféricos começam a insurgir desde o final da década de 1990, como resposta ao arrocho neoliberal e o cenário de pobreza e violência das periferias, e estão diretamente conectados com as lutas anteriores nos territórios, dos movimentos de base, principalmente de moradia e por serviços na periferia.

Portanto, os ativismos mais recentes têm sua origem ligada a outros processos e momentos históricos, existindo e atuando muito antes das manifestações de junho de



2013. Segundo James Holston (2013) foram os movimentos vindos das periferias urbanas que deram origem aos atores ativos nas mobilizações em curso nas cidades nas últimas duas décadas, pois a consolidação das periferias e tudo o que envolve este processo, a ocupação de terras, conflitos em relação à sua posse, a autoconstrução de moradias e as formas de organização política nesses territórios, fizeram emergir atores políticos e uma nova concepção de cidadania, que questiona os regimes de privilégios.

Holston (2013) entende esse processo como a construção de uma cidadania insurgente, uma cidadania urbana que tem as cidades como espaço e objeto de reivindicações, arenas onde surgem manifestações que denunciam as injustiças e demandam acesso à direitos, desestabilizando privilégios historicamente enraizados nas normas e rotinas brasileiras. Em relação aos modos de organização dos movimentos contemporâneos, destacam-se dois aspectos: a busca pela horizontalidade, com a formação de microlideranças mobilizadoras de força, e o desenvolvimento de uma linguagem política performática, onde o corpo é a principal forma de expressão, como instrumento de protesto e suporte de comunicação (FAUSTO; SORJ, 2014).

As performances dos corpos têm uma função de disputa de poder, pois são o meio de empoderamento daqueles que não estão em posições privilegiadas, questionando as relações de poder e suas estruturas (HOLLANDA, 2019). Portanto, as múltiplas mobilizações existentes não desaparecem ao longo dos anos, mas se transformam de um período a outro, agregando novos atores e pautas, e reconfigurando seus repertórios de luta.

Os movimentos contemporâneos não são fundamentalmente novos, são desdobramentos de lutas anteriores que consolidaram caminhos para a existência de possibilidades futuras, mas estão continuamente em processo de reestruturação. Nota-se uma reinvenção dos discursos e das articulações políticas, a partir também do potencial comunicativo e integrador das redes sociais, e da potencialização de alianças entre movimentos interseccionais, com múltiplas pautas e repertórios de luta.

Palavras-chave: ativismo, militância, repertórios de luta.



Bibliografia

CARVALHO, Yuri. **O Movimento Operário e a Ditadura Civil-Militar: resistência, luta e negociação**. Revista Latino-Americana de História, 2008.

DE GRAZIA, Grazia. **Reforma Urbana e o Estatuto da Cidade**. In: Reforma Urbana e Gestão Democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

FAUSTO, S.; SORJ, B. **Internet e Mobilizações Sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil**. São Paulo: Edições Plataforma Democrática. 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, Caxambu, v. 16, n. 47, pp. 333-361, Maio/Ago. 2011.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Explosão Feminista. Arte, Cultura, Política e Universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MARINO, Aluízio. **Coletivos Culturais na Cidade de São Paulo: ação cultural como ação política**. Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo: Experiências no Contexto do Desmanche**. Tese de Pós-Graduação de Sociologia da USP. São Paulo, 2008.

MORAIS, Ana Cristina. **Periferias: da Militância ao Ativismo**. Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2019.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

NEVES, Bernardo [et al]. **Lutas Territoriais: Resistências ao Avanço do Urbanismo Neoliberal**. In: ROLNIK, Raquel. Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo. 1. Ed. São Paulo: FAU USP, 2018.

TIARAJÚ, Pablo D'Andrea. **A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo**. Tese de Pós-Graduação de Sociologia da USP. São Paulo, 2013.



Origem e Percurso: arte de intervenção e apropriação da cidade de São Paulo pelos grupos de arte independente a contrapelo da ditadura

Origen y camino: arte de intervención y apropiación de la ciudad de São Paulo por grupos de arte independientes contra la dictadura

BERTUCCI, Patricia M. ECA-USP¹³⁴

No final dos anos 1970, a arte de intervenção dos grupos artísticos independentes, em São Paulo, se apropriou de pontos da cidade com ações lúdicas e participativas, a contrapelo das intervenções militares, pautadas pelo funcional e pelo autoritarismo, que desconfiguraram o tecido urbano. Fizeram parte deste movimento os grupos Viajou Sem Passaporte, 3Nós3, D'Magrela, GEXTU, Atelier Mãe's Janaina e Manga Rosa, com diferentes modalidades de ações performativas e intervenções visuais.

Parto da hipótese de que esses grupos não só interviram na cidade, mas se apropriaram dela, pois os seus processos criativos levaram em conta o contexto espacial e a memória. Junto ao público, os artistas experienciaram o jogo e a festa na origem simbólica da cidade, a Praça da Sé, também em diferentes percursos, delimitados para instaurar outra temporalidade urbana e construir uma subjetividade livre, mesmo em um momento de exceção política, em que as práticas democráticas haviam sido confiscadas pela ditadura.

Defendo ainda que os grupos estavam dentro da abordagem das vanguardas contraculturais brasileiras, já que o seu modo de se comportar e de perceber a cidade eram uma recusa aos conservadores valores dos militares. Pautados pela ideia de alteridade, os independentes expandiram os limites do que era considerado como arte, em situações que transformaram a cidade em um verdadeiro laboratório criativo.

¹³⁴ Doutora em Artes Cênicas pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP; Mestre pela mesma instituição; Graduação em Arquitetura e Urbanismo.



A contribuição deste trabalho para o evento e eixo temático se configura por ser uma pesquisa de base, que busca a inserção destes grupos de artistas na história da arte e dos movimentos de arte independente com forte cunho político e social. Assim buscamos debater como eles se organizaram enquanto movimento social e se inseriram nas lutas populares na América Latina, trocando informações e trabalhos artísticos com países vizinhos. Assim como provocaram desvios de comportamento, voltados para a liberdade, naquele contexto autoritário de ditadura militar.

As hipóteses que estão sendo trabalhadas são:

1. A arte da intervenção urbana com viés “contextual” são ações que têm o propósito de estabelecer um diálogo com o entorno urbano, sua cartografia, seus usos e funcionalidades, sua dimensão simbólica.
2. No processo de produção do espaço ditatorial em São Paulo houve imagens de resistência estética e política: a arte de intervenção urbana contextual. Tendo em vista que “contradiz” a dominação e a violência imposta pela ditadura tanto ao seu habitat quanto aos seus habitantes.
3. A “apropriação” foi um procedimento empregado pela arte de intervenção urbana contextual durante a ditadura militar; por artistas da tropicália (no final dos anos 1960) e depois pelos grupos de arte independente (no final dos anos 1970).
4. A arte de intervenção urbana “contextual”, à medida que se apropria da dimensão do “espaço vivido” (fenomenológico) - considero a “apropriação” como um procedimento artístico, um ato criativo e poético (linguística) - se relaciona de forma paralela à dimensão da “representação do espaço” (linguística). Portanto, a arte de intervenção pode desviar uma das dimensões da produção do espaço da cidade e, conseqüentemente, se torna um dos elementos da reprodução do espaço.
5. “Desvios” geram “contradição” na produção do espaço e, podem no processo de reprodução, produzir “espaços outros” (Michel Foucault) ou “espaços apropriados” (Henri Lefebvre). Do ponto de vista deste último, um espaço em que seja prioridade o valor de uso e não o valor de troca. Mesmo no contexto da sociedade pós-moderna, tendo em vista que se configura como uma práxis.



O método de análise da tese se baseia na ideia de espaço relacional de Henri Lefebvre, e a sua dialética tridimensional, porque a partir desta metodologia é possível analisar o espaço como um aspecto principal da segunda natureza, como efeito da ação das sociedades sobre a primeira natureza, levando em conta os dados sensíveis, a matéria e as energias sociais. Em busca de descobrir uma unidade teórica entre os “campos” que se dão separadamente: o físico (a natureza, o cosmos), o mental (incluídos aí a lógica e a abstração formal) e o social (o espaço da prática social).

Neste sentido, após análise de todo material pesquisado (entrevistas e bibliografia), relacionei a história dos lugares com as intervenções artísticas e cheguei à conclusão de que elas foram uma resposta simbólica dos artistas às reformas na cidade de São Paulo levadas a cabo pela ditadura militar. Pois, na época, muitas dessas construções já estavam concluídas e os artistas dos grupos faziam parte da geração que passou a juventude observando as transformações urbanas ditatoriais (década de 1970).

Apesar das intervenções dessa geração terem sido consideradas pela crítica da época como “nonsense”, irracional e distante das ações dos artistas ditos “engajados” da geração anterior, entendo que elas seguiam a mesma linha. Ou seja, também eram ações políticas, mas com uma perspectiva de liberdade, irreverência, criatividade e crítica mais amplas, pois não só a ditadura, mas também ao cotidiano da vida, porque naquele momento já se conhecia e pensava sobre os problemas trazidos pelas ditaduras (tanto a de extrema direita, em andamento no Brasil naquele momento, quanto a da esquerda stalinista), tendo em vista que muitos dos integrantes dos grupos de arte eram dissidentes de grupos políticos da esquerda. Talvez por isso os grupos tenham sido bastante criticados.

Isso posto, a conclusão parcial sobre a investigação da questão simbólica das intervenções na cidade, foi de que os artistas independentes produziram um espaço vivido a contrapelo dos militares. Pois, as intervenções da ditadura tinham a função de demonstrar o seu poder, por meio do controle da circulação dos pedestres e da tortura daqueles que se mostravam contrários ao regime e, com isso, violentou corpos e mentes. Os grupos de jovens artistas, com seu viés irônico de oposição ao poder, com



intervenções lúdicas e irônicas, desviaram do controle e mostraram que o uso da cidade deve ser livre, criativo e engraçado, colocaram um basta no medo ao propor jogos aos pedestres.

As intervenções da ditadura tinham a intenção de ser sólidas e permanentes, para controlar, as dos artistas eram fluidas e efêmeras, para libertar, e mostraram que o real é relacional, que ele é produzido, assim como a cidade é produzida pelos seus habitantes. Está aí a importância da imaginação.

Concluo reafirmando que esse trabalho é importante para divulgação do trabalho dos grupos de arte independente de São Paulo (ainda pouco conhecidos pela história da arte brasileira, mas que estão vindo à tona atualmente), pois eles levaram em conta a essência do ato de habitar a cidade, obra da atividade humana, da imaginação.

Palavras-chave: Arte de intervenção; Apropriação do espaço; Arte independente; Contracultura; Ditadura.

Referências

BISHOP, Claire. Participation. **London:** Whitechapel Gallery, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

BOURRIAUD, Nicolas. **Formas de vida: a arte moderna e a invenção de si.** São Paulo: Martins Fontes, 2011(a).

COHEN, Renato. **Performance como linguagem: criação de um tempo espaço de experimentação.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

FAVARETTO, C. **A invenção de Hélio Oiticica.** São Paulo: Edusp, 2000.



FREITAS, Artur. **Festa no vazio**: performance e contracultural nos encontros de arte moderna. São Paulo: Intermeios, 2017.

_____. **Arte de Guerrilha**: Vanguarda e Conceitualismo no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2013.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In.: **Ditos e escritos**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 414.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GLUSBERG, Jorge. **A arte da performance**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOLDBERG, Roselee. **A Arte da Performance**: do futurismo ao presente. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2003.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da Razão**. Rio de Janeiro: Ed. Labor, 1976, p. 13.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2012.

KWON, Miwon. **One place after another**: site-specificity art and locational identity. Cambridge: The MIT Press, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishers, 1991(a).



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991(b).

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 2001.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **A dimensão estética.** Lisboa: Edições 70, 2007.

RAMIRO, Mario et al. **3NÓS3: intervenções urbanas - 1979-1982.** São Paulo: Ubu, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia.** São Paulo: Editora 34, 1996(a).

_____. **A partilha do sensível: estética e política.** São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. **O Espectador Emancipado.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ROSZAK, T. **El nacimiento de una contracultura.** Reflexiones sobre la Sociedad tecnocrática y su oposición juvenil. Barcelona: Editorial Kairós, 1984.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010.



Uberização, precarização do trabalho e luta de classes: um debate sobre as formas de luta e resistência da classe trabalhadora uberizada

Horta, Danilo Augusto da Silva; UFU ¹³⁵

Oliveira, Ana Flavia Silva de; UFU ¹³⁶

Introdução

Nos últimos 50 anos, desde a decadência do regime de acumulação fordista e da ascensão do regime de acumulação flexível, predominantemente na esfera financeira, observamos em todo mundo a flexibilização e precarização no mundo do trabalho. As mudanças estruturais que ocorreram no capitalismo, e conseqüentemente na forma predominante da organização industrial – que passa a ser orientada pelo Toyotismo japonês-, foram as responsáveis pelo surgimento e grande utilização de novas formas de trabalho precário, que passam a ser pedras angulares da acumulação capitalista orientada em favor da esfera financeira. Surgida a partir deste movimento, a uberização é processo que ganha força e se intensifica a partir das utilizações das tecnologias de informação e comunicação (TIC) pelas empresas-aplicativos.

A uberização constitui-se desde a precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores, e possibilita que as empresas-aplicativos auferam enormes lucros a partir da negação de direitos trabalhistas; negação esta que é legitimada pelo Estado brasileiro, que insiste, de forma constante, em apoiar os discursos fraudulentos das empresas aplicativos. Assim, milhões de trabalhadores labutam e resistem, da melhor maneira possível, a condições de trabalho cada vez mais precárias e desumanas, criando diversas estratégias para lutar pelos direitos outrora conquistados e que agora são negados. O objetivo deste resumo expandido é compreender as especificidades da resistência e as formas de luta dos trabalhadores uberizados, que lutam tanto para que as condições de trabalho não se tornem cada vez mais degradantes, quanto para

¹³⁵ Graduando em Relações Internacionais pelo IERI/UFU e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Capitalismo Contemporâneo (CaCo-IERI/UFU). E-mail: danilosilvahorta@gmail.com

¹³⁶ Graduanda em Ciências Econômicas pelo IERI/UFU e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Capitalismo Contemporâneo (CaCo-IERI/UFU). E-mail: ffaoliveira@gmail.com



conseguirem que seus direitos sejam assegurados e reconhecidos pelo Estado. Desta maneira, abordamos uma temática extremamente importante acerca de manifestações coletivas e movimentos sociais que ocorrem no âmago da classe trabalhadora uberizada, de forma a fornecer material teórico que possa elucidar por que e como as formas de luta e resistência ocorrem e se desenvolvem enfrentando as barreiras impostas por este modo de gestão do trabalho, pautado na utilização das tecnologias de comunicação e informação pelas empresas-aplicativos.

Metodologia

A metodologia adotada consiste numa análise exploratória com levantamento e leitura de bibliografias relevantes para a discussão da temática, buscando-se compreender os elementos qualitativos e quantitativos apresentados em outros estudos. A partir da revisão bibliográfica buscou-se a relação existente entre áreas diversas para compreender o fenômeno da uberização. Ressaltamos, ainda, que os estudos apresentados contêm dados quantitativos dos quais consideramos fundamentais para o poder explicativo levantado neste resumo.

Resultados

A presente pesquisa conseguiu, até o momento, identificar os procedimentos que possibilitaram e estimularam o surgimento do processo de uberização; os efeitos da precarização, flexibilização sobre o trabalho e a vida dos trabalhadores; e a forma de luta dos trabalhadores, de modo que é válido descreve-los.

De acordo com Harvey (2008), a partir de meados da década de 1970, ocorrem diversas mudanças no mundo do trabalho e nas demais relações socioeconômicas causadas, em essência, pela substituição do regime de acumulação fordista pelo regime de acumulação flexível, orientado pela esfera financeira. De modo geral, nesse regime observa-se a sobreposição da acumulação financeira sobre a acumulação produtiva, de forma que esta última passa a ser subordinada aos interesses da primeira. A subordinação da esfera produtiva à esfera financeira é responsável pela ascensão do Toyotismo enquanto principal *modus operandi* da organização industrial à nível mundial,



de modo que a busca por maior flexibilidade (em todos os âmbitos) e a redução de custos na produção se tornam constantes. O Toyotismo pode ser entendido como um modelo de gestão e organização da produção que se baseia em três características: i) há a tentativa de adequar a oferta à demanda, de forma a reduzir custos fixos e com estoques; ii) originada da primeira característica, há a diminuição da necessidade do trabalho não especializado, que ocorre através da maior utilização de máquinas e equipamentos tecnológicos de última geração (com a conseqüente maior produtividade da mão-de-obra ocupada); e iii) conjuntamente com a diminuição da necessidade de mão-de-obra no processo produtivo, passa-se a exigir cada vez mais qualificação e “flexibilidade” dos trabalhadores, de maneira que há grandes mudanças nas relações existentes entre capital e trabalho, onde o último passa a ter cada vez menos poder de barganha. (PAULANI, 2009; HARVEY, 2008).

Entendemos que o Toyotismo, enquanto *modus operandi* determinante da organização industrial, subordinado à lógica financeira, é responsável direto pelo aumento do desemprego e da informalidade à nível mundial (embora os efeitos da ascensão do Toyotismo sejam diferentes - tanto em intensidade quanto em forma - no centro e na periferia). Desta maneira, em nível mundial, tanto o desemprego estrutural quanto a informalidade são potencializadas com sua ascensão, de forma que cada vez mais trabalhadores passam a compor o exército de reserva ou passam a ocupar postos de trabalho cada vez mais precários e frágeis (no sentido de serem menos resistentes a crises sistêmicas). Além da diminuição dos postos formais (e aumento da informalidade e precarização), o Toyotismo, com a crescente busca por flexibilidade do trabalho, é responsável pelo desenvolvimento e disseminação de novas formas de trabalho, tais como as terceirizações e a uberização. As terceirizações são compreendidas como uma forma de trabalho formal cada vez mais precárias, enquanto a uberização é compreendida como uma forma de trabalho que se reproduz a partir da negação dos vínculos trabalhistas existentes entre trabalhadores e firmas, assim como a conseqüente negação dos direitos dos trabalhadores. (ABÍLIO, 2020; ANTUNES, 2020; PAULANI, 2009).



A uberização é um processo que se reproduz a partir da negação do vínculo trabalhista existente entre empresas e trabalhadores. Esta negação ocorre a partir de um discurso falso e fraudulento, difundido pelas empresas-aplicativos, que busca caracterizar o trabalhador como sendo um “empresário-individual” ou um trabalhador “autônomo”, que manteria uma relação de “colaboração” ou “parceria” com as diferentes empresas-aplicativos. Paralelamente a isso, no discurso das empresas-aplicativos, estas não seriam responsáveis por oferecer os serviços finais disponibilizados em suas plataformas, mas antes, seriam mediadoras entre a oferta (de serviços pelos trabalhadores “autônomos”) e a demanda por esses serviços, de modo que os ofertantes pagariam uma taxa, ao sanarem determinada demanda, pelo serviço prestado pelas empresas-aplicativos. Tal discurso é legitimado pelo Estado brasileiro, que, por meio do não reconhecimento do vínculo trabalhista entre empresas e trabalhadores, ignora sua Constituição Federal (especificamente nos artigos 6º e 7º) e sua legislação trabalhista. Entendemos que o discurso das empresas-aplicativos é fraudulento, expressando-se na tentativa das empresas de se caracterizarem como mediadoras e da tentativa de enquadrar os trabalhadores enquanto “autônomos” parceiros nada mais é do que uma forma burlista de eliminar custos fixos e variáveis, transmitindo assim custos e riscos do trabalho para os trabalhadores, além de se utilizarem deste discurso para legitimar não somente a forma de remuneração paga aos trabalhadores (que passam a receber por demanda sanada), mas para legitimar as baixas remunerações pagas aos trabalhadores (de forma que os trabalhadores são obrigados a exercer jornadas de trabalho cada vez mais elevadas em um ambiente de trabalho precário).

No processo de uberização a negação do assalariamento e do vínculo trabalhista se tornam a pedra angular da gestão e organização do trabalho, e potencializam a lucratividade das empresas-aplicativos, que, ao alçarem o trabalhador à condição de autônomo ficam desobrigadas a arcar com custos do trabalho, pois deixam de arcar com custos dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores - tanto constitucionais quanto trabalhistas, e legitimam a transferência de custos aos trabalhadores, que passam não só a ser obrigados a ter posse dos meios de reprodução de trabalho – máquinas e equipamentos necessários a realização de determinados serviços -, mas também a arcar com todos os custos de reprodução deste trabalho –



como compra de insumos, reparos, etc., ao mesmo tempo em que legitimam toda forma de organização e gestão do trabalho controlado, precarizado, mal remunerado e controlado por algoritmos, cuja lógica o trabalhador desconhece (ABÍLIO, 2020; FILGUEIRAS, ANTUNES; 2020; SCHINESTOCK, 2020).

Considerações Finais

Esse trabalho visa explorar as características do movimento crescente da presença de degradação das relações e formas de trabalho, a saber, a uberização, portanto, contribuindo para uma análise crítica da realidade social, política e econômica na qual estamos inseridos. Nesse sentido, à guisa de conclusão, trataremos da luta e resistência trabalhista em resposta e esse processo.

Assim, vê-se que é pela necessidade de resistir contra as estratégias empresariais das empresas-aplicativos, que impõe péssimas condições de trabalho mal remunerado, e que negam os direitos assegurados pelas normas jurídicas brasileiras àqueles que labutam, que dezenas de milhares de trabalhadores lutam e resistem a essa forma de trabalho precária. Entender como a luta e resistência ao processo de uberização se desenrola é vital, visto que muitos trabalhadores aceitam e acatam o discurso das empresas-aplicativos e passam a se entender como verdadeiros “empreendedores”, de modo que disto emergem grandes barreiras à organização da classe trabalhadora uberizada, com a conseqüente diminuição do seu poder de barganha, e também se desenvolvem grande dualidade para a luta de classes existente entre capital e trabalho (visto que não só não há o reconhecimento de classe entre os trabalhadores, mas há o estímulo à competição entre esses) de modo a potencializar a superexploração realizada pelas empresas-aplicativos. A pesquisa buscará desvendar, por meio da análise dos movimentos grevistas denominados “Breque dos Apps” que ocorreram em meados de 2020 no Brasil, os modos pelos quais a classe trabalhadora se organiza em uma estrutura precária de trabalho e os efeitos práticos desta organização.

Deste modo, entendemos que os caminhos pelos quais as formas de luta e resistência ocorrem em um ambiente de trabalho precário e desumano como aquele que ocorre na uberização, assim com os efeitos diretos da organização da classe trabalhadora neste



ambiente. Analisar essa forma de manifestação coletiva e de mobilização da classe trabalhadora uberizada faz-se extremamente necessário, principalmente quando consideramos a crescente dificuldade do Estado brasileiro (advinda dos ideais neoliberais que buscam favorecer a esfera financeira em detrimento da qualidade de vida das populações nacionais, de diversas formas, como por exemplo, pela via de reformas estruturais como a Reforma Trabalhista brasileira que trouxe demasiado retrocesso aos direitos outrora conquistados) em assegurar serviços públicos de qualidade, de modo que a classe trabalhadora se vê cada vez mais desamparada e com a vida precarizada por um movimento do capital que visa beneficiar a acumulação fictícia a partir da subordinação da esfera produtiva e da consequente flexibilidade no mercado de trabalho, flexibilidade está amparada e legitimada pelo próprio Estado, que, ao invés de prezar pelos direitos e qualidade de vida da população, atende aos interesses da acumulação capitalista direcionada para as finanças.

Palavras-chave: trabalho, uberização, precarização do trabalho e acumulação flexível.

Referências

ABILIO, Ludmila Costhek. **Uberização:** a erado trabalhador just-in-time?. *Estud. av.*, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, Apr. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100111&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 junho de 2021.

ABILIO, Ludmila Costhek. **Uberização:** Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 08 de junho de 2021.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>. Acesso em: 8 de junho de 2021.

HARVEY, David. **Condição Pós- Moderna:** Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 17a edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. In: **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, pp.



I COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICA

Geopolítica e Desenvolvimento Desigual na América Latina

16 a 19 de agosto de 2021 – Evento virtual

25-39, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>>. Acesso em: 8 de junho de 2021.

SCHINESTCK, Clarissa Ribeiro. As condições de trabalho em plataformas digitais sob o prisma do direito ambiental do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. **Uberização, Trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

I CONCURSO DE FOTOGRAFIA SOPAPO

FINALISTAS

5º LUGAR
CARINE AYANNE MENDES DE FARIA
"Cidade para quem?"



4º LUGAR
JOÃO RICARDO CHAGAS DOS SANTOS (PRETO RIC)
"Limpeza Racial Simplificada"



3º LUGAR
BÁRBARA LINO
"A cidade e os mortos"



2º LUGAR
SANDIR BARROS COSTA
"Sedimento social"



1º LUGAR
CLARA TORRES PERES
"Céu de concreto, mar de esperanças"



COMISSÃO ORGANIZADORA:

Profa. Dra. Cristina Pereira de Araujo – DAU/MDU/UFPE (coordenação)
Profa. Dra. Izabella Galera – DAU/UFPE
Prof. Dr. Otávio Santos – DH/UFRPE
Prof. Ms. Lutemberg Francisco de Andrade Santana – IFPE e doutorando
MDU/UFPE
Profa. Ms. Vanuza Pontes Sena – UERN e doutoranda MDU/UFPE
Barbara Nascimento Rodrigues – doutoranda MDU/UFPE
Itallo Marques Santana – doutorando MDU/UFPE
Izabelly Oliveira Lins da Silva – mestranda MDU/UFPE
Maria Amanda Martínez – doutoranda MDU/UFPE
Ms. Raissa Gomes de Sales – pesquisadora LEP
João Ricardo Chagas dos Santos – mestrando IHAC/UFBA

CRIAÇÃO GRÁFICA:

Elison Gonçalves (Sinho – Ilustre-si) – Logotipo
Ms. Raissa Gomes de Sales – pesquisadora LEP
João Ricardo Chagas dos Santos – mestrando IHAC/UFBA

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Prof. Dr. Aleksander Aguilar Antunes (UCPel)
Profa. Dra. Ana Patrícia Maldonado (Universidade de Harvard)
Dra. Arthemisia Santiago (UFPE)
Profa. Dra. Fátima Cruz (UFPE)
Profa. Dra. Fátima Lucena (UFPE)
Prof. Dr. Felipe Milanez Pereira (UFBA)
Prof. Dr. Gilberto Maringoni (UFABC)
Prof. Dr. Harley Silva (UFPA)
Profa. Dra. Isadora Guerreiro (USP)
Prof. Dr. Janssen Felipe da Silva (UFPE)
Prof. Dr. José Policarpo Junior (UFPE)
Profa. Dra. Juliana Marcús (UBA)
Profa. Dra. Liana Lewis (UFPE)
Prof. Dr. Luciano Muniz Abreu (UFRRJ)
Prof. Dr. Marcos Costa Lima (UFPE)
Dra. Mônica Louise Sarabia (UFPE)
Dra. Nazaret Castro (UBA)
Profa. Dra. Norma Lacerda (UFPE)
Prof. Dr. Pedro Nóbrega (UNIVASF)
Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves (UFMG)
Profa. Dra. Raquel Uchoa (UFRPE)
Prof. Dr. Renato Emerson (UFRJ)
Prof. Dr. Rodrigo Farias (UnB)
Prof. Dr. Sergio Amadeu da Silveira (UFABC)



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU)
Laboratório Espaço e Política - LEP
Avenida da Arquitetura, s/n, Cidade Universitária, CEP 50740-550, Recife-PE
www.lep-ufpe.com.br